APRESENTAÇÃO

A APEC manifesta enorme satisfação de colocar à disposição da sociedade, nova edição da Revista Catarinense de Economia. Com isso, cumpre uma de suas funções de constituir espaço para exposição e debate de resultados de estudos e pesquisas acadêmicas relevantes em Santa Catarina. O presente número conta com oito artigos, sendo que cinco tratam de temas relacionados a socioeconomia de Santa Catarina, e dos três restantes, dois abordam temas relacionados a economia brasileira e o último versa sobre economia internacional. Os autores possuem vínculos profissionais em diferentes instituições, tais como universidade, instituto de pesquisa, órgão público e empresa privada.

No primeiro artigo denominado "Criação de um indicador síntese para o acompanhamento da evolução do produto agropecuário de Santa Catarina", Arlei Luiz Fachinello propõe a elaboração de um indicador que expresse o comportamento de variáveis econômicas — volume e preço da produção e uso dos insumos — da atividade agropecuária catarinense. Recorre, para tanto, a dados do ano de 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e atualizados para período mais recente, 2017. Os indicadores gerados apontam crescimento do produto, em particular da produção da pecuária, e ganhos em preços para o produtor rural. Nesse quadro, verifica a importância dos preços no aumento do valor adicionado desse setor, impactando, por consequência, na formação da renda agropecuária.

No segundo artigo intitulado "Recursos e capacidades de trabalho associados à renda de estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco do Sul do Brasil", os autores Luís Augusto Araújo, Marcelo Alexandre de Sá e Marcia Mondardo realizam estudo com o propósito de compreender como agricultores buscam alavancar recursos disponíveis em suas propriedades — capacidades de trabalho, construções, equipamentos, área explorada e tecnologia de produção - com o intuito de aumentar a renda do agronegócio familiar. Com esse propósito, recorrem a dados primários, obtidos via pesquisa de campo, e dados secundários advindos de relatórios contábeis. Os resultados apontam para diferentes percepções dos agricultores sobre o trabalho familiar desenvolvido e os recursos disponíveis na propriedade. As entrevistas com agricultores mostram a tecnologia, disponibilidade de terra, permanência de jovens no campo, conhecimento, assistência técnica e escala de produção como recursos importantes para elevar a renda agropecuária familiar. Assim como,

a abordagem quantitativa apontou a associação favorável para ganhos advindos de equipamentos, construções, benfeitorias e área agrícola.

No terceiro artigo nomeado "A contribuição catarinense para a redução de gases de efeito estufa: lei do biogás", Francisco Gelinski Neto, Carmen R.O. G. Gelinski e Eduardo Gelinski Junior realizam estudo com o propósito de verificar a utilização de biodigestor e se o marco legal sobre a produção e utilização deste equipamento está surtindo efeito na atividade suinícola. A pesquisa campo desenvolve-se nos municípios de Concórdia, Seara e Braço do Norte, considerados grandes produtores de suínos em Santa Catarina. Os resultados apontam tratamento distinto por tamanho de propriedade, com grandes produtores produzindo e comercializando energia; porém, sem a mesma ocorrência para os pequenos produtores. Além disso, os autores não observam a existência de política explicita de uso de biodigestores e produção de gás; assim como, afirmam não existirem novos projetos de biodigestores para pequenos e médios produtores. Há entendimento pelos autores de que a lei do biogás deverá potencializar o desenvolvimento dessa fonte de energia, mas requer política de promoção comandada pelo Estado, subsidiando os investimentos a exemplo do que fazem alguns países desenvolvidos.

No quarto artigo intitulado "Sistema da dívida pública e a dependência da distribuição de recursos orçamentários da União: o caso dos municípios de pequeno e médio portes do Alto Vale do Itajaí (2010-2017)", Valdir Alvim e Mailon José Espindola discutem a questão tributária do pacto federativo, e quanto as proporções insuficientes dos recursos disponíveis pelo governo federal impactam na repartição das responsabilidades e nos recursos orçamentários dos municípios. Para tanto, realizam estudo em municípios que compõem a região do Alto Vale do Itajaí de Santa Catarina, recorrendo a informações repassadas pela Federação Catarinense dos Municípios e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Os resultados apontam a insuficiência de recursos federais transferidos frente às necessidades de áreas sociais básicas — educação, saúde e assistência social — da população, cujos problemas se agravam com a crise econômica. Por consequência, os administradores públicos municipais são obrigados a desenvolver gestão financeira rígida, diante da legislação de responsabilidade fiscal. Nesse sentido, os autores suscitam a necessidade de rever o pacto federativo e a política tributária em curso no país.

No quinto artigo denominado "A empregabilidade no setor contábil e a questão de gênero em Santa Catarina", as autoras Mariana Küster e Debora Aparecida Almeida analisam a demanda de profissionais contábeis em Santa Catarina, relacionando-a com a rotatividade e a questão de gênero. O período de análise é o primeiro semestre de 2018; para tanto,

recorrem dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Os principais resultados apontam que a demanda de profissionais contábeis não reduziu com o momento de crise econômica, a despeito de se registrar intenso rotatividade de pessoal. Em relação a questão de gênero, o estudo aponta que a mulher contabilista tem participação significativa neste segmento e projeta-se ocupar maior espaço no mercado de trabalho contábil, podendo, assim, ter maior empoderamento social.

No sexto artigo nomeado "Finanças comportamentais: análise do comportamento humano sob perspectiva de risco", os autores Leonardo de Paula, Karine Lúcia Foppa, Samara Carla Dellazzari e Cássia Heloisa Ternus buscam analisar as diferentes escolhas de investidores universitários da área de negócios em decisões que envolvem riscos, considerando o perfil de investimento, tipo de gênero e período de graduação. Para tanto, escolhem uma amostra de investidores acadêmicos dos cursos superiores de Administração, Contabilidade e Economia de uma universidade da região oeste de Santa Catarina, familiarizados com o mercado financeiro. Os resultados apontam que o gênero feminino apresenta comportamento conservador e moderado em suas escolhas; o gênero masculino possui perfil mais arrojado e assume decisões mais arriscadas; ocorre pouca divergência nos resultados quando considerado os anos de estudo; e, a familiaridade com o mercado financeiro não impacta, de forma significativa, nas escolhas dos investidores.

O sétimo artigo intitulado "Análise dos instrumentos prudenciais, disciplinares e punitivos aplicados pelo Banco Central do Brasil no período de 2008 a 2017" é de autoria de Carolina Just Bacha e Helbert João França Almeida. O objetivo desse estudo é analisar o histórico de penalidades aplicadas, as decisões proferidas e as instituições punidas pelo Banco Central. Os dados coletados são dos relatórios anuais dessa Autoridade Monetária no período de dez anos, de 2008 a 2017. No tocante aos principais resultados, os autores advogam a importância do Banco Central como órgão regulador do sistema financeiro, ditando normas e regras com o propósito de evitar crises financeiras que podem se tornar sistêmicas. Assim como, concluem que as multas foram a principal penalidade imposta no período, seguida de inabilitações, advertências e proibição para atuar. E, dentre os tipos de instituições que mais receberam multas, figuram as cooperativas.

E, por fim, o artigo nomeado de "O processo de internacionalização de empresas de tecnologia de informações: o caso do LinkedIn" tem como autoria, Gabriel Guimarães Raupp e Fernando Seabra. Nesse estudo, os autores procuram explicar o crescimento da empresa de tecnologia da informação LinkedIn, à luz de várias teorias explicativas do

REVISTA CATARINENSE DE ECONOMIA – VOL. 3 N. 1 – 2019 ISSN 2527-1180

processo de internacionalização de empresas. No âmbito das teorias apresentadas figuram do ciclo internacional de vida do produto, da internacionalização da Universidade de Uppsala, das imperfeições de mercado, do recurso e vantagem, da vantagem do primeiro a atuar, dos custos de transação e das empresas born globals. Após verificar o alcance de cada tratamento teórico para explicar a internacionalização da LinkedIn, concluem que a abordagem born globals constitui melhor poder explicativo. Dentre as justificativas encontram-se o caráter inovativo das plataformas social e profissional e a rápida expansão dos investimentos diretos externos dessa empresa de tecnologia de informações.

Desejamos boa leitura a todos.

Florianópolis, 15 de agosto de 2020

Silvio Antonio Ferraz Cario

Alcides Goularti Filho

Editores

Criação de um indicador síntese para o acompanhamento da evolução do produto agropecuário de Santa Catarina

Arlei Luiz Fachinello *

Resumo

Indicadores de atividade econômica são importantes para os governos, instituições financeiras, grupos empresarias entre outros, pois mostram uma fotografia dos movimentos econômicos recentes. A ausência de um indicador síntese do produto agropecuário catarinense motivou a pesquisa e levou aos resultados desse trabalho. Foram desenvolvidos indicadores de evolução de volume e preços da produção e uso de insumos da atividade agropecuária, permitindo evoluir o valor adicionado da agropecuária de Santa Catarina. A análise do indicador e os dados apresentados nesse trabalho são referentes aos anos de 2007 a 2017. Verificou-se grande aderência do indicador criado com o calculado e divulgado pelo IBGE. O indicador de volume agregado do valor adicionado mostrou uma expansão de aproximadamente 30% entre 2007 e 2017. Considerando os segmentos da agropecuária, as lavouras cresceram entre 2007 e 2017 21,6%, a pecuária 44,3%, a Floresta 39,4% e a Pesca 100,2%. Para o período em análise, verificou-se grande importância dos preços no crescimento do valor adicionado, chamando a atenção para essa variável na formação da renda agropecuária. Os resultados também apontam para um crescimento da participação da pecuária no valor adicionado da agropecuária do estado, tomando espaço especialmente do setor florestal.

Palavras-chave: agropecuária; indicador de valor adicionado; Santa Catarina.

Creation of a synthesis indicator for follow-up on the evolution of Santa Catarina agricultural product

Abstract

Economic activity indices are essential for governments, financial institutions, business groups, among others, as they show a picture of recent economic movements. In Santa Catarina's state, we do not have published agricultural product indicators, which motivated the research. Volume and price indices were used to evaluate production value and expenses and calculate the added value index. Data are from 2007 to 2017. The added value index of Santa Catarina agriculture between 2007 and 2017 grew by about 30%. Considering the crop and livestock groups, we have crops growing in some time by 21.6%, livestock by 44.3%, Forest by 39.4 %, and Fisheries 100.2%. For the period under analysis, the prices were crucial in the growth of value-added, calling attention to this variable in the formation of agricultural income. The results also point out an increase in the participation of livestock in the added value of agriculture in the state, taking space especially in the forestry sector.

Keywords: agriculture, added value indicator, Santa Catarina.

JEL: Q10

^{*} Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fachinello@hotmail.com

1 Introdução

Indicadores de atividade econômica são importantes para os governos, para as instituições financeiras, grupos empresarias entre outros, pois mostram uma fotografia dos movimentos econômicos recentes em diversas áreas. O acompanhamento da dinâmica econômica recente permite analisar os resultados de políticas em andamento, assim como avaliar ajustes necessários em estratégias de investimentos ou mesmo políticas sociais. Entre esses indicadores está o Produto Interno Bruto (PIB).

O Produto Interno Bruto (PIB) é um macro indicador que sintetiza o resultado das atividades produtivas em uma determinada economia. Ele é utilizado no âmbito do setor público como referencial na formulação e acompanhamento dos planos e programas governamentais. Também, é utilizado em previsão de efeitos de políticas econômicas globais e setoriais e serve de referencial para as entidades privadas, os estudiosos da realidade econômica e/ou os elaboradores de projetos, análises e cenários prospectivos. Em geral, a construção e a divulgação dos números do PIB do país ou região são realizadas considerando três grandes segmentos: o agropecuário, o industrial e serviços.

No Brasil, o acompanhamento das atividades produtivas fica a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulga regularmente os números das Contas Trimestrais do Brasil. Atualmente, o acompanhamento e a divulgação do comportamento do PIB têm periodicidade trimestral e acompanha os números das atividades industriais e de serviços. O IBGE, em parceria com instituições locais, também desenvolve e divulga informações das Contas Regionais, as quais situam o valor do produto das atividades econômicas de cada estado. No entanto, os números divulgados possuem uma defasagem de aproximadamente dois anos e são bastante agregados. Em 2016, último ano disponível, o valor adicionado pela economia catarinense esteva avaliado em R\$ 217,8 bilhões.

Para superar o problema da ausência de números mais recentes nas contas regionais, representativos do comportamento das economias regionais, algumas instituições estaduais realizam projeções periódicas. Em São Paulo, o acompanhamento e projeções do PIB local é realizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), em Minas Gerais pela Fundação João Pinheiro, e no Rio Grande do Sul pela Fundação de Estudos Econômicos (FEE).

Em Santa Catarina, o acompanhamento sistemático do comportamento do PIB agropecuário não é realizado e/ou divulgado. Diante da ausência dos dados mais recentes, o presente trabalho procurou dar uma pequena contribuição, desenvolvendo o indicador de valor adicionado para a atividade agropecuária. Em Santa Catarina, as atividades agropecuárias representaram cerca de 6,7% do valor adicionado estadual, mas sua importância vai muito além em função das suas relações com as cadeias agroindustriais. Uma vez que o indicador não incluirá os impostos indiretos, iremos nos referir a um indicador de valor adicionado e não PIB.

O presente artigo está dividido em seis seções. A seção dois apresenta a metodologia dos indicadores. A terceira apresenta os procedimentos adotados para a construção dos indicadores propostos; enquanto que na quarta, estão os procedimentos adotados. Na seção cinco os resultados são analisados e na seção seis as considerações finais são apresentadas.

2 Metodologia

Existem três abordagens metodológicas para se calcular o Produto Interno Bruto, sendo que essas abordagens obrigatoriamente levam às mesmas estimativas: ótica da demanda, ótica do produto e ótica da renda.

Uma primeira abordagem envolve o cálculo do PIB pela ótica da demanda de bens e serviços finais, ou seja, que calculam os fluxos de produtos que vão ao consumidor final, aos estoques ou ao exterior. Nesta abordagem, seriam somados os valores de (a) consumo das famílias, (b) bens de capital novos e de reposição, (c) as variações nos estoques, (d) as compras governamentais e (e) as exportações. Desse total é extraído o valor das importações. Este procedimento é recomendado quando se pretende calcular o PIB de um país ou região, sem referência às contribuições de cada segmento produtivo.

Uma segunda abordagem envolver o cálculo do produto pelas remunerações dos fatores de produção, ou seja, a ótica da renda. A medida do PIB é resultado da soma das remunerações recebidas pelos fatores de produção de setor produtivo. Assim, o PIB seria constituído pela remuneração ao trabalho (salários e equivalentes), pelo capital físico (juros e depreciação), pela terra (aluguel ou juros) e pelo lucro.

A terceira abordagem se refere à ótica do produto. Nesse cálculo, o valor adicionado é resultado da diferença entre o Valor Bruto de Produção (preços e volumes produzidos) e o Consumo Intermediário (preços e volumes consumidos). Essa diferença fornece o Valor

Adicionado, que acrescido dos impostos indiretos, representa o Produto Interno Bruto do segmento em análise.

A metodologia adotada é a do valor adicionado obtido pela ótica do produto. Dessa forma, obtém-se o PIB pelo acompanhamento do Valor Bruto de Produção e dos Custos Intermediários. O ano base considerado é 2010, período em que os valores para Santa Catarina são conhecidos (divulgados pelo IBGE) e, também, representa o período de mudanças metodológicas para as atuais Contas Nacionais e Regionais. A partir de então, a evolução dos valores ocorre pelo conjunto de preços e volumes.

O cálculo do valor adicionado na agropecuária catarinense ao longo dos anos é realizado nos quatro grupos de atividades, sendo estes: Lavouras, Pecuária, Floresta e Pesca. Para o desenvolvimento desses indicadores, são estimados o Valor Bruto de Produção e o Consumo Intermediário para cada grupo. Esses valores são compostos por índices de preço e volume por produto, que representam o comportamento da produção das atividades e do uso de insumos ao longo do período.

Segundo o IBGE (2018, CN Trimestrais), pode-se apresentar o valor adicionado pela agropecuária como sendo a diferença entre Valor da Produção a preço básico e o Consumo Intermediário a preços ao consumidor. Logo, considerando os valores como o produto de seus preços e volumes, temos:

$$va_l^n = VPpb - CIpc = \sum_i (q_{ij}^n \times p_i^n) - \sum_i (u_{ij}^n \times pc_i^n)$$
(1)

em que:

 q_{ij}^{n} é a quantidade do produto i produzida na atividade j no ano n;

 p_i^n é o preço básico do produto i no ano n;

 u_{ij}^{n} é a quantidade do produto i consumido na atividade j no ano n;

 pc_i^n é o preço no consumidor do produto i no ano n; e,

 va_i^n é o valor adicionado da atividade j no ano n.

A variação do valor adicionado da atividade j entre dois períodos de tempo pode ser escrito como:

$$\Delta v a_j^n = v a_j^n - v a_j^{n-1} \tag{2}$$

$$\Delta v a_j^n = \left[\sum_i (q_{ij}^n.p_i^n) - \sum_i (u_{ij}^n.pc_i^n) \right] - \left[\sum_i (q_{ij}^{n-1}.p_i^{n-1}) - \sum_i (u_{ij}^{n-1}.pc_i^{n-1}) \right]$$
(3)

A partir da variação do valor corrente do VA, podemos expressar as variações de volume (mantendo os preços do ano base), assim como a variação devido ao efeito preço entre os anos n e n-1, como segue:

$$\Delta q_j^{va} = \left[\sum_i (q_{ij}^n . p_i^{n-1}) - \sum_i (u_{ij}^n . pc_i^{n-1}) \right] - \left[\sum_i (q_{ij}^{n-1} . p_i^{n-1}) - \sum_i (u_{ij}^{n-1} . pc_i^{n-1}) \right]$$
(4)

$$\Delta p_{j}^{va} = \left[\sum_{i} (q_{ij}^{n}.p_{i}^{n}) - \sum_{i} (u_{ij}^{n}.pc_{i}^{n}) \right] - \left[\sum_{i} (q_{ij}^{n}.p_{i}^{n-1}) - \sum_{i} (u_{ij}^{n}.pc_{i}^{n-1}) \right]$$
(5)

2.1 Indicadores de preço e volume

O desenvolvimento do indicador do produto agropecuário catarinense segue as recomendações internacionais para estatísticas das Contas Nacionais e Regionais (BLOEM et al. 2001). São calculadas as séries de valores correntes e a preços do ano anterior, permitindo assim a obtenção de índices de volume agregados com base móvel. O índice é uma média aritmética ponderada das variações relativas nas quantidades de um conjunto de bens entre dois períodos. As séries de deflatores do PIB são obtidas pela diferença entre o índice de valor e o índice de volume correspondente. A fórmula de Laspeyres para volume é apresentada na sequência.

2.2 Índice de Laspeyres base móvel para volume

O índice de Laspeyres representa a variação entre dois períodos. Extraída de Feijó *et al.* (2007, pg 227), a formulação explicitada em (6) fornece o crescimento do volume do valor adicionado como sendo a diferença entre o VBP e o CI. No índice de volume do PIB, a ponderação é o próprio PIB corrente do ano anterior.

$$L_q^{VA} = \frac{\sum_{j} (Pp_j^{t-1} \times vq_{ij}^t) - \sum_{j} (Pc_j^{t-1} \times uq_{ij}^t)}{\sum_{j} (Pp_j^{t-1} \times vq_{ij}^{t-1}) - \sum_{j} (Pc_j^{t-1} \times uq_{ij}^{t-1})}$$
(6)

em que:

 L_a^{VA} é o índice de Laspeyres de volume para o valor adicionado entre t-1 e t;

 vq_{ij}^{t} é a quantidade do produto j produzida na atividade i no período t;

 uq_{ij}^{t} é a quantidade do produto j
 consumida na atividade i no período t;

 Pp_{i}^{t} é o preço de produção do produto j no período t; e,

 vq_{ij}^{t} é o preço ao consumidor (intermediário) do produto j
 no período t;

A equação (6) reflete a divisão entre o valor adicionado (VBP – CI) no período t a preços do período t-1 e o valor adicionado corrente no período t-1.

A partir dos índices de base móvel, que registram as variações entre dois períodos, esses são então encadeados, formando assim uma série contínua. Uma série encadeada é calculada pelo encadeamento dos elos de uma série de base móvel, a partir de um período fixo, definido como 100. O índice de volume encadeado, ponderado pelos valores do ano anterior, é então formado, considerando-se a média do valor de 2010 como base de referência. Segundo a literatura especializada, a série correta é a de base móvel, em que o encadeamento é obtido diretamente da série base móvel (FEIJÓ *et al.*, 2007).

Embora todos os cálculos tenham sido realizados trimestralmente, para fins de análise dos resultados entre 2007 e 2017, as figura e tabelas apresentarão essencialmente os resultados anuais. É importante observar que, a partir dos vários índices de preços e volume que resultaram dos procedimentos de cálculos, vários outros indicadores podem ser extraídos e analisados.

3 Procedimentos adotados para a construção de indicadores

Esse tópico foi dividido em duas seções. A primeira contém os procedimentos gerais aplicados na construção da série de valor adicionado e os índices de volume e preços. Na segunda, são apresentados os resultados gerais, assim como os comentários sobre o comportamento do produto da agropecuária entre os anos de 2007 e 2017.

3.1 Procedimentos para os valores do ano base - 2010

Os valores adicionados pelas diversas atividades da agricultura catarinense ao longo de 2007 a 2017 foram calculados partindo de um ano base, 2010, sendo os demais valores atualizados pelos movimentos de volume e preços, levando em consideração o comportamento do lado da produção e também das despesas. O ano referência para início da construção das séries foi 2010, ano em que o IBGE reconstruiu as séries das Contas Nacionais e Regionais. Nesse processo, as pesquisas mais recentes foram aplicadas, inclusive o Censo Agropecuário de 2006.

Assim, os valores adicionados de 2010 são exatamente os calculados e apresentados pelo IBGE e divulgados no site da Secretaria do Planejamento de Santa Catarina. Para o ano de 2010, a Tabela 1 apresenta os números dos valores adicionados pelos grupos de atividades da agropecuária catarinense, segundo o IBGE.

Tabela 1: Valores adicionados pelas atividades agropecuárias em Santa Catarina no ano de 2010.

Grupos de	Valor Bruto	Valor do	Valor
Atividades	de Produção	Consumo Intermediário	adicionado
Lavouras	6.687,65	2.205,86	4.481,79
Pecuária	5.826.47	2.862,72	2.963,74
Floresta	1.461,36	160,28	1.301,08
Pesca	373,80	178,01	195,80
Agropecuária	14.349,28	5.406,88	8.942,40

Fonte: Contas Regionais do Brasil - IBGE (2015).

Os valores adicionados em cada grupo foram divulgados pelo IBGE e Secretaria do Planejamento. Já os valores de produção e consumo intermediário são apresentados de forma agregada para a Floresta e Pesca. Assim, foram necessários alguns procedimentos para a determinação dos VBPs e CIs da Floresta e da Pesca, separadamente.

Para as atividades Floresta e Pesca, o VBP de 2010 foi divulgado pelo IBGE (2015) de forma agregada, sendo o valor de R\$ 1.835,16 milhões. O VBP de floresta foi estimado em R\$ 1.461,36 milhões, obtido via participação das atividades extrativas e silvicultura de Santa Catarina no VBP do Brasil. Assim, de um VBP nacional de florestas no montante de R\$ 10.463,41 milhões, 13,97% corresponde ao produto do estado. O Consumo Intermediário

de Florestas foi obtido por diferença entre VBP e VA. Para a Pesca, o VBP foi obtido da subtração do VBP Floresta/Pesca do valor estimado para Florestas.

3.1.1 Procedimentos específicos para lavoura

Para o acompanhamento do valor adicionado de Lavouras, as atividades foram subdivididas em lavouras temporárias e permanentes, permitindo dessa forma acompanhar com mais proximidade as despesas específicas. Os valores de cada grupo são apresentados ao final da Tabela 2.

Tabela 2: VBP, CI e VA de Lavouras em Santa Catarina no ano de 2010.

	Produtos	VBP ¹	CI	VA
	Arroz (em casca)	450,5		
	Milho (em grão)	1.233,2		
	Trigo e outros cereais	74,8		
	Cana-de-açúcar	33,4		
	Fumo (em folha)	1.899,3		
Lavouras temporárias	Soja (em grão)	813,0		
	Alho	29,0		
	Batata-inglesa	64,8		
	Cebola	143,5		
	Feijão (em grão)	138,5		
	Mandioca	153,6		
	Tomate	11,8		
	Laranja	71,0		
Lavouras permanentes	Uva	56,8		
	Banana (cacho)	379,5		
	Maçã	946,6		
Total Lav. Temporárias		5.191,7	1.843,4	3.348,3
Total Lav. Permanentes		1.496,0	362,5	1.133,5
Total Lavouras		6.687,7	2.205,9	4.481,8

Fonte: dados da pesquisa

12

¹ A soma dos produtos individuais da tabela não corresponde ao total, uma vez que existem outros produtos de lavouras que não foram apresentados.

Para o acompanhamento mais detalhado do VBP das atividades agrícolas, foram definidos os produtos para acompanhamento e seus respectivos valores para o ano de 2006, utilizando os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2007). Assim, esses valores foram atualizados para 2010, via crescimento de preços e volume. Os números de 2010 estão na Tabela 2. Cabe observar que os produtos apresentados na Tabela 2 representavam cerca de 88% do VBP das lavouras em 2006.

A evolução dos valores correntes do VBP é realizada utilizando os preços mensais e volumes de produção anuais, conforme séries apresentadas na Tabela 3. Basicamente, os dados de produção são da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, sendo os anos mais recentes obtidos do levantamento de safra do IBGE. Os preços são de diversas fontes.

No que se refere aos custos de produção, os produtos acompanhados e as fontes dos indicadores utilizados estão apresentados na Tabela 4. Para o acompanhamento, as lavouras foram divididas em dois grupos, sendo Lavouras temporárias e Lavouras permanentes, de forma a observar os insumos típicos e também os pesos de cada insumo. Os pesos foram obtidos do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE (IBGE, 2007). O volume do consumo intermediário segue a evolução da área.

Para o acompanhamento das despesas com sementes, foi criado um indicador que agregada todas as sementes e mudas dos produtos acompanhados, de forma a obter um índice de preços de sementes. O peso para cada tipo de semente segue o VBP do respectivo produto, conforme metodologia do índice utilizado.

Tabela 3: Fontes dos dados utilizados na evolução do Valor Bruto de Produção (VBP) de lavouras.

	Produtos	Volume	Preços	Observação
	Arroz (em casca)	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Milho (em grão)	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Trigo e outros cereais	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Algodão herbáceo			
Lavouras	Cana-de-açúcar	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
temporárias	Fumo (em folha)	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Soja (em grão)	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Alho	PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Batata-inglesa	LSPA e PAM/IBGE	CEASA - Florianópolis	
	Cebola	PAM/IBGE	CEASA - Florianópolis	
	Feijão (em grão)	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Mandioca	LSPA e PAM/IBGE	CEASA - Florianópolis	
	Tomate	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Laranja	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
	Café			
	Uva	LSPA e PAM/IBGE	CEASA - Florianópolis	
Lavouras	Banana (cacho)	LSPA e PAM/IBGE	Epagri/Cepa	
permanentes	Maçã	PAM/IBGE	CEASA/CONAB	Variações de preços de 2007- 2011 foram obtidas com dados do CEASA - Florianópolis

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 4: Fontes dos dados utilizados no acompanhamento da evolução do Consumo Intermediário de Lavouras.

Produtos	Volume	Preços	Observação
Sementes	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	
Fertilizantes	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	
Corretivos de solo	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	
Agrotóxicos	IBGE-LSPA	Epagri/Cepa	
Combustível	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	
Energia Elétrica	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	

Fonte: dados da pesquisa

3.1.2 Procedimentos específicos para pecuária

No grupo de atividades da Pecuária, os produtos avaliados são os apresentados na Tabela 5, que contém também os valores de produção, consumo intermediário e valor adicionado referente ao ano de 2010. Os dados por atividades são os divulgados pelo IBGE. Já os valores dos produtos foram estimados com base no valor agregado de cada atividade. No caso da Bovinocultura, utilizou-se o valor de cada produto do Censo Agropecuário de 2006 atualizado para 2010. Para os produtos da Avicultura, o procedimento foi o mesmo.

A evolução do VBP das atividades da pecuária é realizada seguindo o volume e preços de cada produto avaliado. A Tabela 6 contém os produtos e as respectivas fontes. A produção de animais vivos (bovinos, suínos e aves) é acompanhada pelo abate e também pela evolução do rebanho. Para os anos mais recentes, em que as informações de estoques de animais não estão disponíveis, somente a variação do abate é utilizada.

Tabela 5: VBP, CI e VA das atividades da Pecuária em Santa Catarina no ano de 2010.

Atividades	Produtos	VBP ²	CI	VA	
Criação de Bovinos e outros animais	Bovinos de corte e outros animais	ros 1.182,07 1.127,60		1,105,68	
ammais	Leite de vaca	1.051,20			
Criação de suínos	Suínos vivos	1.578.00	769,08	808,93	
Criação de Aves	Aves vivas	1.562,36	966.05	1.049,14	
Chação de Aves	Ovos de Galinha	452,83		1.049,14	
Total Pecuária		5.826,47	2.862,72	2.963,70	

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 6: Fontes dos dados utilizados na evolução do Valor Bruto de Produção (VBP) da Pecuária.

Produtos	Volume	Preços	Observação
Bovinos de corte	PPM e PTA ³ /IBGE	Epagri/Cepa	Boi gordo (pagamento em 20 dias)
Leite de vaca e de outros animais	PTL ⁴ /IBGE	Epagri/Cepa	Leite - posto plataforma indústria
Criação de suínos	PPM e PTA/IBGE	Epagri/Cepa	Suíno vivo - produtores integrados
Aves	PPM e PTA/IBGE	Epagri/Cepa	Frango granja vivo
Ovos de Galinha	POG ⁵ /IBGE	Epagri/Cepa	Ovos de granja médio

Fonte: IBGE (2016a), IBGE (2016b), IBGE (2016), IBGE (POG) e EPAGRI (2018).

Para a evolução das despesas da pecuária do Estado, os itens avaliados e as fontes dos dados são apresentadas na Tabela 7. Os custos intermediários para a pecuária foram avaliados para as três atividades: Criação de Bovinos e outros animais, Criação de suínos e

² O VBP dos produtos foi estimado.

³ PTA - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

⁴ PTL – Pesquisa Trimestral do Leite

⁵ POG- Produção de Ovos de Galinha

Criação de aves, conforme denominação do IBGE. O peso de cada insumo na atividade é oriundo das Despesas do Censo Agropecuário de 2006 em IBGE (2007). Em cada grupo, foram avaliados a evolução de preços e volumes de produtos utilizados na atividade e que estão disponíveis para acompanhamento. O volume de cada atividade é a própria produção. Os preços seguem os insumos específicos e que estão destacados na Tabela 7.

Tabela 7: Fontes dos dados utilizados no acompanhamento da evolução do Consumo

Intermediário da Pecuária.

Produtos	Volume	Preços	Observação
Compra de Animais	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	-Bovino corte bezerro desmamado p/ engorda -Suínos - cachaco 80 a 100 kg – cabeça -Pinto de 1 dia corte - cabeça
Rações	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	-Ração bovinos - lactação - sc 25kg -Ração suínos - pré-inicial - sc 25kg -Ração frango - inicial - sc 25kg
Medicamentos para animais	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	-Mastifim (Vaca Seca) 10 ml -Neguvon - 150g -Vitagold potenciado - 50ml
Combustíveis	IBGE – LSPA	Epagri/Cepa	Diesel
Energia elétrica	IBGE - LSPA	Epagri/Cepa	Energia elétrica rural

Fonte: IBGE (2016a), EPAGRI (2018).

Tanto para o VBP quanto para o CI, a evolução de preços e volume dos produtos foram ponderados pelos seus valores respectivos, considerando como ponto de partida os dados obtidos do Censo Agropecuário de 2006.

3.1.3 Procedimentos específicos para floresta/pesca

As atividades de Floresta e Pesca são apresentadas de forma agregada pelo IBGE. A Tabela 8 apresenta os valores agregados, assim como os valores estimados separadamente para Floresta e Pesca. Em 2010, a Produção florestal, pesca e aquicultura movimentou R\$ 1.835 milhões, gerando aproximadamente R\$ 1.496 milhões.

Os valores adicionados de Floreta e Pesca foram obtidos diretamente do IBGE, mas os Valores Brutos de Produção e Consumo Intermediário foram estimados. Para o VBP de

Floresta, foram utilizados os valores do Censo Agropecuário de 2006 e atualizado pelo crescimento da PEVS. Já, o VBP da Pesca/Aquicultura é a diferença entre o valor informado pelo IBGE e o estimado para Florestal, o que resulta em cerca de R\$ 565 milhões. Os valores de Consumo Intermediário são obtidos por diferenças entre o VBP e VA.

Tabela 8: VBP, CI e VA das atividades da Floresta e Pesca/Aquicultura em Santa Catarina no ano de 2010.

Atividades	VBP	CI	VA
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
Produção florestal, pesca e aquicultura	1.835,16	338,29	1.496,87
Floresta	1.269,70	31,40	1.301,08
Pesca/Aquicultura	565,44	369,64	195,80

Fonte: IBGE (1997) e IBGE (2016c).

Para o acompanhamento da evolução do VBP, foram utilizados os produtos e fontes descritos na Tabela 9. Nos produtos da floresta, os volumes e os preços os anos anteriores foram obtidos da Pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Para o ano corrente, os preços foram de madeira de pinus e lenha. Já, o volume utilizado para o ano corrente foi oriundo da EPAGRI (2018).

Tabela 9: Fontes dos dados utilizados na evolução do Valor Bruto de Produção (VBP) da Floresta e Pesca/Aquicultura.

Produtos	Volume	Preços	Observação
Madeira em tora – Celulose (S)	PEVS/IBGE	PEVS/IBGE	Ano corrente: Preço da Madeira pinus/Epagri
Madeira em tora – outras finalidades (S+E)	PEVS/IBGE	PEVS/IBGE	Ano Corrente: Madeira tora pinus/Epagri
Lenha (S+E)	PEVS/IBGE	PEVS/IBGE	Lenha de eucalipto
Carvão vegetal (S+E)	PEVS/IBGE	PEVS/IBGE	
Pesca/Aquicultura	Cepa/Epagri	Cepa/Epagri	- Tilápia Viva para Preços - Produção da piscicultura

Fonte: IBGE (2016c), IBGE (2007) e EPAGRI (2018).

Em termos de consumo intermediário, as Tabelas 10 e 11 apresentam os produtos/insumos acompanhados em termos de preços e volume e as respectivas fontes. Na atividade de Floresta, o volume do consumo intermediário segue a área do efetivo da silvicultura e na Pesca/Aquicultura segue o volume de produção.

Para a atividade denominada Pesca, embora o valor adicionado represente o conjunto da Pesca e aquicultura, o acompanhamento segue a evolução de preços e volume da

aquicultura, uma vez que não há informações da dinâmica da pesca no estado na periodicidade trabalhada na pesquisa. O mesmo ocorre com os dados utilizados pelo IBGE.

Tabela 10: Fontes dos dados utilizados no acompanhamento da evolução do Consumo Intermediário da Floresta.

Produtos	Volume	Preços	Observação
Sementes e mudas	Área total/PEVS	Muda de pinus/Epagri	
Fertilizantes	Área total/PEVS	Superfosfato simples/Epagri	
Corretivos de solo	Área total/PEVS	Calcário a granel/Epagri	
Agrotóxicos	Área total/PEVS	Glifosato Nortox/Epagri	
Combustíveis	Área total/PEVS	Diesel/Epagri	

Fonte: IBGE (2016c), EPAGRI (2018)

Tabela 11: Fontes dos dados utilizados no acompanhamento da evolução do Consumo Intermediário da Pesca.

Produtos	Volume	Preços	Observação
Alevinos	Produção/Epagri	Tilápia/Epagri	
Rações	Produção/Epagri	Ração peixe inicial/Epagri	
Medicamentos	Produção/Epagri	Terramicina LA/Epagri	
Combustíveis	Produção/Epagri	Diesel/Epagri	
Energia Elétrica	Produção/Epagri	Energia elétrica rural/Epagri	

Fonte: IBGE (2016b) e EPAGRI (2018).

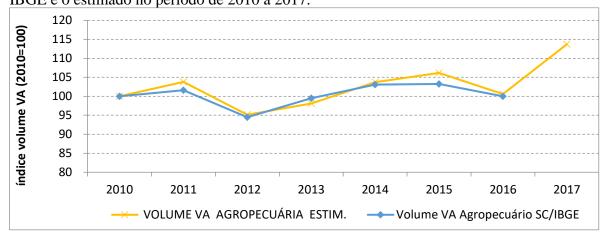
4 Resultados obtidos: comparações com estatísticas do IBGE

Nesse tópico são apresentadas a evolução de volumes e a de preços do produto agropecuário de Santa Catarina estimadas em comparação com os do IBGE. Os indicadores agropecuários de SC calculados pelo IBGE são divulgados anualmente e possuem aproximadamente dois anos de defasagem, sendo o último publicado referente o ano de 2016. São apresentadas, aqui, comparações do índice de volume e de preços do valor adicionado e da produção.

Figura 1 apresenta a evolução acumulada de volume do valor adicionado entre 2007 e 2017 tendo como base 100 o ano de 2010. Embora o indicador estimado busque representar a mesma dinâmica do indicador do IBGE, alguns procedimentos e mesmo fontes de dados não são as mesmas, o que leva a resultados diferentes em alguns períodos. Cabe observar que o comportamento de forma geral é bastante simétrico, mantendo a igualdade a cada dois

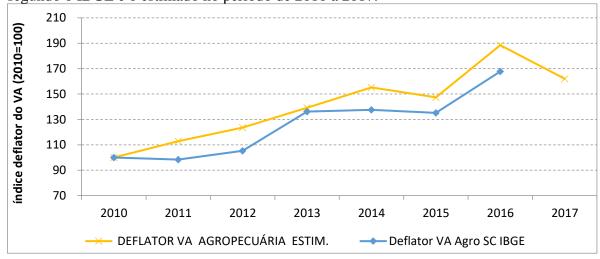
anos e se diferenciando também a cada dois anos. Partindo do ano 2010 com valor igual a 100, o produto do indicador estimado foi de 100,6 em 2016 e o do IBGE foi de 100,0. Cabe observar que o indicador estimado anual é resultado do comportamento dos respectivos trimestres.

Figura 1: Evolução do volume do valor adicionado da agropecuária catarinense segundo o IBGE e o estimado no período de 2010 a 2017.



Fonte: IBGE (SCN) e dados da pesquisa

Figura 2: Evolução do deflator/preços do valor adicionado na agropecuária catarinense segundo o IBGE e o estimado no período de 2010 a 2017.

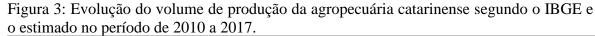


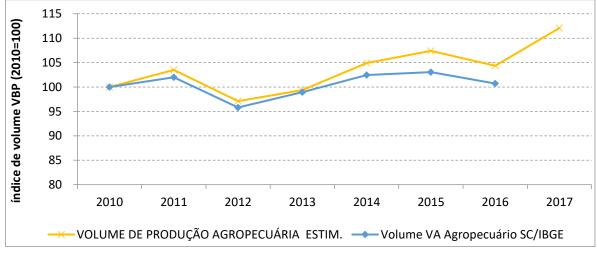
Fonte: IBGE (SCN) e dados da pesquisa

A Figura 2 mostra a evolução dos deflatores do valor adicionado na agropecuária catarinense. Pode-se pensar estes como preços dos produtos adicionados na economia; o indicador reflete o comportamento dos preços dos produtos vendidos e também dos insumos. Os preços foram obtidos de fontes regionais e adequados ao conjunto de produtos avaliados e a metodologia. Assim, nesse indicador, é mais provável encontrar diferenças em relação

ao do IBGE. De forma geral, a Figura 2 mostra uma tendência de alta similar no período observado. Partindo da unidade 100 em 2010, obteve-se um número índice de 188,5 no indicador estimado e 167,8 no do IBGE.

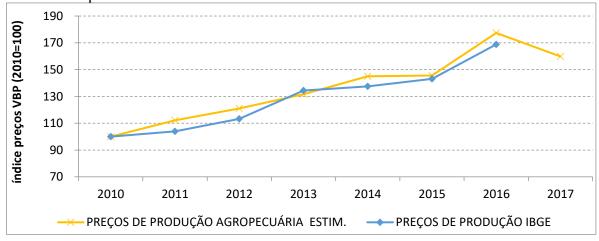
Figura 3 mostra o comportamento dos volumes de produção a partir de 2010. O indicador estimado mostra uma tendência muito similar ao do IBGE ao longo dos anos, tendo se diferenciado mais entre os anos 2013 e 2015. Considerando a base em 2010 igual a 100, o índice atingiu montante de 104,3 em 2016, enquanto o indicador do IBGE foi de 100,7.





Fonte: IBGE (SCR) e dados da pesquisa

Figura 4: Evolução de preços da produção agropecuária catarinense segundo o IBGE e o estimado no período de 2010 a 2017.



Fonte: IBGE (SCR) e dados da pesquisa

A Figura 4 apresenta o comparativo de comportamento do conjunto de preços agropecuários de Santa Catarina. O indicador estimado apresenta comportamento bastante próximo ao do IBGE. Entre 2010 e 2016, o indicador do IBGE cresceu 68.2%, enquanto o indicador estimado aumentou em 59,8%. Os preços considerados no indicador abrangem cerca de 30 produtos.

5 Análise da geração do produto agropecuário catarinense entre 2007 e 2017

O indicador do produto agropecuário catarinense apresentado na Figura 5 mostra um crescimento em termos de volume de 30,3% entre os anos de 2007 e 2017, o que representa uma expansão média anual de 2,7% ao ano. Esse desempenho foi muito similar ao observado na agropecuária nacional. Já, em comparação ao crescimento da economia catarinense com um todo, o seu desempenho acumulado foi superior. Essa diferença pode ser explicada especialmente pelo comportamento produtivo a partir de 2014, quando a crise econômica atingiu mais intensamente as atividades industriais e de serviços, derrubando o produto estadual e também nacional. É importante observar que o crescimento acumulado foi ampliado de forma significativa, em termos de volume devido à expansão das lavouras em 2017. Se considerado o crescimento da agropecuária entre 2007 e 2016, este ficou em 15,2%, se aproximando dos números da economia estadual.

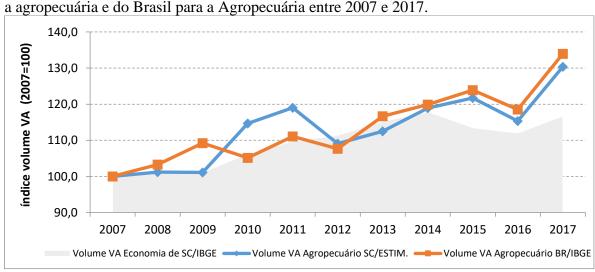
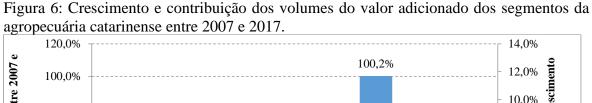


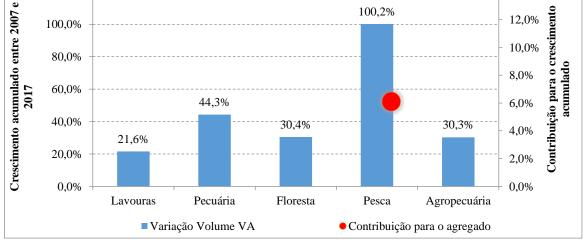
Figura 5: Índices de volume do valor adicionado de Santa Catarina para a economia e para a agropecuária e do Brasil para a Agropecuária entre 2007 e 2017.

Fonte: IBGE (2016) e dados da pesquisa.

Embora a agricultura tenha sua dinâmica de produção relacionada às questões climáticas e ciclos anuais de cultura, observa-se que o produto total agropecuário seguiu a tendência do conjunto da economia, mesmo apresentando uma parcela do produto estadual. Isso reflete a grande integração das atividades agropecuária com a indústria e serviços regional. Esta integração pode não ocorrer se houver uma mudança na estrutura produtiva regional, com maior industrialização ou terceirização em atividade não correlacionadas diretamente com os produtos agropecuários. No entanto, parece ter sido o caso nesse período.

Em 2007, a agropecuária representava 10,7% do valor adicionado em Santa Catarina, caindo para 6,9% em 2017, segundo IBGE (2016). Essa queda da participação da agropecuária ocorreu em todo o país e é reflexo das mudanças estruturais características do desenvolvimento econômico. Porém, cabe ressaltar que essa queda em termos de participação no valor adicionado da agropecuária no período não representava uma menor vinculação da atividade industrial e de serviços aos produtos agropecuários. Como observado, a Figura 5 mostra que a agropecuária cresceu acompanhando a tendência de expansão da indústria e dos serviços no estado.





Fonte: dados da pesquisa

O crescimento de 30,3% no volume do produto agropecuário entre 2007 e 2017 foi resultado da expansão do volume dos quatro grupos de atividades, Lavouras, Pecuária, Floresta e Pesca. A Figura 6 apresenta os números do crescimento e também da contribuição de cada grupo para o resultado acumulado na agropecuária. Verifica-se que a Pecuária contribuiu com cerca de 12,2% dos 30,3% da agropecuária e as Lavouras com

aproximadamente 11,8%. A Pesca se destaca em termos de expansão, porém sua participação no produto estadual foi ainda pequena, comparado com os demais.

Na Pecuária, as atividades que mais se expandiram nesse período foi o leite, seguido de Bovinos, Ovos e Aves. O bom desempenho na produção no conjunto da pecuária fez a produção animal elevar sua participação do valor adicionado, passando de cerca de 28,5% em 2007 para 34,5% em 2017.

Nas atividades de Lavoura, a expansão de 21,5% no acumulado esteve mais relacionada ao crescimento da soja. Se observado o período de 2007 e 2016, o resultado foi negativo. Assim, o ano de 2017 apresentou produção elevada de importantes produtos como a Soja, Milho, Arroz, Maça e Fumo, o que alçou o volume acumulado. De forma geral, ao longo do período analisado, o volume de produção vem mantendo uma tendência mais de substituição de cultura do que de expansão ou recuo de volume de produção.

A Pesca apresentou o crescimento mais expressivo no volume produzido no período analisado. Destaca-se a tendência de expansão desse volume ao longo dos últimos anos. Já, a Floresta, o resultado positivo de cerca de 30,4% em termos de volume também foi bastante influenciado pelo resultado de 2017. Ao longo dos anos os volumes não apresentaram tendências de expansão ou retração, mas sim importantes oscilações.

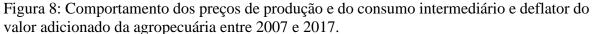
A Figura 7 apresenta o movimento do valor adicionado corrente em função dos preços e de volume, assim como a sua participação do valor adicionado na economia catarinense no período de 2007 a 2017. Ao longo das últimas décadas a participação da agropecuária na economia, observando apenas sua participação, vem diminuindo tanto na economia Brasileira quanto na economia catarinense. Isso se deve a mudanças estruturais típico do processo de desenvolvimento e dos novos arranjos da agropecuária nas cadeias produtivas. Para o período de 2007 a 2017, conforme Figura 7 (eixo secundário), observa-se uma leve queda da participação, passando de 7,8% em 2007 para 7,2%. Para esse período pode-se sugerir uma certa estabilidade nessa participação. No Brasil também se observa essa estabilidade para o período mais recente, embora em um patamar menor, de cerca de 5,5%.

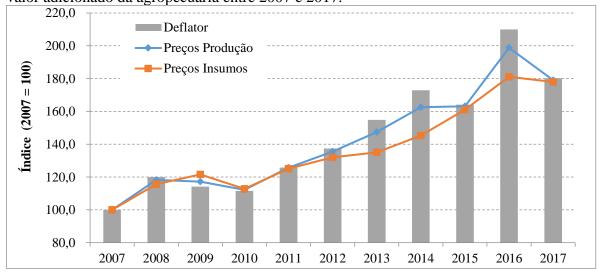
A Figura 7 também mostra a importância dos preços na formação da renda da agropecuária. Lembrando que o deflator do valor adicionado é obtido implicitamente, e é resultado do comportamento dos preços dos produtos e dos insumos utilizados ao longo do tempo. Assim, quanto os preços dos produtos crescem mais que os preços dos insumos, o deflator do valor adicionado aumenta. No período de 2008 e 2017, os anos de 2009, 2010, 2015 e 2017 apresentaram recuo do deflator, o que contribuiu para restringir a expansão da renda agropecuária no período.

9,0% Participação Agropec./SC no valor 45,0% 8,0% variação de volume e preços do Valor 7,0% 35,0% 6,0% 25,0% 5,0% adicionado 15,0% 4,0% 3,0% 5,0% -5,0% 1,0% -15,0% 0,0% 2007 2008 2009 2011 2012 2013 2014 2016 2017

Figura 7: Crescimento do valor adicionado em função dos volumes e preços da agropecuária de Santa Catarina entre 2008 e 2017.

Fonte: dados da pesquisa





Fonte: dados da pesquisa

Ainda em relação aos preços, a Figura 8 mostra a evolução dos preços dos produtos, insumos e do deflator da agropecuária de Santa Catarina, o que ajuda a entender os movimentos do deflator, e portanto, do valor adicionado ao longo do tempo. Para o período em análise, observa-se uma relação muito próxima entre os preços dos insumos e dos produtos. No acumulado o crescimento dos preços foi praticamente iguais. Apenas no período de 2011 e 2014 os preços dos insumos cresceram num ritmo menor que os produtos, ampliando a expansão do deflator. Entre eles, os agrotóxicos e energia elétrica contribuíram

para diminuir o ritmo de crescimento dos preços entre 2010 e 2014, quando então passaram a apresentar tendências de alta acelerada.

6 Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver um indicador trimestral representativo do produto agropecuário catarinense, ao longo do tempo. A razão para isso foi à ausência desse tipo de informação em Santa Catarina. Esse indicador foi montado partindo dos números de valor adicionado divulgados pelo IBGE para Santa Catarina, referente ao ano de 2010. A partir desse período, os volumes, preços e valores foram atualizados até o período mais recente. A análise do indicador e os dados apresentados são referentes aos anos de 2007 a 2017.

O indicador desenvolvido demonstrou uma boa aderência aos números divulgados pelo IBGE, embora algumas diferenças metodológicas foram formalizadas. Além do indicador de volume, tradicionalmente divulgado pelos Institutos de Pesquisa, foram criados indicadores de preços e deflatores, de forma a acompanhar, além do produto gerado pela agropecuária, a renda real auferida com as atividades.

Os indicadores gerados mostram um crescimento do produto em termos de 30% entre 2007 e 2017. Como o produto oscila bastante ao longo dos anos, cabe observar que esse crescimento depende muito do ano escolhido. Se considerado os anos de 2007 e 2016, essa expansão reduziu para cerca de 16%. Esse crescimento foi liderado pela produção pecuária, o que ampliou sua participação no valor adicionado agropecuário de Santa Catarina durante esse período. Os indicadores também mostram o grande peso dos preços sobre o crescimento do valor adicionado no período. Tirando os anos de 2010 e 2017, nos demais os preços sustentaram o crescimento do valor adicionado. Esses ganhos em preços podem ser explicados pelo maior aumento dos preços ao produtor em relação aos insumos.

O desenvolvimento de alguns indicadores relacionados à produção, custos e renda da atividade agropecuária permitiu visualizar a evolução do produto agropecuário dos últimos anos e também irá contribuir para entender as dinâmicas mais recentes. Como complemento desse trabalho, o autor sugere mais estudos relacionados aos fatores de produção que auferiram ou usufruíram desse crescimento. O aumento da tecnologia empregada no campo e a redução da mão de obra podem estar modificando de forma significativa, a composição

dos grupos sociais no produto agropecuário. E isso poderá levar a mudanças importantes na dinâmica da produção e da sustentabilidade das pessoas envolvidas na produção.

Referências

- ALVES, E.; LOPES, M.; CONTINI, E. O empobrecimento da agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, 8, Jun. 2015. Disponível em: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/678. Acesso em: 08 Mar. 2018.
- AQUINO, J. G. P. **Dimensões, características e desafios das cadeias agropecuárias do estado de Santa Catarina**, 2016. 93p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Economia e Relações Internacionais, UFSC, Florianópolis, 2016.
- BLOEM, A. M.; DIPPELSMAN, R. J.; MAEHLE, N. O. **Quarterly national accounts manual**: concepts, data sources, and compilation. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2001.
- CEPEA CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Relatório PIB Agro Brasil**. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_jun14.pdf. Acesso em: 27 set 2014.
- EPAGRI EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Preços médios de produtos agrícolas recebidos pelos agricultores.** Florianópolis, 2018. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=2711. Acesso em: 27 abr. 2018.
- FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O.; LIMA, F. C. G. de C.; FILHO, N. H. B.; PALIS, R. **Contabilidade Social**: referência atualizada das Contas Nacionais do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- FURTUOSO, M. C. O.; GUILHOTO, J. J. M. Estimativa e mensuração do produto interno bruto do agronegócio da Economia Brasileira, 1994 a 2000. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 41, n. 4, p. 803-827, 2003.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário: 1995-1996. Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistemas de Contas Nacionais**. Rio de janeiro, 2016. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2014/default.shtm. Acesso em: 15 dez 2018.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistemas de Contas Regionais**. Rio de janeiro, 2016. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/default.shtm.

- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, v. 43, 2016a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-ecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 09 abr. 2018.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro, v. 44, 2016b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-ecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 09 abr. 2018.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.** Disponível em: https://www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 09 abr. 2018.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Trimestral do Leite.** Disponível em: https://www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 09 abr. 2018.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **POG Produção de Ovos de Galinha.** Disponível em: https://www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 09 abr. 2018.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e da silvicultura.** Rio de Janeiro, v. 31, 2016c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-ecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 09 abr. 2018.
- MAZZUCCO, B. L. C. **Padrões de geração, apropriação e absorção do produto social em Santa Catarina**: um estudo a partir de uma matriz de contabilidade social, 2013. 77p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Economia e Relações Internacionais, UFSC, Florianópolis, 2013.
- MIELE, M.; MIRANDA, C. R. de. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século XXI. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília, DF: CGEE, 2013. p. 201-229.
- MONTOYA, M. A.; FINAMORE E. B. Evolução do PIB Agronegócio Brasileiro de 1959 a 1995: uma Estimativa na Ótica do Valor Adicionado. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo: FAEC/UPF, v. 9, n. 16, p. 09-24, 2001.
- TESTA, V.M; NADA, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O** desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense. Florianópolis: EPAGRI, 1996, 247p. (Proposta para discussão).

Recursos e capacidades de trabalho associados à renda de estabelecimentos agropecuários de produtores de tabaco do Sul do Brasil

Luis Augusto Araújo* Marcelo Alexandre de Sá** Marcia Mondardo***

Resumo

O artigo tem como objetivo compreender como os agricultores avaliam o trabalho em estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco no Sul do Brasil, a partir da associação dos recursos e das capacidades de trabalho percebidas à renda dos anos agrícolas 2014/15 a 2017/18. É um estudo com agricultores, de abordagem de método misto, mediante aplicação de questionário, da técnica de grupo focal e de acesso a relatórios contábeis. A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da estatística descritiva, da análise de correlação e de análise de conteúdo, tendo por referência a Visão Baseada em Recursos (VBR). Os resultados revelam associação positiva entre a renda e os recursos tecnológicos (máquinas, equipamentos e construções), bem como à área do estabelecimento agropecuário (agrícola explorada e total). Em contrapartida, os resultados não apontam associação à renda da disponibilidade de trabalho familiar e contratado e dos recursos humanos (idade do agricultor e grau de instrução).

Palavras-chave: capacidades de trabalho; recursos; renda.

Resources and work capacities associated with the income of tobaccoproducing agricultural establishments in southern Brazil

Abstrat

The article aims to understand how farmers evaluate work in tobacco-producing agricultural establishments in southern Brazil, from the association of perceived resources and work capacities with income from the 2014/15 to 2017/18 years is examined. It is a study with farmers, with a mixed method approach, through the application of a questionnaire, the focus group technique and access to accounting reports. The interpretation of the collected material followed the teachings of descriptive statistics, correlation analysis and content analysis, with reference to the Resource Based View (RBV). The results reveal a positive association between income and technological resources (machines, equipment and buildings), as well as the area of the agricultural establishment (exploited and total agricultural). On the other hand, the results do not indicate an association with income from the availability of family and contracted work and human resources (age of the farmer and education level).

Keywords: work capacities; resources; income.

Classificação JEL: M1, Q10

^{*}Analista de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/CEPA). E-mail: laraujo@epagri.sc.gov.br

^{**}Analista de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/CEPA). E-mail: marcelodesa@epagri.sc.gov.br

^{***} Estatística da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/CEPA). E-mail: mmondardo@epagri.sc.gov.br.

1 Introdução

O mundo rural brasileiro revela um processo de transformação da agricultura reconhecido por um desenvolvimento produtivo vistoso, mas socialmente controverso. Ao experimentar vida social rural menos intensa, o novo período rompe com os componentes característicos que configurou o passado rural brasileiro e permite emergir acentuado processo de vida social rarefeita nas regiões rurais (NAVARRO, 2016). As revelações acima são motivo de preocupação das pessoas em geral e, mais particularmente, de quem faz a prática da gestão dos estabelecimentos agropecuários.

Em 1954, Arthur Lewis publicou o artigo *Economic development with unlimited supplies of labour*, que influenciou a análise do desenvolvimento. Mais recentemente, a reversão da oferta ilimitada de trabalho para uma situação de escassez de trabalho, exterioriza uma das facetas desse novo período de desenvolvimento agrário brasileiro. Este é um acontecimento sem precedentes em nossa história agrária e um elemento nunca antes presente na organização das atividades agropecuárias (NAVARRO, 2016). Apesar das intensas transformações na agricultura, a oferta e a demanda de trabalho agrícola foram praticamente ignoradas pelas políticas públicas e também pela academia. Mais recentemente, o mercado de trabalho passou a ser motivo de reflexão à medida que suas imperfeições se tornaram perceptíveis (BUAINAIN; DEDECA, 2008; GARCIA, 2014).

Em particular, no âmbito das mudanças que ocorrem nos mercados de trabalho agrícola, as dimensões atribuídas as causas desses eventos acabam por determinar o tipo de comportamento dos agricultores (MANASSERO *et al.*, 2006). Assim, captar a percepção que têm os agricultores com respeito às transformações no mercado de trabalho constitui um avanço na busca das causas atribuídas e, também, na compreensão da complexidade multidimensional presente na prática da gestão dos estabelecimentos agropecuários.

Em um esforço para compreender como os agricultores produtores de tabaco no Sul do Brasil se sentem em relação ao trabalho no estabelecimento agropecuário, este artigo examina a associação existente entre as capacidades percebidas de trabalho e os recursos com a renda obtida em quatro anos agrícolas. Assim, pretende-se responder a duas questões de pesquisa: i) as percepções dos agricultores sobre as capacidades de trabalho e os recursos disponíveis estão associadas à renda?; e, ii) como os agricultores se sentem em relação a disponibilidade e a qualidade do trabalho?

É um estudo com agricultores, com abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa,

em que os dados primários são obtidos utilizando-se de questionário estruturado relativos às percepções dos agricultores e da técnica de grupo focal e, os dados secundários, obtidos de relatórios contábeis. No estudo, se utiliza análise de correlação para testar a relação dos recursos e das capacidades percebidas pelos agricultores à renda. Ao mesmo tempo, os *insights* obtidos da aplicação da técnica de grupo focal são empregados para examinar como os agricultores se sentem em relação ao trabalho no estabelecimento agropecuário. Assim, a justificativa de se fazer o acompanhamento com pesquisa qualitativa é, exatamente, melhor entender e explicar os resultados quantitativos. Nesse intento, a relevância da investigação resulta da necessidade de se compreender como se podem alavancar os recursos disponíveis e potenciar um nível de desempenho superior em estabelecimentos agropecuários que enfrentam, com frequência, um contexto de escassez de recursos.

O artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, realizam-se uma breve reflexão sobre as transformações na agropecuária, o trabalho rural e o referencial teórico que fundamentou a elaboração do modelo de investigação. Na segunda, discorrem-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na terceira, descrevem-se as características dos estabelecimentos agropecuários estudados e apresentam-se os principais resultados e sua discussão. Na última parte, apresentam-se as conclusões e sugestões para futuros estudos.

2 O trabalho como recurso

Inicialmente, buscam-se caracterizar as transformações na agropecuária e suas relações com o trabalho rural. Em seguida, abordam-se os conceitos relacionados aos recursos e a heterogeneidade de renda de estabelecimentos agropecuários, sob o enfoque da Visão Baseada em Recursos (VBR).

2.1 As transformações na agropecuária e o trabalho rural

A estrutura produtiva agropecuária brasileira abriga estabelecimentos caracterizados pela elevada eficiência na gestão e no uso de tecnologias, assim como abriga um grande número de estabelecimentos que não possuem essas características de eficiência (ALVES; ROCHA, 2010). Esses fatos revelam parte da marcante heterogeneidade da estrutura

produtiva agrícola, que vão inclusive repercutir direta ou indiretamente nos mercados de trabalho agrícola (GARCIA, 2014).

Em relação à via tecnológica, a modernização da agricultura foi capaz de usar as inovações químicas para aumentar a produtividade da terra e, ao mesmo tempo, intensificar o uso de inovações mecânicas, para melhorar a produtividade do trabalho. Simultaneamente, nesse processo, de um lado, ocorreu uma intensa concentração da renda e, de outro, a pobreza extrema na agricultura que se manifesta de forma aguda e regionalizada – bem delimitada no nordeste brasileiro (VIEIRA FILHO, 2017). O crescimento da produtividade revela-se como a base do desenvolvimento da agricultura brasileira (GASQUES *et al.*, 2012). Para ressaltar a importância da tecnologia, relativamente a função de produção agrícola, observou-se que um aumento de 100% na renda bruta poderia ser explicado pela tecnologia (68%), pelo trabalho (23%) e pela terra (9%) (ALVES; SOUZA; ROCHA, 2012).

A partir de 2005, o número de ocupados em atividades agrícolas no Brasil apresenta significativa redução, em razão da redução dos trabalhadores não remunerados e dos empregados sem carteira. Em 2012, a população ocupada agrícola continua representando uma parcela expressiva de 14 milhões de trabalhadores. Além disso, a população ocupada agrícola tem revelado índices elevados de desigualdade na distribuição dos rendimentos e na forma de inserção no mercado de trabalho. Mais particularmente na região Sul, entre 2005 e 2012, manifestou-se a maior redução relativa da população ocupada agrícola. O número de trabalhadores agrícolas nessa região reduziu em 1 milhão, representando 32% da população ocupada agrícola de 2005, atraídos pelas melhores oportunidades de emprego e renda nos centros urbanos (MAIA; SAKAMOTO, 2014). Além disso, contribuiu para essa redução relativa a concentração da produção e a perda da participação de pequenos estabelecimentos agrícolas em várias cadeias produtivas, a exemplo da suinocultura e avicultura (MIELE; MIRANDA, 2013).

Os elementos de análise empírica e os quadros conceituais tradicionais da economia fornecem capacidade analítica limitada para compreender as profundas mudanças estruturais do meio agrícola, que leva a implicações na estrutura e no funcionamento das organizações rurais (BOEHLJE, 1999). As teorias econômicas tradicionais sugerem que diferenças de desempenho entre as empresas devem ser incomuns e quase certamente não serão persistentes, e se existirem, são provavelmente uma manifestação das ações de comportamento em mercados imperfeitos, por parte das empresas (BARNEY; ARIKAN, 2001).

Assim, as teorias econômicas tradicionais revelaram dificuldades para explicar as diferenças de desempenho persistentes entre empresas. Para preencher essa lacuna, emergiram diferentes correntes de pensamento que buscam desenvolver conceitos e teorias para explicar e compreender as diferenças de desempenho entre empresas. A Visão Baseada em Recursos é uma destas correntes.

2.2 Visão baseada em recursos (VBR)

Em seus estudos sobre o valor estratégico dos recursos, Ricardo (1817) destacava os ganhos potenciais advindos de terras que possuem produtividade superior. Em sua lógica, as terras mais produtivas terminariam diminuindo os custos médios de produção, sendo que os ganhos advindos desse diferencial passaram a ser denominados de Rendas da Terra e, posteriormente, de Rendas Ricardianas. O ganho de Rendas Ricardianas pelo uso de recursos de produtividade superior, raro e escasso representa os fundamentos da Visão Baseada em Recursos (VBR).

Na concepção de Penrose (1959), a firma é uma coleção de recursos produtivos em que a escolha do uso destes recursos ao longo do tempo depende da gestão. Assim, a firma cresce à medida que ganha eficiência em suas atividades de rotina, liberando recursos e atenção gerencial a procura de novos negócios (PENROSE, 1959). Barney (1991), que transformou a VBR numa teoria, sugeriu a definição de recurso como sendo os ativos tangíveis e intangíveis utilizados pela empresa para conceber e implementar sua estratégia (MINTZBERG et al., 2010).

Os ativos tangíveis são todos aqueles que podem ser efetivamente observados e medidos, sendo aqueles passíveis de aquisição e substituição, tais como os estoques, as instalações, os equipamentos. Além disso, os ativos tangíveis não representam vantagem duradoura à firma, na medida em que podem ser adquiridos e imitados (BARNEY, 1991; BURLAMAQUI; PROENÇA, 2009). Os ativos tangíveis podem ser categorizados em quatro grupos: Financeiros - dizem respeito à capacidade de financiamento e de gerar receita; Organizacionais - referem-se à estrutura de planejamento, controle e coordenação; Físicos - como instalações físicas, equipamentos e insumos; e, Tecnológicos - como patentes, marcas registradas, direitos autorais e segredos comerciais, que são formas de tangibilizar o conhecimento (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2008).

Diferentemente, os ativos intangíveis não possuem propriedades físicas, sendo de difícil observação e mensuração. Além disso, a complexidade social, a ambiguidade causal e dependência histórica fazem dos ativos intangíveis difíceis de serem copiados pelos concorrentes, contribuindo para as vantagens mais duradoras (BARNEY, 1991; BURLAMAQUI; PROENÇA, 2009; BRANCO; RODRIGUES, 2006). Os ativos intangíveis podem ser categorizados em três grupos: inovações - conhecimento técnico e científico acumulado, capacidade e disposição a inovar; recursos humanos - competências cognitivas, comportamentais, culturais e sociais; e, reputação - percepções historicamente construídas das pessoas que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados de uma empresa (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2008).

O conceito de recursos controlados por uma empresa contempla todos os ativos, capacidades, informação e conhecimento. Os recursos podem ser classificados em três categorias: (1) recursos físicos - como fábrica, equipamentos, tecnologia, localização geográfica, acesso a matérias-primas; (2) recursos de capital humano - como experiência, capacitação, inteligência, relacionamentos; e, (3) recursos organizacionais – como as rotinas que coordenam os recursos humanos e físicos da empresa (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2016; MINTZBERG, 2010). Na perspectiva da VBR, as vantagens competitivas ocorrem a partir de recursos que sejam de domínio e de privilégio de determinada organização (WERNERFELT, 1984; PETERAF, 1993).

Na abordagem baseada em recursos, o segredo reside na compreensão das relações entre os recursos e capacidades e sua rentabilidade como fonte de vantagem competitiva e uma estratégia que explore as especificidades únicas da organização. Segundo o enfoque da VBR, uma estrutura para análise estratégica deve partir de uma avaliação dos recursos, da identificação das capacidades da firma, de uma avaliação do potencial de geração de renda de recursos e capacidades, da seleção de uma estratégia para explorar os recursos e capacidades e, por último, na identificação de lacunas de recursos que precisam ser preenchidas (GRANT, 1991, p.115 apud BARBOSA, 2013, p. 33). Os recursos e capacidades se constituem o centro da formulação de estratégia.

De acordo com a VBR, os recursos empregados pelas firmas se caracterizam pela oferta altamente inelástica e assim originam rendas econômicas. Nesse enquadramento, a criatividade e a habilidade da mão-de-obra são exemplos disso, apesar de sua oferta do ponto de vista quantitativo não ser inelástica. Ainda no segmento agrícola, o estabelecimento agropecuário pode se diferenciar ao se beneficiar de recursos naturais únicos (fonte de água ou tipo de solo, por exemplo) ou mesmo de um aprendizado particular (BARNEY;

ARIKAN, 2001). De forma geral, os estabelecimentos agropecuários controlam um conjunto de recursos que variam de um estabelecimento para o outro.

A VBR propala a heterogeneidade em termos de recursos e capacidades, para explicar as diferenças ao nível do desempenho entre organizações (BERNARDINO; SANTOS, 2018). Em resumo, a VBR preconiza a historicidade do estabelecimento agropecuário singular na explicação de seu desempenho em dado momento, reconhecendo a interdependência temporal na obtenção de lucro pelos estabelecimentos agropecuários. Adianta-se que, nas páginas seguintes, não se pretende considerar todas as variáveis e recursos determinantes da renda, mas os que serão utilizados não reduzem a relevância dos resultados para os estabelecimentos agropecuários estudados e, nem tão pouco, para os demais.

3 Material e método

A presente pesquisa assumiu características de estudo quantitativo e qualitativo, exploratório e descritivo. O emprego de métodos mistos se justifica pela complexidade do problema abordado pelo artigo, a possibilidade de obtenção de mais *insights* e por favorecer uma maior compreensão do problema de pesquisa (CRESWELL, 2010). A amostragem foi intencional composta por 237 estabelecimentos agropecuários da Região Sul do Brasil que participam do programa "Propriedade sustentável¹", distribuídos nas regiões representadas na Figura 1.

_

¹ O programa "Propriedade Sustentável" objetiva apoiar ações de capacitação gerencial e sustentável do agronegócio na pequena propriedade rural. Este programa resulta de um convênio entre a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a Souza Cruz e as Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande no Sul.



Figura 1 - Localização dos estabelecimentos agropecuários participantes da pesquisa em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, por município polo.

Fonte: Villazon-Montalvan et al. (2017).

3.1 Coleta de dados

Os dados primários foram coletados por meio da aplicação de questionário, visando ter a sua percepção sobre um conjunto de variáveis e por meio da aplicação do método de grupo focal ao conjunto de agricultores participantes deste estudo. O questionário contemplou tópicos relacionados a caracterização socioeconômica dos estabelecimentos e questões amplamente apontadas como determinantes pela bibliografia que tratam do tema, buscando-se fazer as adequações para o público objeto de estudo. O questionário foi concebido seguindo a abordagem da Análise SWOT que é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente) e para verificar a posição estratégica da empresa no seu ambiente (FERREIRA *et al.*, 2010). Na aplicação do questionário, cada variável relacionada ao trabalho foi classificada pelos agricultores como fortaleza ou fraqueza. Em seguida, solicitava-se a manifestação do entrevistado quanto a importância da variável nas práticas de gestão: Sem importância; Pouco importante; Importante; e, Muito importante. As respostas a cada variável foram ponderadas atribuindo-as valores de 0 a 3, nessa ordem, de acordo com o grau de importância.

Foram realizadas doze reuniões para aplicação do grupo focal, distribuídas equitativamente entre os estados, com 19 a 20 pessoas em cada sessão. Cada grupo focal contou com um moderador, que perguntou aos agricultores: Como a disponibilidade e a qualidade da mão de obra familiar, ou contratada, afetam a gestão do estabelecimento? No

início da aplicação do grupo focal foram pactuadas regras, assim definidas: as perguntas devem ser respondidas individualmente; o respondente identifica-se pelo nome; o respondente que não tiver opinião formada sobre a pergunta, deve manifestar-se dessa forma; e, a qualquer momento, os respondentes poderão solicitar maiores explicações sobre as perguntas.

Os dados de renda dos estabelecimentos agropecuários foram obtidos através de monitoramento, por meio do programa Contagri©, da EPAGRI, com auxílio de técnicos capacitados para este fim. A Renda da operação agrícola (Roa²) por Unidade de trabalho homem (Uth)³ foi utilizada para representar a renda dos anos agrícolas 2014/15, 2015/16, 2016/17 e 2017/18, sendo atualizadas pelo IGP-di para junho de 2018, afim de permitir a comparabilidade entre os anos.

3.2 Análise dos dados

O método de análise de conteúdo foi usado para compor os resultados do método de grupo focal, consistindo no desmembramento do texto em categorias agrupadas e compreendeu três fases: (1) pré-análise – seleção do material transcrito dos 12 grupos focais e leitura flutuante; (2) exploração do material – realizada através do recorte de texto das narrativas dos agricultores comparáveis e o estabelecimento de categorias temáticas; e, por último (3) interpretação e inferências, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e diferentes no entendimento dos agricultores sobre as variáveis relacionadas ao trabalho no estabelecimento agropecuário (SILVA, 2012; BARDIN, 2011).

Os dados de renda dos anos agrícolas foram organizados numa planilha eletrônica Excel©, no SAS© *Analytics* 9.4, e tratados com estatísticas descritivas e correlação. Para o cálculo dos índices das variáveis qualitativas referentes às percepções dos agricultores, foram calculados para cada observação um indicador para cada variável, adaptado de Araújo *et al.* (2017). Para a realização do teste de correlação das variáveis referentes à capacidade de trabalho com a renda foi reorganizado o ranqueamento, conforme mostra a Figura 2.

² Roa é a diferença entre a renda bruta e os custos reais. Os custos reais são todos os custos do estabelecimento agropecuário, incluindo a depreciação, com exceção da remuneração da mão-de-obra familiar e dos juros sobre o capital próprio (ARAÚJO, 2009).

³ Uth corresponde a um adulto que trabalha 8 horas por dia, durante 300 dias por ano. Equivale ao aporte de trabalho de uma pessoa adulta em tempo integral, no estabelecimento agropecuário, durante um ano (ARAÚJO, 2009).

Assim, o espectro de variação do grau de importância varia de zero (um extremo), situação de percepção de fraqueza avaliada como de muita importância, a sete (outro extremo), situação de percepção de fortaleza avaliada como sendo de muita importância.

Figura 2 - Pontuação de cada resposta possível das variáveis relacionadas ao trabalho, reorganizados para a realização do teste de correlação com a renda.

0	1	2	3	4	5	6	7
Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante
	Fraq	ueza			Fort	aleza	

Fonte: Adaptado de Araújo et al. (2017).

Para testar a associação de variáveis e recursos relacionados ao trabalho e a renda do estabelecimento, foram agrupados em quatro categorias: (1) Percepções sobre as capacidades de trabalho - disponibilidade de mão de obra familiar e contratada; disponibilidade de benfeitorias e construções; disponibilidade de máquinas e equipamentos; área total da propriedade e área explorável; e, utilização de tecnologias de produção; (2) Recursos físicos - Custos reais/Uth; Superfície agrícola útil (Sau); Área total; Unidade de trabalho homem familiar (Uth familiar); Unidade de trabalho homem assalariada (Uth assalariada); Unidade de trabalho homem total (Uth Total); (3) Recursos tecnológicos: Capital total/Uth; Capital máquinas e equipamentos/Uth; Capital construções/Uth; e, Rendimento das atividades: Tabaco estufa; Tabaco galpão; Soja safra; Milho safra; Cebola; Bovinocultura de leite; e, (4) Recursos de capital humano - idade do principal gestor do estabelecimento agropecuário; e, escolaridade do principal gestor.

Na análise dos valores do coeficiente de correlação, adotou-se o seguinte critério em relação à força de associação: \pm 0,71 a \pm 1,00 – alta; \pm 0,41 a \pm 0,70 - moderada; \pm 0,21 a \pm 0,40 – pequena, mas definida; e, \pm 0,01 a \pm 0,20 – leve, quase imperceptível (adaptado de HAIR JR. *et al.*, 2005).

4 Resultados e discussão

Na primeira seção, descrevem-se as características dos estabelecimentos e o perfil socioeconômico do agricultor e sua família. Na segunda seção, revelam-se a associação entre as capacidades percebidas de trabalho pelos agricultores e a renda. Na terceira seção,

apresentam-se os dados referentes a como os agricultores avaliam o trabalho no estabelecimento agropecuário. Por fim, na última seção, explicam-se os motivos que levaram aos resultados e suas implicações.

4.1 Características dos estabelecimentos e perfil socioeconômico

A Tabela 1 apresenta a média e desvio padrão de indicadores econômicos, da presença de recursos físicos e do rendimento das principais atividades dos estabelecimentos agropecuários pesquisados, para os anos agrícolas 2014/15, 2015/16, 2016/17 e 2017/18. A Renda da operação agrícola média dos estabelecimentos agropecuários por ano agrícola, estão relativamente próximos, em torno de R\$ 28.946,00 por Uth. Os resultados não deixam de causar certa surpresa, considerando-se as particularidades do setor agrícola de dependência do clima, da ocorrência de pragas e doenças e da volatilidade de preços dos produtos e insumos.

No entanto, um desvio padrão médio de \pm R\$ 15.462,00 revela a variabilidade da renda dentro do mesmo ano agrícola. Em decorrência disso, admitindo uma distribuição normal em torno da média (R\$ 28.946,00 \pm 15.462,00), 68% dos estabelecimentos possuem renda dentro desse intervalo. De outro lado, isto significa que 32% do total dos estabelecimentos possuem renda acima de R\$ 44.408,00 e renda abaixo de R\$ 13.484,00 por Uth.

Em termos da média e desvio padrão dos recursos físicos disponíveis para os quatro anos, destaca-se:

- i. Em relação a dimensão da exploração, as unidades pesquisadas possuem área total do estabelecimento agropecuário de 19,4 ha ± 12,6 e uma superfície agrícola útil (área explorada) de 14,4 ha ± 10,1 ha, com pequenas diferenças de média entre os estados;
- ii. No tocante à dimensão de trabalho, as unidades pesquisadas têm a presença física de 2,5 Uth familiar \pm 0,9 e contratam 0,25 Uth assalariada \pm 0,29;
- iii. Em relação à dimensão do capital da exploração agropecuária, os estabelecimentos empregam um total de R\$ 183.279,00/Uth ± 134.369,00, dos quais apresentam a seguinte composição: R\$ 19.875,00 ± 22.674,00 de capital construções e R\$ 34.848,00 ± 30.938,00 de capital máquinas e equipamentos (além dos anteriores, o capital da terra e o capital de giro compõe a diferença para o valor do capital total do estabelecimento agropecuário);
- iv. De maneira geral, os rendimentos das atividades agrícolas médios e seu desvio padrão

exibem um determinado padrão de ocorrência, apesar das influências do ano agrícola. Particularmente, chama a atenção as atividades Milho safra (95sc de 60kg por hectare ± 66) e Bovinocultura de leite (9.303 litros de leite por hectare de pasto ± 8.373), que além de revelar alterações no rendimento médio nos anos considerados, exibiu um desvio padrão mais alto relativamente às demais atividades agropecuárias (respectivamente, 70% em relação à média do Milho safra e 90 % para Bovinocultura de leite). Por exemplo, a atividade Tabaco estufa obteve 2.736 kg/ha ± 715, exibindo um desvio padrão médio comparativamente mais baixo (26% em relação à média do Tabaco estufa);

v. Tendo por base os quatro anos agrícolas e o número total de observações (N=923), 68% dos estabelecimentos agropecuários pesquisados cultivam Tabaco estufa, 54% Milho safra, 31% Tabaco galpão, 24% Soja safra e 22% Bovino leite. Dependendo da região ou estado da federação, outras atividades aparecem com alguma frequência, tais como a Bovinocultura mista e de corte e o cultivo da Cebola (essa última, atividade presente no Alto Vale catarinense).

A descrição do perfil socioeconômico do agricultor e sua família tem por base o questionário aplicado em 2016. Naquele ano, entre os 875 membros das famílias participantes da pesquisa, 471 são do sexo masculino (53,8% do total), 398 do sexo feminino (45,5%) e 6 não responderam (0,7%). Na estrutura etária do conjunto de membros das famílias dos estabelecimentos agropecuários ocorre o predomínio de pessoas adultas entre 26 e 60 anos (56,2% do total). A faixa etária mais jovem até 25 anos, contempla 36,8% do total, enquanto as pessoas com mais de 60 anos representam 6,2 % do total. Para os próximos anos, esta última faixa etária deverá receber intensa ampliação (crescimento em termos relativos), relativamente às demais faixas.

Em termos de grau de instrução dos membros das famílias dos estabelecimentos agropecuários, a categoria "ensino fundamental incompleto" revela a maior presença, com 53,8% do total de membros das famílias, e a categoria de "ensino médio completo" aparece em segundo lugar, com 18,8%, seguida da categoria "ensino fundamental completo" (1º ao 9º ano) com 11,3%. Apenas 13 pessoas, 1,5% do total, admitem possuir ensino superior completo. Em relação ao tipo de atividade exercida, 58,2% do total de membros das famílias admitem dedicação exclusiva às atividades agropecuárias, 11,6% dedicação parcial e 3,5% dedicação exclusiva às atividades não agropecuárias.

Tabela 1 – Média e desvio padrão de indicadores econômicos, da presença de recursos

C/ ·	1/ 1/	T T.1		/ 1
TICICOC A	technlogicos	nor I Ith	nor ano	agricola
1131003 0	tecnológicos	por our,	por ano	agricora.

	Ano 2014/15		Ano 2	2015/16	Ano 2	2016/17	Ano 2	N*	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Total
Indicadores econômicos									
Renda da operação agrícola	28.445	±14.367	24.989	±13.443	31.556	±16.720	30.723	±16.299	923
Renda bruta	50.460	± 24.615	47.979	± 23.178	55.411	± 22.632	55.948	± 28.400	923
Custos reais	22.015	± 13.446	22.989	± 13.970	23.855	± 16.466	25.225	± 16.961	923
Recursos físicos									
Área explorada (em ha)	13,5	±8,5	14,4	±9,9	15,1	±11,1	14,6	±10,9	923
Área total (em ha)	18,8	±11,3	19,3	±12,4	20,1	±13,4	19,7	±13,2	923
Uth familiar	2,5	$\pm 1,0$	2,5	±0,9	2,5	$\pm 0,9$	2,5	±0,9	923
Uth assalariada	0,3	±0,3	0,2	±0,2	0,3	±0,2	0,3	±0,4	563
Recursos tecnológicos									
Rendimento									
Tabaco estufa (kg/ha)	2.975	±622	2.195	±567	2.876	±781	2.881	±595	625
Tabaco galpão (kg/ha)	2.232	±601	1.837	±513	2.692	± 488	2.301	±567	288
Milho safra (sc60/ha)	94	±47	76	±36	117	±79	92	±85	498
Soja safra (sc60/ha)	51	±13	50	±17	64	±19	58	±16	218
Cebola (kg/ha)	21.106	± 7.721	11.798	± 5.817	23.584	± 6.618	15.894	± 7.252	34
Bovino de leite (litros/SFP)	8.384	± 6.457	8.609	± 6.948	8.985	± 8.555	11.468	± 11.034	199
Capital (em mil Reais/Uth)									
- Total	187,49	±144,42	186,8	±132,28	163,48	±105,26	195,11	±149.51	923
- Construções	21,67	$\pm 26,67$	21,7	±25,98	19,42	±21,35	16,77	± 14.54	923
- Máquinas e equipamentos	33,75	±30,18	34,68	±31,06	30,46	±26,30	40,46	±34.9	923

Fonte: Elaboração dos autores (2019), com base nos dados obtidos do Contagri©.

Além disso, 17,2% eram estudantes, 3,8% aposentados e 5,8% enquadraram-se em outras situações. Por último, em relação à disponibilidade de computador, 94,1% dos estabelecimentos agropecuários possuíram um ou mais computadores na sua unidade. Entre os entrevistados, 21,5% admitiram possuir dois ou mais computadores no seu estabelecimento, sendo que do total de membros das famílias (875), 47,6% admitiram utilizar a *internet*.

4.2 Associação das capacidades percebidas de trabalho e dos recursos à renda

Nesta seção, revela-se a presença de associação das capacidades percebidas pelos agricultores, da presença de recursos físicos, de recursos de capital humano e de recursos tecnológicos à renda dos estabelecimentos agropecuários. Antes disso, descreve-se brevemente as percepções dos agricultores sobre distintas variáveis relacionadas ao trabalho.

O grau de importância e a percepção em termos de fortaleza e fraqueza das variáveis relacionadas ao trabalho atribuídas pelos agricultores constam da Tabela 2.

Tabela 2 - Percepção e grau de importância (GI)⁴ de variáveis relacionadas ao trabalho

atribuídas pelos agricultores da Região Sul do Brasil.

		Fr	aque	za		GI			
Quanto a disponibilidade/uso	SC	PR	RS	Subtotal	SC	PR	RS	Subtotal	Total
Mão de obra familiar e contratada	73	73	92	238	132	109	116	357	595
Benfeitorias e construções		45	32	134	147	146	166	459	593
Máquinas e equipamentos	45	43	46	134	153	154	151	458	592
Área explorada e da propriedade		89	54	237	116	96	146	358	595
Tecnologias de produção		34	75	138	168	158	104	430	568

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Os agricultores revelaram uma percepção de fraqueza mais intensa quanto a disponibilidade de trabalho e da área da propriedade e da área agrícola explorada. Relativamente aos demais estados, os agricultores do Rio Grande do Sul admitiram uma fraqueza mais intensa à disponibilidade de trabalho. Nesse mesmo sentido, os agricultores catarinenses admitiram uma fragilidade maior relacionada ao tamanho da propriedade e área agrícola explorada.

Em outra perspectiva, os agricultores revelaram uma percepção de fortaleza mais intensa às benfeitorias e construções" (459) e às máquinas e equipamentos (458). Deve-se observar ainda que as mesmas possuem uma avaliação relativamente similar, independente do estado da federação considerado. A tecnologia de produção aparece como fortaleza numa posição intermediária (430), mais intensa em Santa Catarina (168) e menos intensa no Rio Grande do Sul (104). Por último, a disponibilidade de trabalho, a área da propriedade e a área agrícola explorada receberam grau de importância como fortaleza equivalentes entre si, respectivamente (357) e (358), mas menos valorizadas quando comparadas às demais variáveis.

Até aqui apresentou-se a frequência do grau de importância referente às capacidades percebidas de trabalho atribuído pelos agricultores. Em seguida, verifica-se sua associação a renda. A Tabela 3 mostra os Coeficientes de Correlação de Spearman (r), e as respectivas

⁴ Grau de importância – A tabela foi elaborada a partir da somatória das pontuações de variáveis relacionadas ao trabalho no estabelecimento agropecuário. Cada variável foi respondida por 237 agricultores, que atribuíram um peso de 0 a 3 (grau de importância), podendo se obter pontuação máxima de 711.

significâncias pelo teste F, entre as capacidades percebidas pelos agricultores de variáveis relacionadas ao trabalho e a renda dos estabelecimentos agropecuários para os anos agrícolas 2014/15, 2015/16, 2016/17 e 2017/18. Mais precisamente, o ano agrícola 2015/16 compreendeu o período da aplicação do questionário sobre as capacidades percebidas.

Tabela 3 – Coeficiente de Correlação de Spearman das capacidades percebidas de variáveis relacionadas ao trabalho e a renda dos estabelecimentos agropecuários dos anos agrícolas 2014/15, 2015/16, 2016/17 e 2017/18.

Percepções (sobre a)	2014/15	p	2015/16	p	2016/17	p	2017/18	p
Disponibilidade de mão de obra familiar e contratada	0,1873	***	0,2511	***	0,0042	ns	0,0151	ns
Disponibilidade de benfeitorias e construções	0,2089	***	0,2357	***	0,2927	***	0,2828	***
Disponibilidade de Máquinas e equipamentos	0,3987	***	0,3498	***	0,3992	***	0,2894	***
Área total e área útil explorada	0,1494	***	0,2118	***	0,0859	ns	0,0854	ns
Tecnologia de produção	0,2689	***	0,3062	***	0,3763	***	0,3128	***

Significância do teste F: p < 0.10; p < 0.05; p < 0.01; p < 0.01; p = 0.01; p

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados sugerem que as percepções sobre as benfeitorias e construções, as máquinas e equipamentos e a utilização de tecnologias de produção estão relacionadas à renda, revelando um coeficiente de correlação significativos, de valor-p menor do que 0,01, simultaneamente nos quatro anos agrícolas. Diferentemente, nos dois últimos anos, não encontramos uma relação estatisticamente significativa entre as percepções dos agricultores em relação a disponibilidade de mão de obra familiar e contratada, assim como a área total da propriedade e a área agrícola explorada. As percepções dos agricultores revelaram uma relação positiva, demonstrando que quanto mais os agricultores avaliam positivamente (como sendo uma fortaleza) cada uma dessas variáveis, maior é a renda obtida por ele.

Dado a relação positiva, cabe destacar ainda a intensidade de associação entre as capacidades relacionadas ao trabalho e a renda. As percepções dos agricultores relacionadas às máquinas e equipamentos, às benfeitorias e construções e à utilização de tecnologias de produção e o seu nível de renda possuem uma força de associação pequena, mas definida. Em alternativa, as percepções relacionadas a área da propriedade, da área agrícola explorada e da disponibilidade de mão de obra revelaram uma força de associação leve para com a renda nos anos 2014/15 e 2015/16, e de inexistência de associação nos anos 2016/17 e 2017/18.

A Tabela 4 apresenta a associação dos indicadores econômicos, da presença de recursos físicos, de recursos de capital humano e de recursos tecnológicos e a renda dos estabelecimentos, por ano agrícola. Os indicadores econômicos exibiram uma relação

sistemática com a renda nos quatro anos. Além disso, revelam uma relação positiva, indicando que, por exemplo, quanto maior a Renda bruta maior a renda auferida, em termos da Renda da operação agrícola. Particularmente, no ano 2016/17, ocorreu uma exceção: a presença de relação dos Custos reais com a renda foi inexistente. Quanto a intensidade de associação, cabe destacar que a Renda bruta possui alta força de associação, enquanto os Custos reais revelam força de associação moderada com a renda.

Tabela 4 – Coeficiente de Correlação de Pearson de indicadores econômicos, da presença de recursos físicos, de recursos de capital humano, de recursos tecnológicos e a renda dos estabelecimentos, por ano agrícola.

•	2014/15	p	2015/16	p	2016/17	p	2017/18	p
Indicadores econômicos								
Renda bruta (em Reais/Uth)	0,8929	***	0,8389	***	0,6879	***	0,8474	***
Custos reais (em Reais/Uth)	0,5661	***	0,4296	***	-0,0699	ns	0,4579	***
Recursos físicos								
- Área explorada (em ha)	0,2348	***	0,2862	***	0,269	***	0,2694	***
- Área total (em ha)	0,2144	***	0,2553	***	0,2278	***	0,1989	***
- Uth familiar	-0,075	ns	-0,0798	ns	-0,1038	ns	-0,1143	*
- Uth assalariada	0,1619	*	0,1214	ns	0,1843	**	0,0398	ns
Recursos de capital humano								
- Idade do produtor	-0,1182	ns	-0,1731	*	-0,1598	ns	-0,388	***
- Grau de instrução	0,2066	**	0,0511	ns	0,1633	ns	0,3489	***
Recursos tecnológicos								
Rendimento								
- Tabaco estufa (kg/ha)	0,5278	***	0,5215	***	-0,0915	ns	0,3792	***
- Tabaco galpão (kg/ha)	0,2539	***	0,1582	ns	-0,0788	ns	0,1836	ns
- Milho safra (sc60/ha)	0,3016	***	0,2486	***	-0,2029	**	0,1554	ns
- Soja safra (sc60/ha)	0,2259	ns	0,3155	**	0,0892	ns	0,0205	ns
- Cebola (kg/ha)	0,4052	ns	0,9675	***	0,1485	ns	0,1329	ns
- Bovino leite (litros/SFP)	0,0222	ns	0,1404	ns	0,3028	**	0,4019	***
Capital (em Reais/Uth)								
- Total	0,4572	***	0,2691	***	0,2886	***	0,366	***
- Construções	0,4554	***	0,2337	***	0,2101	***	0,4199	***
- Máquinas e equip.	0,4749	***	0,3214	***	0,2594	***	0,4375	***

Fonte: Elaboração dos autores (2019), com base nos dados obtidos do Contagri©.

Significância do teste F: p < 0.10; p < 0.05; p < 0.01; p < 0.01; p = 0.01; p

Quanto a presença de recursos físicos, a área agrícola explorada e a área total do estabelecimento revelaram relação positiva e força de associação pequena com a renda, mas definida, significância estatística simultaneamente nos quatro anos agrícolas. Diferentemente, a presença física de trabalho familiar e assalariada não revelou associação com a renda, em pelo menos três dos quatro anos. Isto significa que ter mais ou menos

trabalho não está associado a se ter mais ou menos renda.

Cabe ainda destacar os seguintes pontos: os recursos de capital humano apresentaram em pelo menos um ano significância estatística com a renda, exibindo uma intensidade pequena, mas isto não se deu nos demais anos. Além disso, quanto a direção da relação, apresentou uma relação negativa da idade do agricultor com a renda e uma relação positiva do grau de instrução com a renda; os recursos tecnológicos, no que diz respeito aos rendimentos das principais atividades, revelaram significância estatística com a renda em um ou outro ano agrícola, não ocorrendo de forma sistemática. O rendimento da atividade Tabaco estufa, que aparece com mais frequência nos estabelecimentos pesquisados (N=625, com repetição), revelou a maior presença de relação positiva com a renda, com significância estatística em três dos quatro anos. Além do mais, entre todas as atividades agropecuárias relacionadas, o Tabaco estufa exibiu também a maior intensidade de associação com a renda, mesmo sendo de força moderada.

O rendimento da atividade Milho safra, a segunda com maior frequência nos estabelecimentos pesquisados (N=498, com repetição), também revelou a presença de relação positiva com a renda, em três dos quatro anos, mas com uma intensidade de associação pequena, mas definida. Por último, a atividade Bovinocultura de leite (N=199, com repetição) acusou presença de relação positiva com a renda somente nos dois últimos anos agrícolas 2016/17 e 2017/18, com intensidade de associação também pequena; e, no que diz respeito a categoria capital, tanto quando se considera o Capital total, o Capital construções e o Capital máquinas e equipamentos, foram observadas: uma força de associação pequena, mais definida, no ano 2015/16 e 2016/17; e ,uma força de associação moderada no ano 2014/15 e 2017/18.

Tendo em conta os resultados das associações dos recursos e percepções com a renda, na próxima seção, verifica-se como os agricultores se sentem em relação a disponibilidade e a qualidade do trabalho.

4.3 O trabalho no estabelecimento agropecuário

Nas questões relacionadas ao trabalho nos estabelecimentos agropecuários, pode-se verificar percepções distintas relacionadas a disponibilidade e qualidade de mão de obra e de outros recursos diretamente relacionados a ela. No mesmo sentido, os depoimentos dos agricultores participantes das sessões de grupo focais também revelaram essas distintas

percepções.

Por meio do método de análise de conteúdo buscou-se identificar as ideias que representam as percepções dos grupos, classificando-as em categorias de análise. O Quadro 1 apresenta as principais ideias identificadas a partir dos dados coletados das sessões de grupo focal.

Quadro 1 - Categorias de análise relacionadas à disponibilidade e qualidade do trabalho

Categorias Intermediárias	Categorias Iniciais
Tecnologia	Uso de máquinas e equipamentos, tecnologias que reduzam o esforço físico do trabalho. O jovem quer maquinário que facilita a vida, trabalhos manuais não querem.
Sucessão - Jovem	Tem que ter participação, o filho tem que estar junto, tem que ter voz também. Compatibilização dos estudos com o trabalho na propriedade.
Disponibilidade de terra	Ampliação da produção limitada pela área. Também a sucessão e permanência do jovem dependem de mais área
Mão de obra e legislação trabalhista	Pouca disponibilidade de mão de obra qualificada para o trabalho. Custo alto e legislação dificultam ou inviabilizam a contratação mão de obra eventual. Se eu tivesse mais mão de obra, poderia aumentar a minha renda, não tem como!
Escala de produção e diversificação	O tamanho de produção é definido pela disponibilidade da mão de obra da família e contratada. Diversificação exige mão de obra familiar, pouco disponível.
Conhecimento e assistência técnica	Conhecimento e assistência técnica trazem resultados, reduz mão de obra; Através da contabilidade, você vê o que dá lucro.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No quesito assistência técnica os agricultores pesquisados avaliaram de forma positiva os ganhos conquistados por meio de novos conhecimentos, capacitação por meio dos técnicos e troca de experiências com outros produtores. Também, a adoção de novas tecnologias de cultivo, práticas de análise de solo e correção, entre outras, na opinião dos agricultores trouxeram ganhos expressivos na produtividade, na redução de operações e de mão de obra. Exemplos de técnicas adotadas nas propriedades foram citados, o plantio em camalhão e o plantio na palha. Na avaliação dos agricultores, existe uma diferença visível na produtividade e lucratividade das propriedades participantes do Programa Propriedade Sustentável, relativamente aos demais agricultores não participantes deste programa. Esta vantagem, segundo eles, se deve a maior disponibilidade de informações contábeis, de conhecimento e presença da assistência técnica.

Os depoimentos relacionados a disponibilidade de terra para produção mostraram que nas regiões estudadas o recurso foi considerado escasso. Porém, sendo a cultura do tabaco intensiva em mão de obra, insumos e tecnologia, a mão de obra foi apontada como principal

recurso escasso, e o recurso terra, neste caso, tornou-se um problema de menor intensidade para a maior parte das famílias. Também, como provável resultante das limitações impostas pela baixa disponibilidade de recurso trabalho nas propriedades, os depoimentos indicaram que existe uma dificuldade de ampliar o leque de explorações com vistas a reduzir riscos inerentes a atividade agrícola e diversificar a renda.

A preferência pelo trabalho dos membros da família foi identificada em praticamente todos os depoimentos, porém encontrou-se limitada por mudanças na estrutura familiar no meio rural e pelas expectativas de futuro dos jovens rurais. Nas últimas décadas tem-se verificado uma redução expressiva do número de filhos por casal, um envelhecimento da população ativa e um crescente êxodo de jovens buscando estudos, independência financeira e autonomia no meio urbano.

Agregam-se ao problema da escassez de mão de obra familiar os problemas que dificultam a sucessão nas propriedades. Os relatos colhidos apontaram para dificuldades relacionadas a participação dos jovens nas decisões, nas rendas auferidas e na possibilidade de promover mudanças, com vistas a uma possível sucessão dos negócios. Entre as principais expectativas externadas pelos jovens participantes dessa pesquisa figuraram a possibilidade de implantar inovações nos processos e atividades e a redução de esforço físico, por meio de uso de máquinas e tecnologias.

Especificamente sobre a mão de obra contratada de forma esporádica para atividades na propriedade, percebeu-se uma predominante insatisfação com a qualidade dos trabalhos executados por esses trabalhadores, o que resulta na preferência pelo trabalho familiar. Amplia a esta visão, as muitas dificuldades dos agricultores familiares em atenderem os requisitos exigidos pela legislação trabalhista. Argumentaram que o registro formal do trabalhador contratado se torna inviável, pois são muitos custos envolvidos para um período curto de trabalho.

4.4 Discussão

Os recursos disponíveis e as percepções dos agricultores sobre as capacidades de trabalho estão associados a renda? Como os agricultores se sentem em relação ao trabalho? Na busca por resposta às questões de pesquisa e sua compreensão buscou-se permanecer dentro de determinada perspectiva, sob o enfoque da VBR.

A gestão é uma atividade complexa que se dá no contexto do estabelecimento

agropecuário, sendo determinante na escolha do uso dos recursos produtivos ao longo do tempo, na qual o emprego da mão de obra se constitui uma de suas preocupações. Neste artigo, a mescla das abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas, ao mesmo tempo em que se complementam, permitiu avaliar diferentes facetas do fenômeno objeto de estudo e, dessa maneira, possibilitou uma resposta mais adequada às perguntas de pesquisa.

Nesse enquadramento, o agricultor ao avaliar os quesitos das variáveis relacionadas ao trabalho e declarar suas percepções pode viesar os resultados, sendo uma limitação metodológica que deve ser mencionada. Esta situação é sublinhada por Birkinshaw (2017) ao apontar que a mente humana pode levar a interpretação ilógica ou a discernimento impreciso da realidade. Apesar disso, dois aspectos são interessantes de serem ressaltados: i. as percepções dos agricultores e a forma como desenvolvem seu ponto de vista precisam ser consideradas porque elas influenciam as decisões dos agricultores e as suas escolhas estratégicas; e, ii. as questões de percepção propostas aos agricultores, possuem contrapartida em termos de seus recursos físicos e recursos tecnológicos, o que permitiu confrontar os achados.

Os estabelecimentos agropecuários participantes da pesquisa têm origem de distintas regiões, condições de solo e clima, sistemas de produção agropecuários e dotações de recursos tangíveis e intangíveis. Nessas condições, torna-se um desafio verificar associação entre variáveis, uma vez que em um ano agrícola determinada atividade foi bem, mas em outro não.

Um ponto importante a ser considerado na interpretação dos resultados dessa pesquisa, tem por base as ideias da VBR, em que importa o modo como os recursos são combinados para gerar valor e não, simplesmente, a posse de recursos (AUSTIN; SEITANIDI, 2011; MCKELVIE; DAVIDSSON, 2009). Isto significa que a geração de valor e da renda depende essencialmente das capacidades da organização (MCKELVIE; DAVIDSSON, 2009; RUMELT; SCHENDEL; TEECE, 1991). Assim, estabelecimentos agropecuários com recursos semelhantes poderão combiná-los de formas diferentes, o que leva a que cada um possua um conjunto de recursos único e distinto dos demais estabelecimentos (MEYSKENS *et al.*, 2010; STEFFENS *et al.*, 2009). Indo um pouco mais além, tal como defendido por Molloy *et al.* (2011), nem sempre os estabelecimentos agropecuários com mais recursos são aqueles que apresentam maior capacidade de criação de valor.

Na intenção de organizar a discussão dos resultados deste artigo, toma-se como referência a estrutura da VBR para análise estratégica preconizada por Grant (1991), que

propôs a realização de algumas etapas. Na primeira etapa, realiza-se uma avaliação dos recursos do estabelecimento agropecuário, identificando fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades, na busca do melhor emprego dos recursos. No cumprimento desta etapa, os dados obtidos a campo permitiram identificar (ainda que limitado às percepções dos agricultores, a presença de recursos físicos, de recursos de capital humano e de recursos tecnológicos) o que o estabelecimento agropecuário faz relativamente aos demais participantes do estudo.

Na segunda etapa, o enfoque da VBR para análise estratégica prevê uma avaliação do potencial de geração de renda dos recursos e capacidades. Os resultados apontados também contribuem com essa avaliação, ao identificar os recursos disponíveis e as percepções dos agricultores sobre o trabalho que estão relacionadas a renda, além da intensidade da relação (grau de resistência) e direção (negativa ou positiva). Uma das revelações mais importantes da pesquisa está na ocorrência simultânea da associação das percepções dos agricultores e da associação de recursos físicos e de capital com a renda dos estabelecimentos agropecuários. Nesse enquadramento, a pesquisa encontrou a presença de associação do capital construções e do capital máquinas e equipamentos e a renda, nos quatro anos considerados.

Da mesma forma, as percepções dos agricultores sobre as benfeitorias e construções e as máquinas e equipamentos estavam também relacionadas a renda (indicando que o risco de concluir que uma correlação existe quando, na verdade, nenhuma correlação existe, é menor que 1%). Além disso, os agricultores revelaram uma percepção de fortaleza mais intensa exatamente para as variáveis "construções" e "máquinas e equipamentos". Assim, na medida em que os agricultores avaliaram positivamente (como fortaleza) as construções e as máquinas e equipamentos, associa-se uma renda mais elevada. O resultado revela, aqui, um potencial gerador de renda que merece um processo de reflexão com os agricultores que possibilite identificar os limites e alcances dessas revelações nos estabelecimentos agropecuários.

A pesquisa apontou coeficiente de correlação significativos, nos últimos dois anos agrícolas, entre as percepções dos agricultores sobre a disponibilidade de mão de obra familiar e contratada e a renda do estabelecimento. Na busca de explicação para esse resultado, quando se avalia a presença física de trabalho familiar e assalariada, também não se observa associação com a renda, em três dos quatro anos. Esses resultados têm, pelo menos, duas implicações práticas: (1) não se pode afirmar que ter mais ou menos trabalho a disposição do estabelecimento está associado a se ter mais ou menos renda; e, (2) os

resultados da associação da percepção dos agricultores e da associação da disponibilidade física de mão de obra familiar e contratada e a renda, parecem revelar certa coerência entre si.

Entretanto, existe uma explicação para os resultados anteriores, que revelaram certas discrepâncias. A criatividade e a habilidade da mão-de-obra se caracterizam pela oferta altamente inelástica e assim originam rendas econômicas, apesar de sua oferta do ponto de vista quantitativo não ser inelástica. Isso permite ao agricultor se diferenciar ao se beneficiar de um aprendizado particular (BARNEY; ARIKAN, 2001). Além disso, como observado anteriormente, a simples posse do recurso de trabalho não gera valor e renda, e, sim, o modo como o trabalho familiar e trabalho contratado são combinados com os demais recursos do estabelecimento. Portanto, na busca de uma explicação da associação entre a disponibilidade de mão de obra familiar e contratada e a renda, os recursos intangíveis passam a ser relevantes.

De forma similar ao observado para a disponibilidade de mão de obra, a pesquisa não revelou associação entre as percepções dos agricultores sobre a área útil explorada e a área total do estabelecimento e a renda, nos dois últimos anos agrícolas. Por outro lado, a presença da área agrícola explorada e da área total do estabelecimento revelaram coeficientes de correlação significativos, simultaneamente, nos quatro anos agrícolas, e relação positiva e força de associação pequena com a renda, mas definida. Os agricultores revelaram que a ampliação da produção está limitada pela área e que a sucessão e a permanência do jovem dependem da disponibilidade de mais área. Assim, os resultados têm a seguinte implicação: as percepções dos agricultores sobre a área útil explorada e ao tamanho do estabelecimento agropecuário associadas a renda se mostram imprecisas, na medida em que a presença física da área útil explorada e do tamanho do estabelecimento se revelam associadas a renda, em todos os anos agrícolas.

Quanto aos recursos humanos, a pesquisa revelou que a idade do agricultor e o grau de instrução não estão associados a renda dos estabelecimentos. Isto porque, em apenas um ano agrícola, os recursos de capital humano apresentaram relação negativa da idade do agricultor e a renda e relação positiva do grau de instrução e a renda. Sem a pretensão de explicar a relação negativa com a idade, Araújo e Toresan (2018), em estudo com os mesmos agricultores, quando questionados sobre à tendência de crescimento e de envelhecimento populacional, apontam para uma percepção preponderantemente de ameaça.

Os recursos intangíveis são estratégicos para o desempenho dos estabelecimentos agropecuários, mais presentes nos recursos organizacionais e humanos (CARVALHO *et al.*,

2014, p. 515). Os recursos humanos intangíveis são aqueles que possibilitam formas mais efetivas para usufruir os recursos físicos, tecnológicos e financeiros. Em que pese a importância dos recursos humanos intangíveis, os resultados revelados pela pesquisa, no emprego da abordagem quantitativa e de suas variáveis testadas, não são suficientes e não permitem corroborar a afirmação anterior.

Na terceira etapa, prevê a seleção de uma estratégia para explorar os recursos, capacidades e competências únicas de cada estabelecimento agropecuário. O êxito da escolha da estratégia é dependente da compreensão das relações entre os recursos e capacidades e sua rentabilidade como fonte de vantagem competitiva. Assim, apesar da contribuição deste artigo em revelar os recursos físicos e as percepções dos agricultores associadas a renda dos estabelecimentos pesquisados, é preciso avançar no entendimento da relação desses recursos e capacidades e sua rentabilidade no âmbito individual de cada estabelecimento agropecuário.

Ainda nesse propósito, como explicar que o grau de instrução dos agricultores não aparece associado à renda? A explicação tem relação com o perfil dos membros das famílias, em termos de grau de instrução dos agricultores. Basta lembrar que apenas 1,5% declararam possuir ensino superior completo e 53,8% possuem ensino fundamental incompleto. Além do mais, no contexto dos estabelecimentos agropecuários, a identificação e análises dos recursos estratégicos não são tarefas fáceis, além do que precisam ser avaliados no contexto de cada unidade (BARNEY; CLARCK, 2007). Dessa afirmação, decorre a seguinte pergunta para reflexão: até que ponto uma mudança do grau de instrução dos agricultores se reflete em capacidades e competências ampliadas?

Finalmente, um ponto precisa ser mencionado como influenciando a heterogeneidade dos recursos e das rendas. A trajetória do estabelecimento agropecuário, fator temporal, é causa relevante de seus recursos e de como os agricultores os percebem, ao mesmo tempo em que esta trajetória restringe (ou potencializa) o seu futuro. A trajetória do estabelecimento desempenha uma função importante na construção e avaliação dos recursos pelo agricultor.

5 Conclusão

O presente artigo permitiu analisar as capacidades de trabalho percebidas pelos agricultores e os recursos disponíveis associados à renda dos estabelecimentos agropecuários e, simultaneamente, compreender como os agricultores avaliam o trabalho familiar e

contratado. Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, o emprego de método misto permitiu a identificação de convergências e divergências entre os dados qualitativos e quantitativos, e, entre as percepções dos agricultores e a presença física dos recursos, contribuindo para a produção de resultados que se complementam mutuamente. Além disso, o uso do referencial teórico da VBR contribuiu na definição das variáveis de estudo e nas discussões realizadas, bem como na sua organização.

No âmbito do estabelecimento agropecuário, verificou-se distintas percepções dos agricultores relacionadas ao trabalho e de outros recursos diretamente relacionados a ele. Os resultados da pesquisa em termos de associação entre os recursos e renda podem ser sumarizados da seguinte forma: (1) associação sistemática nos quatros anos em relação à percepção dos agricultores e correspondência no uso dos recursos tecnológicos - capital construções e capital máquinas e equipamentos - significando que na medida em que os agricultores avaliam positivamente (como fortaleza) as construções e as máquinas e equipamentos, associa-se uma renda mais elevada, e, em correspondência, os agricultores que contam com mais capital revelam uma renda mais elevada; (2) sem associação sistemática nos quatros anos em relação à percepção e correspondência no uso dos recursos físicos - disponibilidade de mão de obra familiar e contratada - significando que a associação da percepção dos agricultores e da associação da disponibilidade física de mão de obra familiar e contratada e a renda, revelam certa coerência; e, (3) sem associação sistemática nos quatros anos em relação à percepção e discrepância com o uso dos recursos físicos - área útil explorada e área total do estabelecimento agropecuário - significando que a percepção dos agricultores em relação à área agrícola explorada e à área total do estabelecimento não apresentou associação à renda, mas a presença física da área agrícola explorada e da área total do estabelecimento apresentou relação positiva e força de associação pequena à renda; e (4) sem associação - os recursos humanos – significando que a idade do agricultor e o seu grau de instrução parecem não estar associados a renda dos estabelecimentos.

A contribuição científica deste artigo decorre de um conjunto de condições promissoras: conta com uma coleta de dados primários em um número expressivo de estabelecimentos agropecuários, por um período considerável de anos; e, ousa avaliar uma relação pouco explorada entre as percepções dos agricultores, os recursos disponíveis e a renda dos estabelecimentos agropecuários. Apesar disso, dado a heterogeneidade dos recursos e a diversidade de sistemas de produção agropecuários explorados no Sul do Brasil, acredita-se na existência de um *gap* de conhecimento nessa área que merece ser suprido por meio de novas e amplas pesquisas. Uma importante questão de pesquisa, para ser estudada

no futuro, emerge das discussões realizadas neste artigo: qual o impacto dos distintos recursos na renda dos estabelecimentos agropecuários? Os agricultores, os técnicos em geral e os formuladores de políticas públicas muitas vezes desejam prever o impacto dos recursos na renda e, nesse propósito, a análise de correlação, às vezes, não oferece respostas suficientes. Em tal caso, outros modelos econométricos podem ser aplicados.

Referências

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G., VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A agricultura brasileira:** desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010, cap. 11, p. 275-290.

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; ROCHA, D. P. Lucratividade na agricultura. **Revista de Política Agrícola,** v. 21, n. 2, p. 45-63, 2012.

ARAUJO, L. A. Indicadores técnicos e econômicos para a gestão de propriedades rurais produtoras de fumo em Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 63 p., 2009. (Epagri Documentos 233).

ARAUJO, L. A.; GIEHL, A. L; FELICIANO, A. M.; RODRIGUES, C.; GRADE, M. **Agronegócios familiares do Sul do Brasil**: percepções do agricultor sobre o seu ambiente. Florianópolis, SC: EPAGRI 2017. 60 p. (Boletim técnico, 181).

ARAUJO, L. A.; TORESAN, L. Urbanização e envelhecimento da população na perspectiva de agricultores familiares do Sul do Brasil. In: XII Encontro de Economia Catarinense _ APEC. Lages — SC, 2018. Anais...Lage — SC: APEC, 2018. Disponível em: http://apec.pro.br/anais-dos-eventos/xii-encontro-de-economia-catarinense/ Acesso em: 08 mar. 2019.

AUSTIN, J.; SEITANIDI, M. Value creation in business – Nonprofit collaborations. Social Enterprise Series, **Harvard Business School Working Paper**, 33, 2011. Disponível em: http://www.hbs.edu/re-search/pdf/12-019.pdf Acesso em: fev., 2019.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. **Redes de Cooperação Empresarial**: estratégias de gestão na nova economia. Bookman Editora, 2016.

BARBOSA, R. A.; MACHADO, A. G. C. Estratégias de inovação sob a perspectiva da Visão Baseada em Recursos: um estudo na Embrapa. **Gestão & Regionalidade** (Online), v. 29, n. 87, 2013.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARNEY, J. B.; CLARK, D. N. **Resource-based theory**: Creating and sustaining competitive advantage. Oxford University Press on Demand, 2007.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of management**, v.17, n.1, p. 99-120, mar. 1991.

BARNEY, J. B.; ARIKAN, A. M. The resource-based view: origins and implication. In: HITT, M. A. *et al.* (Ed.) **The blackwell handbook of strategic management**. Oxford: Blackwell, 2001.

BERNARDINO, S.; SANTOS, J.F. A Relevância da gestão de recursos para o desempenho - aplicação da teoria baseada nos recursos ao empreendedorismo social em Portugal. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais,** nº 50, 2018. Disponível em: http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER50/50.7.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

BIRKINSHAW, J.; MARK, K. **25 ferramentas de gestão**: um guia sobre os conceitos mais importantes ensinados nos melhores MBAs do mundo. São Paulo: HSM, 2017. 200 p.

BOEHLJE, Michael. Structural changes in the agricultural industries: how do we measure, analyze and understand them? **American Journal of Agricultural Economics**, v. 81, n.5, p.1028-1041, 1999.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L. Corporate social responsibility and resource-based perspectives. **Journal of Business Ethics**, v.69, n. 2, p.111-132, 2006.

BUAINAIN A.M.; DEDECA, C.S. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: BUAINAIN A.M., DEDECA, C. S. (Org.) **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília, DF: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 9).

BURLAMAQUI, L.; PROENÇA, A. Inovação, Recursos e Comprometimento: Em direção a uma teoria estratégica da firma. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 79-110, ago. 2009. ISSN 2178-2822. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648869/15407. Acesso em: 20 fev. 2019. doi: https://doi.org/10.20396/rbi.v2i1.8648869.

CARVALHO, D. M.; PRÉVOT, F.; MACHADO, J. A. D. O uso da teoria da visão baseada em recursos em propriedades rurais: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Administração**, 49(3), 506-518, 2014.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, M. P.; SERRA, F.A.R.; PEREIRA, M. F. Estratégia em diferentes contextos empresariais: fundamentos, modelos e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2010.

GARCIA, J., Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, AM; ALVES. E.; SILVEIRA, JM; NAVARRO, Z. (Org.) **O mundo rural no Brasil do século 21. Brasília**, DF: Embrapa, 2014. p.559-590.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; VALDES, C.; BACCHI, M. R. P. Total fator productivity in Brazilian agriculture. In: FUGLIE, K. O.; WANG, S. L.; BALL, V. E. (Orgs.). **Productivity growth in agriculture: an international perspective**. Oxfordshire: CAB International, 2012, cap. 7 p. 145-162.

GRANT, R. M. "The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation." **California management review**, v. 33, n.3, p.114-135, 1991.

HAIR J.; BABIN B.; MONEY A.; SAMOUEL P. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Bookman Companhia Ed; 2005.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**. Tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengane Learning, 2008.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: BUAINAIN, AM; ALVES. E.; SILVEIRA, JM; NAVARRO, Z. (Org.) **O** mundo rural no Brasil do século **21**, Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 591-619.

MANASSERO, M., GARCÍA, E.; TORRENS, G.; RAMIS, C.; VÁZQUEZ, A.; FERRER, Y V. Teacher burnout: atributional aspects. **Psichology in Spain**, v. 10, n.1, p. 66-74, 2006. Disponível em: psychologyinspain.com/content/full/2006/full.asp?id=10007 Acesso em: 18 jan. 2018.

MCKELVIE, A.; DAVIDSSON, P. From resource base to dynamic capabilities: An investigation of new firms. **British Journal of Management**, 20 (1), 63-75, 2009.

MEYSKENS, M.; ROBB-POST, C.; STAMP, J.; CARSRUD, A.; e REYNOLDS, P. Social ventures from a resource-based perspective: an exploratory study assessing global Ashoka fellows. **Entrepreneurship: Theory and Practice**, 34 (4), 661-680, 2010.

MIELE, M.; DE MIRANDA, C. R. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste catarinense no início do Século XXI. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília, DF: CGEE. Embrapa Suínos e Aves, 2013.

MINTZBERG, H. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2010.

MOLLOY, J.; CHADWICK, C.; PLOYHART, R.; GOLDEN, S. Making intangibles "tangible" in tests of resource-based theory: A multi- disciplinary construct validation approach. **Journal of Management**, 37 (5), 1496-1518, 2011.

NAVARRO, Z. S. de. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. Y. (Org.) **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília, DF: Ipea, 2016, p.25-63. Disponível em: http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/145922/1/160725-agricultura-transformação-produtiva-cap-01.pdf Acesso em: 5 mar. 2018.

PENROSE, E.T. The theory of the growth of the firm. New York: Wiley, 1959.

PETERAF, M. A. The cornerstones of competitive advantage: a resource-based view. **Strategic Management. Journal**, v.14, n.3, p.179-191, 1993. DOI: 10.1002/smj.4250140303

RICARDO, D. **On the principles of political economy and taxation**. V.1 of The Worksand Correspondence of David Ricardo, edited by P. Safra en collaboration with M. H. Dobb. Cambridge: Cambridge Uninersity Press, 1817.

RUMELT, R.; SCHENDEL, D.; TEECE, D. Strategic management and economics. **Strategic Management Journal**, 12, 5-29, 1991.

SILVA, A.H. **Rituais corporativos como estratégia de legitimação dos valores organizacionais em empresas familiares**. 2012. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/4601 Acesso em: 26 fev. 2018.

STEFFENS, P.; DAVIDSSON, P.; e FITZSIMMONS, J. Performance configurations over time: Implications for growth and profit-oriented strategies. **Entrepreneurship: Theory and Practice**, 33 (1), 125-148, 2009.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017. 305 p.

VILLAZON-MONTALVAN, R. A.; ARAUJO, L. A.; GIEHL, A. L.; FELICIANO, A. M. Conception of managing practices as key factor to achieve rural development and sustainability in southern Brazil. **European Journal of Sustainable Development**, v. 6, Issue 4, Roma – Italia: di EJSD, 2017.

WERNERFELT, B. The resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, v.5, n.2, p. 171-180, 1984. DOI: 10.1002/smj.4250050207

A contribuição catarinense para a redução de gases de efeito estufa: lei do biogás

Francisco Gelinski Neto* Carmen R.O. G. Gelinski** Eduardo Gelinski Junior***

Resumo:

Os eventos climáticos extremos têm sido cada vez mais frequentes. Cientistas acreditam que o aquecimento global está ligado ao aumento das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Entre os GEE mais prejudiciais está o dióxido de carbono oriundo de atividades humanas como a produção industrial ou agrícola. Este trabalho trata de uma das fontes de GEE na agropecuária, os efluentes gerados na criação de suínos, tendo como pano de fundo a Lei do Biogás em Santa Catarina, aprovada em 2018. O objetivo é levantar o uso de biodigestores em três municípios de Santa Catarina (Concórdia, Seara e Braço do Norte), líderes na produção de suínos. Especificamente busca-se: i) verificar se a política de estímulo ao biogás já está sendo implementada na suinocultura; ii) constatar se nessas regiões há novos projetos para utilização de biodigestores; iii) verificar a existência de programa para fomento de produção e uso do biogás. O estudo concluiu que não há política de estímulo ao uso de biodigestores e produção de biogás nos municípios estudados.

Palavras chave: biogás, lei do biogás, biodigestores.

The catarinian contribution for the reduction of greenhouse gases: biogás law

Abstract:

Extreme weather events have been increasingly frequent. Scientists believe that global warming is linked to the increase in greenhouse gas (GHG) emissions. Among the most harmful GHGs is carbon dioxide from human activities such as industrial or agricultural production. This work deals with the effluents generated in the creation of pigs, against the backdrop of the Biogas Law in Santa Catarina, approved in 2018. The objective is to raise the use of biodigesters in three municipalities in Santa Catarina (Concórdia, Seara and Braço do Norte), leaders in pig production. Specifically, it seeks to: i) verify whether the policy of stimulating biogas is already being implemented; ii) check if there are new projects for the use of biodigesters; iii) verify the existence of a program to promote the production and use of biogas. The study found that there isn't an policy to encourage the use of biodigesters and biogas production in the cities evaluated.

Key word: biogas, biogas law, biodigesters

Classificação JEL: Q16, Q42, Q54

^{*} Professor Aposentado do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: f.gelinski@ufsc.br

^{**} Professora. do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: carmen.gelinski@ufsc.br

^{***} Professor do Departamento de Sociais e Humanas da Universidade Federal do Paraná (UFPR),Setor Palotina. E-mail: gelinskieduardo@gmail.com

1 Introdução

Os eventos climáticos extremos têm aparecido com maior frequência no mundo. Enchentes devastadoras, secas extremas e temperaturas incendiárias, frios congelantes, ventos, tempestades, furacões, tornados e outros tem provocado destruição e morte. Há elevadas perdas econômicas e de vidas. Em Santa Catarina, nos últimos anos, situações pontuais mostraram temperaturas acima dos 38° C e até um pico de 58°C. As precipitações de elevada intensidade com alagamentos e desbarrancamentos também foram uma constante. Os cientistas que acreditam no aquecimento global o atribuem ao aumento de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), e afirmam que os eventos extremos são a face cruel do aquecimento global.

Entre os GEE mais prejudiciais está o dióxido de carbono originário principalmente das atividades humanas ligadas à produção industrial, produção agrícola, urbanização e queima de hidrocarbonetos (petróleo) (FAO, 2016).

A preocupação com os GEE já vem de longa data. Na década dos 90, uma das principais preocupações que avançavam na agenda internacional era o reconhecimento das mudanças climáticas como uma questão global (FAO, 2016).

Este trabalho trata principalmente de uma das fontes de GEE na agropecuária originária da produção de efluentes na criação de suínos, utilizando como pano de fundo a nova Lei do Biogás em Santa Catarina.

A agricultura e pecuária, no Brasil, seriam responsáveis por 37% do total de GEE no ano de 2012. O setor, junto com o de energia, é o maior emissor (GURGEL; LAUREZANA, 2016). Os resíduos gerados na agropecuária, notadamente os estercos de animais, no seu processo de fermentação, são geradores de metano que é um gás de elevado potencial poluidor gerador de GEE. Uma maneira de eliminação do metano é a queima do biogás¹ gerando energia.

O metano pode ser manipulado por meio da utilização de biodigestores e equipamentos para coleta, filtragem e queima do biogás (é composto por metano e outros gases).

Em Santa Catarina, uma das atividades pecuárias de grande relevância é a suinocultura. A atividade gera, em termos de Valor Bruto de Produção (VBP), R\$

_

¹ Gás originado de fermentação anaeróbica de biomassa de resíduos orgânicos.

5.230.338.000,00. Para efeito comparativo, a produção de aves, que é a primeira colocada, gera R\$ 6.266.621.000,00 de VBP (EPAGRI, 2018). A maior produção de suínos em Santa Catarina ocorre no município de Concórdia, seguida dos municípios de Videira, Seara e Braço do Norte. Em estimativa, a suinocultura responderia por 9% das emissões de GEE². Destas emissões 16% decorrem do manejo inadequado de dejetos (GERBER *et al.*, 2013; *apud* SAVIOTTI *et al.*, 2016).

Então, se por um lado é uma atividade geradora de renda pela produção e venda, por outro ela pode prejudicar o ambiente se não for bem tratada a biomassa gerada dos efluentes da atividade. Note-se que este problema poderá se tornar um benefício se a biomassa for corretamente aproveitada na geração de energia e biofertilizante.

Porém, houve diversas tentativas de implantação de biodigestores no Brasil que duraram pouco e acabaram com a desistência dos produtores por diversos problemas. Vários autores - Dudek (2013), Gelinski Neto et al. (2017), Ross et al. (1996), Kunz (s.d.), Palhares (2008) entre outros - relatam as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais de suínos na utilização de biodigestores que desistiram dessa prática. Palhares (2008) tratou as várias tentativas de instalação e utilização de biodigestores ao longo da história econômica recente e concluiu que tinham características de ondas, as quais exauriam a cada ciclo com a desistência dos produtores. Palhares (2008) considerava que a terceira onda estava em formação. Verificou que as ondas de instalação de biodigestores estavam atreladas às crises energéticas no país. "Houveram três crises energéticas: petróleo, "apagão" e a atual (2005 -2012). Nas três, os biodigestores aparecem como uma grande alternativa, em duas a alternativa não vingou! Será que são os créditos de carbono é que vão fazer a diferença"? (PALHARES, 2008, p.1). O refluxo da terceira onda ocorreu por diversos motivos, mas um deles foi por que os produtores esperavam receber créditos de carbono por utilizarem biodigestores, o que não aconteceu gerando desestímulo e os levou ao abandono desse tipo de tratamento de dejetos na região de Concórdia/SC. Também, problemas operacionais de manutenção³ e intempéries climáticas têm criado dificuldades para manter operacional, principalmente os equipamentos de grandes granjas (GELINSKI NETO et al., 2017). Este novo retrocesso aliado ao surgimento e disseminação dos painéis solares para geração de

² Dal Mago (2009) estimou o potencial de produção de biogás e metano da suinocultura em Santa Catarina em 556 milhões de m³biogás /ano e 309 milhões de m³ CH4/ano. Também, fez estimativas para os municípios de Concórdia e Braço do Norte que alcançariam 15 milhões de m³ biogás/ano e36 milhões de m³ biogás/ano em cada caso. Nas estimativas o tamanho do rebanho considerado foi o do ano de 2007, informado pelo IBGE.

³ Um biodigestor é um dispositivo complexo, que requer atenção diária e que quando manejado sem a devida atenção simplesmente entra em colapso (KLOCK FILHO; BARICHELLO, 2014).

energia nas propriedades podem criar restrições para a retomada dos biodigestores. Comparativamente à utilização de esterqueiras, que é o tratamento mais frequente dado aos resíduos suínos, o biodigestor é melhor. Portanto, a sua não utilização é prejudicial ao ambiente.

Em meados de 2018 foi aprovada a Lei do Biogás em Santa Catarina com a promessa de estimular novamente o tratamento anaeróbico de resíduos rurais e urbanos (biomassa) no Estado e então, teríamos a quarta onda. Sabemos que a simples existência de uma lei não garante a sua execução e resultados. Já estaria sendo utilizado o marco legal e suas previsões para estímulos e facilitações? Os produtores de suínos estariam interessados novamente frente ao novo marco legal?

O objetivo deste trabalho é analisar como está atualmente a utilização de biodigestores em três Municípios de Santa Catarina e se o recente marco legal sobre produção e utilização do biogás no Estado de Santa Catarina, já está surtindo efeitos sobre os produtores de suínos em Concórdia, Seara e Braço do Norte, municípios com grande produção de suínos.

De modo mais específico este trabalho visa: i) apontar o potencial de contribuição para redução de GEE que o segmento da suinocultura catarinense poderá dar com a produção e utilização do biogás; ii) verificar se a política de estímulo ao biogás já está sendo implementada no caso da suinocultura; iii) verificar nas principais regiões de produção de suínos (Concórdia, Seara e Braço do Norte) se há novos projetos para utilização de biodigestores; e, iv) verificar junto à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina se já existe programa específico para fomento na produção e uso do biogás da suinocultura.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que utiliza dados primários e secundários⁴. É um estudo com escopo na economia da produção agrícola e da economia ambiental. A área geográfica de estudo abrange os municípios de Concórdia, Seara e Braço do Norte. Tais municípios estão classificados como 1°, 3° e 4º produtores de suínos em termos de volume no Estado, de acordo com Giehl (2017). Os dados primários foram obtidos com entrevistas junto a técnicos de Cooperativas de Crédito, Bancos e Empresas Públicas que trabalham na região⁵. Os dados secundários são de relatórios técnicos das agroindústrias, EPAGRI, CIDASC, dissertações e outras fontes bibliográficas.

-

⁴ Os dados primários da pesquisa foram obtidos em 2019.

⁵ CREDISEARA, SICRED, BRADESCO, EPAGRI, EMBRAPA, Sindicato Rural, Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina e Associação Catarinense de Criadores de Suínos.

2 Biodigestores: avanços e recuos

Na Europa, quando se analisa a utilização de biodigestores tem-se em mente os ganhos ambientais e o retorno aos produtores. Para atingirem esses objetivos e também ganharem com a produção energética, que normalmente é gerada no sistema, o continente subsidia os produtores.

No caso do Brasil, isso não acontece. Aqui, apenas existem recursos dos planos safra da agricultura na rubrica do Programa ABC (Agricultura Baixo Carbono). Os recursos disponibilizados pelo Programa ABC estariam conseguindo estimular os produtores a utilizarem a biodigestão? Seriam suficientes? Dudek (2013) apontou a dificuldade dos pequenos produtores instalarem biodigestores em suas propriedades, por falta de recursos financeiros. O marco legal, que foi efetivado em 2018, pretende entre outros estimular a produção e uso do biogás em Santa Catarina. O que já foi conseguido até agora?

O que se espera é que se houver uma política consistente de estímulo para implantação de biodigestores e de produção e uso do biogás, se tome o cuidado para não provocar novamente descrédito na atividade. O biogás pode contribuir para geração de energia, renda ao produtor e melhoria ambiental. Conforme foi destacado anteriormente, Palhares (2008) analisou os riscos e dificuldades de sustentabilidade de biodigestores e verificou a ocorrência de duas ondas anteriores. Em 2005 teria iniciado a terceira onda que parece ter quase desaparecido. Agora, em 2019, se ocorrer uma retomada dos biodigestores após legislação facilitadora (Lei do Biogás), seria a quarta onda.

Palhares (2008) destaca o esforço na utilização de biodigestores para o tratamento de dejetos suínos para tentar resolver os problemas ambientais da suinocultura. Naquele momento, em 2008, a utilização dos biodigestores já estaria em sua terceira onda, e era considerada a única tecnologia capaz de resolver os problemas ambientais e gerar créditos de carbono aos produtores, uma vez que eliminava o problema dos gases de efeito estufa. Se esta é a terceira onda, Palhares (2008) passa a questionar as demais ondas e o seu desaparecimento.

(...) por que elas foram ondas, simplesmente vieram e foram embora? O que aconteceu para que muitos biodigestores implantados no passado não estejam funcionando até o presente? Por que muitos suinocultores que tinham estes biodigestores, hoje dizem que esta tecnologia não funciona? Quais foram os acertos e erros nestas duas ondas anteriores? (PALHARES, 2008, p. 1)

Após diversas considerações, Palhares (2008) conclui que já devíamos ter aprendido pelo menos duas lições a partir das situações anteriores:

A primeira: não existe uma única tecnologia para resolver os problemas ambientais da suinocultura, existem produtores e propriedades, ou seja, condições produtivas, econômicas, sociais, ambientais e culturais, que devem ser diagnosticadas e aí sim se propor qual a melhor tecnologia, considerando estas condições. A segunda: qualquer solução que esteja baseada somente no econômico não se perpetuará no tempo, entende-se venda de créditos de carbono, e não resolverá o problema ambiental (PALHARES, 2008, p.1).

Percebe-se que não aprendemos com a história e, novamente, foi desperdiçada a terceira onda, pois pode-se dizer que a maioria dos biodigestores em propriedades pequenas e média que utilizam esterco de suínos foi abandonada e os produtores nunca receberam créditos de carbono.

O estudo de Ross *et al.* (1996; *apud* PALHARES, 2008) já considerava as dificuldades operacionais como limitantes no uso de biodigestores e, foi exatamente isso que também verificaram Palhares (2008) e Gelinski Neto *et al.* (2017). Afirmou Palhares "a dificuldade de operação, (...) novamente, tem se mostrado como um limitante ao correto manejo dos biodigestores na atualidade".

Será que a história de implantação e abandono de biodigestores se repetirá novamente no Brasil e Santa Catarina? PALHARES (2008, s.p.) já suspeitava das dificuldades de continuidade da terceira onda e anotou que:

A adoção de uma tecnologia nova, por mais simples que seja, traz consigo, invariavelmente, variadas dificuldades. Desta forma, a constatação do insucesso parcial na instalação dos biodigestores não surpreende, o que é surpreendente é o ritmo inicial das instalações, que foi muito acelerado diante do relativo desconhecimento quanto às potencialidades. Conclusão esta que é tardia em relação ao esforço já feito, mas que, se aceita pelos responsáveis pela continuidade do programa, poderá influir sobre seu andamento futuro.

Em 2008, Palhares já afirmava "não se tem dados de quanto dos biodigestores já implementados não estão funcionando de forma satisfatória, mas certamente, o cenário existente é o mesmo de 23 anos atrás".

-

⁶ "(...) o mais importante ponto, no que diz respeito a sistemas de tratamento, é a capacitação do pessoal responsável pela operação dos sistemas. Na maioria dos casos, o insucesso do tratamento está relacionado a erros humanos, causados pela má operação dos sistemas. Este pessoal deve receber constante capacitação e entender claramente a importância do processo e como ele funciona, tendo subsídios para a tomada de decisões. Caso o fator humano seja desconsiderado qualquer opção tecnológica adotada estará fadada ao insucesso" Kunz (2005, *apud* PALHARES, 2008).

Palhares pareceu bastante cético quanto ao resultado positivo da nova onda de estímulo aos biodigestores (3ª. Onda) relacionada aos créditos de carbono quando afirmou: "Houveram três crises energéticas, petróleo, "apagão" e a atual, nas três os biodigestores aparecem como uma grande alternativa, em duas a alternativa não vingou! Será que são os créditos de carbono é que vão fazer a diferença?" (PALHARES, 2008 s.p.).

A ênfase da nova onda dos biodigestores é o controle de gases de efeito estufa e o aproveitamento energético pela queima do biogás. A legislação do biogás de Santa Catarina pretende justamente facilitar e estimular a utilização do biogás gerado de diversas atividades humanas e entre elas a proveniente da criação de suínos.

Nesse sentido, a Nota Técnica PR 04/18 destaca o potencial dos recursos energéticos no horizonte. O Plano Nacional de Energia-2050 projeta que dobrará a disponibilidade de bioenergia originada da agropecuária em 2050 comparativamente a 2014 (EPE, 2018). (Figura 1).

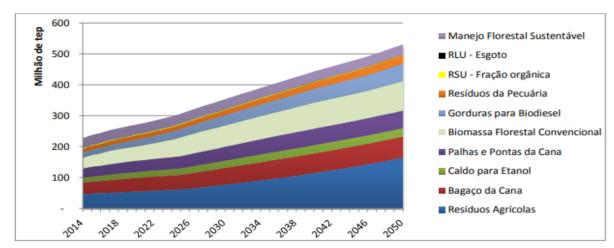


Figura 1 - Evolução do potencial de bioenergia no longo prazo

Fonte: EPE, 2018.

Embora o potencial de produção de bioenergia exista em Santa Catarina, nas regiões de produção de suínos, bovinos leiteiros e aves há que se estudar a melhor forma de estabelecer unidades que sejam sustentáveis e não, simplesmente, nova onda passageira como as três anteriores. O foco deveria ser, conforme um dos entrevistados, nos benefícios ambientais gerados para toda sociedade e, em razão disto talvez pudesse abrir espaço para apoios por meio de subsídios.

Outro entrevistado apontou que o produtor somente voltará a investir em biodigestores se verificar resultado econômico palpável. Como observou Zago (2003)

apenas empreendimentos grandes seriam sustentáveis economicamente. Então, ou surge alternativa tecnológica ou esquema associativo ou subsidiado que comprove a viabilidade econômica ou não teremos uma quarta onda. Pois, entre outros aspectos há que se considerar que a operação e manutenção de biodigestores são custosas e, em razão disto os produtores precisam de estímulos adicionais para não abandonar o sistema e retornarem ao sistema de mais fácil operação, que são as lagoas de decantação ou bioesterqueiras, porém, que não resolvem o efeito negativo ao meio ambiente.

3 A suinocultura sob a lupa ambiental: por que solucionar os problemas?

Os problemas ambientais e outros decorrentes da suinocultura tem sido tratado por diversos autores - Palhares (2008), Zanella (2012), Silva e Bassi (2012), Dudek (2013), Forneck e Klug (2015), Maia et al. (2015) e Gelinski Neto et al. (2017). Por exemplo, Silva e Bassi (2012) consideram importante a dedicação da EMBRAPA suínos e aves para o desenvolvimento de tecnologias que possam minorar os problemas da atividade. Os autores consideram que embora a EMBRAPA tenha intensificado os estudos e pesquisas para solucionar um dos principais problemas da suinocultura, que é a gestão dos efluentes, reconhecem que este é um problema complexo e não existe uma solução de curto prazo. Entre os possíveis tratamentos da biomassa da suinocultura estão, por exemplo, as câmaras de compostagem, as bioesterqueiras, os biodigestores e as lagoas de decantação; sendo cada um apresentando características próprias para manejo dos dejetos. O foco deste trabalho são os biodigestores com a finalidade de eliminação dos gases tóxicos e prejudiciais ao ambiente.

Mesmo com resistência do executivo dos EUA (presidência), a pauta do aquecimento global e gases de efeito estufa parecem ser predominantes na arena internacional sobre mudanças climáticas. Por isso, as atividades humanas que são geradoras de efluentes que contribuem para o aquecimento global serão visadas. Além disso, a produção em diversas cadeias do agronegócio tem competidores em diversos países e estes poderão acirrar as disputas comerciais utilizando o protecionismo ambiental.

Ao respeito de práticas ambientais sustentáveis, a ONU Meio Ambiente apontou que as práticas agrícolas não sustentáveis causam perdas ambientais em torno de US\$ 3 trilhões ao ano (CHIARETTI, 2019).

A criação de suínos sofre forte restrições e regulamentação ambiental em diversas partes do mundo. Dentre os países figuram: Holanda, Dinamarca, França, Alemanha, Canadá

e Estados Unidos (PALHARES, 2016). As restrições ambientais, aqui no Brasil, ainda não obrigam os produtores a eliminar o mau cheiro que é devido aos gases de fermentações de efluentes/dejetos. Isso poderá ocorrer, pois, segundo Palhares (2016), nossa legislação ainda é bastante simples. Ou, poderá ocorrer quando o mercado internacional para a carne de porco passe a exigir selo de qualidade ambiental. Neste caso, a criação de suínos não poderá gerar gases para a atmosfera, poluição hídrica e saturação de solos.

Portanto, os suinocultores serão cobrados para eliminação de problemas ambientais em suas atividades⁷. Quais caminhos existem para estimular os suinocultores a mudar suas práticas na criação reduzindo a poluição? No nosso entender, os legisladores, ao criarem a lei do biogás, estão apostando na via do estímulo econômico e do convencimento. Mas, se esta não for efetiva, poderá acontecer a via coercitiva, ou seja, aquela que determina como deverão ser tratados os efluentes para não gerarem gases para a atmosfera, não poluírem os rios e para não poluírem o solo ao se espalhar excesso de biomassa sobre o mesmo. Neste caso, o ônus econômico recai sobre o produtor e pode se tornar uma barreira, determinando a exclusão do produtor que não puder efetivar as mudanças necessárias. Em síntese, a mudança de prática de tratamento de biomassa e efluentes pode acontecer sob estímulo ou coercitivamente ou ambos, com implicações diferentes sobre os produtores. Palhares (2016) descreve a situação de deslocamento da produção de suínos para outras regiões e países ao se tornarem mais rígidas as exigências ambientais sobre a atividade. O exemplo internacional mostra duas formas de incentivar os produtores a corrigirem os problemas ambientais. Por exemplo, na Dinamarca as pressões legais sobre os criadores de suínos foram crescendo ao longo do tempo determinando correção de rumos na produção. Alguns países da Europa, por exemplo, a Alemanha e a Itália passaram a estimular a produção de biogás e geração de energia por meio de subsídios.

O Brasil poderia estimular a utilização de biodigestores e a produção de energia por meio de subsídio permanente? O governo Federal não acenou nesse sentido, embora tenha disponibilizado alguns recursos para investimentos para tratamento de estercos. O que existem são recursos do programa Agricultura Baixo Carbono via crédito rural apenas para implantação de equipamentos, mas não para manutenção a longo prazo. Com a nova composição do executivo federal e do Congresso Nacional, ainda não se sabe se a preocupação ambiental encontrará espaço adequado nas políticas públicas.

⁷ A EMBRAPA, o BNDES e o SEBRAE dispõem de materiais explicativos para controle de poluição na suinocultura. Ver a <u>Cartilha de Tecnologias Sociais para a gestão da água na suinocultura</u>. Este último material muito didático e de leitura acessível para trabalhadores e pequenos produtores.

Além das opções vistas até aqui, existe a possibilidade de venda de biogás para terceiros que fariam a sua utilização. Obviamente, neste caso, entra em cena a questão de escala de produção de biogás. A compra de biogás de origem resíduo sólido ou dejetos de animais no volume de até 1% da produção de gás de todo o país é meta do Grupo Capitale Energia, por meio de seu braço empresarial ZEG Biogás, e que já adquiriu a Gasgrid empresa especializada nesta área. O investimento desse grupo até 2021 deverá atingir a cifra de R\$ 500 milhões em biogás (POLITO, 2019).

A entidade associativa dos criadores de suínos, a ACCS (Associação Catarinense de Criadores de Suínos), está buscando parceria para usinas de biogás junto a empresas alemãs conforme notícia em seu site. Se as parcerias se efetivarem, os produtores terão mais esta alternativa para comercializarem o biogás, sem a necessidade de transformá-lo em energia, o que demanda equipamento e manutenção do mesmo onerando o produtor. A comercialização do gás começaria a dar forma na cadeia do biogás, que também está caracterizada na Lei do Biogás. A parceria seria para produção e comercialização de biogás de dejetos de suínos⁸ (ACCS, 2019).

A seguir verificamos extratos da lei do biogás que no nosso entender atingem mais diretamente os produtores de suínos e, também destacaremos alguns aspectos mais amplos da mesma⁹.

4 A nova Lei do Biogás de Santa Catarina e a sua efetiva implementação até o momento

A leitura da nova lei revela uma legislação de grande abrangência que estabelece instrumentos para fomento e animação dos negócios relativos ao biogás em Santa Catarina, facilitando a entrada de comercializadores de biogás.

A Lei n° 17542, de 12 de julho de 2018, institui a *Política Estadual do Biogás* que reúne um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, ações, incentivos e fomentos adotados pelo Estado, isoladamente ou em regime de <u>cooperação com a União</u>, os <u>Municípios ou particulares, com vistas à produção, à exploração, ao gerenciamento e à comercialização de biogás</u>. Estabelece que devam observar a lei aqueles responsáveis, direta

65

⁸ O presidente da ACCS, Losivânio De Lorenzi visitou usinas de biogás na Alemanha e contatou o diretor da Câmara Brasil-Alemanha, Ricardo Castanho, e, manteve contato com as empresas alemãs PlanET, a Bert Energy e a Fertigaz.

⁹ Ver a Lei do Biogás em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17542_2018_lei.html

ou indiretamente, por produtos e derivados capazes de gerar biomassa e biodigestão no território do estado.

A lei estabelece diversas definições relativas à atividade: biodigestão, biogás, biomassa, biometano, cadeia produtiva, empreendimento, gerador de biomassa, ponto de saturação, produtor de biogás, produtor de biometano, responsabilidade solidária e responsabilidade subsidiária. Tais definições são importantes por determinar claramente o que é o produto biogás, sua origem e efeitos na produção, bem como os responsáveis na cadeia de produção. Desta forma, a Lei resguarda e facilita o processo de produção, comercialização e fiscalização. Vale destacar aqui duas definições essenciais (parágrafos ix e x): produtor de biogás: pessoa natural ou jurídica que recicla biomassa e produz, utiliza diretamente ou comercializa biogás e - produtor de biometano: pessoa natural ou jurídica que purifica biogás para obter biometano, o utiliza diretamente ou o comercializa. Esta é a visão de mercado que facilitará, com certeza, os investimentos necessários que beneficiarão a sociedade sob a ótica ambiental ao eliminar o metano, gerador de Efeito Estufa e, ao permitir oferta de energia que é tão necessária para ajudar a melhorar a segurança energética com uma fonte sustentável.

O Artigo 4° trata detalhadamente <u>dos objetivos</u> da Política Estadual do Biogás. No parágrafo iv) afirma que a lei tem como objetivo o <u>fomento</u> da utilização da biomassa e biodigestão e uso em escala comercial e industrial para gerar emprego e renda. O parágrafo v) estabelece que a política estadual tem também como objetivo, <u>a capacitação técnica</u> continuada na área de biomassa, biodigestão, biogás e biometano.

O artigo 5° trata dos <u>instrumentos</u> da Política Estadual do Biogás. Dos instrumentos relacionamos três parágrafos: v) a concessão de incentivos financeiros, creditícios e fiscais para empreendimentos da cadeia produtiva do biogás; vii) a prioridade e a simplificação dos licenciamentos para empreendimentos da cadeia produtiva do biogás por meio de regulamento próprio dos órgãos estaduais competentes; e, viii) o incentivo permanente aos Municípios para estimularem projetos da cadeia produtiva do biogás.

No capítulo iv que trata das <u>diretrizes da Lei</u>, o Artigo 6° institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, o Programa Catarinense do Biogás SC-BIOGÁS cujo objetivo é incentivar a geração e utilização do biogás, de seus derivados e subprodutos.

Ainda no capítulo iv, o artigo 7° trata da implementação do SC-BIOGÁS nas microrregiões administrativas, por meio da elaboração dos Planos Regionais de Gerenciamento de Resíduos da Biomassa.

Fazem parte dos Planos citados acima: diagnósticos de biomassa de cada microrregião, a proposição de modelos de geração e aproveitamento de biogás; a proposição de parcerias público-privadas para exploração da cadeia produtiva do biogás; e, o levantamento das linhas de crédito e incentivos fiscais aplicáveis ao modelo proposto.

O Parágrafo único do artigo 7° afirma que: A elaboração dos Planos Regionais de Gerenciamento de Resíduos da Biomassa ficará sob coordenação da SAR (Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca), sem prejuízo de outros planos de negócios promovidos por pessoas naturais ou jurídicas ou pelos Municípios.

Da seção IV que trata dos <u>aspectos regulatórios</u> chama-se a atenção para alguns artigos: Art. 11. A emissão e renovação das licenças de instalação e funcionamento de empreendimentos produtores de biogás <u>receberão tratamento prioritário nos órgãos competentes</u>; Art. 14. A produção de biogás e o seu uso num mesmo empreendimento independem de autorização prévia.

A seção V da Lei trata do Fomento da produção e consumo de biogás no artigo 22 e nos parágrafos i a vi. Este último afirma que compete ao Estado a criação de linhas de crédito especial, <u>inclusive com subsídios.</u>

Nas entrevistas realizadas, buscou-se sondar a implementação da lei. No BRDE verificou-se que apenas houve financiamento para biodigestores no início da década, mas que atualmente, ou seja, desde julho de 2018 não surgiu demanda para este tipo de financiamento¹⁰. Portanto, a lei do biogás ainda não gerou demanda por financiamento. Informações do Banco Bradesco, financiador de projetos do agronegócio, dão conta da inexistência de projetos de financiamento para biodigestores na região de Braço do Norte.

Quanto aos estímulos para novos biodigestores, as informações de técnicos da região de Concórdia dão conta da política de aproximação da produção de suínos para mais perto da planta de processamento da BRF¹¹. E, mesmo assim, não se conhece iniciativa de novas construções de biodigestores no município de Concórdia. Os produtores rurais, mesmo os produtores familiares, estão preferindo utilizar placas solares para geração de energia pela praticidade.

Outro entrevistado considera que os produtores instalarão novamente biodigestores, se verificarem que realmente dá resultado econômico e não represente apenas acréscimo de trabalho. O técnico entrevistado considera que o baixo teor de matéria orgânica no esterco

¹⁰ Informações do setor de projetos do Banco.

¹¹ Brasil Foods.

suíno obriga os produtores adicionarem outras matérias secas (resíduos de grama, de milho ou outro). A retirada do excesso de água também envolve maior trabalho ao pequeno produtor, além da necessidade de vigilância constante sobre o biodigestor para evitar que desinfle e afunde na biomassa. Citou o exemplo de sucesso de operação os biodigestores do sr. Anélio Tomazzoni que possui dois com uma granja de 27.000 animais e, inclusive vende energia. Neste caso, o produtor tem uma pessoa responsável permanentemente para verificar a pressão da cúpula do biodigestor, que regula a saída do gás. Este funcionário evita a ocorrência de redução do tamanho da bolha (risco de desinflar) para justamente não perder a lona com afundamento no resíduo. A produção de biogás é autossustentável em propriedades que tenham produção diária acima de 200 m³ (ZAGO, 2003, *apud* Maia *et al.*, 2015). Portanto, apenas grandes empreendimentos seriam viáveis, como é o caso da granja citada.

Os produtores do município de Seara¹², que tinham biodigestores com esterco suíno, acabaram abandonando por não conseguirem manter a produção de gás. No ano de 2018, apenas a EPAGRI do município fez 5 ou 6 projetos de biodigestores para produtores de bovinos de leite utilizando um modelo simplificado. Note-se que os projetos não foram para suínos porque os produtores não estavam interessados. Este modelo simplificado é o que está sendo apoiado pela CREDISEARA (Cooperativa de Crédito de Seara). É um modelo que utiliza caixas de água de fibra de vidro com capacidade de 1.000 litros ou mais e que servem de campânulas que se deslocam verticalmente sobre um fosso mantendo a pressão do gás relativamente constante. Seria o modelo Indiano¹³, que para esterco de gado bovino estaria funcionando bem. Este é o modelo de baixo custo que está sendo estimulado pela CREDISEARA via projetos de financiamento, visa produzir e utilizar o gás e já dispõe de projetos piloto funcionando em diversas comunidades do Município.

Os técnicos que atendem os produtores de suínos do município de Braço do Norte analisam que os produtores de suínos já passaram por experiências com biodigestores e não viram resultado econômico com a atividade, e por isto, necessitariam de algum estímulo extra, pois a produção de biogás não trouxe resultado econômico palpável. As experiências de tentar vender energia para Cooperativa de Eletrificação Rural de Braço do Norte não

¹² Faz parte da microrregião de Concórdia.

¹³ O biodigestor Modelo Indiano possui uma cúpula flutuante. O biodigestor modelo Canadense é aquele que utiliza uma lona que vai inflando à medida que produz gás e possui fluxo de entrada e saída de resíduos é constante, diferente do modelo de Batelada. São três tipos de fluxo contínuo: Chinês, Canadense e Indiano. Ver: https://emasjr.com.br/2018/04/22/tipos-biodigestor/

logrou êxito. Na visão dos dirigentes, a energia fornecida oscilava muito sem uma oferta constante o que inviabilizava as medições e acompanhamento, e por isto, deixaram de comprar este tipo de energia. Portanto, na ótica do produtor de suínos a utilização de biodigestores somente adicionaria trabalho extra e pouco resultado e nenhum ganho econômico. Quanto à retirada de biomassa, ela é feita com espalhamento por trator nas pastagens, e tanto faz se usar de lagoas de decantação, de bioesterqueiras ou de biodigestores, pois o resultado seria o mesmo, na opinião dos produtores.

O Sindicato Rural de Braço do Norte informou que de 2018 em diante não houve demanda pelos produtores de suínos para instalação de biodigestores, e que na região se existirem são em pequeno número.

De acordo com Adelino Renuncio, Diretor de Vigilância de Saúde Animal, na Alemanha existem mais de 7.000 biodigestores que produzem biogás e geram energia que é considerada verde e, portanto, é vendida com preço cinco vezes maior do que a energia elétrica comum. Além disso, as unidades de biodigestão recebem energia subsidiada para aquecer a biomassa e estimular a atividade bacteriana geradora de biogás. Segundo o entrevistado, em muitos países europeus a atividade de biodigestão é largamente apoiada com subsídios e isso ocorre porque a sociedade tem interesse no aspecto ambiental e, por consequência, na eliminação dos gases de efeito estufa. A conscientização ambiental da sociedade fornece apoio ao governo para pagamentos de subsídios os produtores de biogás.

No Brasil, e em especial em Santa Catarina, entre 2005 a 2012, quando ocorreram investimentos em biodigestores, para os produtores o foco era o resultado econômico e não a preocupação ambiental, que ficava em segundo plano. Nessas circunstâncias, quando houve disponibilidade de energia elétrica ou coletores solares nas propriedades, a alternativa dos biodigestores tornou-se desinteressante, haja vista que o tratamento de resíduos suínos precisa de maiores cuidados e exige a retirada e destinação de biofertilizantes. Neste quesito, o Sr. Renuncio manifestou, na entrevista, que teria que se verificar a forma mais adequada de coleta e uso do biofertilizante - um dos principais recursos gerados no processo, que estaria sendo subutilizado em muitos projetos de biodigestão. Em sua opinião, teria que ser criado um projeto ambiental global que incorpore, por exemplo, subsídios na produção do biogás, pois muitos empresários têm dificuldade de retirar o biofertilizante gerado, o que eleva o custo do processo.

5 Considerações finais

Na agropecuária, a terceira onda de biodigestores veio e já foi. Sobraram poucos e alguns grandes empreendimentos, como o caso do empreendimento do Sr. Anélio Tomazzoni. Agora, após a lei do biogás de 2018, em Santa Catarina aparentemente tem-se quatro caminhos relativamente à evolução do biogás e produção de energia: i) aqueles grandes empreendimentos que continuarão a produzir e comercializar a energia, mas que ainda alguns se depararão com problemas de retirada do grande volume de resíduos final de biomassa ou biofiertilizante; ii) pequenos empreendimentos, como no caso do Município de Seara, que produzirão biogás mas de biomassa de estercos de bovinos; iii) empreendimentos que receberão apoio financeiro ou subsídio para evitar poluição; e, iv) empreendimentos que receberão apoio financeiro e tecnológico de empresa que comercializará biogás e energia; v) empreendimentos que desaparecerão devido à legislação ambiental mais severa.

Como de praxe, quando se quer fomentar uma atividade quase sempre são subestimados os custos, enquanto as vantagens são muito destacadas. No caso em tela, a dificuldade do manejo de retirada de resíduos (assoreamento) e de manutenção do gasômetro entre outros problemas trazem pressão negativa para esta atividade, que foi subestimada. Talvez por isso, na Europa a utilização de biodigestores é subsidiada. E se entende que isso é benéfico para a sociedade por evitar a poluição e, principalmente, a emissão de GEE.

Acredita-se que seja necessário verificar junto aos produtores se os elementos a seguir são relevantes para eles se interessarem novamente na instalação e manutenção de biodigestores em suas propriedades. Nessa perspectiva, considerar: i) linhas de crédito estimulantes/atrativas; ii) prazo longo para pagamento e ou a fundo perdido; iii) facilidade na venda de energia para concessionárias; iv) subsídio ao produtor por estar gerando benefícios ambientais e energia alternativa; v) disponibilidade de equipes de projetos ou parcerias com fornecedores de equipamentos; vi) garantia de serviços de manutenção de equipamentos para geração de energia; e, vii) outros itens de interesse dos produtores.

A lei do biogás parece que veio atender a demanda de grandes produtores que geram energia de biogás e precisam vender o excedente, visto que a produção de energia seria viável apenas para propriedades que produzem acima de 200 metros cúbicos de biogás. Entretanto, e para ser mais conclusivo quanto a produtores de várias escalas, teria que haver um horizonte maior de análise de implantação da lei, e ver se, de fato, ela terá o efeito desejado

em termos de resultados econômicos e ambientais para todas as regiões produtoras de suínos do estado de Santa Catarina.

Referências

ACCS busca parceria alemã para usinas de biogás. 4 mar. 2019. Disponível em: http://www.accs.org.br/arquivos_internos/index.php?abrir=noticias&acao=conteudo&id=4 640 Acesso 12/03/2019.

CHIARETTI, D. Maior assembleia ambiental do mundo começa em luto por acidente aéreo. **Valor Econômico**. São Paulo, 9 mar. 2019. Cad. A, p.7.

DUDEK, P. M. Apesar de ser uma alternativa para a produção de energia limpa, o alto custo de implantação do sistema inviabiliza a produção de biogás. UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2013. Disponível em: https://www.unochapeco.edu.br/static/files/premiojornalismo-ambiental/biodigestores.pdf. Acesso em 02 mar. 2017.

DAL MAGO, A. Avaliação de biodigestores com o uso de dejetos de suínos, em Braço do Norte e em cCncórdia. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina —. Florianópolis, 2009.

EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina** 2016-2017. Florianópolis. 2018. Disponível em http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese-Anual-da-Agricultura-SC_2016_17.pdf. Acesso em 11 mar. 2019.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2050**. Nota Técnica PR 04/18 Potencial dos Recursos Energéticos no Horizonte 2050. EPE - Empresa de Pesquisa Energética/Ministério de Minas e Energia. Rio de Janeiro, Setembro de 2018. Disponível em http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-2050. Acesso em 1 mar. 2019.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇOES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Superação da fome e da pobreza rural:** iniciativas brasileiras. Brasília, 2016.

FORNECK, E.; KLUG, J. Impactos sócio ambientais da suinocultura no oeste catarinense: do visível ao invisível. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 27 jul. 2015.

GELINSKI NETO, F.; GELINSKI JUNIOR, E.; ROGOSKI, N. R. Biodigestores na suinocultura catarinense: relato de experiências de implantação. In: 55° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2017, Santa Maria. Anais... Santa Maria: SOBER, UFSM, 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

- GIEHL, A. L. Carne suína. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016/2017**. EPAGRI/CEPA. Florianópolis, 2017.
- GERBER, P. J.; STEINFELD, H; HENDERSON, B.; MOTTET, A.; DIJKMAN, J.; FALCUCCI, A.; TEMPIO, G. **Tackling climate change through livestock**: a global assessment of emissions and mitigation opportunities. Rome: FAO, 2013.
- GURGEL, A. C.; LAUREZANA, R. D. Desafios e oportunidades da agricultura de baixo carbono. In. VIEIRA FILHO, J. E. R; GASQUES, J.G. (Orgs.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade.** Brasília: Ipea/Abag, 2016.
- KUNZ, A. **Tratamento de dejetos**: desafios da suinocultura tecnificada. Disponível em: http://www.suinoculturaindustrial.com.br. Acesso 01 mar. 2019.
- KLOCK FILHO, L. P.; BARICHELLO, R. Papel das Lideranças do Oeste de SC na disseminação dos Projetos de Energia Renováveis: caso do Biogás. Universidade Comunitária da Região de Chapecó UNOCHAPECÓ, 2014.
- KUNZ, A; HIGARASHI, M.M.; OLIVEIRA, P.A. Tecnologias de manejo e tratamento de dejetos de suínos estudadas no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 651-665, set./dez. 2005. Disponível em http://www.conhecer.org.br/download/PRODUCAO%20ANIMAL%20X%20IMPACTO %20AMBIENTAL/leitura%20anexa%206.pdf. Acesso em: 8 mar. 2019.
- MAIA, A. G.; ROMEIRO, A. R.; JUSTO, M. C. D. M. Custo-efetividade de tratamentos de dejetos de suínos no Oeste Catarinense. In: TÔSTO, S.G. *et al.* (Org.) **Valoração de serviços ecossistêmicos**: metodologia e estudos de caso. EMBRAPA/ Brasília: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2015.
- PALHARES, J. C. P. Biodigestão anaeróbia de dejetos de suínos: aprendendo com o passado para entender o presente e garantir o futuro. 15/01/2008. https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/biodigestao-anaerobia-de-dejetos-desuinos--aprendendo-com-o-passado-para-entender-o-presente-e-garantir-o-futuro_385188.html._Acesso em: 01 mar. 2019.
- PALHARES, J. C. P. Legislação ambiental e produção de suínos: as experiências internacionais. **Revista Suinocultura Industrial.** Ano 31, ed. 220. 20 abr. 2016.
- Disponível em: https://www.suinoculturaindustrial.com.br/imprensa/legislacao-ambiental-e-producao-de-suinos-as-experiencias-internacionais/20090403-101809-3535 Acesso em: 8 mar. 2019.
- POLITO, R. Capital investirá R\$ 500 milhões em biogás até 2021. **Valor Econômico**. São Paulo, 12 mar. 2019. Cad. B, p.2.
- ROSS, C.C.; DRAKE, T.J.; WALSH, J. L. **Handbook of biogas utilization**. 20 ed. Atlanta: USDE, 1996.
- SAVIOTTI, B. *et al.* **Suinocultura de baixa emissão de carbono**: tecnologias de produção mais limpa e aproveitamento econômico dos resíduos da produção de suínos. Ministério da

Agricultura Pecuária e Abastecimento/IICA/EMBRAPA. Brasília. 2016. Disponível em: http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Suinocultura-de-baixa-emiss%C3%A3o-de-carbono-cartilha-MAPA-IICA-Brasil.pdf. Acesso em 07 mar. 2017.

- SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Análise dos impactos ambientais no oeste catarinense e das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa Suínos e Aves. In: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012, Belém- Pará. **Anais...** Belém- Pará: ANPPAS, 18 a 21 de setembro de 2012.
- ZAGO, S. Potencialidades de produção de energia através do biogás integrada à melhoria ambiental em propriedades rurais com criação intensiva de animais, na região do Meio Oeste Catarinense. 2003. Dissertação (Mestrado) Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Tecnológicas, Blumenau, SC, 2003.
- ZANELLA, M.G. Ambiente institucional e políticas públicas para o biogás proveniente da suinocultura. 2012. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Bioenergia Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Engenharias e Ciências Exatas. Mestrado. Toledo/PR, Mar. 2012.

Sistema da dívida pública e a dependência da distribuição de recursos orçamentários da União: o caso dos municípios de pequeno e médio portes do Alto Vale do Itajaí (2010-2017)

Valdir Alvim* Mailon José Espindola**

Resumo

O objeto de investigação do artigo se constitui na repartição tributária das transferências correntes constitucionais obrigatórias entre a União, Estado de Santa Catarina e Municípios. Neste sentido, realiza estudo de caso na região do Alto Vale do Itajaí, visando compreender a situação crítica das finanças dos municípios de pequeno e médio portes, entre 2010 e 2017. O contexto abarca as crises econômicas recentes que elevam gastos e reduzem investimentos em Saúde, Educação e Assistência Social. Alinha-se o papel dos gestores públicos na ampliação dos esforços para aumento da arrecadação própria. Os resultados demostram a dependência orçamentária dos municípios, evidenciado através das transferências constitucionais insuficientes, diante da repartição de responsabilidades de recursos e gestão da CF/88, o que dificulta e onera a execução orçamentária, impacta negativamente nas políticas e serviços públicos ofertados aos munícipes.

Palavras-chave: dívida pública; orçamento público; pacto federativo.

Public debt system and dependence on the distribution of budgetary resources in the Union: the case of small médium sized municipalities in the Alto Vale do Itajaí (2010-2017)

Abstract

The object of investigation of the article is the tax breakdown of mandatory constitutional current transfers between the Union, State / SC and Municipalities. In this sense, it carries out a case study of the Alto Vale do Itajaí region sought to understand the critical financial situation of small and medium-sized municipalities between 2010 and 2017. The context encompasses recent economic crises that increase spending and reduce investments in Health, Education and Social Assistance. The role of public managers in aligning efforts to increase their own revenue is aligned. The results show the budgetary dependence of the municipalities, evidenced by the insufficient constitutional transfers, in view of the allocation of responsibilities for resources and management of the CF / 88, which makes budgetary execution difficult and burdens, negatively impacting public policies and services offered to citizens.

Keywords: public debt; public budget; federative pact.

JEL: H72

, LL, 11

^{*} Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Núcleo de Estudos Sociopolítico do Sistema Financeiro (NESFI). E-mail: valdir.alvim@ufsc.br;

^{**} Economista graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e assessor da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Mirim Doce (SC). E-mail: maylon_je@hotmail.com

1 Introdução

A descentralização e distribuição das receitas no Orçamento Geral da União (OGU) foram tratadas no contexto do pacto federativo cujo resultado foi a Constituição de 1988 (CF/88). A sétima carta magna da República brasileira estabelece como independentes e harmônicos os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e conferiu status público de Ente federado aos governos municipais inserindo-os na estrutura federativa do Estado.

O Brasil criou um modelo "único no mundo" como um divisor de águas na história do país quando saiu do modelo dual instituindo a autonomia relativa do Município, estendendo-os a possibilidade de se organizar administrativa, política e financeiramente, expressão que indica a capacidade de autogoverno, autoadministração e auto-organização (MONTALVÃO, 2018).

Essa autonomia relativa e reconhecida função pública dos repasses orçamentários aos Municípios não são suficientes para atingir plenamente os objetivos de melhoria na gestão e custeio de Planos, Programas, Projetos e ações articuladas, principalmente em áreas sociais sensíveis tais como Saúde, Educação, Assistência Social e nos programas Estratégia Saúde da Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Isto é motivo suficiente para ampliar os questionamentos sobre os mecanismos fiscais adensados na concentração e na centralização tributária do pacto federativo de 1988, gerando insuficiências orçamentárias na medida em que os municípios foram elevados a condição de Ente Federativo.

Não nos parece sensato que recursos orçamentários insuficientes penalize duplamente os cidadãos contribuintes nos seus direitos sociais e constitucionais ao restringir o acesso aos serviços públicos de qualidade e necessários nessas áreas. Por isso não nos parece justo, nem do ponto de vista econômico nem do ponto de vista social, que caiba aos gestores públicos enfrentar os grandes desafios locais das demandas populacionais sem a devida suficiência nos repasses e geração de receitas próprias que eleve e melhore os controles fiscais.

Apesar da CF/88 ser considerada uma das "mais democráticas" dos processos constituintes sucessivos, eles não alteraram o histórico do centralismo existente realizados no Brasil. A centralização dos recursos do OGU diz respeito à concentração do poder na capacidade tributária da União, o que exige uma reforma tributária que corrija as desigualdades na repartição dos recursos orçamentários da União, o Distrito Federal, Estados subnacionais e Municípios.

Ver-se-á, aqui, a problemática das enormes dificuldades encontradas pelos municípios catarinenses do Alto Vale do Itajaí dentro da crítica realidade orçamentária, cujos mecanismos de transferência afeta-os negativamente, principalmente os de pequeno e médio porte. Os recursos concentrados na União e repassados para os municípios a valores nominais, geram ainda mais consequências negativas para a elevação e deterioração das finanças públicas com a expansão da dívida pública e sérias dificuldades para os gestores municipais.

O plano de exposição está divido em cinco seções. A primeira seção está contida na introdução e institui a problemática da pesquisa e sua forma de investigação. A segunda parte apresenta a situação crítica da repartição desigual dos recursos orçamentários da União e dos Estados subnacionais, ao analisar o que se convencionou chamar de sistema da dívida pública, pela Auditoria Cidadã, nos esquemas de controle do pacto federativo com a instituição da LRF/2000 ao exigir condicionalidade de adimplência em obrigação financeira ou contratual. Na terceira seção evidencia-se os afeitos negativos fortes sobre a arrecadação dos tributos nos municípios no contexto das crises políticas e econômicas recentes, entre 2002 e 2007. Na quarta está demonstrado os efeitos dos desequilíbrios orçamentários no estudo de caso dos municípios de pequeno e médio do Alto Vale do Itajaí, situação que perdem parte da autonomia, geram receitas tributárias insuficientes e possuem considerável volume de recursos na dependência exclusiva das transferências correntes da União e do Estado/SC. Na quinta seção avalia-se os impactos negativos diante das restrições orçamentárias que afetaram as finanças públicas nos últimos anos. Destaca-se o papel dos gestores municipais na situação de desequilíbrios orçamentários e a busca de alternativas para corrigir desequilíbrios. As considerações finais demostram evidências acerca da ampliação da dependência dos municípios aos repasses de receitas orçamentárias através das transferências correntes da União e do Estado/SC, em proporções de comprometimento dos recursos disponíveis.

2 Situação crítica e desigualdade na repartição dos recursos orçamentários da União

Desde os anos 2000 o movimento social intitulado Auditoria Cidadã da Dívida Pública (ACDP) faz campanha pública para restringir a destinação de fluxos imensos de dinheiro público do OGU e elevado volume de recursos para pagamentos de juros à rentistas/especuladores. Desde então, nestes últimos vinte anos, a ACDP vem realizando

duras críticas ao agravamento dos problemas nacionais relativos ao pacto federativo da CF/88.

A Auditoria é uma organização da sociedade civil e integra o movimento social e tem a colaboração, apoio e participação de grande número de cidadãos, entidades e instituições. As atividades da Auditoria marcam presença desde setembro de 2000 quando da realização da Campanha Jubileu Sul com o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa. A Campanha contou com inúmeras organizações sociais cobrindo 3.444 municípios brasileiros. Participaram da votação 6,03 milhões de cidadãos dos quais "mais de 95% votaram NÃO à manutenção do Acordo com o FMI; NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores".

A ACDP continua a busca pelos efeitos do pacto federativo produzidos pelos mecanismos do que se convencionou chamar de "sistema da dívida pública" na distribuição das receitas orçamentárias, previstas na CF/88. O conceito foi desenvolvido por Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora nacional da ACDP, após 14 anos de investigação sobre o endividamento público na América Latina, Europa, África e particularmente no Brasil. O processo de endividamento ocorre quando se promove "contínua e crescente subtração de recursos públicos" ao invés deles servirem para dar suporte às políticas de financiamento dos direitos e necessidades sociais. O sistema da dívida corresponde ao "uso do endividamento público às avessas" em que os recursos são direcionados principalmente ao setor financeiro e privado (FATORELLI, 2014).

Este sistema de endividamento expõe a problemática das transferências constitucionais no esquema de repartição dos recursos tributários da União para Estados subnacionais e municípios. Apesar das transferências correntes não estarem diretamente vinculadas a determinadas despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites quanto a sua destinação.

As principais limitações são aquelas em que estabelece indicadores mínimos de gastos em Educação e Saúde e máximo em gastos com Pessoal, por exemplo. Ao se analisar a regularidade da distribuição das despesas correntes constata-se que a Receita Disponível está concentrada no Tesouro da União e retém em média 56% dos recursos da repartição; os Estados subnacionais ficam 25%; e os municípios com 19%.

Estas despesas correntes são de classificação econômica na definição dos desequilíbrios da distribuição orçamentária, pois respondem ao princípio da inclusão, de

todas as despesas relativas aos gastos com as obrigações de manutenção da máquina pública, incluindo aí despesas de pessoal e encargos, juros e encargos da dívida, e outras despesas correntes.

Entretanto, o destaque fica por conta das Despesas de Pessoal cujo limite de gastos é de no máximo 54% das Receitas. Quanto a este limite destaca-se as evidências em que "o endividamento público não tem funcionado como instrumento de financiamento das necessidades coletivas", pois esquemas de perpetuação das dívidas são adensados por políticas de ajustes e reestruturação do Estado (FATORELLI, 2013, p. 3).

Nestes esquemas, o pacto do federalismo fiscal conserva ainda os traços fundamentais da arquitetura do plano original. No final das contas estes esquemas de endividamento consistindo em transferir enormes volumes de renda pública para financiamento das necessidades de pagamento de juros e amortizações das dívidas, afeta o perfil Dívida/PIB através de ajustes operados há décadas e seus efeitos fiscais e tributários deletérios comprometem as demais rubricas dos gastos sociais.

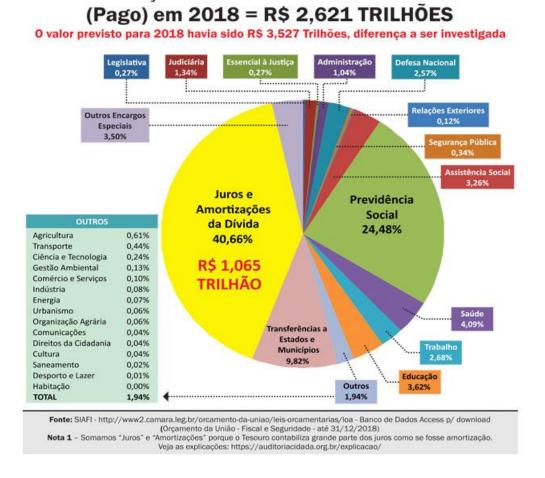
Estes efeitos tem significado, em primeiro lugar, na necessidade do Estado em elevar a arrecadação dos tributos por meio do consumo, dado o caráter regressivo destes impostos, transfere renda das comunidades vulneráveis dos mais pobres; Segundo, pela insuficiência na oferta ou ausência dos serviços públicos municipais tais como saúde, educação, assistência social, previdência, etc., prejudicando a população dos mais pobres e necessitados; Terceiro pela privatização, processo da desestatização em que transfere bens e serviços públicos para a esfera privada da sociedade civil com a transferência de parte dos serviços públicos e patrimônio; E quarto, consequências negativas para a sociedade em geral e a ecologia em particular, causando danos muitas vezes irreparáveis ao meio ambiente pela exploração ilimitada das riquezas naturais (FATORELLI, 2013, p. 3).

O Gráfico 1 demonstra que 40,66% dos R\$ 2,6 trilhões do orçamento executado foram para pagamento de juros e amortizações da dívida em 2018, e ficou acima dos 39,7% de 2017. A Previdência Social com 24,48% participa do bolo na segunda posição. Outra realidade dos fatos expõe claramente os esquemas da política da centralização, como a desigual distribuição dos recursos orçamentários através das Receitas de Transferências Correntes, realizadas através de repasses pela União e representam a terceira maior fatia da pizza dos gastos com R\$ 257,38 bilhões, 9,82% do realizado.

Estes mecanismos geram enormes benefícios ao desenvolvimento do setor financeiro, em detrimento do financiamento público das necessidades sociais das populações locais.

Gráfico 1: Orçamento Geral da União: pagamento executado de juros e amortizações da dívida em 2018

Orçamento Federal Executado



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida, 2019.

Cria-se assim, por si só, restrições fiscais e tributárias aos Estados subnacionais e Municípios na medida em que buscam atender as necessidades de serviços públicos básicos dos habitantes locais, devido ao aumento das responsabilidades constitucionais transferidas aos municípios pela CF/88.

Neste caso, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) relata que o grau de dependência revela que mais de 80% dos recursos orçamentários são de fontes externas à arrecadação em 70% dos municípios brasileiros. A CNM estima que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) representa 60% das Receitas de Transferências Correntes,

Constitucionais e/ou Voluntárias, ou seja, apenas R\$ 154,428 bilhões do realizado em 2018 para ser distribuído aos mais de 211 milhões de habitantes em 5.570 municípios (5.568 mais o distrito insular de Fernando de Noronha e o Distrito Federal). A CNM relata que o volume do FPM encolheu 2,3% em 2015, já deflacionado, e tende a cair em 2019 em torno de 10% [anterior tendência a crise pandêmica do Covid19].

Nas transferências aos Estados subnacionais destacam-se parcelas do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e Transferências Fundo a Fundo, que dispensam a celebração de convênios e a colocam como instrumento de descentralização de recursos, disciplinados em leis específicas cuja característica principal é realizar o "repasse direto de recursos provenientes dos fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal" (CANZIAN, 2019).

O documento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) considera que os destinatários das políticas são os segmentos populacionais "involuntariamente excluídos das políticas sociais básicas", e os fundos que a compõem operam a modalidade de transferência, a partir do Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS).

As disposições normativas que disciplinam essas transferências constituem a Lei n.º 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 e o Decreto n.º 2.529, de 25 de março de 1998. Esse último regulamenta a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-AS) que define as "estratégias e movimentos mais operacionais que possibilitem o avanço em direção ao sistema inscrito na lei".

Em outros termos, define as "competências dos órgãos gestores e das instâncias de negociação e controle social, fluxos e requisitos para o processo de habilitação, mecanismos e critérios" que levam ao repasse dos recursos do FNAS para os fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais de Assistências Social.

Assim, os recursos destinados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e municípios para operacionalização dos serviços assistenciais "visam suprir as demandas referentes à manutenção de ações de atendimento às crianças de zero a seis anos, aos idosos e às pessoas portadoras de deficiências" (GOMES, 2013, p. 3).

Já, Outras Receitas Correntes referem-se a indenizações, restituições e outras receitas que não se classificam nas outras categorias. As Receitas Correntes Tributárias Próprias ou Outras Receitas, restantes, são as arrecadadas pelos municípios e ficam integralmente no

Tesouro municipal. As principais receitas tributárias municipais são: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPTU); o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN); Taxas de Licença e de Localização (TLL), entre outros. Com isso posto a FECAM (2017) insere no debate uma proposta para melhoria do equilíbrio na repartição tributária. Pela proposta, a União reteria do total do arrecadado cerca de 45%, restaria aos municípios recolherem 30% e Estados subnacionais com 25%.

Desta forma distribuindo, deve-se melhorar significativamente a distribuição das receitas correntes e as receitas de capital, expandindo o volume de recursos necessários para financiar os serviços nos municípios.

Por fim, têm-se as Receitas de Capital provenientes de operações de crédito, alienação de bens e convênios tanto com a União quanto dos Estados da federação. As Receitas de Capital vêm para ser aplicadas em objetos pré-definidos, exceto quando se fala em alienação de bens que o gestor pode determinar - no que irá aplicar depois do recurso estar no Caixa, desde que relacionado a algum bem com durabilidade superior a dois anos. Estas receitas só podem ser utilizadas para adquirir ou construir bens, como obras, máquinas e equipamentos, não são contas Correntes e não computam ao Caixa das prefeituras periodicamente, uma vez que estão condicionadas a firmação de convênios com governos, estaduais e Federal, pelo fato de concentrarem parte maior dos recursos orçamentários. A concentração dos recursos orçamentários na União se eleva proporcionalmente de 51%, para 59%, em 1991 e 2015, enquanto os municípios tiveram redução de 19% para 16% no total. O poder de investimento dos municípios foi imensamente prejudicado pela redução da participação e pelo sucedâneo das crises econômicas e políticas (FECAM, 2017).

As medidas tomadas no contexto das crises pelos gestores municipais são afetadas frequentemente pelos cortes no orçamento, viabilizado para "fechar as contas" do Município. Novas responsabilidades constitucionais trouxeram consequências negativas ao elevar de forma drástica, e insustentável, as despesas orçamentárias diante das insuficiências, às sempre crescentes e complexas demandas da população, principalmente aos que vivem nos municípios de pequeno e médio porte. Isto, por si só, gera insuficiência de recursos, paralela situação anterior a CF/88 quando cabia aos Municípios apenas os serviços "mais próximos" das necessidades da população, como transporte público; ensino pré-escolar e de 1º grau; saúde preventiva; uso do solo urbano e conservação do patrimônio cultural.

Diante das insuficiências orçamentárias e dos parcos recursos disponíveis, coube ao gestor municipal tornar os gastos públicos mais eficientes, tomar decisões tempestivas e praticar atos "heroicos" visando gastar e investir melhor os recursos disponíveis para execução orçamentária, ou seja, os gestores terão sempre que "fazer mais com menos" (ESPÍNDOLA, 2017).

Entretanto, ao longo do período 2002 e 2007, no governo Lula (2003/2010) houve uma pequena redistribuição na repartição orçamentária. A participação relativa da União reduziu-se em nove pontos percentuais considerando 2002 (79,0%) e 2007 (70,0%); os Estados subnacionais ampliaram de 16% para 19% a participação, enquanto os Municípios ampliaram sua participação de 4% para 11%, respectivamente, o que permitiu minimizar certos desequilíbrios nas despesas com receitas (BRASIL, 2018b).

3 Repartição orçamentária e a descentralização tributária entre 2002 e 2007

Fica claro na análise até aqui, que desde a CF/88 as responsabilidades dos municípios aumentaram muito, porém, mesmo com a instituição da LRF no ano de 2000, a destinação dos recursos não se alterou de forma significativa.

Nestes termos, ocorre que o cálculo diferencial no aumento das responsabilidades foi maior que o diferencial da expansão nas receitas, e dessa forma os municípios ficaram ainda mais dependentes dos repasses da União e dos Estados. Uma questão de vital importância para compreender a situação de dependência, tal qual um "Ente subalterno" à União, é o seu contrário, a não-dependência, com equivalência e não subalterno, elevado ao *status* de "Ente federativo" para ter maior autonomia tributária, política, administrativa e financeira.

Ocorre que na prática do cotidiano, mesmo tendo autonomia para criar leis orgânicas na constituição municipal, organizar administração local própria, legislar sobre assuntos de seu próprio interesse e arrecadar tributos, os municípios ainda estarão sujeitos a seguir o modelo de forma centralizada.

Pelos preceitos constitucionais de 1988 os municípios têm autonomia para tributar os seguintes impostos e taxas: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITBI); e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN). Os municípios têm autonomia para tributar estes impostos, mas recebem

certa quantia proporcional dos impostos recolhidos nas esferas Federal e dos Estados subnacionais.

Destes recolhimentos da União o percentual de 22,5% recai sobre a partição do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Dos impostos estaduais, 25% recai sobre o Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e 50% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) (VEDANA, 2002, p. 205).

Uma questão de relevância fundamental para todos os cidadãos contribuintes, consiste em saber da eficácia das políticas públicas, se as demandas populares estão sendo bem atendidas e se os gastos com serviços públicos atendem a população, com eficiência.

Enfim, é no município que as pessoas residem e vivem, e o empoderamento do cidadão contribuinte depende da informação e da distância da base tributária. Assim como os Senadores representam seus Estados e os Deputados representam diretamente o povo, as prefeituras não possuem representantes institucionais no Congresso Nacional. Ainda assim os municípios não conseguirão viabilizar orçamento que fuja às regras estabelecidas na União federativa, dado que não possuem representantes diretos no Congresso e para viabilizar definição de gastos e investimentos de interesse local, acabam dependendo em muito destas representações político-partidárias, além de não possuírem autonomia financeira, o que os mantém dependentes das políticas dos Estados e da União (ESPÍNDOLA, 2017).

Cabe assim aos municípios certas responsabilidades proporcionais em comum (entre parênteses) sobre as políticas públicas nos seguintes serviços: transporte público e urbano/trânsito; ensino infantil e fundamental; saúde (Estados); assistência social; uso do solo urbano; conservação do patrimônio cultural; proteção dos recursos naturais e do meio ambiente (Estados); desenvolvimento urbano; planejamento regional e dos recursos naturais (Estados/União); agricultura (Estados); habitação (Estados); saneamento básico (Estado); programas de emprego e renda (Estados/União); telefonia/energia elétrica; água e saneamento rural (Estados) (VEDANA, 2002, p. 206).

As crises políticas e econômicas recentes têm provocado afeitos negativos fortes sobre a arrecadação dos tributos, resultando numa considerável diminuição das receitas, não obstante a inflação corroer o poder de compra dos orçamentos, reduz consequentemente os repasses aos municípios e Estados subnacionais.

Entretanto, o debate sobre a descentralização política e repartição dos tributos estende-se desde a Constituição de 1946 e só ganhou relevo e magnitude recentemente com

a CF/88. Os artigos 1° e 18° consagram ao município uma pequena vitória parcial ao ser elevado à categoria de Ente Federado. Entretanto, a repartição dos recursos determinados vem sendo descaracterizados nas nuances da reorganização do sistema tributário nacional, na medida em que se prioriza a arrecadação de tributos não suscetíveis de repartição entre os demais entes federativos.

Assim, as repartições tributárias necessitam ser repactuadas constantemente para garantir recursos à adequada execução dos serviços públicos municipais. As dificuldades financeiras são visíveis e inquestionáveis, e apontam para o cenário da necessidade de uma nova delimitação do pacto federativo para os municípios.

Para se ter ideia, houve grande deterioração nos repasses do Fundo de Participação Municipal (FPM) devido a recomposição dos recursos federais com este tipo de tributo, não passíveis de repartição, apesar de corresponder a uma parcela pequena da arrecadação dos municípios. Isso indica que houve uma queda da arrecadação frente ao aumento das demandas, além do comprometimento dos recursos com folha de pagamento de pessoal e o custeio aos programas federais.

4 Os desequilíbrios orçamentários: caso dos municípios do Alto Vale do Itajaí

Representando a cultura do associativismo, tão presente em Santa Catarina, os municípios se articulam junto a Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) para enfrentar cenários de desequilíbrios e encontrar alternativas dentro das limitações locais. No caso em tela, os municípios do Alto Vale apresentaram perda da capacidade de investimento, pois o volume de recursos demandados cresceu progressivamente, não "sobrando" muito para investir.

A dependência das transferências constitucionais faz com que qualquer alteração, como em momentos de crise econômica, resulte em forte impacto para os municípios, seja na regulamentação da cobrança dos tributos ou do volume arrecadado. Por exemplo, atos praticados pela União de desoneração fiscal do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), e pelas políticas dos Estados, reduziram a arrecadação municipal.

Outro fator agravante foi a criação de mais obrigações sem a devida contrapartida orçamentária, que onera as finanças municipais tem implicações na LRF/2000, e outras Leis unilaterais. Nesse sentido, o FPM é um exemplo da descentralização política e financeira

vigente no Brasil. Esses recursos são creditados nos Caixas dos Municípios a cada dez dias, sem vinculação específica, devendo o gestor local decidir como utilizá-los, não podendo ser contingenciado. No entanto, a LRF obriga a utilização dos recursos orçamentários de pelo menos 25% investidos em Educação e 15% com Saúde, não podendo utilizar mais do que 54% do total com gastos de Pessoal (ESPINDOLA, 2017).

Assim, o governo da União e seus gestores necessitam contratar recursos extraordinários para financiar os gastos e/ou reduzi-los. O que se tem percebido no setor público do Brasil, é que os resultados das políticas de austeridade fiscal têm apresentado comportamento redistributivo interno dos recursos orçamentários, importando na expansão do endividamento. Os munícipios de pequeno e médio porte perdem parte da autonomia, geram receitas tributárias insuficientes, e comprometem recursos orçamentários na dependência exclusiva das transferências correntes da União, através dos mecanismos do sistema da dívida pública.

Este sistema da dívida é operado então tendo como fonte de receitas o sistema tributário, e a atual realidade fiscal, explícita no presente debate, dá a medida dos recursos insuficientes e existência de déficits. A tributação operada há décadas na gestão orçamentária tornou-se negócio institucional especializado, dada regularidade das exigências de mecanismos financeiros poderosos, como o mecanismo das elevadas taxas de juros. Isto causa expansão da dívida mobiliária que financia o déficit público, como se fossem ajustes estruturais de rigidez fiscal que controla a expansão corrente da relação Dívida/PIB.¹

Em 2015, dadas receitas acumuladas e analisadas dos municípios do Alto Vale do Itajaí, o índice médio de gastos chegou a 52,6%, sendo que quando atinge 51,3%, os municípios são obrigados a tomarem medidas para reduzi-lo, sob a pena de sanções, conforme artigos 19 a 23 da LRF/2000.

Os municípios analisados gastaram em média 29,3% com Educação, quando lhes é obrigado a gastar no mínimo 25%; em Saúde os gastos somaram 18,2%, aonde o mínimo é 15,0%. Nos limites desta distribuição, os municípios absorvem cada vez mais obrigações, sem a contrapartida de recursos necessários para fazer frente à expansão das demandas sociais.

85

¹ A relação Dívida/PIB é tratada de modo similar por organismos internacionais e/ou multilaterais nos diversos continentes, tendo seus custos de circulação transferidos por operações de crédito e/ou da emissão de títulos públicos com elevadas taxas de juros, polpudas comissões aos operadores, elevação dos gastos com tarifas e outros gastos de forma indireta para a sociedade.

Esta classificação expõe na realidade as ditas condicionalidades para as despesas correntes, aquelas que não contribuem de forma direta para a formação ou aquisição de um bem de capital público, o que permite indagar sobre "o que" será adquirido e "qual" o efeito econômico da realização da despesa.

Os direitos sociais do cidadão são dispositivos legais que permitem condicionar o controle e a destinação dos recursos do OGU. Isto se dá através das garantias da CF/88 para a satisfação das necessidades da população, resultando ampliação do lado dos gastos com a seguridade social, tendo priorizado áreas e temas da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados etc. (BRASIL, 2002).

A Constituição de 1988, ao criar bases legais para desenvolvimento de um novo "marco civilizatório" para o Brasil recepcionou os direitos sociais em seu Artigo 6º como direitos fundamentais, constituindo-se regras próprias para o destino vinculado dos recursos orçamentários, com proporções adequadas para transferência e financiamento dos direitos sociais.

A análise da situação crítica demostra queda proporcional das transferências constitucionais aos municípios, que se orienta assim pela expansão, cobrança e fiscalização dos tributos locais.

Entretanto, este novo marco civilizatório foi afetado negativamente pelas políticas de austeridade fiscal, que se utiliza de provimentos para sustentar as obrigações financeiras da União, dos Estados subnacionais e dos municípios.

A austeridade fiscal é considerada problemática na medida em que parte substantiva dos recursos destinados aos direitos sociais são redistribuídos para outras rubricas através de mecanismos ligados ao sistema da dívida pública, operados através: da regularidade altista das taxas de juros na história recente, financiamentos e expansão da dívida mobiliária, metas de superávit primário para reduzir a relação Dívida/PIB, metas de inflação como regime de controle de preços, e para arrebatar, controles da política cambial minimizando efeitos negativos na Balança de Pagamentos.

Podemos observar aqui, que as despesas correntes com a dívida pública possuem vínculos diretos com pagamento prioritário aos beneficiários de juros e amortizações. Assim, para fins fiscais a dívida, consolidada ou fundada, corresponde ao montante total das

obrigações financeiras das dívidas Mobiliária e Contratual, apurado sem duplicidade (BRASIL, 2018).²

A Dívida Mobiliária Federal (DMF) é a representada por títulos emitidos pela respectiva esfera de Governo e a Contratual (DMC) é aquela realizada a partir de empréstimos e financiamentos internos e externos. Ela envolve o refinanciamento da dívida pública mobiliária de Estados e Municípios junto ao Governo Federal, seu parcelamento e renegociação, além das obrigações financeiras e das operações de crédito assumidas em virtude de contratos de Parceria Público-Privada (PPP) registradas no passivo patrimonial (BRASIL, 2018a).

Para garantia constitucional dos gastos relativos a uma obrigação financeira no âmbito da dívida mobiliária e contratual, cabe destacar que, uma vez enquadrada no conceito de Dívida Consolidada, a obrigação financeira não perderá essa característica pelo simples decurso do tempo. O montante da dívida contratual será reduzido somente quando houver o pagamento dessas obrigações. O empenho, a liquidação ou a inscrição de uma dívida em restos a pagar também não interferem na variação do montante da dívida consolidada de um ente federado.

Criada na era Fernando Henrique (FHC), a LRF no seu Art. 29, IV, corresponde aos esquemas de controle do pacto federativo ao exigir condicionalidade na concessão de garantia como compromisso econômico-político para a "obrigatoriedade" da "adimplência de obrigação" financeira ou contratual assumida por Ente da Federação, ou entidade a ele vinculada.

5 Os gestores municipais e os desequilíbrios orçamentários

Por não ter condições de produção de valor econômico que garanta sua autonomia tributária, os municípios de pequeno e médio portes dependem quase exclusivamente da repartição de recursos, maneira desigual de transferências dos recursos tributários, que afeta diretamente a qualidade dos direitos sociais e deteriora as instituições e a cidadania. Expor

² Excluídas: (... LRF, art. 30, § 2°, e Resolução nº 40/2001, do SF, art. 1°, § 1°, inciso V. 5 LRF, art. 29, inciso I e § 3°. Resolução nº 40/2001, do SF, art. 1° § 1° inciso III. 6 LRF, art. 30, § 7° e Resolução nº 43/2001, do SF, art. 2°, inciso III. Constituição Federal de 1988, art. 100, § 5°. LRF, art. 29, § 1°. obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta),

isso significa observar crescente dependência das transferências correntes da União por parte dos municípios de pequeno e médio portes.

Segundo a FECAM (2017), como visto, os municípios de Santa Catarina apresentam alto grau de dependência das receitas de transferências constitucionais e voluntárias. Entre 2006 e 2015, a média das receitas próprias dos 28 municípios ao Alto Vale do Itajaí analisados representou 12,4% do total das Receitas, ao passo que 87,6% eram oriundos de repasses do Estado de Santa Catarina e da União.

Diante das dificuldades geradas pela distribuição desigual, ao avaliar os impactos negativos diante das restrições orçamentárias que afetaram as finanças públicas ao longo desses últimos anos, coube aos gestores orçamentários municipais enfrentar os novos desafios e buscar alternativas para corrigir desequilíbrios das receitas correntes, líquida, das despesas com serviços e dos investimentos em obras públicas.

O resumo no Gráfico 2 demonstra a participação das principais fontes de receitas nos municípios do Alto Vale do Itajaí, em relação ao total, elaborada para o período entre 2001 e 2017. As cinco fontes de receitas elencadas correspondem a 98,0% do total das receitas acumuladas nos municípios do Alto Vale do Itajaí: o FPM é a maior fonte, especialmente dos municípios de pequeno porte e corresponde, em média, a 37,5% dos repasses aos municípios; em seguida, vem o ICMS com 28,0%; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com 15,2%; Arrecadação Tributos Locais (ATL) com 13,21%, e o IPVA com 4,1%.

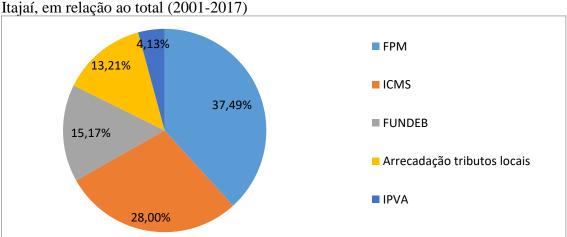


Gráfico 2: Participação das principais fontes de receitas nos municípios do Alto Vale do Itajaí, em relação ao total (2001-2017)

Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), 2018 - Elaboração: Autores

Quanto às receitas correntes vamos observar, aqui, que os municípios catarinenses buscam ter maior acesso aos recursos tributários do Tesouro para ampliar a participação na distribuição dos repasses orçamentários. O resultado não poderia ser outro. No lado das despesas vem os problemáticos cortes na folha de pagamentos com redução proporcional de pessoal não efetivo e contratado. Em seguida, a redução dos investimentos em obras e serviços públicos por falta recursos e pessoal, em detrimento da manutenção de obras e serviços públicos à população.

É nítido que os municípios ao Alto Vale do Itajaí possuem em média uma grande dependência de repasses dos governos federal e estadual, os indicadores demostram que os municípios possuem uma forte dependência, com poucas exceções. Por outro lado, pode identificar forte centralização nas esferas estaduais, e principalmente nacional, em detrimento do Ente municipal.

Os repasses brutos do período analisado foram somados e divididos com o total dos repasses, ano a ano, e a média calculada posteriormente. Assim, expressa o percentual de participação na receita total das principais fontes, e por se tratar de uma média, não significa que o fenômeno ocorre em todos os municípios exatamente dessa forma.

O fato do FPM possuir magnitude significativa e não poder ser contingenciado se constitui em importante fonte de receita para os municípios, principalmente aos de pequeno porte que compõem a maioria da região do Alto Vale. Os repasses são sazonais e ocorrem a cada dez dias e não há vinculação específica para aplicação, ficando a cargo dos gestores seu uso mais adequado.

A sazonalidade ocorre devido ao recebimento desigual dos tributos. O FPM é composto por dois impostos, IR e IPI, de repasse desigual entre os meses e de grande oscilação durante o ano. Essa situação traz dificuldades para o planejamento dos gestores. Isso quer dizer que em um mês o repasse de FPM pode ser elevado, mas no mês seguinte esse repasse pode ser menor. Nos Gráficos 3 e 4 observa-se a oscilação sistematizada do repasse do FPM.

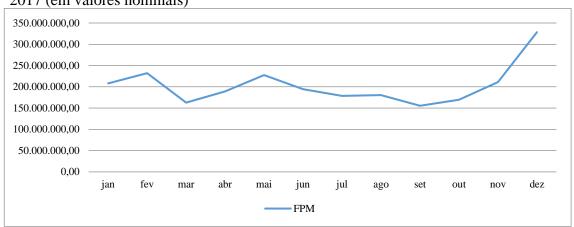


Gráfico 3: Sazonalidade dos repasses do FPM: municípios do Alto Vale do Itajaí – 2001-2017 (em valores nominais)

Fonte: FECAM, 2018 - Elaboração: Autores

Nos meses de março, abril, junho, julho, agosto, setembro e outubro os repasses ficam abaixo da média observada no mês de janeiro. Nos meses de fevereiro, maio, novembro e dezembro o repasse supera a média de janeiro.

O Gráfico 4 mostra o somatório dos valores nominais mês a mês dos repasses do FPM aos 28 municípios, entre 2001 e 2017. Vê-se que os municípios, em geral, passam por grandes dificuldades no segundo semestre de cada exercício. Nos gráficos anteriores observa-se que são nesses meses que o repasse do FPM apresenta maior diminuição, sendo em média, o mês de setembro o pior mês do ano. Em contrapartida, o mês de dezembro apresenta forte crescimento no volume dos repasses.

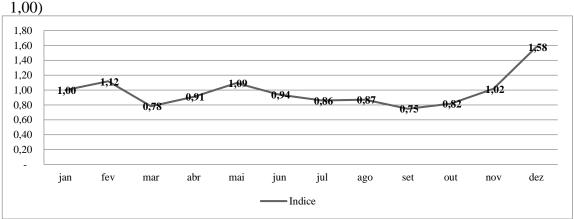


Gráfico 4: Repasses mensais do FPM: municípios do Alto Vale do Itajaí – 2001-2017 (jan = 1 00)

Fonte: FECAM, 2018 - Elaboração: Autores

Vale a pena ressaltar que no mês de dezembro, além dos repasses decenais que aumentam devido ao crescimento da atividade econômica natural de final de ano, os repasses do FPM são complementados por uma parcela extra de FPM na ordem de 1,0%, conforme determina a emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, o que contribui para o forte crescimento nos repasses no mês.

Ressalta-se, também, que é no mês de dezembro que muitos municípios pagam o décimo terceiro salário. Nesse contexto, o acréscimo de 1% no FPM é absorvido pela despesa com pessoal relacionada ao décimo terceiro. O Gráfico 5 apresenta a evolução dos repasses do FPM acumulado nos 28 municípios e deflacionados a valores de 2001.

O somatório dos repasses do FPM aos municípios mostra que entre 2003 e 2008 no governo Lula (I e II) os repasses do FPM tiveram forte crescimento real graças ao cenário internacional favorável, aumento dos preços internacionais das *commodities*, entre outros. O ritmo de crescimento foi quebrado devido à crise econômica internacional de 2008.

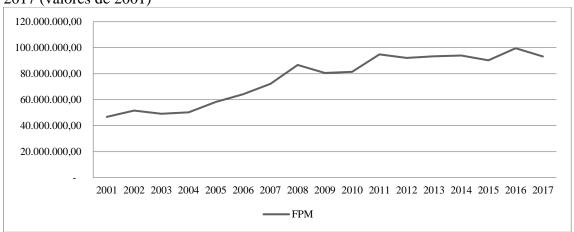


Gráfico 5: Evolução dos repasses anuais do FPM: municípios do Alto Vale do Itajaí – 2001-2017 (valores de 2001)

Fonte: FECAM, 2018 - Elaboração: Autores

Entretanto, o FPM de 2002 a 2003 reflete a diminuição dos quatro períodos anteriores como reflexo da crise asiática de 1998. Entre 2009 e 2010 o descenso ocorre devido à crise do *subprime* com o "estouro" da bolha imobiliária nos Estados Unidos entre 2007 e 2008, e desastrosa para a economia mundial. No governo Dilma, a queda se deu a partir de 2012 em função das políticas de desonerações fiscais da linha branca e na retração na economia nacional, reflexo ainda da crise de 2007-08. Em 2015, com o *impeachment* da Presidenta

Dilma houve diminuição das atividades econômicas e consequentemente da arrecadação e os repasses do FPM resultaram negativo.

No governo de Michel Temer o exercício de 2016 teve repasses positivamente breves, muito em função da repatriação dos recursos provenientes da operação Lava Jato. Destaca-se seu último pico em 2011, desconsiderando a parcela extra do FPM proveniente da repatriação e deflacionados a valores de 2001, os repasses do FPM diminuíram em função da queda na arrecadação e inflação em alta, expressando forte queda em termos reais em 2012, oscilando pouco até 2016 com perdas reais.

No geral, os repasses do FPM aumentaram no período considerando a inflação. Contudo, questiona-se se esse aumento não foi acompanhado de aumento das despesas devido aos incrementos das responsabilidades e demandas absorvidas pelos municípios, como se observa através de seus gastos totais executados

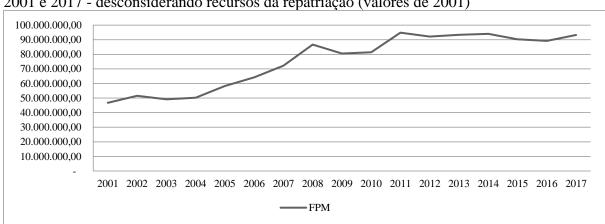


Gráfico 6: Evolução dos repasses anuais do FPM: municípios do Alto Vale do Itajaí entre 2001 e 2017 - desconsiderando recursos da repatriação (valores de 2001)

Fonte: FECAM, 2018 - Elaboração: Autores

A importância do FPM está posta por ser o principal tributo em volume de recursos orçamentários repassados aos municípios e que não pode ser contingenciado, é rubrica responsável pela satisfação das principais demandas locais. O FPM tem maior importância para os municípios com menor capacidade de arrecadação própria e de arrecadação do ICMS, por ter um movimento econômico das trocas e de capital de pequeno fluxo na geração de valor.

O Gráfico 7 apresenta à participação do FPM, deduzido a cota-parte para compor o FUNDEB e o desconto do PASEP, sobre a Receita Corrente Liquida (RCL) de cada município do Alto Vale observando o volume e importância.

O município de Rio do Sul é o maior da região na arrecadação local e teve a menor participação na dependência dos repasses do FPM, 10,76% da RCL. É o maior município da região em população e possui grandes empresas instaladas no território com link no forte comércio, o que reflete o quantum considerável do repasse de ICMS. Os demais municípios, Taió, Presidente Getúlio, Pouso Redondo Ituporanga e Ibirama o FPM representa entre 25% e 30%, a maioria está acima de 30%. Entretanto, Atalanta, Mirim Doce e Presidente Nereu ultrapassou os 50%.

Com esses indicadores fica evidente o grau de dependência dessa fonte de receita para a existência dos municípios, pois é fundamental para a manutenção da prestação dos serviços necessários à população, e qualquer variação, negativa ou positiva, nesse tipo de repasse tem importante impacto no planejamento orçamentário dos municípios. Agora se observarmos no acumulado veremos que o FPM representou 25,85% da RCL dos municípios do Alto Vale. Ao confrontar a evolução dos repasses do FPM (líquido) frente aos gastos totais, o resultado indica que em média o FPM cobriu 27,63% das despesas, deflacionados a valores de 2001 e descontado a cota parte do Fundeb e Pasep.³

³ Criado pela Lei Complementar nº 8/1970, e por força da Lei Complementar nº 26/1975, sofreu unificação com o Programa de Integração social (PIS), dando origem ao Fundo PIS-PASEP. O PASEP é um benefício concedido aos servidores públicos, que equivale ao PIS, oferecido aos empregados da iniciativa privada.

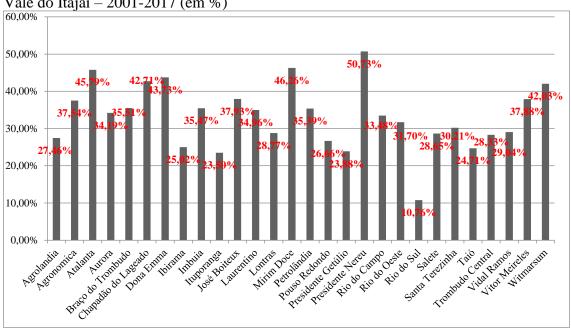


Gráfico 7: FPM (líquido): importância na composição da RCL de cada município do Alto Vale do Itajaí – 2001-2017 (em %)

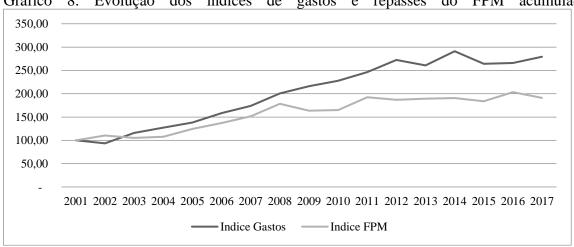
Fonte: FECAM, 2018 - Elaboração: Autores

Entretanto, devido a pequena participação de municípios de pequeno porte na receita total, o aumento de tributos locais não resulta necessariamente em melhorias nas finanças locais, e fica nítido que a linha de evolução dos gastos totais se distanciou da linha do principal repasse do governo federal, Gráfico 8.

Em todos os anos verifica-se que os índices de gastos foram muito superiores dos índices de repasse, com exceção de 2002 em que o índice foi maior do que gastos do Governo. Os gastos totais vêm crescendo mais que o repasse e os recursos do FPM respondem cada vez mais a uma menor fração.

A relação FPM versus gastos totais vem diminuindo ano a ano. Em 2014, o FPM na sua menor significância cobriu em média 22,9% do total das despesas dos 28 munícipios, e em 2002, a mais significante, essa relação era de 41,2%.

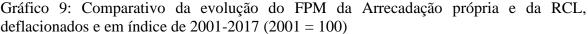
Além de pressionar pelo aumento dos impostos locais, os municípios se dedicaram a aprimorar a fiscalização dos que são gerados no município, e/ou coletados por outros Entes como o IPVA e o ICMS. Neste contexto, os municípios se veem obrigados a buscar outras fontes de recursos e nisso os gestores acabam "apertando" a comunidade local (IPTU, ISS, ITBI e taxas). Em muitos casos, há redução de obrigações importantes para com a população, como aquisição de medicamentos, materiais de laboratório, uniformes, merenda escolar e mesmo à manutenção do patrimônio e equipamentos públicos.

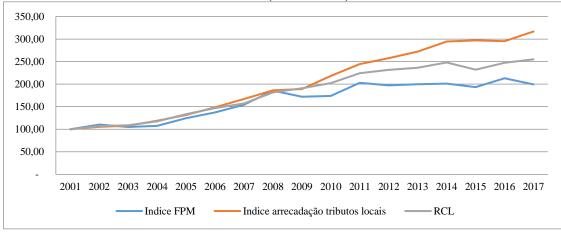


8: Evolução dos índices de gastos e repasses do FPM acumulado Gráfico

Fonte: TCE/SC e FECAM, 2018 - Elaboração: Autores

O comportamento da arrecadação local demostra os esforços dos gestores em obter outra fonte de arrecadação. Claro está que esse esforço em aumentar a arrecadação local produz impactos políticos negativos aos gestores locais.





Fonte: TCE/SC e FECAM, 2018 - Elaboração: Autores

O Gráfico 9 mostra que os dos repasses do FPM ficaram abaixo da arrecadação dos tributos locais com crescimento superior partir de 2008, frente à redução em termos reais da principal receita do município de pequeno porte.

Para os 28 municípios do Alto Vale as receitas tributárias representaram cerca de 11,70% do total arrecadado, mas todos os municípios possuem como principal fonte de receitas as Transferências Correntes da União 42,13% e do Estado/SC com 25,89%, Gráfico 10.

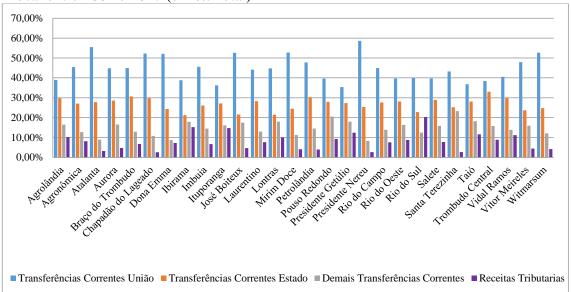


Gráfico 10: Receitas de transferências do Estado/SC e União e o volume de arrecadação Local entre 2001 e 2017 (em %/Total)

Fonte: TCE/SC, 2018 - Elaboração: Autores

O destaque fica por conta dos municípios em que a arrecadação proveniente dos tributos locais apresenta maior importância, tais como Rio do Sul (20,32%), Ibirama (15,28%) e Ituporanga (14,75%). Nos demais municípios a arrecadação local acumulada ficou abaixo dos 12,0% do total, tendo casos em que essa participação foi menor que 3,0%.

Os recursos para a execução de vários programas do Governo federal repassados às prefeituras para custeá-los, tornam-se cada vez mais insuficientes. Conforme estimativa realizada pela FECAM (2017), na área de educação os municípios catarinenses assumiram cerca de 51,0% do custeio do PNAE para alimentação em 2014.

O mesmo ocorreu na área da saúde com o Programa de Estratégia da Saúde da Família (PESF), em que 60,0% do custeio ficou com os municípios e a União com 40% restantes. Situação semelhante se encontra nos programas Farmácia Básica, Saúde Bucal, SAMU e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), conforme o Gráfico 11.

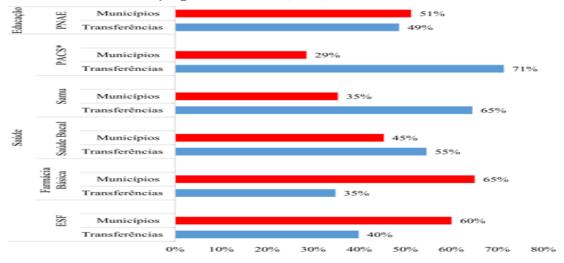


Gráfico 11: Custeio de programas federais (2014)

Fonte: Portal de Transparência, 2016; FECAM, 2018 - Elaboração: Autores

Outra fonte, de custo adicional, consiste no reajuste do Salário Mínimo Nacional (SMN) em que reflete a correção dos pisos salariais dos servidores públicos em que a situação se agrava muitas vezes, principalmente quando os reajustes são superiores à inflação e à expansão da arrecadação dos municípios.

Há, por outro lado, condicionalidades constitucionais em áreas com rubricas da repartição anual constitui cumprimento das obrigações a atender os limites instituídos pela LRF/2000 nas áreas da Educação (25%) e da Saúde (15%).

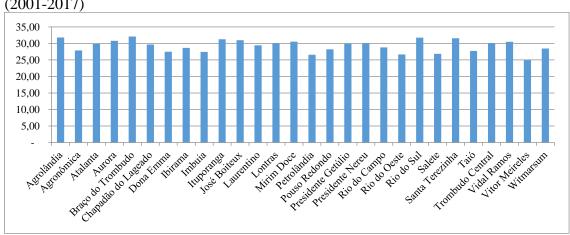


Gráfico 12: Média dos índices de gastos com educação: municípios do Alto Vale do Itajaí (2001-2017)

Fonte: TCE/SC, 2018 - Elaboração: Autores

No geral, com exceção de Vitor Meireles, todos os municípios cumpriram com suas obrigações previstas na CF/88, artigo 212. Gráfico 12: Educação (29,29%), Saúde (18,28%). O restante (52,43%) é aplicado em outras rubricas: investimentos, assistência social, fiscalizações, política econômica, agricultura, turismo, pesca, esporte, políticas de prevenção e combate às drogas, segurança, iluminação pública, saneamento, demais manutenções, cumprindo assim as obrigações legais.

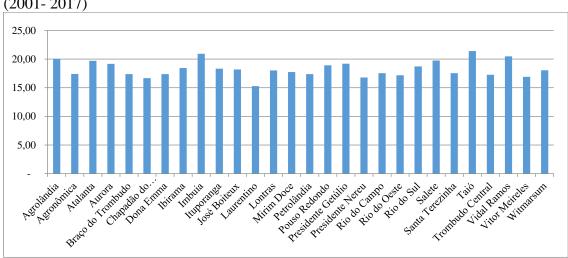


Gráfico 13: Média dos índices de gastos com saúde dos municípios do Alto Vale do Itajaí (2001- 2017)

Fonte: TCE/SC, 2018 - Elaboração: Autores

Considerando o limite mínimo de gastos com Saúde e todos os municípios cumpriram com o disposto no artigo 77, III c/c § 4°, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Gráfico 13.

Do Orçamento municipal, o gasto com a Folha de pagamento do Poder Executivo não pode ultrapassar 54%, e para o Legislativo 6,0%. Entretanto, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) emite um aviso de "limite prudencial" quando este índice atinge 51,3%. A partir daí o gestor necessita adotar uma série de medidas para que o índice não atinja o limite de 54,0%.

E média os municípios atenderam as obrigações com pessoal até 2014. No ano seguinte muitos municípios superaram o limite prudencial e até mesmo o limite máximo. Em 2016 a média dos gastos com pessoal ficou de 52,61%, cai para 50,63% em 2017.

Em momentos de crise os gestores normalmente ajustam as despesas com os primeiros cortes nos investimentos. Nota-se que a despesa de capital foi muito inferior às

despesas correntes, e para compensar, o percentual das despesas de capital caiu em relação às despesas correntes, assinalando a baixa capacidade de investimento dos municípios.

Evolução das Despesas com Pessoal 60,00 52,61 50,56 50,63 49,75 48,98 48,59 44,48 44,64 43,66 50,00 39.37 40,00 30,00 20,00 4,36 10,00 2,99 3,01 2,97 3,06 3,04 2,64 2.34 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 Executivo Legislativo

Gráfico 14: Evolução da despesa com pessoal: executivo e legislativo (2001-2017)

Fonte: TCE/SC, 2018 - Elaboração: Autores

Destaca-se que em virtude da crise econômica nos anos de 2015 a 2017, o percentual do investimento na receita corrente líquida foi menor que nos demais anos. Entretanto, a situação é ainda pior, pois ficou em média 5,0% da receita corrente liquida em despesas de capital, ao descontar as receitas de capital como transferidas aos municípios exclusivamente para investimentos públicos. Gráfico 15.

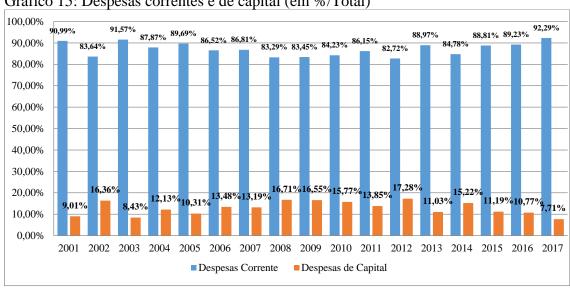


Gráfico 15: Despesas correntes e de capital (em %/Total)

Fonte: TCE/SC, 2018 - Elaboração: Autores

Os resultados, no geral, demostram as evidências da dependência das receitas orçamentárias dos municípios através dos repasses nas transferências correntes da União e do Estado/SC, comprometendo sobremaneira os recursos disponíveis.

As condicionalidades, interpostas aos Entes, reduz a porção orçamentária dos recursos a ser de livre aplicação pelos gestores. Nestes casos, apesar dos esforços dos gestores para aumentar a arrecadação local, este estudo apresenta como resultado concreto o aumento na dependência orçamentária através das transferências constitucionais, uma vez que fica evidente a situação crítica gerada por reflexos fiscais negativos nas determinações do investimento público em geral.

A qualidade na aplicação do dinheiro público como recurso essencial a satisfação das necessidades sociais, a expansão da demanda por bens e serviços públicos e dificuldades frente às abruptas variações na arrecadação, afetam diretamente os índices de repasses e a quantidade dos recursos necessários, o que impede melhorias da atuação frente aos desafios dos projetos de desenvolvimento e sustentabilidade das cidades e regiões metropolitanas.

6 Considerações finais

Há que se considerar como visíveis e inquestionáveis as dificuldades orçamentárias na gestão municipal. Ressalte-se que o processo de descentralização foi ineficiente e a relativa autonomia política e financeira vigente contribuiu minimamente para a redução das desigualdades sociais e territoriais.

Destacou-se o fato de que a instituição da LRF/2000 cria exigência de cláusula de condicionalidade, determinando adimplência em obrigação financeira ou contratual assumidas pelos Entes.

Esta condição gera enormes benefícios ao desenvolvimento do setor financeiro em detrimento das necessidades do financiamento público e da seguridade social, pois, claro está demonstrado os mecanismos e dispositivos do sistema da dívida pública que a Auditoria Cidadã vem denunciando a décadas, apresenta-se a situação crítica da repartição dos recursos orçamentários, um dos fundamentos da desigualdade na divisão do bolo orçamentário, pois dos R\$ 2,6 trilhões do orçamento executado em 2018, 40,7% foram para pagamento de juros e amortizações da dívida, contra os 39,7% de 2017.

Em contrapartida, como condição essencial para a expansão das receitas próprias, os gestores necessitam planejar de forma eficiente a expansão das receitas, a melhoria na qualidade dos gastos e investimentos e eficácia na captação de recursos novos.

A análise desta situação crítica da centralização e concentração dos repasses constitucionais nos leva a conclusão óbvia pela necessidade de ajustes estruturais quanto as transferências correntes.

Como se verificou aqui há propostas concretas em pauta, merecendo ampliação do debate sobre a política de repartição orçamentária. Um bom ponto de partida é a proposta da FECAM: União reteria 45,0%, os Municípios 30,0% e os Estados subnacionais 25,0%. Nestas proporções, por si só, melhoraria imenso os recursos suficientes para a gestão pública dos Entes federados brasileiros.

Referências

ARAÚJO, J. C.; PEREIRA JUNIOR, J. S.; PEREIRA, L. S.; RODRIGUES, J. P. Ensaios sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira. Brasília: Edições Câmara, 2008, 2v., (Câmara dos Deputados, Série coleções especiais, obras comemorativas; n. 2), 1005 p.

AMAVI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ. Disponível em: https://www.amavi.org.br/. Acesso em: 05 ago. 2017.

AMAVI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ. **Estatuto** da **Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí**. Rio do Sul: Amavi, 2007.

BORGES, F. C. Origens históricas da propriedade da terra - 1958. In. STEDILE. J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional - 1500-1960. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 259-281.

BRASIL. **Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional**. http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentari a_do_GF/Consolidacao_Contas_Publicas.xls. Acesso em: 01 jun. 2018b.

BRASIL. Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional. **Item 1.6. Demonstrativo da dívida consolidada líquida – DCL**. Revisão do Capítulo do Demonstrativo da Dívida Consolidada – DCL no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF (Material de Discussão).

Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/434322/CPU_1.6_Demonstrativo_DCL.pdf/c216a18d-f0e7-4073-b771-14d92058a9c4. Acesso em: 01 jun. 2018a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 19 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. (Texto constitucional de 5 de outubro de

1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 38, de 2002, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994).

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. **Portal de Transparência.** Controladoria-geral da União. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/. Acesso em 20 nov. de 2016.

CANZIAN, F. 70% dos municípios dependem em mais de 80% de verbas externas. Disponível em: http://temas.folha.uol.com.br/remf/ranking-de-eficiencia-dos-municipios-folha/70-dos-municipios-dependem-em-mais-de-80-de-verbas-externas.shtml Acesso em: 08 fev. 2019.

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. A crise dos municípios brasileiros. Brasília, DF 2017.

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **FPM de 2016 foi salvo pelos recursos da repatriação**. Brasília: Cnm, fev. 2017. 12 p. Disponível em: http://www.cnm.org.br/biblioteca/download/2760. Acesso em: 07 jun. 2017.

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Vitoria municipalista: parlamentares derrubam veto ISS e garantem R\$ 6 bi aos cofres municipais.** Brasília: Cnm, jun. 2017. 20 p. Disponível em: http://www.cnm.org.br/biblioteca/download/2885. Acesso em: 02 jul. 2017.

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Viva seu município**. Disponível em: http://www.vivaseumunicipio.cnm.org.br/panorama.php. Acesso em: 25 out. 2017.

COURI, D. V.; BIJOS, P. R. S. Breve análise sobre a PEC 241/2016, que altera o ato das disposições constitucionais transitórias para instituir o novo regime fiscal. **Orçamento em Discussão n. 26.** Senado Federal, Brasília, DF. (Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF). Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/521801/OED0026.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 fev. 2017.

ESPINDOLA, M. J. **Crise nas contas públicas**: uma análise para os municípios de pequeno e médio porte do Alto Vale do Itajaí. Florianópolis, 2017. 144f. Monografia (Graduação/EaD) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, 2017.

FATORELLI, M. L. **Auditoria cidadă da dívida dos Estados**. Editora Inove, Brasília. FATORELLI, M. L. **O sistema da dívida no Brasil e no mundo**. Disponível em: https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2014/10/USP-14-10-2014-O-Sistema-da-Divida-no-Brasil-e-no-Mundo.pdf. Acesso em 05 mar. 2018.

FECAM - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. **Calamidade financeira**: manifesto sobre a crise financeira e econômica em defesas dos municípios catarinenses. Florianópolis: FECAM, 2017.

FECAM - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. https://www.fecam.org.br/catalogo/index/index/codCatalogoItem/6. Acesso em: 08 jan. 2019.

MONTALVÃO, R. **Especial**: há 30 anos, Constituição Federal incluiu o município entre os entes federados. Disponível em: https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/especial-ha-30-anos-constituicao-federal-incluiu-o-municipio-entre-os-entes-federados. Acesso em 10 out. 2018.

GOMES, L. S. **Repasse de recursos**: convênio ou transferência fundo a fundo? Brasília: Senado Federal, 2013. Orçamento Público em discussão n. 08 (Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/orcamento-em-discussao/edicao-8-2013-repasse-de-recursos-convenio-outransferencia-fundo-a-fundo. Acesso em 09 nov. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/despesaspublicas/financaspublicas_2 003/default.shtm. Acesso em: 17 mai. 2018.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. PIAZZA, W. F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983. TESOURO NACIONAL. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentari a_do_GF/Consolidacao_Contas_Publicas.xls. Acesso em: 17 mai. 2018.

TCE/SC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA Disponível: http://www.tce.sc.gov.br/transparencia-acesso-a-informacao. Acesso em: 18 dez. 2018.

VEDANA, C. **Federalismo**: autonomia tributária formal dos municípios. Florianópolis: Habitus, 2002. 208 p.

A empregabilidade no setor contábil e a questão de gênero em Santa Catarina

Mariana Küster *
Debora Aparecida Almeida**

Resumo

Conhecer o atual mercado de trabalho se faz necessário, seja pelos desafios profissionais ou pelas oportunidades de mercado. Analisando o atual cenário econômico, nota-se que vários setores sofrem com a alta rotatividade de pessoal, seja pelo corte de despesas, seja pela demanda inferior de serviço ou ainda por outras diversas variáveis. O objetivo geral da pesquisa concentrou-se em analisar a demanda de profissionais contábeis em Santa Catarina relacionando-a com a rotatividade e com a questão de gênero. A pesquisa configura-se como um estudo de cunho quantitativo, pautado em uma metodologia descritiva desenvolvida por meio de procedimento documental com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) permeado por informações sobre cargos, salários, unidade da federação, sexo e faixa etária. Os meses selecionados foram de janeiro a junho de 2018. Dentre as principais conclusões citam-se: índices equilibrados de profissionais admitidos e desligados, maior percentual de mulheres contratadas e as regiões Norte e Vale do Itajaí consideradas de maior concentração de profissionais contábeis em Santa Catarina.

Palavras-Chave: centralização; empregabilidade; gênero; mercado de trabalho.

Employability in the accounting sector and the gender issue in Santa Catarina

Abstract

To understand the current job market is a necessary information, either for professional challenges or market opportunities. Analyzing the current economic scenario it can be observed that many sectors suffer from the high turnover of staff, either by cutting expenses or lower demand of service and also by other variables. The general objective of this research is analyzing the demand for accounting professionals in Santa Catarina and consider the turnover of professionals in the area, relating it to the mobility and gender issues. The research has a quantitative nature based on a descriptive methodology developed through the documental procedure with data from CAGED (General Register of Employed and Unemployed) permeated by information about positions, wages, Federative Unit (state), gender and age range. The selected months were from January, to July of 2018. Among the mais conclusions we can mention: balanced índice of admitted and dismissed professionals, higher percentage of hired women and the North and Vale do Itajaí regions considered to have the highest concentration of accounting professionals in Santa Catarina

Keywords: centralization; employability; gender. job market.

JEL: J20, J21, J23, J160.

^{*}Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Contestado (UnC), Campus Curitibanos. Email: mariana kuster97@outlook.com

^{**} Professora do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Contestado (Um), Campus Curitibanos. E-mail: deboraalmeida@unc.br

1 Introdução

Conhecer o atual mercado de trabalho se faz necessário, seja pelos desafios profissionais, seja pelas oportunidades de mercado. Analisando o atual cenário econômico nota-se que vários setores sofrem com a alta rotatividade de pessoal, com o corte de despesas, com a demanda inferior de serviço ou ainda por outras diversas variáveis.

Segundo dados coletados pelo IBGE, o índice de desocupação no Brasil com relação ao segundo bimestre de 2018 é de 12,40%, evidenciando uma queda da taxa de desemprego de 0,7% em relação ao primeiro bimestre do ano. Com os dados recentes de desemprego, cabe analisar como o setor contábil se encontra no mercado de trabalho atual.

É fundamental também analisar a diferença de gênero no ramo contábil, já que sabemos que ainda há uma desigualdade significativa nos dias atuais. Segundo Brighenti, Jacomossi e Silva (2015), um estudo feito pelo IBGE em 2012 constatou que as mulheres representam 46,1% da população economicamente ativa no Brasil e, 53,7% da população em idade ativa.

A problemática em questão visa estabelecer uma avaliação acerca da rotatividade dos profissionais contábeis no estado de Santa Catarina, no primeiro semestre de 2018. Qual a relação entre rotatividade e a área técnica de atuação? Como se dá a configuração entre gênero e especialidade?

O objetivo geral da pesquisa concentrou-se em analisar a demanda de profissionais contábeis em Santa Catarina relacionando-a com a rotatividade e com a questão de gênero. Os objetivos específicos foram: verificar a quantidade de profissionais contábeis registrados em Santa Catarina; identificar onde estão centralizados os profissionais contábeis bem como, suas especialidades; e, comparar o índice de homens e mulheres registrados na profissão contábil em período recente.

Em outros termos, espera-se com este artigo, conhecer como o setor contábil se encontra em Santa Catarina e quais profissionais tem maior demanda no mercado de trabalho e quais tem maiores oportunidades; e diferenciando-os por gêneros para constatar se há diferenças neste setor.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em seis seções. Nesta primeira seção, traçase o objetivo principal; na segunda seção, discutem-se a rotatividade e os seus desafios; na terceira seção, apontam-se as questões de gênero na área da contabilidade; na 4ª. seção descreve-se a metodologia; na quinta seção apresentam-se os resultados e as discussões; e, por fim, na sexta seção faz-se as considerações finais.

2 A rotatividade e seus desafios

Com o avanço da globalização, o mercado de trabalho vem ficando cada vez mais competitivo e as empresas vem buscando sempre maior qualificação de seus colaboradores. Com o mercado de trabalho altamente competitivo, é grande a busca por um profissional qualificado e ideal para o cargo, pois, admitir um candidato com perfil inadequado para o serviço pode causar prejuízos aos negócios. Por outro lado, perder um colaborador é sempre prejudicial para a empresa, em especial quando se trata de bons funcionários (SEBRAE, 2016).

Visto que a rotatividade, admissão e demissão de funcionários sucessivamente é grande, observa- se que diversos fatores influenciam, desde a falta de qualificação até a falta de valorização. Por sua vez, as empresas buscam dirimir esses custos de sua empresa. No ramo contábil, o *turnover*¹ pode existir por vários motivos: ou pela demanda de serviços, pela crise financeira ou ainda, pela qualificação de profissionais competitivos.

No contexto brasileiro, o que se observa é que as empresas enfrentam cada vez mais dificuldades em manter seus funcionários. Apesar de a última década ter sido marcada por algum crescimento da economia e da grande oferta de empregos, ambos favorecidos pela estabilização do processo inflacionário, o período também se caracterizou por uma redução do tempo de duração dos vínculos trabalhistas. (FERREIRA; ALMEIDA, 2015). Em verdade, as empresas buscam maior qualificação de seus colaboradores, porém, isso faz com que haja concorrência entre as empresas, e faça o funcionário ficar mais valorizado perante o mercado de trabalho.

Em consequência disso, no setor contábil, por exemplo, as normas técnicas e leis trabalhistas estão em oscilação constantemente O profissional que se adequa a essas mudanças e busca aperfeiçoamento, se torna mais valorizado no mercado de trabalho.

Segundo Rodriges, Polizzi e Siqueira (2015), as pessoas que constituem uma organização são uma fonte valiosa de vantagem competitiva, se a empresa souber aproveitar e desenvolver as qualidades e os conhecimentos específicos desses indivíduos, ela obterá

¹O turnover é a alta rotatividade de funcionários em uma empresa, ou seja, um empregado é admitido e outro desligado de maneira sucessiva.

eficácia nos produtos e serviços, e, consequentemente, um diferencial competitivo em relação aos concorrentes.

Do mesmo modo, as causas dos desligamentos das empresas podem ser diversas, por exemplo: os indivíduos podem solicitar sua demissão da empresa por descontentamento com alguma política da empresa, falta de motivação, ou busca de uma melhor colocação profissional. Por outro lado, a empresa também se coloca no direito de buscar profissionais mais capacitados para integrar o seu quadro funcional ou ainda procurar pela inovação e reforma profissional de seus colaboradores (MEDEIROS; ALVES; RIBEIRO, 2012, p. 118; apud PINHEIRO; SOUZA, 2013, p. 4). Certamente, a rotatividade está presente dos dois lados, tanto pela empresa como pelo funcionário, porém, cabe a empresa na hora da seleção, escolher o melhor colaborador para cada cargo.

Além das despesas, com recrutamento, seleção e treinamento de novos empregados, pode-se destacar ainda a perda de conhecimentos explícitos e táticos essenciais, construídos ao longo do tempo, por meio de mecanismos socialmente complexos. (BARNEY; WRIGHT; 1998; *apud* OLIVEIRA; ROCHA, 2017, p.420). Por certo que, a empresa é a que mais sai perdendo com a rotatividade de funcionários, não só pelos custos da própria demissão, mas um funcionário que está há tempos na empresa se torna mais lucrativo. Todavia, nos dias atuais manter um funcionário por muito tempo é uma tarefa difícil, pois suas experiências o tornam valorizado no mercado.

3 Questões de gênero no setor contábil

A desigualdade de gênero ainda é um problema global, apesar das mulheres terem adquirido um grande avanço nas últimas décadas, esse processo de igualdade ainda é muito lento e imprevisível. Conforme Araújo e Ribeiro (2001 p. 2; *apud* BRIGHENTI; JACOMOSSI; SILVA 2015, p. 111) a discriminação diz respeito "à situação onde indivíduos igualmente produtivos são diferentemente avaliados com base em atributos não produtivos".

A conquista da autonomia é um importante passo para a redução das desigualdades de gênero, que estão presentes em diferentes dimensões da sociedade brasileira. Autonomia se refere ao exercício, pelas mulheres, do poder de decisão sobre suas vidas e corpos, o que implica o rompimento das históricas relações de subordinação, exploração e dependência

que constrangem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (NASCIMENTO, 2014).

Em síntese, por muito tempo as mulheres foram tratadas de forma desigual com relação aos aspectos citados, nos dias atuais houve uma considerável mudança com relação à desigualdade gênero. Contudo, ainda existem muitas diferenças, pois mesmo as mulheres estudando e se aprimorando mais que os homens, no modo geral a diferença salarial é evidente.

A independência feminina é justificada pela busca continua de autonomia para ampliar a participação da mulher nos diferentes setores da sociedade, economia, ciência e política. Dessa forma, o empoderamento feminino amplia significativamente a partir dos avanços dos sistemas políticos e democráticos, no acesso aos direitos humanos e na participação da mulher na sociedade (BAQUERO, 2012; *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2015). A crescente autonomia feminina nos últimos anos mostra como a mulher vem ganhando participação em diferentes setores na sociedade, de forma progressivamente vem buscando qualificação.

Como descrito por Nascimento e Alves (2014), a história da mulher na contabilidade é recente, em décadas passadas, o ingresso em uma faculdade, no curso de Ciências Contábeis era marcado pela presença masculina. A mulher vem aumentando seu ingresso na contabilidade lentamente, mostrando que é tão capaz quanto o homem na elaboração, análise e interpretação das demonstrações contábeis.

Dessa forma, a mulher contabilista tem conquistado seu reconhecimento no mercado de trabalho. Sua representatividade aumenta constantemente, demonstrando sua importância na profissão contábil. Se analisarmos a História, é possível visualizar o caminho traçado pelas mulheres, que, gradativamente, ultrapassam obstáculos e vem conquistando seu espaço no mercado de trabalho em todos os setores (MOTA; SOUZA, 2013; *apud* BRIGHENTI; JACOMOSSI; ZANIEVICZ, 2015, p.113). Certamente, o empoderamento feminino amplia significativamente com o passar dos anos; de forma crescente, as mulheres se fazem presente em diversos setores da sociedade de forma autônoma e ativa, aprimorando gradativamente a igualdade de gênero.

Apesar da superioridade escolar feminina, expressa pela população adulta feminina ter maior nível de instrução que a masculina, os resultados no mercado de trabalho não favorecem as mulheres. As mulheres que vivem nos municípios da Região Sul, por outro lado, apresentam as taxas de atividade mais elevadas dentre as regiões brasileiras (60,8%), que estão presentes principalmente nas áreas leste e oeste do Estado de Santa Catarina

(IBGE, 2018). É evidente as mulheres estão se especializando cada vez mais, para conquistar de forma mais abrangente o mercado de trabalho, porém ainda há desigualdades de gênero, seja em oportunidades, seja em questões salariais.

Em conformidade com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC/SC, 2017), as contadoras, apesar de representarem quase metade dos profissionais de Contabilidade, enfrentam o mesmo problema que a maioria das mulheres no mundo corporativo depara. As diferenças salariais comparativamente aos homens, ainda são significativas (BRIGHENTI; JACOMOSSI; ZANIEVICZ, 2015).

Mesmo que de modo geral estejam mais preparadas, as mulheres ainda sentem dificuldades com as questões salariais se comparadas ao homem. Ainda existem barreiras invisíveis que a mulher deve opor-se, pois a desigualdade de gênero infelizmente está enraizada na nossa sociedade. Como exemplo, na sociedade atual, homens e mulheres que tem a mesma formação e cargo no trabalho, possuem diferenças salariais, no poder da autonomia empresarial e em todos os setores da sociedade.

4 Materiais e métodos

A pesquisa configura-se como um estudo de cunho quantitativo pautado em uma metodologia descritiva, desenvolvida por meio de procedimento documental com dados atuais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (BRASIL. MTE, 2018) permeado por informações sobre cargos, salários, unidade da federação, sexo e faixa etária. Os meses selecionados foram: janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2018.

Os dados permitiram analisar a quantidade de profissionais contábeis localizados em Santa Catarina e onde estão mais centralizados. E isso, possibilitou realizar análise estatística e demonstração gráfica dos resultados, com informações por nível regional, cargos e gêneros. Dentre os pontos principais, permitiram-se destacar a relação de profissionais contábeis em Santa Catarina, quais Classificação Brasileira de Ocupações (CBO's) tem maior presença no Estado e, também, a diferença entre homens e mulheres na área contábil.

5 Resultados e discussões

Abaixo, segue a análise dos resultados em observância a coleta de dados ora efetuada. Em relação ao gênero de profissionais efetivados no ramo contábil em Santa Catarina o percentual de homens é 30% e mulheres de 70% num total de 6.451 profissionais analisados no primeiro semestre de 2018. O que mostra que há uma grande desigualdade entre os sexos, evidenciando que a mulher ganhou um vasto espaço no mercado de trabalho na área contábil, devido a maiores índices de graduação ou até mesmo, por merecimento e qualificação.

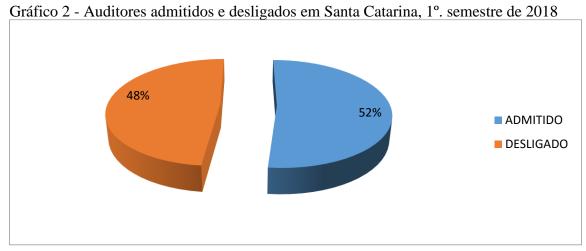
semestre de 2018

MASCULINO
FEMININO

Gráfico 1 – Profissionais efetivados no ramo contábil por sexo em Santa Catarina, 1º. semestre de 2018

Fonte: Elaborado a partir do CAGED – BRASIL, MTE (2018).

Segundo pesquisas de Machado e Granemann (2017), através dos microdados do CAGED, o estudo revelou que as mulheres estão no mercado contábil com mais instrução que o homem, porém seus ganhos foram 36% mais baixos que dos homens dentro das empresas que atuam, revelando uma disparidade nas contratações entre os gêneros aqui estudados.



Em relação aos auditores admitidos e desligados, pode-se notar que o percentual não tem muita variação. Totalizando uma movimentação de 153 auditores entre admissões e desligamentos em todo território catarinense, observa-se que o índice de admissões foi pouco superior ao de demissões, conforme demonstra o gráfico.

Notou-se também que os auditores apresentaram a seguinte distribuição: (71) 48% homens; e, (82) 52% mulheres. Tais números evidenciaram o empoderamento feminino na profissão de auditor contábil no Estado de Santa Catarina.

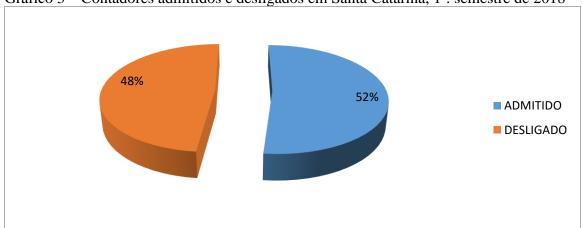


Gráfico 3 – Contadores admitidos e desligados em Santa Catarina, 1º. semestre de 2018

Fonte: Fonte: Elaborado a partir do CAGED – BRASIL, MTE (2018).

Os contadores, assim como os auditores, mantiveram a média de contração e demissão do período analisado. Podendo, assim, dizer que existe rotatividade nesse cargo, pois, as demissões e desligamentos permaneceram com índices equilibrados.

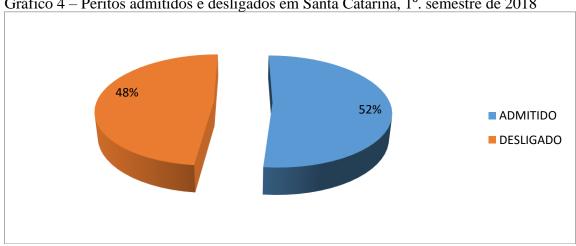


Gráfico 4 – Peritos admitidos e desligados em Santa Catarina, 1º. semestre de 2018

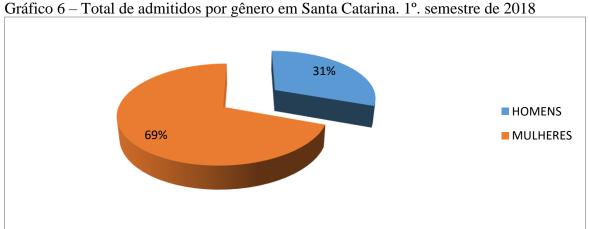
Ressalta-se o registro de percentual muito pequeno de peritos em Santa Catarina, sendo apenas três peritos, conforme os dados apresentados no CAGED. Dados apontaram duas (2) mulheres e um (1) homem registrados em perícia contábil no Estado Catarinense.

48% ADMITIDO DESLIGADO

Gráfico 5 – Auxiliar de contabilidade admitidos e desligados em Santa Catarina, 1º. semestre de 2018

Fonte: Fonte: Elaborado a partir do CAGED – BRASIL, MTE (2018).

O total de admissões e demissões de auxiliar contábil ficou estabilizado. Em Santa Catarina, havia 4.991 auxiliares contábeis. Considerando todos os CBO's, não verificou variação acentuada de demissões e admissões, mesmo com o momento econômico do país, com muitas empresas em crise, mas os serviços contábeis mantêm sempre uma boa demanda. Apesar disso, os gráficos mostram que ocorreu muita rotatividade no ramo contábil, o que pode ser justificado por diversos fatores. Sabe-se que o turnover gera custos significativos para as empresas, no qual podem prejudicá-las futuramente. Assim, cabe cada gestor analisar as causas e efeitos desse fator para evitar problemas futuros.



Dos profissionais admitidos em Santa Catarina 69% eram mulheres e 31% homens, mostrando uma diferença de gênero. Conforme dados do IBGE, a mulher vem se qualificando cada vez mais, motivo pelo qual, determina o aumento significativo nas contratações femininas, já que, as empresas sempre buscam maior qualificação profissional para seu quadro de colaboradores.

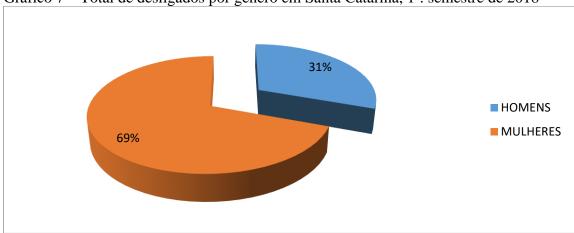


Gráfico 7 – Total de desligados por gênero em Santa Catarina, 1º. semestre de 2018

Fonte: Fonte: Elaborado a partir do CAGED – BRASIL, MTE (2018).

Cada vez mais, presenciamos figuras femininas ocupando cargos importantes, inclusive no mundo dos negócios, que antes eram majoritariamente ocupados por homens. De acordo com o Censo da Educação Superior, de 2015, os cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas estão entre os preferidos das mulheres, sendo um deles as Ciências Contábeis. Eram mais de 209 mil mulheres matriculadas em Ciências Contábeis e cerca de 149 mil homens, em 2015 (PASETTO, 2018).

O índice de demissões converge com o índice de admissões acima citado, os profissionais demitidos também tiveram uma variação significativa de gênero, mostrando que a mulher tem um índice maior de demissões, que se justifica pelo fato de também estarem em maior número quando se trata de contratações.

Concluindo mais uma vez, que o setor contábil tem uma grande taxa de rotatividade, que como visto, pode se tornar prejudicial ás empresas. Os motivos dos desligamentos podem ser diversos. Conforme citado por Closer (2005) em relação à profissão contábil, Santos (2002, p. 7), afirma que "as perspectivas profissionais na área contábil são muito promissoras". Marion (1997, p.4), reitera que "novas perspectivas profissionais vão surgindo".

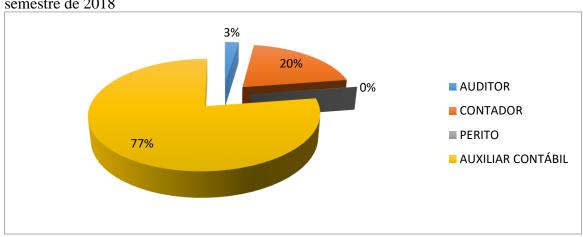


Gráfico 8 - Distribuição de atividades por CBO na área contábil em Santa Catarina, 1°. semestre de 2018

Fonte: Fonte: Elaborado a partir do CAGED – BRASIL, MTE (2018).

O que chama a atenção nas atividades contábeis é que há um número muito pequeno de auditores e peritos registrados em Santa Catarina. Peritos foram encontrados com registros de apenas três em Santa Catarina, enquanto auditores eram 153. Já, os contadores eram em número de 1.304 e auxiliar contábil, o CBO que mais teve presença no Estado, com o total de 4.991 profissionais registrados.



Mapa 1 – Centralização de auditores atuantes em Santa Catarina, 1°. semestre de 2018

Fonte: Fonte: Elaborado a partir do CAGED – BRASIL, MTE (2018).

Com os dados do primeiro semestre de 2018 para Santa Catarina, observa-se que os auditores se concentraram na região Norte e Vale do Itajaí. Conforme o Conselho Regional

de Contabilidade do Ceará (CRC/CE, 2018), a auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas, baseado no lucro expresso nas demonstrações contábeis. Sua evolução ocorreu em paralelo ao desenvolvimento econômico e com as grandes empresas formadas por capital de muitas pessoas.

Segundo dados da Secretaria do Planejamento, em 2015, os cincos municípios que tiveram maior participação no PIB do Estado, foram Joinville, Itajaí, Florianópolis, Blumenau e São José, representando 37% da economia catarinense. Os dez maiores municípios de Santa Catarina representaram aproximadamente 50% da economia no Estado. Desses municípios, destacaram-se, com maior crescimento em relação ao ano de 2014, São José, Florianópolis, Criciúma e Palhoça, motivados pelo setor de serviços.

Os dados apontaram presença elevada de contadores em Santa Catarina, com ênfase para as regiões de Joinville e Blumenau, regiões em que se encontram localizadas as maiores empresas. O PIB catarinense somou R\$ 129,8 bilhões, representando 4% da economia do país. Apesar do ano sofrível, Santa Catarina manteve a sua importância no cenário nacional e permaneceu com o quarto maior PIB per capita, subindo de R\$ 20.369 para R\$ 22.103, valor 30% superior à média do país. (SINDIFISCO, 2018).



Mapa 2 – Centralização de contadores atuantes em Santa Catarina, 1º. semestre de 2018

Fonte: Fonte: Elaborado a partir do CAGED – BRASIL, MTE (2018).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFE, 2017) indicou que o país tem 349.171 contadores ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Além disso, apontou que o

Brasil tem 61.864 organizações contábeis, divididas entre Sociedades (35.039), Empresários (13.264), Micro Empreendedores Individuais – MEI (8.857) e Empresas Individuais de Responsabilidades Limitada – Eireli (4.704). O registro apontou que a maioria dos profissionais ativos no CFC era do sexo masculino, 188.260 homens, um pouco a mais do que as 160.911 mulheres que atuam na profissão.

Conforme os indicadores econômicos estaduais, o maior número de auxiliares contábeis estava alocado nas cidades e regiões com algumas das empresas mais representativas da economia do Estado. Conforme microdados do CAGED, a média de empresas encontradas na região de Joinville estavam nas seguintes atividades: 44% Serviços; 28% Indústria; 22% Comércio e 6% de Construção Civil. Vale salientar que Joinville constitui a maior e mais populosa cidade do Estado.

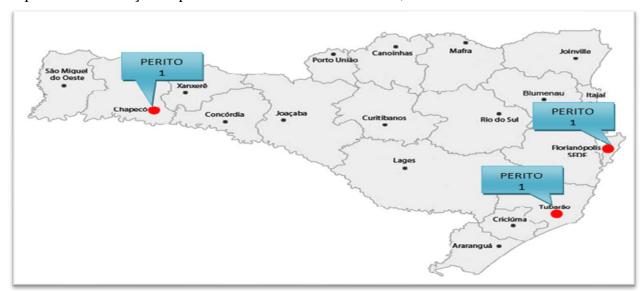
Em Florianópolis encontra-se uma economia pautada em 66% de Serviços; 25% Comércio; 5% Construção Civil e 4% na Indústria. É a segunda cidade mais populosa do Estado e ressalta-se que a economia de Florianópolis se encontra fortemente baseada na tecnologia da informação, no turismo e nos serviços.

Por fim, Blumenau possui uma economia assim distribuída: 36% Industrial 35% de Serviços; 23% Comércio e 6% da Construção Civil. Constitui a terceira cidade mais populosa do Estado, com a economia forte no setor têxtil, informática e também serviços e comércio.



Mapa 3 – Centralização de auxiliar contábil atuantes em Santa Catarina, 1º. semestre de 2018

Com o pequeno índice de Peritos registrado no Estado de Santa Catarina, nota-se que conforme gráfico anterior, sua distribuição. Nessa encontra-se Chapecó, um município muito forte na indústria e educação. Conforme dados apresentava no primeiro semestre de 2018: 36% Serviços; 25% Indústria; 28% Comércio e 11% Construção Civil. Tubarão tem 44% de Serviços; 27% Comércio; 23% Indústria e 6% Construção Civil.



Mapa 4 – Centralização de peritos atuantes em Santa Catarina, 1º. semestre de 2018

Fonte: Fonte: Elaborado a partir do CAGED – BRASIL, MTE (2018).

Conforme Spellmeier (2018), o perito-contador é requisitado quando alguém (pessoa física ou jurídica) pretende rever alguma relação ou contrato estabelecido, tanto na espera extrajudicial quanto no processo judicial. Quando há provas apresentadas ou a serem produzidas que se necessita de um especialista em matéria contábil.

6 Considerações finais

Pode-se notar através do estudo que as profissões de Perito e Auditor não têm muita presença em Santa Catarina. Santa Catarina é um Estado com forte presença de pequenas e médias empresas, no qual, não há tanta necessidade de Perícia Contábil e Auditoria. Contudo, podemos analisar a presença de muitos auxiliares de contabilidade centralizados em determinadas regiões, onde se encontram as maiores quantidades de empresas em Santa Catarina.

Dado o exposto, nota-se também que o setor contábil mantém a média de contratações e demissões, concluindo que a demanda de serviço contábil não decaiu apesar do momento de crise econômica no país. Por outro lado, registrou grande rotatividade de pessoal, o que pode ocorrer por diversos fatores, sendo eles por competitividade empresarial, descontentamento com o trabalho ou até mesmo questões salariais.

Tendo em vista os aspectos observados com relação à desigualdade de gênero, percebeu-se que a mulher contabilista tem vasto espaço no mercado contábil. Qualificando-se em maior percentual que os homens, as mulheres podem logo ultrapassar a taxa de homens registrados no setor contábil em Santa Catarina e obterem maior empoderamento no ramo.

Contendo maiores índices de contratações e demissões, conforme o estudo feito, a mulher tem se dedicado mais aos estudos que os homens, fator importante na hora da contratação de um profissional qualificado. Apesar disso, o estudo foi direcionado apenas ao *turnover*, não tendo pesquisado com maior profundidade os fatores relacionados às diferenças salariais.

Por todos esses aspectos, pode-se concluir que o ramo contábil é primordial até mesmo em tempos de crise, se não, necessário ainda mais nesse período, pois, a contabilidade é uma ferramenta de grande valia ao gestor para tomada de decisões e/ou novas estratégias de sua entidade em meio ao mundo globalizado.

Nestes termos, o estudo atingiu seu objetivo de analisar como o setor contábil se encontra no momento atual econômico. Considerou a mulher está inserida cada vez mais nesse setor, e fica a sugestão para um estudo mais aprofundado acerca das diferenças salariais entre homens e mulher contabilistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B. A.; DE MESQUITA FERREIRA, L. C. Rotatividade de funcionários e desempenho organizacional: um estudo no comércio brasileiro. **Brazilian Business Review** (Portuguese Edition), jul. 2015. v. 12, n. 4, p. 28–61. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=108416059&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. 2018. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados. Acesso em: 10 set. 2018.

BRIGHENTI, J.; JACOMOSSI, F.; DA SILVA, M. Z. Desigualdades de gênero na atuação de Contadores e auditores no mercado de trabalho Catarinense. **Enfoque: Reflexão**

- **Contábil**, maio. 2015. v. 34, n. 2, p. 109–122. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=116260169&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 31 out. 2018.
- CLOSER, C. A atuação da mulher contabilista nas organizações contábeis de florianópolis. 2005. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294519.PDF. Acesso em: 01 nov. 2018.
- CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Retomada da economia reforça importância do contador.** 2017. Disponível em: https://cfc.org.br/noticias/retomada-da-economia-reforca-importancia-do-contador/. Acesso em: 02 nov. 2018.
- CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **População brasileira versus contabilistas.** 2010. Disponível em: http://www1.cfc.org.br. Acesso em: 23 out. 2018.
- CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Retomada da economia reforça importância do contador.** 2017. Disponível em: https://cfc.org.br/noticias/retomada-da-economia-reforca-importancia-do-contador/. Acesso em: 02 nov. 2018.
- CRC/CE CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE CEARÁ. **Auditoria contábil: origem da auditoria contábil.** Disponível em: http://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/auditoria-contabil/. Acesso em: 02 nov. 2018.
- FERREIRA, L. C. M.; ALMEIDA, Ciro B. **Rotatividade de funcionários e desempenho organizacional:** um estudo no comércio brasileiro. 2014. 28 61 p. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Ciências Econômicas, Insper, [S.l.], 2015.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Portal do. **Estatística por cidade e estado**. 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html. Acesso em: 18 out. 2018.
- MACHADO, C. R.; GRANEMANN, C. M. Empoderamento da mulher contadora: disparidades nas contratações. In: **Trend Cont:** produção científica em ciências contábeis [recurso eletrônico] Universidade do Contestado; organização Debora Aparecida Almeida ... [*et al.*]. Curitibanos, SC: Universidade do Contestado, 2017. 147 f. p. 57-68.
- MARION, J. C. A disciplina teoria da contabilidade nos cursos de graduação: algumas considerações. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 3-8, 1997.
- NASCIMENTO, S. S. **As mulheres em Sergipe.** 2014. Disponível em: http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=13587. Acesso em: 31 out. 2018.
- NASCIMENTO, V. M. S.; ALVES, F. J. S. Gênero e carreira: um estudo de caso das percepções de contadores públicos. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 14, 2014, São Paulo. **Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil.** São Paulo: Anais, 2014. v. 1, p. 1 10. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/380.pdf. Acesso em: 01 nov. 2018.

- OLIVEIRA, K. B.; LOPES, G. S. C.; WATANABE, M.; YAMAGUCHI, C. K.; DUARTE, R. Estudo do empoderamento na perspectiva de mulheres líderes. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte v. 16, n. 4 p. 82-99, out/dez, 2015. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=112188324&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 31 out. 2018.
- OLIVEIRA, L. B.; DA COSTA ROCHA, J. Engajamento no trabalho: antecedentes individuais e situacionais e sua relação com a intenção de rotatividade. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, jul. 2017. v. 19, n. 65, p. 415–431. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=124444950&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 31 out. 2018.
- PASETTO, N. A. **A representatividade feminina na contabilidade.** 2018. Disponível em: https://cfc.org.br/sem-categoria/a-representatividade-feminina-na-contabilidade/. Acesso em: 01 nov. 2018.
- PINHEIRO, A. P; SOUZA, D. A. Causas e efeitos da rotatividade de pessoal *turnover*: estudo de caso de uma microempresa do setor de educação. Simpósio da excelência em gestão e tecnologia. 2013. Disponível em: http://www.aedb.br. Acesso em: 02 nov. 2018.
- SANTA CATATINA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO GOVERNO DE SANTA CATARINA. **PIB dos municípios catarinenses.** 2017. Disponível em: http://www.spg.sc.gov.br/noticias/1864-secretaria-do-planejamento-divulga-resultados-do-pib-dos-municipios-catarinenses. Acesso em: 29 out. 2018.
- SANTOS, F. **O empoderamento das mulheres na contabilidade.** 2018. Disponível em: https://cfc.org.br/noticias/o-empoderamento-das-mulheres-na-contabilidade/. Acesso em: 01 nov. 2018.
- RODRIGUES, P. A.; P.; FILHO, A. P.; SIQUEIRA, M. M. Bem-estar no trabalho e percepção de sucesso na carreira como antecedentes de intenção de rotatividade. **Revista de Administração Mackenzie**, nov. 2015. v. 16, n. 6, p. 71–93. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=112385373&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 31 out. 2018.
- SEBRAE SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENA EMPRESAS. Saiba o que é turnover e entenda o impacto da rotatividade no negócio. 2016.

 Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-e-turnover-e-o-impacto-da-rotatividade-no-negocio,44e08fa0672f0510VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 22 out. 2018.
- SINDIFISCO SINDICATO DOS FISCAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **PIB de Santa Catarina cai duas posições no ranking nacional.** 2018. Disponível em: http://www.sindifisco.org.br/noticias/pib-de-santa-catarina-cai-duas-posicoes-no-ranking-nacional. Acesso em: 29 out. 2018.
- SPELLMEIER, R. L. Mercado oferece boas oportunidades para os peritos contábeis. 2018. Disponível em: http://www.crcsc.org.br/comunicacao/noticias/558-

REVISTA CATARINENSE DE ECONOMIA – VOL. 3 N. 1 – 2019 ISSN 2527-1180

 $060711\text{-}mercado\text{-}oferece\text{-}boas\text{-}oportunidades\text{-}para\text{-}os\text{-}peritos\text{-}contabeis}.$ Acesso em: 02 nov. 2018.

Finanças comportamentais: análise do comportamento humano sob perspectiva de risco

Leonardo de Paula*
Karine Lúcia Foppa**
Samara Carla Dellazzari***
Cássia Heloisa Ternus****

Resumo

A ideia de que os investidores tomam decisões racionais deixou de ser amplamente aceita a partir dos anos 1960. Estudos desenvolvidos desde então apontam que os indivíduos apresentam racionalidade limitada quando expostos ao processo de tomada de decisão. O objetivo deste trabalho consiste em analisar se há diferenças significativas nas escolhas envolvendo risco por parte de acadêmicos da área de negócios, e se há distinção quando segmentada a amostra por gênero, perfil de investimento e período da graduação. O estudo fez uso das finanças comportamentais, optando-se por replicar o questionário do trabalho de Kahneman e Tversky (1979). Os dados foram coletados por meio de questionários, utilizou-se estatística descritiva para a análise e o teste qui-quadrado para verificação da significância estatística. Os resultados revelaram maior presença do público feminino e do perfil conservador em escolhas mais avessas ao risco, e em decisões mais arriscadas o público masculino e perfil arrojado tiveram resultados mais expressivos. Quanto ao período da graduação, os resultados não se mostraram estatisticamente significativos.

Palavras chaves: finanças comportamentais; escolhas; área de negócios.

Behavioral finance: analysis of human behavior from risk perspectives

Abstract

The idea that investors make rational decisions are no widely accepted since the 1960s. Studies developed since then point out that individuals have limited rationality when exposed to the decision-making process. The objective of this work is to analyze if there are differences in the choices by academics in the business area, and if there is a distinction when segmenting the sample by gender, investment profile and graduation period. The study made use of behavioral finance, opting to replicate the questionnaire of the work of Kahneman and Tversky (1979). The data were collected through questionnaires, descriptive statistics as a tool for the analysis and the chi-square test to verify statistical significance. The results revealed a greater presence of the female public and the conservative profile in more risk-averse choices, and in more risky decisions the male audience and bold profile had more expressive results. As for the graduation period, the results were not statistically significant.

Keyword: behavioral finance; choices; business area.

Classificação JEL: G41; D91.

^{*} Bacharel em Economia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO). E-mail: leonardo.paula@unochapeco.edu.br

^{**} Bacharel em Economia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO). E-mail: karine.f@unochapeco.edu.br

^{***} Bacharel em Economia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO). E-mail: samara.dellazzari@unochapeco.edu.br

^{****} Professora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO). E-mail: cassia_ternus@unochapeco.edu.br

1 Introdução

Fatores como previsões políticas e econômicas, projeções de ganhos e perdas, aspectos emocionais e até mesmo expectativas, podem influenciar decisões financeiras em situações envolvendo risco. Contudo, apesar desses aspectos, o nível de conhecimento é um importante fator na composição das escolhas.

Segundo Anache (2008), as finanças comportamentais estão em destaque na economia devido sua importância para a explicação das escolhas individuais. O presente artigo utilizou como base esse tema, em virtude da capacidade que este campo de estudo demonstrou para a explicação das escolhas dos agentes com relação às finanças.

Mesmo dotado de informações, os indivíduos não agem de maneira racional em todas as escolhas. De modo geral, os investidores buscam maximizar seus resultados enquanto reduzem os riscos, e com o passar dos anos de estudo e de experiência adquirida, as escolhas podem ser influenciadas por estes fatores. Deste modo, este trabalho buscou responder, a seguinte problemática: o gênero, o posicionamento frente a investimentos e os anos de estudos podem influenciar as preferências de estudantes do ensino superior em decisões envolvendo risco?

Neste sentido, os dados deste estudo referem-se aos acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, de uma instituição de ensino superior e sua escolha se justifica por integrarem a área de negócios, na qual espera-se que os estudantes sejam preparados para lidar com situações impostas pelo mercado financeiro, o que pode impactar sua percepção perante situações de risco. Para a análise, os cursos são examinados como um todo sem distinção, tendo o respaldo da estatística descritiva e de testes qui-quadrado para responder aos objetivos propostos.

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar se há diferenças significativas nas escolhas envolvendo risco de acadêmicos da área de negócios, verificando, ainda, se há distinção quando segmentada a amostra por gênero, perfil de investimento (autodeclarado) e período da graduação. Para isso, as análises pautam-se em três pilares, primeiramente é analisado se o gênero interfere nas decisões envolvendo risco. Após, compara-se o posicionamento frente a investimentos com as escolhas dos indivíduos, a fim de saber se existe uma relação entre as variáveis. E, por fim, verificam-se os anos de estudo exercem influência nas escolhas dos acadêmicos da área de negócios perante situações que envolvem riscos.

Assim sendo, o presente estudo encontra-se dividido em cinco seções. Nesta primeira seção, apresenta-se o objetivo principal; na segunda seção discutem-se as finanças comportamentais sob perspectiva teórica; na terceira seção realizam-se os procedimentos metodológicos; na quarta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa realizada; e, por fim na quinta seção faz-se as considerações finais.

2 Finanças comportamentais

Os estudos tradicionais em finanças evoluíram ao longo do século XIX, construídos a partir de uma abordagem microeconômica neoclássica. Segundo as teses dessa área, o agente toma suas decisões com base nas informações que estão disponíveis a ele no momento e nas suas expectativas racionais, buscando sempre as melhores combinações de bens e serviços capazes de maximizar sua satisfação (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

Halfeld e Torres (2001) argumentam que nesta corrente teórica, os indivíduos atuantes em mercados financeiros utilizam corretamente suas crenças e recebem novas informações para melhor atuarem diante das escolhas.

De acordo com Kahneman e Tversky (1979), a primeira teoria utilizada para explicar como os indivíduos se posicionavam, foi a utilidade esperada (TUE). De acordo com a qual, os indivíduos sempre dispunham dos melhores instrumentos para a tomada de decisões, bem como das melhores informações, sendo que as escolhas vistas como "erradas", eram classificadas como erros aleatórios. Usualmente, tal teoria foi aceita como um modelo normativo de escolha racional e como um modelo descritivo de comportamento econômico, onde supõe-se que todas as pessoas pensam e agem racionalmente, na maior parte do tempo.

A fórmula da TUE, apresenta a utilidade esperada, representada por U= (X1, Pi; ...; Xn, Pn), onde (X) corresponde valor do prospecto, multiplicado por (P) que corresponde a probabilidade. Deste modo, cada decisão pode ser mensurada antes de ser escolhida, por meio do cálculo do valor que será obtido. Seguindo está teoria o indivíduo, sempre escolheria pela melhor opção de acordo com a utilidade esperada; no entanto, isso não é o suficiente para explicar as escolhas segundo Kahneman e Tversky (1979).

A partir da década de 1970, alguns fatores incentivaram os estudos em finanças comportamentais, quando o modelo moderno de finanças utilizado para explicar o comportamento do mercado começou a apresentar falhas em estudos empíricos. (HALFELD; TORRES, 2001). Nesse sentido, Varian (2012) afirma que os estudos baseados

no modelo do agente racional são incompletos e, em muitos casos, não conseguem explicar alguns fenômenos financeiros.

Diante das falhas que deram início aos estudos em finanças comportamentais, observaram-se algumas anomalias do mercado financeiro, como a autoconfiança, o otimismo e pessimismo, e reações perante às novidades do mercado, que, aliadas a outros conceitos como a aversão à perda, tornaram as finanças comportamentais um dos assuntos mais polêmicos do ramo das finanças (HALFELD; TORRES, 2001). Além disso, outros fatores são considerados fundamentais para que se possa entender o direcionamento das escolhas. Dentre eles, o principal é o chamado efeito manada, segundo o qual, quando o mercado está desregulado, coexistindo com a falta de informações, os investidores tomam suas decisões de acordo com os demais agentes. Fazendo com que não haja estratégias de alocação (FRANCESCHINI, 2015).

No mesmo sentido, estudos recentes na área da economia buscam algumas formas de explicar as escolhas dos indivíduos. Esses estudos econômicos vêm acompanhados por pesquisas também de outras áreas, como a psicologia e a sociologia, que visam entender o comportamento e as escolhas desses agentes, por meio de previsões (VARIAN, 2012).

Desses estudos surge a economia comportamental, baseada no pressuposto de racionalidade limitada, buscando entender como os agentes se comportam, sabendo que eles não seguem os padrões lógicos o tempo todo (READ, 2015). Seguindo essa linha de raciocínio, Ferreira (2015) argumenta que esses estudos utilizam ferramentas mais sofisticadas, que captam o posicionamento das pessoas frente aos acontecimentos do mercado, levando em consideração suas expectativas e experiências vividas.

Para explicar as finanças comportamentais, um dos principais trabalhos utilizados é o desenvolvido por Kahneman e Tversky (1979), no qual desenvolve-se a teoria do prospecto. Está teoria é um modelo alternativo sobre as escolhas dos indivíduos e é utilizada como ferramenta de descrição do processo de tomada de decisão (KIMURA; BASSO, KRAUTER, 2006).

Segundo essa teoria, no processo decisório os ganhos e as perdas possuem pesos diferentes, e o indivíduo mesmo em posse das informações de mercado, não age de maneira racional o tempo todo (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979).

Kahneman e Tversky (1979), descrevem três efeitos com relação aos prospectos. Tem-se o efeito certeza, onde os indivíduos são confrontados com alternativas de ganhos, de modo a escolher a opção com maior probabilidade de ganho, independentemente do valor que a mesma aufere, posicionando-se de maneira avessa ao risco. Existe o efeito reflexão,

onde os indivíduos são colocados frente duas situações, sendo uma de ganho e a outra de perda, deste modo espera-se que o indivíduo se posicione de modo avesso ao risco para situações de ganho, e propenso para situações de perdas, afim de minimizar o prejuízo. E, também, existe o efeito isolamento, no qual o indivíduo antes de fazer a escolha recebe uma bonificação, sendo colocado frente duas situações - uma de ganho e a outra de perda -, esperando-se que ele desconsidere tal bônus, sendo avesso ao risco para ganhos e propenso para perdas.

Kahneman e Tversky (1982), salientam que as finanças comportamentais desafiam o paradigma da hipótese de mercados eficientes e que as decisões financeiras podem sofrer intervenções por processos mentais. Lima (2003) complementa que esta abordagem, investiga o comportamento dos investidores e como os mesmos reagem de acordo com as informações que possuem para a tomada de decisões perante os investimentos. Nesse sentido, Thaler e Barberis (2003) a estabelecem como o estudo da mente, afirmando que para solucionar um problema financeiro, muitas vezes será necessário considerar que os agentes não se comportam de maneira racional.

O posicionamento contrário as novidades, propensão a riscos, efeito certeza e isolamento são subfatores que facilitam a compreensão das tomadas de decisões dos investidores (HALFELD; TORRES, 2001). Juntamente a esses fatores, o conceito de aversão a perdas auxilia a compreensão de determinadas escolhas, segundo Milanez (2003). Este relaciona-se às diferentes maneiras de como uma situação é apresentada e às múltiplas reações que pode produzir.

Ainda sobre a aversão a perdas, Halfeld e Torres (2001) reconhecem que as pessoas sentem muito mais o sofrimento pela perda do que o bem-estar proporcionado por um ganho. Neste ponto de vista, Melo e Silva (2010) argumentam que o ser humano se arrisca para evitar as perdas e, com relação aos ganhos, ocorre o oposto, pois é preferível o rendimento julgado como certo, do que o risco para se obterem novos ganhos. Este conceito é um dos pilares das finanças comportamentais.

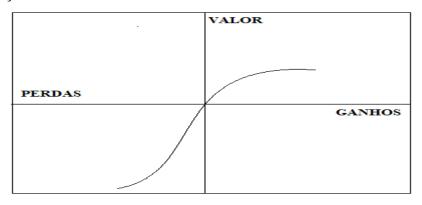
Essa sensibilidade que os indivíduos possuem frente a situações de ganhos e perdas, é melhor abordada pela função valor. Esta função mostra o que o indivíduo é mais sensível às perdas, onde a linha do gráfico é mais acentuada, e menos sensível aos ganhos onde a linha do encontra-se suavizada, conforme exposta na Figura 1.

Para Yoshinaga *et al.* (2008), a área de pesquisa entorno das finanças comportamentais é recente, porém muito promissora. Dentre as motivações fundamentais para o progresso deste campo estão os estudos empíricos, que questionam os modelos

tradicionais e a vasta coleção de resultados que se basearam em explorações comportamentais.

Seguindo esta linha de pesquisa, alguns trabalhos replicaram os experimentos de Kahneman e Tversky (1979), uma vez que este deu origem aos questionamentos da área. Kimura, Basso e Krauter (2006) replicaram este estudo para uma amostra brasileira, e identificaram os mesmos viéses encontrados pelos autores originais.

Figura 1: Função Valor.



Fonte: Elaborado com base em Kahneman e Tversky (1979).

No mesmo sentido, Cavallaro *et al.* (2015) buscaram verificar se diferentes cursos, juntamente da idade, gênero e renda dos indivíduos impactam nas escolhas envolvendo riscos no mercado financeiro. Foi observada uma amostra de 195 alunos de oito diferentes cursos de graduação, de modo que se constatou o gênero como uma variável determinante nas escolhas dos indivíduos, sendo o feminino o mais avesso ao risco. As demais variáveis não exerceram influência tão expressiva.

Com relação a análise de gênero, Barros e Felipe (2015) utilizaram os estudos de Kahneman e Tversky (1979) para identificar quais viéses psicológicos interferem em decisões financeiras. Por meio de dados primários e de estatística descritiva, os autores evidenciaram a existência de três efeitos no processo decisório, efeito certeza, reflexão e isolamento, e que de um modo geral o público feminino é mais avesso ao risco quando comparado ao masculino.

Oliveira e Krauter (2015) investigaram se as pessoas, atuantes no mercado de trabalho e com nível superior, têm uma percepção de risco diferente de pessoas que ainda não trabalham, mas que estão em processo de formação. Os resultados comprovaram que os agentes não são racionais, além disso, que a qualificação e a experiência profissional não exercem influência na tomada de decisão dos agentes.

De maneira similar, Barbosa *et al.* (2017) analisaram a relação entre o perfil dos acadêmicos e profissionais da área de atuária com aos aspectos comportamentais. As informações foram coletadas por meio de questionários, onde os estudantes demonstraram ser sensíveis e avessos aos riscos em relação aos ganhos; enquanto, os profissionais apresentaram preferência por alternativas que remetem a ganho maior.

Nesta mesma linha de pesquisa Soares e Barbedo (2013), analisaram como os indivíduos se posicionavam no mercado financeiro, uma vez que dispunham de diferentes informações assim como fontes. Comparando profissionais em atuação com acadêmicos, verificou-se que a formação possui peso nas decisões fazendo, com que os profissionais sejam mais propensos ao risco em função de ganhos maiores.

Do mesmo modo, Haubert *et al.* (2014) elaboraram um estudo sobre o comportamento financeiro para estudantes de pós-graduação com base nas finanças comportamentais. A coleta de dados, ocorreu por meio de questionários, de modo que os resultados encontrados mostraram que os perfis estabelecidos para a amostragem foram o conservador e moderado.

Barros e Felipe (2015) utilizaram as finanças comportamentais e os estudos de Kahneman e Tversky (1979) para identificar quais viéses psicológicos interferem em decisões financeiras. Por meio de dados primários e de estatística descritiva, os autores evidenciaram a existência dos três efeitos no processo decisório, efeito certeza, reflexão e isolamento. E, que de um modo geral, o público feminino é mais avesso ao risco quando comparado ao masculino. Também, fazendo uso das finanças comportamentais, Haubert, Lima e Herling (2012) se propuseram a mostrar como estudantes de pós-graduação se comportavam em relação aos investimentos financeiros, com o uso de estatística descritiva e econometria para apurar dados primários. De um modo geral, os resultados obtidos mostraram um público de perfil conservador e que tomavam as decisões seguindo o efeito reflexão da teoria do prospecto.

3 Procedimentos metodológicos

A amostra é composta de dados primários, que foram coletados por meio de questionários. Este trabalho desenvolveu-se pelo olhar quantitativo e descritivo, com o respaldo da teoria econômica comportamental, para a explicação dos objetivos propostos.

Como público alvo, optou-se por acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Chapecó - SC. Os cursos foram escolhidos por integrarem a área de negócios, de maneira que se espera que os acadêmicos desta área sejam preparados para lidar com diferentes situações impostas pelo mercado financeiro.

A coleta de dados foi realizada com a aplicação de um questionário composto por três seções. A primeira seção aborda as características pessoais dos entrevistados. A segunda destaca o posicionamento dos acadêmicos em situações que envolvem investimentos financeiros, onde os indivíduos autodefinem seu perfil como conservadores, moderados ou arrojados. A terceira e última faz menção a teoria do prospecto, colocando o indivíduo frente a situações envolvendo risco.

O instrumento de coleta de dados deste artigo, embasou-se em dois questionários aplicados em estudos anteriores. O primeiro, diz respeito a um estudo proposto por Lencini e Andrade (2016), para investidores de instituições financeiras de Porto Alegre (RS). Com esse questionário, os pesquisadores buscaram estabelecer o perfil do investidor através de seu posicionamento em situações ligadas a investimentos. Desse questionário foram utilizadas as questões ligadas às características pessoais e ao posicionamento frente a investimentos. Essas compõem a primeira e a segunda seções do instrumento de coleta desta pesquisa.

O segundo questionário foi elaborado por Kahneman e Tversky (1979) e aplicado com professores e acadêmicos. O objetivo dos pesquisadores era mostrar como os indivíduos agiam frente a situações envolvendo risco, supondo que suas escolhas violavam a teoria da utilidade esperada, em favor dos efeitos certeza, reflexão e isolamento.

Após a aplicação do pré-teste,¹ foram realizados os ajustes necessários no instrumento de coleta de dados. Os questionários foram aplicados² com os acadêmicos de todos os períodos do curso de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, embora não tenha havido distinção entre os cursos para análise dos dados.

A análise foi desenvolvida a partir de estatística descritiva, com o uso de frequências das respostas, e o nível de significância foi verificado com o teste qui-quadrado. Este teste permite comparar a dispersão entre duas ou mais variáveis, e avaliar a associação entre as mesmas, apontando a significância estatística existente. Primeiramente, foram confrontadas

¹ O pré-teste deste instrumento foi realizado na primeira quinzena de agosto de 2018, com uma amostra de 22 indivíduos.

² Os questionários foram aplicados entre os dias 17/10 e 05/11.

as questões relacionadas a teoria do prospecto com características pessoais, representadas pelo gênero dos acadêmicos. O intuito foi de verificar se haviam diferenças significativas nas escolhas frente a risco entre homens e mulheres.

Posteriormente, as respostas dos acadêmicos relacionadas ao posicionamento frente ao risco foram comparadas com a auto declaração dos mesmos, referente ao seu perfil de investimento. Nessa questão, os respondentes optavam pela alternativa que melhor representasse seu perfil: Conservador, Moderado ou Arrojado. Espera-se que quanto mais conservador seja o perfil da amostra, maior tende a ser a aversão ao risco. De modo similar, quanto mais arrojado for o perfil, maior a propensão ao risco.

Por fim, com a intenção de analisar se haveriam diferenças significativas nas escolhas dos acadêmicos a partir da exposição ao ensino superior em cursos relacionados à área de negócios, confrontou-se as questões da Teoria do Prospecto com o período de graduação dos alunos. Para evitar distorções, uma vez que nem todos os cursos possuem acadêmicos em todos os períodos, esta variável foi categorizada por quartil.

Como um todo a amostra é composta por 374 respondentes, conforme a Tabela 1. Para as variáveis gênero e perfil de investidor, houve um percentual de 100% de respondentes. Contudo, ao ser analisado o período de graduação constatou-se que nem todos os indivíduos responderam, de modo que se obteve um percentual de 93,05% de respostas para a categoria, com um total de 348 informações.

Tabela 1: Composição da amostra por grupos de análise

GERAL	GÊN	GÊNERO		PERFIL		PERÍODO DA GRADUAÇÃO						
	MASCULINO	FEMININO	CONSERVADOR	MODERADO	ARROJADO	1	2	3	4			
374	185	189	127	224	23	138	64	70	76			
100%	49,46%	50,54%	33,95%	59,89%	6,16%	39,65%	18,39%	20,11%	21,85%			

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

O trabalho original de Kahneman e Tversky (1979) utilizou 99% como nível de significância estatística. Contudo, como os autores não realizaram a análise por grupos, optou-se por flexibilizar o nível de significância da pesquisa e representar, também, os resultados com 95% de significância. Deste modo, as questões que apresentaram 0,01 de confiança estatística estão representadas com (**), enquanto as que representam 0,05 de confiança estatística estão indicadas com (*).

A próxima seção contém os resultados obtidos e analisados com base no trabalho de Kahneman e Tversky (1979), o qual foi realizado dividindo as questões em pares e agrupadas dentro dos efeitos certeza, reflexão e isolamento.

4 Resultados

A análise embasou-se no trabalho feito por Kahneman e Tversky (1979), onde os resultados foram observados seguindo os pressupostos dos efeitos certeza, reflexão e isolamento. Em cada um dos efeitos, as questões são analisadas em pares, de modo que na segunda questão são expostos prospectos inversos aos disponíveis na primeira questão. O intuito desta metodologia foi verificar se as respostas seguiam os padrões impostos para cada um dos efeitos, para ser estabelecida a situação de respeito ou violação dos pressupostos segmentados.

4.1 Efeito certeza

Ao analisar o efeito certeza, é possível verificar que as escolhas dos agentes podem violar o princípio da utilidade esperada, implicando na violação do axioma da substituição/transitividade, ou seja, os indivíduos tendem a dar maior peso às possibilidades que têm maior probabilidade de acontecer (MACEDO JUNIOR, 2003).

As tabelas apresentam os resultados por pares de respostas, segmentados por variáveis de análise. Os valores indicam a porcentagem de escolha em cada prospecto. O número de respondentes de cada problema é indicado por *N*. Na tabela 2 são expostos os resultados, seguido pela análise desenvolvida para o primeiro par de questões do efeito certeza.

Tabela 2: Efeito Certeza - Par 1

	QUESTÃO	PROSPECTO	GERAL	GÊNERO			PERFII	L	PERÍ	ODO DA	GRADU	AÇÃO
				MASC.	FEM.	CONS.	MOD.	ARROJ.	1	2	3	4
	Q1	A: (\$4000:80%; \$0:20%)	30.9	36.1	25.8	25.2	32.3	47.8	30.4	39.7	32.9	30.3
PAR 1	N:369	B: (\$3000:100%)	69,1**	63,9*	74,2*	74.8	67.7	52.2	69.6	60.3	67.1	69.7
	Q2	A: (\$4000:20%; \$0:80%)	41	47.8	34.2	35	42.7	56.5	40.2	49.2	39.1	40.8
	N:366	B: (\$3000:25%; \$0:75%)	59**	52,2*	65,8*	65	57.3	43.5	59.8	50.8	60.9	59.2

(*): Significância estatística ao nível de 0,05; (**): Significância estatística ao nível de 0,01; Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

131

No Par 1, em termos gerais, nota-se que o efeito certeza foi respeitado em ambos as questões, de maneira que o prospecto B foi preferível ao A nas duas opções. Isso pode ser explicado em virtude de a amostra preferir as alternativas com maiores probabilidades de se obter ganho, sem dar ênfase para as opções com retornos mais significativos. O mesmo não foi verificado nos estudos de Kahneman e Tversky (1979), Kimura, Basso e Krauter (2003) e Rogers *et al.*, (2007), onde o efeito certeza foi violado quando A foi preferível a B na questão 2.

Deste Par analisado, constata-se que o público feminino (Q1:74,2%; Q2:65,8%) apresentou comportamento mais avesso ao risco para ganhos quando comparado aos homens. Ao ser verificado o posicionamento frente a investimentos, o que predominou foi o perfil conservador (Q1:74,8%; Q2:65%) seguido pelo moderado. Com relação aos quartis, não foi verificado diferença dos anos de estudo nas decisões dos indivíduos, o que seguiu na mesma linha dos resultados encontrados por Marinho *et al.*, (2009). A Tabela 3 contém os resultados para o segundo grupo de questões analisados para o efeito certeza.

Tabela 3: Efeito Certeza - Par 2

	QUESTÃO	PROSPECTO	GERAL	GÊN	GÊNERO		PERFIL			PERÍODO DA GRADUAÇÃO				
				MASC.	FEM.	CONS.	MOD.	ARROJ.	1	2	3	4		
	Q3	A: (Viagem de três semanas para a Inglaterra, França e Itália: 50%; Nada: 50%)	23,2	26,6	19,9	23,2	22,5	30,4	22,8	30,2	20	19,7		
PAR 2	N:370	B: (Viagem de uma semana para a Inglaterra: 100%) A: (Viagem de três semanas para a Inglaterra,	76,8**	73,4	80,1	76,8	77,5	69,6	77,2	69,8	80	80,3		
	Q4	França e Itália: 5%; Nada: 95%) B: (Viagem de uma semana para a Inglaterra:	35,1	41	29,3	30,9	36,2	47,8	37,3	41,9	27,1	33,3		
	N:367	10%; Nada: 90%)	64,9**	59*	70,7*	69,1	63,8	52,2	62,7	58,1	72,9	66,7		

(*): Significância estatística ao nível de 0,05; (**): Significância estatística ao nível de 0,01; Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Neste Par, também houve o respeito ao efeito certeza em ambas situações que foram expostas, onde o prospecto B foi a escolha da maioria frente à alternativa A; de modo que os respondentes optaram pelo percentual de retorno, posicionando-se de maneira avessa ao risco. Esses resultados contrapõem os trabalhos de Kahneman e Tversky (1979) e Rogers *et al.* (2007) que em suas análises, a amostra violou o efeito certeza na questão 4, quando A foi preferível a B.

Quando segmentada a amostra por categorias de análise, percebe-se que gênero e perfil apresentaram o comportamento esperado. O maior percentual nos prospectos que

envolviam menor risco foi representado pelo público feminino (Q3:80,1%; Q4:70,7%) e pelo perfil conservador (Q3:76,8%; Q4:69,1%) seguido do moderado. Contudo, em relação aos anos de estudo, percebe-se que na questão 3 os últimos anos da graduação tiveram maior peso na decisão, seguindo assim de maneira contrária ao estudo de Marinho *et al.*, (2009). Estes mostraram que este tipo de variável não interfere no posicionamento dos indivíduos. Referente à segunda questão analisada, os anos de estudo não mostraram significância.

Embora as questões do Par 2 apresentavam apenas prospectos que envolviam decisões relacionadas a viagens, o comportamento da amostra foi muito próximo ao evidenciado no Par 1. Apenas os resultados para período da graduação que se mostraram mais expressivos em escolhas envolvendo risco com decisões não financeiras, ainda que não possam ser considerados estatisticamente significativos. A Tabela 4 apresenta os resultados do terceiro par de análise.

No último Par analisado referente o efeito certeza, houve uma divisão da amostra de maneira que o efeito certeza foi violado, uma vez que a amostra optou pelo valor do prospecto em vez do percentual, posicionando-se a favor do risco. Na questão 5 a amostra respeitou o efeito, onde a decisão foi em favor da probabilidade ao invés do valor, sendo neste caso B preferível a A. Já na questão 6, os indivíduos optaram pela alternativa A quando comparado com B, justificando-se em função do percentual de retorno possuir pouca diferença, o que faz com que optem por probabilidades de ganhos maiores. Os mesmos resultados analisados neste Par, convergiram para os encontrados por Kahneman e Tversky (1979), Kimura, Basso e Krauter (2003) e Rogers *et al.*, (2007).

Tabela 4: Efeito Certeza - Par 3

	QUESTÃO	O PROSPECTO GERAL		GÊN	ERO		PERFII	L	PERÍ	ODO DA G	RADUAÇ	ÃO
				MASC.	FEM.	CONS.	MOD.	ARROJ.	1	2	3	4
	Q5	A: (\$6000:45%; \$0:55%) B: (\$3000:90%;	24,7	27,7	21,8	22,4	23,2	52,2*	21,9	28,6	24,3	27,6
PAR	N:372	\$0:10%)	75,3**	72,3	78,2	77,6*	76,8*	47,8	78,1	71,4	75,7	72,4
3		A: (\$6000:0,1%;										
	Q6	\$0:99,9%)	54*	66,3*	41,5	52	52,9	73,9	55,6	56,5	53,6	52
	N:367	B: (\$3000:0,2%; \$0:99,8%)	46	33,7	58,5*	48	47,1	26,1	44,4	43,5	46,4	48

(*): Significância estatística ao nível de 0,05; (**): Significância estatística ao nível de 0,01; Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Na questão 5 os demais grupos de questões seguiram os padrões estabelecidos com predominância do público feminino (78,2%) e perfis conservador (77,6%) seguido do moderado, para posicionamento avesso ao risco. Com relação aos anos de estudos, estes não

mostraram significância estatística tanto a 99% quanto a 95%. Ao ser analisada a questão 6, ocorreu uma inversão de valores, de modo que os resultados foram representados pelo público masculino (66,3%) e perfil arrojado (73,9%), por se tratarem de uma escolha propensa ao risco. Com relação aos anos de estudos, estes mantiveram-se constantes, sem interferir nos resultados.

De um modo geral, o efeito certeza se mostrou importante para a análise, permitindo o estabelecimento de alguns padrões de respostas que foram verificados no decorrer das questões. Nos pares analisados, foi possível constatar o respeito aos pressupostos do efeito, de maneira que nestas questões a maior parte dos indivíduos optaram pelos prospectos com a probabilidade maior de ganho, sendo representados por B preferível a A. Frente a este posicionamento avesso ao risco, o gênero foi representado pelo público feminino, enquanto o perfil pelo conservador, seguido do moderado. Os anos de estudos não mostraram significância estatística, deste modo não interferindo nos resultados.

Ao levar em consideração os resultados do terceiro par, o qual violou o efeito certeza, notou-se que os indivíduos optaram na questão 6 pelo valor do prospecto, antes da probabilidade do ganho. Nesta situação a favor do risco, percebe-se que relacionado ao gênero, os homens exerceram maior influência nas respostas, e referente ao perfil o arrojado teve maior representatividade nos prospectos. Contudo, observa-se que os anos de estudos permaneceram sem significância nos resultados, levando a crer que o desenvolvimento ao longo da graduação não interfere, na percepção sobre o risco por parte dos indivíduos da amostra.

As próximas análises são referentes ao efeito reflexão, e a metodologia utilizada para a descrição dos resultados é a mesma que foi utilizada para o efeito certeza. Com comparações realizadas em pares de questões, levando em conta toda a segmentação de variáveis.

4.2 Efeito reflexão

Ao considerarmos o efeito reflexão, os agentes tendem a ser avessos ao risco quando estão diante de possibilidades de ganho, e tendem a ser tomadores de risco quando as mesmas possibilidades envolvem risco (ROGERS *et al.*, 2007). A tabela 5 contém os resultados para o primeiro par do efeito reflexão.

Tabela 5: Efeito Reflexão - Par 1

	QUESTÃO	PROSPECTO	GERAL	GÊNERO			PERFI	L	PERÍODO DA GRADUAÇÃO				
				MASC.	FEM.	CONS.	MOD.	ARROJ.	1	2	3	4	
	Q1	A: (\$4000:80%; \$0:20%)	30,9	36,1	25,8	25,2	32,3	47,8	30,4	39,7	32,9	30,3	
PAR 1	N:369	B: (\$3000:100%)	69,1**	63,9*	74,2*	74,8	67,7	52,2	69,6	60,3	67,1	69,7	
	Q7	A: (-\$4000:80%; \$0:20%)	74,9**	75,1	74,7	68,8*	76,2*	95,7*	76,6	79,4	72,5	71,1	
-	N: 371	B: (-\$3000:100%)	25,1	24,9	25,3	31,2	23,8	4,3	23,4	20,6	27,5	28,9	

(*): Significância estatística ao nível de 0,05; (**): Significância estatística ao nível de 0,01; Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Nesta seção, examinaram-se as probabilidades que envolvem perdas, diferentemente da anterior, onde discutiu-se apenas as preferências entre perspectivas positivas. Para isso, em cada Par analisado, na primeira questão foram expostos prospectos com percentuais de ganho; enquanto, na segunda apresentaram os prospectos com percentuais similares aos da primeira questão, sendo estes referentes às perdas. O que se espera para este efeito é que na primeira questão do Par, os indivíduos se posicionem de modo avesso ao risco; enquanto. na segunda se posicionem a favor.

Na questão 1, os respondentes optaram pelo prospecto de maior probabilidade de ganho (69,1%). Já na questão 7, os indivíduos se posicionam a favor do risco frente às probabilidades de perdas (74,9%). Com esses resultados, foi possível notar o respeito ao efeito reflexão, com resultados similares nos trabalhos de Kahneman e Tversky (1979), Basso, Kimura e Krauter (2003) e Rogers *et al.*, (2007).

Com relação ao gênero, percebe-se que tanto homens quanto mulheres são avessos ao risco em prospectos que envolvem ganhos e propensos ao risco em prospectos que envolvem perdas. Contudo, a questão 7 não se mostrou estatisticamente significativa aos níveis analisados quando comparada ao gênero. Neste Par, os resultados para perfil de investimento além de indicarem significância estatística foram expressivos e convergiram com a literatura, resultados estes similares aos encontrados por Cavallaro *et al.* (2015). Em ambas as questões, os perfis se comportaram como prevê o efeito reflexão na questão 1; no entanto, o perfil arrojado (52,2%) demonstrou maior preferência pela certeza, quando poderia se esperar uma maior propensão ao risco. Já na questão 7, a escolha do perfil arrojado (95,7%) foi massiva na incerteza da perda. Quanto ao perfil conservador, a maioria dos respondentes (68,8%) também preferiram correr o risco de perder mais, do que a certeza de perder um valor menor. Sobre o perfil moderado, este manteve-se, em ambas as questões do Par 1, com percentuais intermediários entre os perfis conservador e arrojado.

Por fim, para o período da graduação não houve nenhum quartil com diferenças significativas nas escolhas entre os prospectos, seguindo a mesma linha dos resultados de Marinho *et al.*, (2009). A tabela 6 traz os resultados para o segundo par do efeito reflexão.

Tabela 6: Efeito Reflexão - Par 2

	QUESTÃO	PROSPECTO	GERAL	GÊNI			PERFII		PERÍ	ODO DA	GRADU	AÇÃO
				MASC.	FEM.	CONS.	MOD.	ARROJ.	1	2	3	4
	Q2	A: (\$4000:20%; \$0:80%)	41	47,8	34,2	35	42,7	56,5	40,2	49,2	39,1	40,8
PAR 2	N:366	B: (\$3000:25%; \$0:75%)	59**	52,2*	65,8*	65	57,3	43,5	59,8	50,8	60,9	59,2
	Q8	A: (-\$4000:20%; \$0:80%)	54,2*	54,9	53,5	46,8	58,1	56,5	58,4	62,5	55,1	46,7
	N: 317	B: (-\$3000:25%; \$0:75%)	45,8	45,1	46,5	53,2	41,9	43,5	41,6	37,5	44,9	53,3

(*): Significância estatística ao nível de 0,05; (**): Significância estatística ao nível de 0,01; Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Conforme a tabela 6, também se observou o cumprimento do efeito reflexão nos resultados gerais, de maneira que na questão 2, os indivíduos escolheram o percentual de retorno; enquanto, na questão 8 o posicionamento foi a favor do risco, isso pode ser representado por (Q2:52,2%; Q8:54,2%) respectivamente. Contudo, a diferença entre as escolhas não foi tão expressiva quanto no primeiro par analisado deste efeito. Da mesma forma que a aversão ao risco no efeito certeza viola o princípio da teoria da utilidade esperada, o mesmo ocorre com a propensão ao risco no efeito reflexão.

Ao analisar as demais variáveis, na questão 2 o gênero foi representado pelo feminino (65,8%); enquanto, na questão 8 pelo masculino (54,9%), embora com resultados próximos do público feminino. Quando analisados os perfis, percebe-se que os estudantes que se consideram conservadores adotaram um comportamento distinto da média amostral na questão 8, apontando uma preferência pela certeza de perda, contudo o posicionamento arrojado se manteve à frente dos demais. Esse resultado é condizente com a teoria da utilidade esperada e contrário ao efeito reflexão. Embora não tenha apresentado significância estatística aos níveis estabelecidos pela pesquisa, é importante notar que esse resultado é oposto ao apresentado no Par 1 e pode indicar que a perda é possível e não certa, e que indivíduos mais conservadores optam pela opção que geraria menor prejuízo.

Com relação aos anos de estudo, notou-se opiniões próximas em todos os quartis na primeira questão, não havendo oscilações significativas entre as escolhas, e apenas um declínio relativo do primeiro ao último quartil. E, na segunda questão, os anos iniciais mostraram-se um pouco mais propensos ao risco do que os últimos, porém sem significância

estatística. Esses resultados condizem com os obtidos por Oliveira e Krauter (2015). A seguir, na Tabela 7 tem-se os resultados para o terceiro par de análise do efeito reflexão.

Tabela 7: Efeito Reflexão - Par 3

	QUESTÃO	PROSPECTO	GERAL	GÊNERO			PERFII	L	PERÍ	JAÇÃO		
				MASC.	FEM.	CONS.	MOD.	ARROJ.	1	2	3	4
	Q5	A: (\$6000:45%; \$0:55%)	24,7	27,7	21,8	22,4	23,2	52,2*	21,9	28,6	24,3	27,6
PAR 3	N:372	B: (\$3000:90%; \$0:10%)	75,3**	72,3	78,2	77,6*	76,8*	47,8	78,1	71,4	75,7	72,4
	Q9	A: (-\$6000:45%; \$0:55%	64,8**	68,5	61,5	68,3	62,3	69,6	67,9	66,7	69,1	56,6
	N: 369	B: (-\$3000:90%; \$0:10%)	35,2	31,5	38,8	31,7	37,7	30,4	32,1	33,3	30,9	43,4

(*): Significância estatística ao nível de 0,05; (**): Significância estatística ao nível de 0,01; Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Os resultados deste Par, seguiram no mesmo padrão que os dois primeiros, de modo que se respeitou o efeito reflexão, com preferência na questão 5 pela certeza de ganho; enquanto, na questão 9 pela propensão ao risco (Q5:75,3% Q9:64,8%), resultados estes com significância estatística. Frente a este posicionamento, o gênero seguiu a mesma categorização vista até então, representados pelo feminino e masculino, respectivamente, para cada uma das questões do Par (Q5:78,2%; Q9:68,5%), embora os resultados não mostraram significância estatística.

Ao analisar o perfil, na primeira questão o mais escolhido foi o conservador seguido pelo moderado por representarem menor risco, caracterizados por (77,6%) e (76,8%) respectivamente. Na segunda questão, os perfis se mantiveram próximos, com pouca variação entre si, porém com o arrojado na frente dos demais (69,6%). Cabe destacar que as escolhas de cada um dos perfis se mostraram estatisticamente significativa, portanto, permitindo inferir que há diferenças significativas nas escolhas em função do perfil de investimento dos estudantes

Os anos de estudo para este Par analisado não expressaram grandes desigualdades, deste modo não interferindo nos resultados verificados. A Tabela 8 contém o posicionamento dos estudantes, quando os prospectos apresentam percentuais muito próximos, tanto no campo positivo quanto negativo.

Tabela 8: Efeito Reflexão - Par 4

	QUESTÃO	PROSPECTO	GERAL	GÊNI	ERO		PERFI	L				
				MASC.	FEM.	CONS.	MOD.	ARROJ.	1	2	3	4
	Q6	A: (\$6000:0,1%; \$0:99,9%)	54*	66,3*	41,5	52	52,9	73,9	55,6	56,5	53,6	52
PAR 4	N:367	B: (\$3000:0,2%; \$0:99,8%)	46	33,7	58,5*	48	47,1	26,1	44,4	43,5	46,4	48
	Q10 N: 372	A: (-\$6000:0,1%; \$0:99,9%) B: (-\$3000:0,2%; \$0:99,8%)	50,5* 49,5	56,8* 43,2	44,4 55,6*	45,2 54,8	52,9 47,1	56,5 43,5	57,7 42,3	51,6 48,4	50,7 49,3	38,2 61,8

(*): Significância estatística ao nível de 0,05; (**): Significância estatística ao nível de 0,01; Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

No último Par analisado no efeito reflexão, os prospectos disponíveis para escolha da amostra estão apresentados de maneira distinta dos anteriores. Na primeira questão, as chances de ganho foram reduzidas e o risco de não ganhar nada foi avantajado, porém, aceitando o risco, o valor a ser ganho foi dobrado. Na segunda questão, a diferença está no sinal negativo, ou seja, ao invés de ganho ocorreram perdas. Os resultados gerais indicam que os indivíduos se arriscaram mais na questão 6 e optaram pelo prospecto A (54%) ao invés do B (46%), onde o valor de retorno era maior, embora a probabilidade de ganho fosse pequena, violando deste modo o efeito reflexão, e o padrão observados nas questões anteriores. Já para a questão 10, o resultado geral mostrou diferença nas escolhas, onde (50,5%) optaram pelo prospecto A e (49,5%) pelo B, respeitando o posicionamento que foi visto até então para a segunda questão dos pares apresentados no efeito reflexão. Essa propensão ao risco por parte das duas questões do par, justifica-se devido ao fato dos prospectos possuírem pouca diferença percentual.

Com relação ao demais variáveis, o gênero teve maior influência com o público masculino expressados por (Q6:66,3%; Q10:56,8%). Devido ao posicionamento a favor do risco, o perfil arrojado teve maior representatividade nos resultados perante os demais (Q6:73,9%; Q10:56,5%). Em ambos os prospectos escolhidos, percebeu-se que os anos iniciais da graduação se mantiveram propensos ao risco, embora não possuindo significância estatística.

Assim como no trabalho de Kahneman e Tversky (1979), o efeito reflexão foi uma importante ferramenta para auxiliar a compreensão das escolhas da amostra. Ao longo dos resultados observados, constatou-se o respeito ao efeito na maioria dos pares analisados. Com os resultados obtidos, pode notar que os indivíduos são avessos ao risco em prospectos de ganhos, e propensos em situações de perdas, devido a esta opção ter uma probabilidade de reduzir a perda em uma situação hipotética. Os demais grupos analisados, seguiram os resultados vistos no primeiro efeito e ao mesmo tempo esperado, com predominância do

público feminino e perfil conservador em prospectos com maiores possibilidades de ganhos, e público masculino e perfil arrojado em situações propensas ao risco. A próxima análise, contém os resultados para o efeito isolamento, onde são expostas situações de maior complexidade, exigindo maior reflexão por parte dos respondentes.

4.3 Efeito Isolamento

De acordo com Rogers *et al.*, (2007), o efeito isolamento foi o elemento chave utilizado por Kahneman e Tversky para o desenvolvimento da Teoria do Prospecto. Por meio dele, observou-se que os agentes geralmente descartam componentes que são compartilhados pelas probabilidades em consideração, e centralizam sua análise sobre os componentes que distinguem as opções de escolha, numa forma de simplificar o processo de tomada de decisão (MACEDO JUNIOR, 2003).

Foram expostas situações mais complexas do que as apresentadas nos outros efeitos, exigindo deste modo, maior reflexão e analise dos possíveis resultados. O Case 3, expôs a seguinte problemática: além dos recursos que você possui, você recebeu mais \$ 1000. Agora, você deve escolher entre as alternativas abaixo.

Este efeito é muito complexo e demanda maior atenção para sua interpretação. Nele os indivíduos antes de optarem entre os prospectos, já iniciam o problema obtendo uma "bonificação", de modo que com a qual, espera-se que os respondentes optem por reduzir o risco para ganhos, sendo assim avessos ao risco para tal situação e propensos para situações de perdas, uma vez que esta possui uma oportunidade de reduzir a perca.

A análise realizada pelo efeito isolamento tende a ser similar ao efeito reflexão onde os indivíduos se posicionam em favor da maior probabilidade de obter ganho e da menor de ter uma perda, indiferente do valor. Neste par analisado, a amostra respeitou o efeito isolamento, onde na primeira questão B foi preferível a A; enquanto, na segunda o posicionamento foi o inverso com A preferível a B (Case3:62,2%; Case3.1:60,1%) sendo evidenciado resultados parecidos nos estudos de Kahneman e Tversky (1979), Kimura, Basso e Krauter (2003) e Rogers *et al.*, (2007).

Alternativa A	Alternativa B
50% de chances de ganhar \$1 000	100% de chances de ganhar \$ 500
50% de chances de ganhar \$0	

Do mesmo modo, o Case 3.1, levantou a seguinte situação: além dos recursos que você possui, você recebeu mais \$ 2000. Agora, você deve escolher entre as alternativas a seguir:

Alternativa A	Alternativa B
50% de chances de perder \$ 1000	100% de chances de perder \$ 500
50% de chances de perder \$0	

Os resultados dos dois cases são apresentados na Tabela 9, a mesma contempla o único par do efeito isolamento.

Tabela 9: Efeito Isolamento - Par1

	QUESTÃO CASE 3	PROSPECTO	GERAL	GÊN	GÊNERO		PERFIL				PERÍODO DA GRADUAÇÃO					
				MASC.	FEM.	CONS.	MOD.	ARROJ.	1	2	3	4				
	CASE 3	A: (\$1000:50%; \$0:50%)	37,8	45	30,8	24,2	43,1	60,9*	36,8	44,4	42,6	28				
PAR 1	N: 365	B: (\$500:100%)	62,2**	55*	69,2*	75,8*	56,9*	39,1	63,2	55,6	57,4	72				
	CASE 3.1 N: 361	A: (-\$1000:50%; \$0:50%) B: (-\$500:100%)	60,1** 39,9	69,5* 30,5	51,1* 48,9	50* 50*	63,4* 36,6	82,6* 17,4	66,4 33,6	63,3 36,7	52,2 47,8	56,8 43,2				

(*): Significância estatística ao nível de 0,05; (**): Significância estatística ao nível de 0,01; Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Com relação aos demais grupos da pesquisa, no Case 3, verificou-se que o padrão foi mantido onde se estabeleceu o público feminino (69,2%), seguido do perfil conservador (75,8%). Ao analisar os anos de estudo, notou-se que os anos finais da graduação, tiveram mais influência, contudo sem possuir significância estatística. No Case 3.1 onde a amostra se posicionou em prol do risco para reduzir o potencial de perda, o padrão de posicionamento foi mantido com força do público masculino (69,5%) e do perfil arrojado (82,6%) sem interferência dos anos de estudos, nos resultados.

Com os resultados apurados, foi possível notar o respeito ao que era esperado para o efeito isolamento, e aos padrões de respostas vistos até então. Antes de escolherem entre os prospectos, os indivíduos já ganhavam uma bonificação hipotética, e de acordo com o efeito, espera-se que eles não levem em consideração este bônus e se posicionem de maneira avessa ao risco para escolhas envolvendo o percentual, e de maneira propensa em situações de perda. Como essa identidade foi mantida, conclui-se que o efeito isolamento é um importante fator na composição das escolhas. As demais categorias analisadas neste par, seguiram o mesmo padrão de respostas dos demais efeitos, destacando-se o gênero feminino e o perfil conservador para escolhas relacionadas a probabilidade, e o gênero masculino e perfil

arrojado para escolhas propensas ao risco, ambas situações sem sofrerem a interferência dos anos de estudos.

5 Considerações finais

As decisões dos agentes econômicos frentes a situações conflitantes envolvendo risco pode ser melhor compreendida com o estudo da teoria do prospecto, a qual pressupõe que os indivíduos tomam suas decisões dotados de racionalidade limitada. Este trabalho analisou o posicionamento de acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas sobre a ótica dos efeitos certeza, reflexão e isolamento. Assim como, realizado no trabalho dos predecessores desta teoria, e indo além, verificou como diferentes grupos poderiam reagir nas escolhas.

Embora cada efeito proponha uma interpretação distinta dos resultados, todos eles interligam-se de maneira que o padrão de respostas verificadas em um, acabam sendo esperadas nos demais. Com a análise desenvolvida, constatou-se que a teoria comportamental pode ser utilizada para interpretar os resultados e auxiliar na compreensão das escolhas dos agentes.

No efeito certeza, os indivíduos foram expostos a duas situações de ganhos, diferenciadas com relação ao percentual de cada. De acordo com os pressupostos do efeito, se esperou que os respondentes optassem pelos prospectos de maior probabilidade de ganho, agindo de modo avesso ao risco. Como isso foi respeitado, pode se determinar que o efeito deve ser utilizado como parâmetro para a explicação das escolhas. Resultados similares foram encontrados nos estudos de Kahneman e Tversky (1979) e Oliveira e Krauter (2015).

O segundo efeito analisado foi o de reflexão, neste o indivíduo tinha duas opções para escolha, sendo a primeira referente a possibilidades de ganho, e a segunda envolvendo probabilidades de perda. De acordo com este efeito, os respondentes deveriam se posicionar primeiramente a favor da maior possibilidade de ganho, para posteriormente se posicionar de maneira propensa ao risco, uma vez que esta opção envolvia prospectos de perda. Os resultados encontrados respeitaram o efeito, podendo este também ser utilizado para auxiliar a compreensão das escolhas sobre risco.

A última análise foi realizada com o efeito isolamento, nesta seção antes dos indivíduos fazerem a escolha, eles ganhavam uma bonificação para posteriormente se posicionarem. Neste efeito, foram expostas duas possibilidades, sendo a primeira referente

a ganho e a segunda concernente a perda. Uma vez que eles dispunham da bonificação e sabendo que a utilidade esperada entre os prospectos é a mesma, espera-se que os indivíduos isolem o que já possuem e optem por escolhas avessas ao risco, em situações de ganho e propensas em situações de perdas. Com os resultados, observou-se o respeito ao efeito, e deste modo a teoria do prospecto pode ser utilizada por completo como um fator condicionante das escolhas.

Ao analisar as variáveis gênero, perfil e anos de estudo, foi possível estabelecer um padrão de respostas para diferentes percepções de risco, as quais foram mantidas no decorrer de toda análise. Nas respostas que foram avessas ao risco em favor do percentual de retorno, foi possível notar que o gênero feminino, e os perfis conservador e moderado, predominaram nos resultados. Em contrapartida, em respostas propensas ao risco para que fossem minimizadas as probabilidades de perdas, houve a predominância do gênero masculino e o perfil arrojado nas respostas. No entanto ao analisar os anos de estudo, foi possível notar que estes divergiram pouco no decorrer dos quartis, e ainda, a familiaridade com o mercado financeiro não impactou significativamente nas escolhas dos indivíduos. Vale ressaltar que o gênero e o perfil apresentaram significância estatística para alguns resultados, enquanto a variável anos de estudos não se mostrou significante aos níveis estabelecidos de 0,01* e 0,05**.

Com os resultados obtidos e levando em consideração os objetivos do estudo, foi possível ressaltar que a teoria da Finança Comportamental pode ser utilizada para interpretar o posicionamento dos indivíduos frente situações de risco no mercado financeiro, assim como o gênero e o perfil. Esse posicionamento em prol da violação da utilidade esperada por parte dos indivíduos, pode ser explicado pela racionalidade limitada, que os mesmos possuem aliado as emoções e vieses cognitivos.

Como sugestão para futuros trabalhos, propomos a inserção de novas questões para melhor entender as características dos indivíduos como aspectos familiares, profissionais e culturais, a fim de intender e analisar qual o papel dessas variáveis nas escolhas sob a ótica de risco.

REFERÊNCIAS

ANACHE, M. C. A. **Finanças comportamentais: uma avaliação crítica da moderna teoria de finanças.** 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Programa de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

- BARROS, T. S.; FELIPE, I. J. S. Teoria do prospecto: evidências aplicadas em finanças comportamentais. **Revista de Administração Faces Jornal**, v. 14, n. 4, p.86-105, out. 2015
- BARBOSA, E. T.; BILK, A.; DA SILVA, T. P.; NAKAMURA, W. T. Aversão a perda e satisfação ao ganho nos aspectos comportamentais dos acadêmicos e profissionais da atuária. Caderno Profissional de Administração UNIMEP Mestrado Profissional e Doutorado em Administração. 2017
- BASSO, L. F. C.; KIMURA, H.; KRAUTER, E. Finanças comportamentais: investigação do comportamento decisório dos agentes brasileiros de acordo com a teoria do prospecto de Kahneman & Tversky. **Assembleia do Conselho Latino-Americano das Escolas de Administração**, v. 38, 2003.
- CAVALLARO, M.; PEREIRA JUNIOR, O.; SASSI, C. P.; CARVALHO, F. L. **Impacto** da renda, gênero, idade e área de formação na propensão ao risco financeiro. 2015 Disponível

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18870/GVcef_Cavallaro%3b%20Pereira%20Junior%3b%20Sassi%3b%20Carvalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 ago. 2018

- FERREIRA, V. R. M. Psicologia econômica: mente, comportamento e escolhas. **Guia de economia comportamental e experimental**, São Paulo, v. 01, p. 165-175, 2015.
- FRANCESCHINI, C. Introdução a finanças comportamentais. **Guia de economia comportamental e experimental**, São Paulo, v. 01, p. 176-188, 2015.
- HALFELD, M.; TORRES, F. F. L. Finanças comportamentais: aplicações no contexto brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 64-71, Abr./Jun. 2001.
- HAUBERT, F. L. C.; DE LIMA, C. R. M.; DE LIMA, M. V. A. Finanças comportamentais: uma investigação com base na teoria do prospecto e no perfil do investidor de estudantes de cursos stricto sensu portugueses. **Revista de Ciência da Administração**. Florianópolis. v. 16, n. 38, abril-, 2014, p. 183-195. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina.
- HAUBERT, F. L. C.; LIMA, M. V. A.; HERLING, L. H. D. Finanças comportamentais: um estudo com base na teoria do prospecto e no perfil do investidor de estudantes de cursos stricto sensu da grande Florianópolis. **Revista Estratégia & Negócio**. Florianópolis, v. 5, n.02, p. 171-199, Maio./Ago. 2012
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. **Prospect theory:** an analysis of decision under risk. Econometrica, v. 47, n. 2, p. 263-291, Mar. 1979.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. **The psychology of preferences**. Scientific American, v. 146, p. 160-173, 1982.
- KIMURA, H.; BASSO, L. F. C.; KRAUTER, E. Paradoxos em finanças: teoria moderna versus finanças comportamentais. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 46, n. 01, p.41-58, Jan/Mar. 2006.

- LENCINI, C. A. S.; ANDRADE, A. G. M. Finanças comportamentais: um estudo do perfil de investidores de agências bancárias do município de Porto Alegre/RS. **Remas Revista Metodista de Administração do Sul,** Porto Alegre, v. 01, n. 01, p.01-21, 2016.
- LIMA, M. V. **Um estudo sobre finanças comportamentais.** RAE eletrônica, v. 02, n. 01, Jan./Jun. Disponível em: http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1873&Secao=2°PW C&Volume=2&Numero=1&Ano=2003. Acesso em: 31 maio 2018.
- MACEDO JUNIOR, J. S. **Teoria do prospecto: uma investigação utilizando simulação de investimentos.** 2003. 218 f. Tese (Doutorado) Curso de Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2003.
- MARINHO, R. F.; LAGIOIA, U. C. T.; MACIEL, C. V; RODRIGUES, R. N. Finanças comportamentais: um estudo comparativo utilizando a teoria dos prospectos com os alunos de graduação do curso de ciências contábeis. **Revista Brasileira de gestão de negócios**, São Paulo, v. 11, n. 33, p. 383-403, out/dez, 2009.
- MELO, C. L. L.; SILVA, C. A. T. Finanças comportamentais: um estudo da influência da faixa etária, gênero e ocupação na aversão à perda. **RCO Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 04, n. 08, p.03-23, jan/abril 2010.
- MILANEZ, D. Y. **Finanças comportamentais no Brasil.** 2003. 53 f. Tese (Doutorado) Curso de Economia, Usp, São Paulo, 2003.
- OLIVEIRA, L. R.; KRAUTER, E. Teoria do prospecto: como as finanças comportamentais podem explicar a tomada de decisão. **Pretexto**, Belo Horizonte, p.105-121, jul/set. 2015
- PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia.** 7. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.
- READ, D. A ciência comportamental e a tomada de decisão pelo consumidor: algumas questões para os reguladores. **Guia de Economia Comportamental e Experimental**, São Paulo, p.128-135, 2015.
- ROGERS, P.; SECURATO, J. R.; RIBEIRO, K. C. S. **Finanças comportamentais no Brasil: um estudo comparativo.** *IN*: 7° Congresso usp controladoria e contabilidade, 126, 2007. São Paulo: USP 2007.
- SOARES, H. F. G.; BARBEDO, C. H. S. Desempenho acadêmico e a teoria do prospecto: estudo empírico sobre o comportamento decisório. **RAC Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, p.64-82, Jan./Fev. 2013
- THALER, R.; BARBERIS, N. A Survey of Behavioral Finance. In: CONSTANTINIDES, G.; HARRIS, M.; STULZ, R. (Eds.) **Handbook of the Economics of Finance**. New York: North-Holland, 2003.
- VARIAN, H. R. **Microeconomia: uma abordagem moderna.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

YOSHINAGA, C. E.; OLIVEIRA, R. F.; SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. C. Finanças comportamentais: uma introdução. **Revista de Gestão**, São Paulo, p.25-35, jul. 2008. Mensal.

Análise dos instrumentos prudenciais, disciplinares e punitivos aplicados pelo Banco Central do Brasil no período de 2008 a 2017

Carolina Just Bacha* Helberte João França Almeida**

Resumo

O sistema financeiro possui um papel relevante para o desenvolvimento de um país, ao desempenhar a função de intermediação financeira, o sistema de pagamentos da economia e a oferta de ativos para diferentes perfis de risco. A alavancagem aliada às diferentes maturidades entre ativos e passivos aumentam os riscos do sistema financeiro. Dentre esses está o sistêmico, no qual a quebra de um banco pode causar externalidades negativas sobre instituições semelhantes e a perda de confiança dos agentes. Para evitar, o Banco Central atua na regulação do Sistema Financeiro Nacional, utilizando instrumentos disciplinares e punitivos contra instituições que descumprem suas recomendações. Logo, este trabalho analisa os históricos das penalidades aplicadas e das decisões proferidas, as instituições mais punidas e os tipos de processos que mais ensejaram a aplicação de multas e o seu valor, de 2008 a 2017. Observou-se que as cooperativas foram as instituições que mais receberam advertências e inabilitações e que as multas tiveram, nos últimos anos, aplicação crescente, sendo as pessoas físicas as mais penalizadas.

Palavras-chave: sistema financeiro nacional; instrumentos; regulação.

Analysis of the prudential, disciplinary and punitive instruments applied by the Central Bank of Brasil from 2008 to 2017

Abstract

The financial system has a relevant role for the development of a country, by playing the role of financial intermediation, the payment system of the economy and the supply of assets for different risk profiles. Leverage combined with different maturities between assets and liabilities increase the risks of the financial system. Among these is the systemic, in which the bankruptcy of a bank can cause negative externalities and loss of confidence of the agents. To avoid, the Central Bank acts in the regulation of the National Financial System, using disciplinary and punitive instruments to be used against institutions that fail to comply with its recommendations. Therefore, the paper analyze the history of the penalties applied and the decisions handed down, the most punished institutions and the types of processes that gave rise to the application of fines and their value from 2008 to 2017. It was observed that the cooperatives were the institutions who received more warnings and disqualifications and that the fines had, in recent years, an increase in application, with individuals being the most penalized.

Keywords: national financial system; prudential, instruments; regulation.

JEL: E58; G2; G28

^{*} Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. E-mail: carol bacha@hotmail.com

^{**} Professor Dr. Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. E-mail: helberte.almeida@ufsc.br

1 INTRODUÇÃO

O sistema financeiro de um país é caracterizado por um conjunto de instituições que facilitam a transferência de recursos disponíveis dos agentes superavitários para os agentes deficitários, porquanto possibilitam o "casamento" das pretensões dos mesmos. Além disso, a intermediação financeira mostra-se importante na redução dos custos de transação, na medida em que, operando em economias de escala, as instituições financeiras conseguem diminuir os custos de aquisição de informações e seu monitoramento.

De acordo com Carvalho (2010), em uma economia monetária de produção, o sistema financeiro tem um papel relevante no apoio ao desenvolvimento econômico de um país. Isso ocorre em razão de três funções, a saber: a) disponibilizar recursos financeiros que serão utilizados no processo produtivo e na realização de investimentos capazes de ampliar e modernizar a capacidade produtiva existente na economia; b) criar ativos para diferentes perfis de agentes privados, para que os mesmos acumulem riquezas; e, c) realizar o sistema de pagamentos na economia brasileira.

Conjuntamente a estas funções, o setor financeiro apresenta um risco que é inerente deste setor, o risco sistêmico. Este está relacionado com a possibilidade de que a falência de uma determinada instituição financeira, especialmente de bancos, reflita em externalidades negativas às demais instituições semelhantes que atuam no setor, podendo levar toda uma economia ao colapso. Assim, diferentemente do que ocorre com outras empresas industriais, no setor financeiro a quebra de um banco provoca o fenômeno do "contágio", porque os depositantes acabam perdendo a confiança no mercado financeiro, mesmo que as instituições afetadas estejam operando em observância às regulamentações (CARVALHO, 2005).

De acordo com Carvalho (2005), os depósitos à vista e moeda legal são considerados substitutos perfeitos, desde que haja a confiança do público de que o banco honrará seu compromisso de pagamento. Todavia, os bancos não podem garantir o risco de crédito nulo, pois operam de forma alavancada, ou seja, emprestam além daquilo que detém de reservas em moeda legal. Ademais, deve-se levar em conta que os bancos operam com passivos e ativos em maturidades diferentes, uma vez que os depósitos (passivos) podem ser exigidos no curto prazo, enquanto os empréstimos concedidos pelos bancos (ativos) serão pagos apenas em um tempo futuro. Assim, caso ocorra desconfiança por parte dos depositantes acerca da capacidade do banco de honrar os contratos, poderão ocorrer às chamadas corridas bancárias (CARVALHO, 2007).

Importante destacar que a existência de assimetrias de informação – seleção adversa e risco moral - no sistema financeiro, também impõe a criação de regulações que protegerão os consumidores e garantirão maior eficiência do mercado (CARVALHO, 2007). Desta maneira, o presente trabalho analisará os tipos de regulação, bem como os mecanismos existentes para a consecução das mesmas. Ademais, serão verificados quais são os instrumentos prudenciais, disciplinares e punitivos que o Banco Central pode se valer para fazer com que as instituições financeiras que atuam em desacordo com as recomendações legais, inibam o seu comportamento e diminuam os elevados riscos, minimizando assim, as possibilidades de crise.

A contribuição deste estudo na literatura de regulação prudencial é avaliar as penalidades, advertências, inabilitações e multas aplicadas pelo Banco Central as instituições financeiras no período de 2008 a 2017. Além disto, também se verifica em que medida estas infrações podem ser explicadas por mudanças nas leis e regulações ou até mesmo fruto de uma maior investigação criminal.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira. A seção dois apresenta o referencial teórico, focando nos fatores que influenciam as regulamentações sistêmica, prudencial e o processo administrativo sancionador. Posteriormente, a seção três expõe e discute os resultados encontrados. Por fim, a seção quatro traz as considerações finais.

2 REGULAÇÃO SISTÊMICA E REGULAÇÃO PRUDENCIAL

No Brasil, o órgão responsável pela regulação, monitoramento e supervisão do Sistema Financeiro Nacional é o Banco Central, o qual tem à sua disposição mecanismos que podem ser utilizados nas regulações de conduta, sistêmica e prudencial. O primeiro tipo de regulação refere-se à adoção de regras e regimes prescritivos que autorizam ou proíbem determinadas práticas, ou delimitam operações e estruturas de mercado, englobando desde regramentos quanto à oferta dos produtos financeiros até a obrigação de prestar informações. Por seu turno, a regulação sistêmica abrange a criação de "redes de proteção1", por meio de instrumentos que permitam a administração das crises ou inibam a difusão das mesmas. Por

148

¹Redes de proteção é definido como os instrumentos e mecanismos utilizados pelo Banco Central do Brasil com a finalidade de proteger o Sistema Financeiro Nacional e garantir a manutenção de sua estabilidade (CARVALHO, 2007).

fim, a regulação prudencial é vista como uma medida preventiva das crises sistêmicas (YAZBEK, 2007).

Dentre os instrumentos utilizados na regulação sistêmica estão os regimes excepcionais de intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária, sendo os primeiros disciplinados pela Lei n. 6.024/74 e o último pelo Decreto-Lei n. 2.321/87. Desta forma, verificadas anormalidades nos negócios das instituições financeiras poderá o Bacen decretar a intervenção (a qual suspende a exigibilidade das obrigações vencidas e a fluência dos prazos das vincendas) ou a administração especial temporária (a qual não interrompe, nem suspende as atividades da entidade). Por fim, quando verificados motivos que autorizem a declaração de falência da instituição, o Bacen poderá proceder a sua liquidação extrajudicial, medida considerada mais gravosa, tendo em vista tratar-se da extinção da instituição.

Outros instrumentos de regulação sistêmica são os fundos e seguros garantidores de depósito, mecanismos que elevam a confiança dos depositantes e evitam as corridas bancárias. O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) é regulamentado pela Resolução n. 4.222/13 do Banco Central, sendo atualmente o responsável pela proteção dos depositantes a nível nacional. Atualmente, o FGC garante até o montante máximo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por pessoa contra a mesma instituição financeira ou instituições do mesmo conglomerado financeiro.

Além dos regimes excepcionais e dos fundos garantidores de crédito, as instituições solventes, mas com problemas de liquidez de curto prazo, podem contar com a ajuda do Banco Central como emprestador de última instância. Essa prática, contudo, pode ocasionar o risco moral naquelas instituições que, sabendo que serão protegidas, poderão incorrer em riscos bastante elevados, operando com um nível de reservas muito abaixo do ideal. Essa anomalia pode ser resolvida com a cobrança de taxas punitivas na concessão do empréstimo e mediante apresentação de bons colaterais por parte das instituições tomadoras. Porém, Carvalho (2005, p. 43) destaca que "o emprestador entra em cena quando o mercado bancário já está sob tensão, quando as fontes de financiamento normais com que conta um banco (por exemplo, o mercado interbancário de reservas) já se fechou para a instituição que busca apoio". Deste modo, os empréstimos concedidos pelo Banco Central configuram-se uma última alternativa para evitar que aqueles bancos que estão tendo problemas de liquidez, possam colocar em risco a estabilidade do sistema financeiro. Referidos instrumentos, portanto, são essenciais para evitar as corridas bancárias, tendo em vista a manutenção da

confiança dos depositantes, em razão da existência de instituições que garantirão os seus recursos (CARVALHO, 2005).

Por sua vez, na regulação prudencial, o Banco Central atua preventivamente à ocorrência de crises. Para tanto, qualquer instituição financeira, para poder exercer as suas atividades, precisa ter autorização de funcionamento concedida pelo Bacen. Outrossim, durante o exercício das suas atividades, as entidades supervisionadas precisam controlar seus riscos, a fim de não operarem de forma muito alavancada, adequando, ainda, o seu nível de capital em relação aos riscos. Essa adequação se mostra essencial para que as instituições obtenham uma margem de segurança para situações inesperadas, e para que não incorram em riscos excessivos que possam causar um colapso no sistema como um todo (MISHKIN, 2001). Deste modo, as instituições financeiras precisam enviar informações ao órgão central, para que o mesmo avalie se o grau de risco por elas assumido está dentro dos limites regulamentares, bem como se as normas legais estão sendo respeitadas. Destaca-se que os coeficientes de capitais mínimos impostos aos bancos foram, dentre outras exigências, estabelecidos pelos Acordos de Basileia² que representaram avanços, cada qual em sua época, para a regulação prudencial.

Observa-se que o Banco Central dispõe, ainda, de instrumentos prudenciais, disciplinares e punitivos, os quais podem ser aplicados em desfavor das instituições que descumpram as normas legais e exponham o Sistema Financeiro Nacional a risco. Existem medidas, como as prudenciais preventivas e cautelares, bem como as exigências de apresentação de plano de regularização que podem ser utilizadas pelo Bacen para fazer com que as instituições supervisionadas se adequem às recomendações e normas legais.

2.1 PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

O Banco Central do Brasil, no exercício de sua função fiscalizadora, caso verifique que as instituições supervisionadas cometeram atos ilícitos, poderá instaurar processo

-

² Em 1930, foi criado o Banco de Compensações Internacional (BIS) que tinha como objetivo uma maior cooperação entre os Bancos Centrais. Em 1975, após verificada a necessidade de maior coordenação e padronização das regras bancárias à nível internacional foi criado o Comitê da Basileia, que realizou seu primeiro acordo no ano de 1988. Esse acordo previa a exigência de capital mínimo, ponderado pelo risco para as instituições financeiras. Diante das mudanças decorrentes da maior integração entre as instituições financeiras, em 2004, verificou-se a necessidades de reformas do acordo antes estabelecido, a essa revisão foi dado o nome de Basileia II. Atualmente está em vigor o Basileia III que buscou aprimorar a regulação prudencial, enfatizando a prevenção às instabilidades no setor financeiro (BACEN, 2018a).

administrativo sancionador, o qual é regido pela Lei n. 13.506/2017 e aplicar as penalidades cabíveis.

Estão sujeitas à aplicação de tais penas as seguintes instituições, a saber: bancos múltiplos, comerciais e caixas econômicas; bancos de investimento, de desenvolvimento e de câmbio; agências de fomento; financeiras; corretoras e distribuidoras; sociedades de arrendamento mercantil; sociedades de crédito imobiliário; associações de poupança e empréstimo; companhias hipotecárias; cooperativas de crédito; sociedades de crédito ao microempreendedor; administradoras de consórcios; administradores e membros de comitês estatutários de instituições financeiras; empresas de auditoria e auditores independentes; auditores responsáveis pela auditoria de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen; entidades de auditoria cooperativa; operadoras de sistemas de compensação e liquidação; pessoas físicas e jurídicas que infrinjam as normas cambiais e relativas ao fluxo de capitais internacionais, bem como aquelas que atuem em atividades supervisionadas pelo Banco Central, mas sem a sua autorização (BACEN, 2018b).

As infrações que ensejam a aplicação de punições estão previstas no art. 3º da Lei n. 13.506/17, dentre elas: realizar operações no SFN em desacordo com os princípios e normas que regem a atividade financeira ou não autorizadas pelo Bacen; obstar ou dificultar a fiscalização; não enviar dados e informações exigidos pelo Banco Central ou apresentá-los com informações incorretas ou fora dos prazos estabelecidos; atuar como administrador sem a autorização do Bacen; realizar operações de crédito ou arrendamento mercantil em preços destoantes ao do mercado; simular operações para obter vantagens indevidas; desviar recursos de terceiros ou da própria instituição financeira; inserir ou manter informações falsas ou incorretas nas demonstrações contábeis ou em relatórios de auditoria; remunerar acionistas, administradores e outros membros com base em resultados apurados por demonstrações contábeis falsas ou incorretas; deixar de agir com prudência e diligência na condução dos interesses da instituição financeira; confundir o patrimônio da entidade financeira com o de outras sociedades; descumprir as determinações do Bacen e, de modo geral, as normas legais e regulamentares do SFN (BRASIL, 2017).

Constatada alguma das infrações descritas ou, ainda, qualquer irregularidade que exponha o SFN a risco, poderá o Bacen, após a instauração do processo administrativo sancionador, aplicar as penalidades cabíveis de acordo com cada caso concreto, em observância à gravidade e duração da infração, o grau de lesão ou perigo provocado ao SFN,

o valor da operação, a vantagem obtida pelo infrator, bem como a sua colaboração para a apuração dos fatos (BRASIL, 2017).

A Lei n. 13.506/17 prevê em seu art. 5° as penas de admoestação pública³, multa, proibição para atuar, inabilitação e cessação da autorização de funcionamento, as quais podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente. Além das penalidades descritas, a Lei n. 9.613/98 (Lei da Lavagem de Dinheiro) também estabelece a advertência como pena aplicável contra os infratores. Observa-se que o Banco Central tem competência para aplicar punições aos transgressores das obrigações constantes na Lei n. 9.613/98 (BACEN, 2018b).

A seguir são apresentados os históricos das penalidades mais utilizadas pelo Banco Central, sendo possível observar quais as penas mais utilizadas pela autarquia e contra quais instituições estas punições são mais aplicadas. Da mesma forma, são analisados o número de decisões proferidas, os tipos de processo (cambial, financeiro ou de fluxo de capitais) que mais ensejaram a aplicação das penas, bem como o valor das multas impostas. Portanto, é possível verificar se existe alguma tendência de queda ou ascensão da aplicação das infrações no período de 2008 a 2017.

3. HISTÓRICO DE PENALIDADES APLICADAS

Esta seção tem por objetivo apresentar o histórico de penalidades impostas em cada ano. Assim, consultando os dados do Banco Central do Brasil, referentes às penalidades impostas em cada ano, são possíveis verificar que as infrações mais aplicadas foram: advertências, inabilitações⁴, multas e proibições para atuar⁵.

³ A admoestação pública refere-se à publicação de um texto em que conste o nome do infrator, a conduta ilícita e a sanção imposta no site da autarquia que aplicou a penalidade, de acordo com o art. 6°, §§ 1° e 2° da Lei n. 13.506/17.

⁴ Inabilitação, por até 20 anos, para atuar como administrador e para exercer cargos em órgãos previstos no contrato social ou estatuto das instituições financeiras autorizadas pelo Bacen a funcionar.

⁵ Proibição, por até 20 anos, de praticar atividades ou prestar serviços a instituições autorizadas pelo Bacen a funcionar.

Tabela 12 - Penalidades aplicadas em 1ª instância no período de 2008 a 2017

Penalidades aplicadas en	n 1ª instân	cia no perío	odo de 200	8 a 2017							
Por tipo de penalidade											
Penalidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
ADVERTÊNCIA	8	10	16	27	38	21	20	12	21	4	177
INABILITAÇÃO	205	115	129	293	470	198	316	152	160	5	2043
MULTA	1544	712	779	272	296	558	781	1129	1232	2364	9667
PROIBIÇÃO PARA ATUAR	4	1	0	1	2	3	11	1	0	0	23
Total	1761	838	924	593	806	780	1128	1294	1413	2373	11910

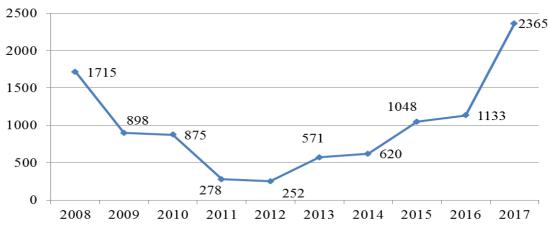
É possível verificar, de acordo com a Tabela 1, que as penas de multa foram as mais utilizadas pelo Banco Central, desta maneira, de 2008 até 2017 observou-se a ocorrência de 9.667 multas, sendo que o ano de 2017 foi o que apresentou a maior quantidade aplicada durante o período de estudo, no total de 2.364.

As inabilitações são as segundas penalidades mais utilizadas, as quais totalizaram 2.043, sendo constatada em 2012 a sua maior ocorrência, com 470 inabilitações só naquele ano. Seguidas das inabilitações, verifica-se a imposição de 177 advertências no período, sendo também em 2012 o ano com maior aplicação das mesmas. Em 2017 pode ser observada uma redução tanto da quantidade de advertências, quanto de inabilitações. Por sua vez, a proibição para atuar foi a penalidade menos utilizada, sendo constatadas apenas 23 ocorrências no período de mais de dez anos.

Do total de penalidades aplicadas, constata-se que o ano de 2017, seguido do ano de 2008, foram os que obtiveram mais penas impostas. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de decisões proferidas no intervalo em estudo.

Gráfico 1 - Total de decisões proferidas (2008 a 2017)





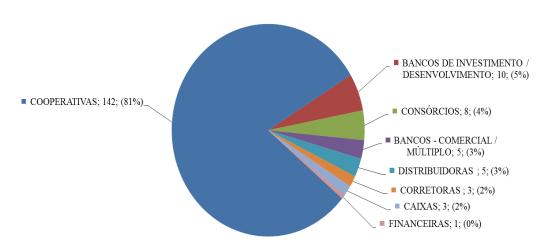
Analisando o Gráfico 1, observa-se que há uma relação entre a quantidade de penalidades aplicadas e o total de decisões proferidas, no qual os anos de 2008 e 2017 foram os que mais tiverem decisões prolatadas e, consequentemente, mais penas impostas. Nestes anos, observa-se que a quantidade de decisões ficou bastante próxima ao número de penalidades aplicadas. Contudo, em determinados anos, é possível observar que uma decisão aplicou mais de uma penalidade, como ocorreu em 2012, no qual foram prolatadas 252 decisões e, naquele mesmo ano, foi aplicado um total de 806 penalidades. Isso significa que cada decisão proferida aplicou, em média, três penas. Da mesma forma, os anos de 2011 e 2014 tiveram, em média, a imposição de duas penalidades por decisão.

Os Gráficos 2, 3 e 4 expõem a quantidade de advertências, inabilitações e multas, respectivamente, aplicadas a cada tipo de instituição. Ressalta-se que todas as 23 proibições para atuar foram aplicadas em desfavor de auditores independentes⁶.

⁶ Os auditores independentes são os responsáveis por assegurar a credibilidade das demonstrações financeiras de determinada instituição.

Gráfico 2 - Advertências por instituição (2008 a 2017)

ADVERTÊNCIAS

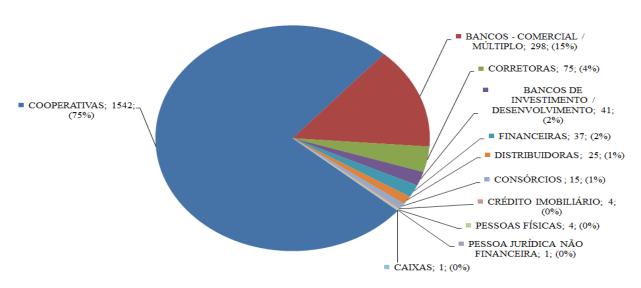


Fonte: Bacen, 2018.

Infere-se do Gráfico 2 que do total de 177 advertências impostas pelo Banco Central entre 2008 e 2017, 142 delas, ou seja, 81% foram aplicadas contra as cooperativas. Da mesma forma, as cooperativas também foram as instituições que apresentaram o maior número de inabilitações. Isso porque do total de 2.043 penas de inabilitações, 1.542, ou seja, 75% foram aplicadas contra as cooperativas. Cumpre destacar que o ano de 2012 foi o que apresentou maior ocorrência tanto de advertências quanto de inabilitações.

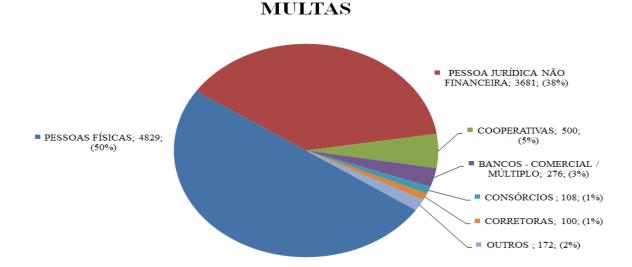
Gráfico 3 - Inabilitações por instituição (2008 a 2017)

INABILITAÇÕES



O aumento das aplicações de advertências e de inabilitações contra as cooperativas já vinha sendo percebido desde 2011. Tal aumento pode ser reflexo da entrada em vigor da Resolução n. 3.859 do Banco Central, de 27 de maio de 2010, que alterou e consolidou as normas referentes à constituição e ao funcionamento das cooperativas de crédito (BACEN, 2010).

Gráfico 4 - Multas por instituição (2008 a 2017)



Fonte: Bacen, 2018.

Com relação à aplicação de multas, as quais são as penalidades mais utilizadas pelo Bacen, observa-se que as pessoas físicas foram as mais penalizadas, seguidas das pessoas jurídicas não financeiras. Metade das multas foi imposta às pessoas físicas, enquanto 38% foram aplicadas contra as pessoas jurídicas não financeiras. Percebe-se que as cooperativas aparecem aqui novamente, sendo elas posicionadas em terceiro lugar das instituições que mais recebem multas, sendo-lhes aplicadas 5% das penalidades.

Um dos possíveis motivos para essa grande participação das cooperativas tanto no número de advertências, inabilitações, quanto de multas pode ser explicado pela elevada quantidade destas instituições em funcionamento no país, como é possível observar na Tabela 2, a seguir exposta.

Tabela 2 – Tipo e quantidade de instituições financeiras em funcionamento no país (até dezembro de 2017)

TE: 1: 44: 2	
Tipo de instituição	Quantidade em funcionamento no país
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	94
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	72
Sociedade Corretora de Câmbio	60
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	56
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	38
Sociedade de Arrendamento Mercantil	23
Agência de Fomento	16
Banco de Investimento	13
Companhia Hipotecária	7
Banco de Desenvolvimento	3
Sociedade de Crédito Imobiliário - Repassadora	2
Associação de Poupança e Empréstimo	1
BNDES	1
Banco do Brasil - Banco Múltiplo	1
Banco Múltiplo	128
Banco Comercial	14
Caixa Econômica Federal	1
Banco Múltiplo Cooperativo	2
Banco de Câmbio	3
Banco Comercial Estrangeiro - Filial no país	6
Cooperativas	1006
Administradoras de Consórcios	156
Conglomerados	97,

Da Tabela 2 é possível verificar que existiam até dezembro de 2017, 1.006 cooperativas em funcionamento no país, sendo, portanto, o tipo de instituição com maior quantidade atuante até aquela data.

Adiante, os Gráficos 5 e 6 apresentam os históricos das multas aplicadas às pessoas físicas e jurídicas não financeiras no período em questão.

Gráfico 5 - Quantidade de multas aplicadas às pessoas físicas (2008 a 2017)

Multas - Pessoas Físicas (2008 - 2017)

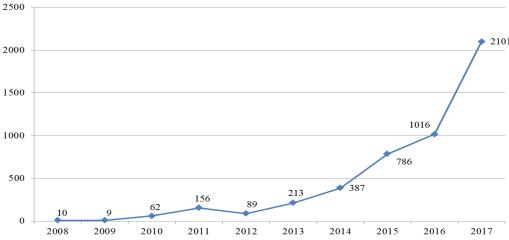
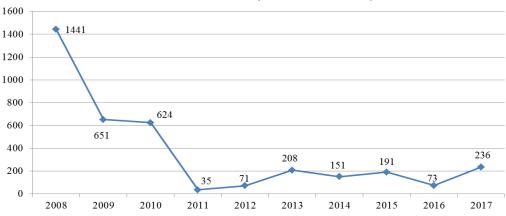


Gráfico 6 - Quantidade de multas aplicadas às pessoas jurídicas não financeiras (2008 a 2018)

Multas - Pessoas Jurídicas Não Financeiras (2008 - 2017)



Fonte: Bacen, 2018.

Com relação ao Gráfico 5, observa-se que o número de multas aplicadas às pessoas físicas vem crescendo desde 2012. Do ano de 2016 para o de 2017 a quantidade de multas dobrou, sendo que 2016 já havia apresentado um número bastante elevado, de 1.016 penalidades impostas naquele ano. Assim, o ano de 2017 apresentou o maior número de imposição de multas contra as pessoas físicas, no qual foram aplicadas 2.101 penas.

Em contrapartida, a quantidade de multas aplicadas em desfavor das pessoas jurídicas não financeiras reduziu no período de estudo, conforme visualizado no Gráfico 6. Verificase que 2008 foi o ano com a maior imposição de multas aplicadas às pessoas jurídicas não financeiras, com um total de 1.441 multas. A partir de então, esse número foi reduzindo e, atualmente, são aplicadas em torno de 100 a 200 multas às pessoas jurídicas não financeiras.

Mostra-se importante, neste momento, apresentar o valor das multas aplicadas no período de 2008 a 2017, a fim de realizar um comparativo entre os valores ao longo do tempo. Para tanto, são expostos a seguir os valores em termos reais, descontado o IPCA acumulado do período, tendo como base o ano de 2008, conforme expressa o Gráfico 7.

Valor total das multas aplicadas em termos reais (base em 2008) Milhões de reais

Gráfico 7 - Valor total das multas aplicadas em termos reais (base em 2008)

Fonte: Bacen, 2018.

Da análise dos gráficos, é possível verificar que o ano de 2015 foi o que apresentou o maior valor em termos reais do período em estudo. O segundo maior valor das multas ocorreu no ano de 2008. Uma possível explicação para este resultado foi o desdobramento das operações judiciais, que verificou um grande esquema de corrupção do Brasil.

O Anexo II apresenta as tabelas com os valores totais aplicados contra cada instituição financeira. Assim, é possível concluir que o aumento do valor no ano de 2015 ocorreu em razão de 43 multas que foram aplicadas às corretoras naquele ano, e que alcançaram o valor real aproximado de R\$ 365.000.000,00, somados à ilícitos cambiais cometidos por pessoas jurídicas não financeiras que contribuíram também para o montante ser o maior do período observado. Ressalta-se, ainda, que o valor elevado obtido no ano de 2008 também ocorreu

em razão das multas decorrentes de ilícitos cambiais praticados pelas pessoas jurídicas não financeiras.

Importante destacar que apesar de 2017 ter sido o ano em que foram aplicadas maior quantidade de multas, naquele ano o valor total das mesmas não foi tão elevado, sendo, inclusive, o menor observado desde 2008. Isso pode ter ocorrido, porque a maioria das multas de 2017 foi imposta em desfavor das pessoas físicas; concluindo-se daí, que o valor médio de multas aplicadas a essas pessoas foi bastante inferior ao valor médio imposto contra outras instituições ou contra as pessoas jurídicas não financeiras.

Por fim, é possível afirmar que nos primeiros anos analisados havia uma maior tendência de aplicação das multas às pessoas jurídicas não financeiras, as quais também tinham que despender maior volume monetário para pagamento das multas, que possuíam um valor médio bastante elevado. Contudo, nos últimos anos, verificou-se o aumento de aplicação de multas às pessoas físicas, contra as quais foram impostos valores médios menores do que aqueles aplicados contra as instituições financeiras. Salienta-se que não existe um padrão nos valores das multas, posto que o Banco Central avalia cada caso concreto e aplica os valores de acordo com as particularidades e irregularidades verificadas.

O Gráfico 8 apresenta os tipos de processo, sendo considerados apenas os processos de fluxo de capitais⁷, cambiais⁸ e financeiros⁹, tendo em vista que foram os que mais ensejaram a aplicação das multas nos últimos anos. Destaca-se, no entanto, que no ano de 2017 não foi registrado nenhum processo cambial.

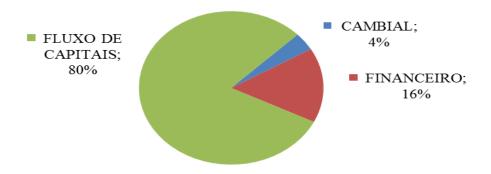
⁷ Processos relacionados ao descumprimento de normas relativas ao fluxo de capitais internacional, ou seja, pessoas físicas ou jurídicas que possuem ativos no exterior e não os declararam dentro dos prazos e condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

⁸Processos que decorrem de operações de câmbio ilegítimas, ou seja, operações cambiais não autorizadas que tem como objetivo a evasão de divisas. Além disso, o Decreto n. 23.258/33 estabelece que: "Art. 1º São consideradas operações de câmbio ilegítimas as realizadas entre bancos, pessoas naturais ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas no país, com quaisquer entidades do exterior, quando tais operações não transitem pelos bancos habilitados a operar em câmbio, mediante prévia autorização da fiscalização bancária a cargo do Banco do Brasil. Art. 2º São também consideradas operações de câmbio ilegítimas as realizadas em moeda brasileira por entidades domiciliadas no país, por conta e ordem de entidades brasileiras ou estrangeiras domiciliadas ou residentes no exterior. Art. 3º É passível de penalidade o aumento de preço de mercadorias importadas para obtenção de coberturas indevidas".

⁹Processos referentes a ilícitos financeiros, como a "lavagem" e ocultação de bens, direitos e valores, regulamentada pela Lei n. 9.613/98, além de outras infrações como o descumprimento da obrigação de enviar informações e manter os cadastros atualizados no Banco Central, o exercício de atividades de gerência sem a autorização do Bacen, dentre outros ilícitos previstos na Lei n. 7.492/86.

Gráfico 8 - Tipo de processo multas (2008 a 2017)

TIPO DE PROCESSO - MULTAS (2008 - 2017)



Fonte: Bacen, 2018.

O Gráfico 8 indica, ainda, que 80% das multas aplicadas foram decorrentes de processos relacionados aos fluxos de capitais. Observa-se que a maioria desses processos se refere à manutenção de contas no exterior por pessoas físicas ou pessoas jurídicas não financeiras que não declararam, nos termos e prazos fixados pelo Banco Central, a existência de recursos em contas fora do país.

Tabela 3 - Recursos julgados pelo Conselho de Recursos do SFN (a partir de 01.01.2011)

Penas de inabilitação, suspensão e proibição para atuar aplicadas a partir de 01.01.2011 - recursos julgados pelo CRSFN - Posição de 01/11/2018 Resultado Quant. % Decisões confirmadas 645 75,4% Decisões modificadas - aumento do prazo de afastamento 0 0% Decisões modificadas - convolação em advertência 9 1,1% Decisões modificadas - convolação em arquivamento 26 3,0% Decisões modificadas - convolação em multa 66 7,7% Decisões modificadas - convolação em suspensão 0 0% Decisões modificadas - redução do prazo de afastamento 108 12,6% Outros (nulidade/extinção) 1 0,1% Total 855 100%

Fonte: Bacen, 2018.

Importante destacar que todas as infrações que resultaram em proibições para atuar foram decorrentes de processos financeiros, assim como, considerando-se apenas os três processos apontados, todas as advertências. Já as inabilitações, em sua grande maioria originaram-se de processos financeiros, e parcela ínfima decorreu de processos cambiais.

A Tabela 3 expõe os dados das decisões que aplicaram inabilitações, suspensões ou proibições para atuar, a partir de 2011, e que foram recorridas ao Conselho de Recursos de SFN, mostrando o resultado obtido após o julgamento em 2ª instância.

A Tabela 3 retrata que 75,4% das decisões recorridas foram confirmadas em 2ª instância. Das que foram modificadas, observa-se que a maioria delas, 12,6%, beneficiou o infrator, porquanto reduziu o prazo de seu afastamento. Destaca-se que nenhum recurso resultou em piora ao apenado, ou seja, em nenhum caso ocorreu aumento do prazo do seu afastamento. Ademais, 7,7% das decisões de inabilitação, suspensão ou proibição para atuar foram convertidas em multas e 3% foram arquivadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema financeiro apresenta um risco inerente ao setor, que é o risco sistêmico. Esse ocorre em razão das externalidades negativas que podem surgir quando uma instituição financeira quebra. Isso porque, quando possuem confiança de que os bancos honrarão seus compromissos, os agentes econômicos são indiferentes entre manter moeda legal ou realizar depósitos. Porém, a falência de um banco acaba criando desconfianças nos agentes, os quais promovem as corridas bancárias, a fim de sacarem os seus recursos o mais rápido possível. Assim, este fenômeno acaba contagiando, portanto, outras instituições, podendo, inclusive, causar impactos negativos em toda uma economia.

Na finalidade de minimizar o risco sistêmico, bem como as assimetrias informacionais, e garantir maior solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional, o Estado deve intervir, por meio do Banco Central, o qual tem como atribuição realizar a regulação, a fiscalização e o monitoramento das instituições financeiras. A regulação exercida pelo Bacen pode ser: sistêmica, na qual já foram verificadas fragilidades em alguma instituição financeira e a mesma é realizada para não deixar que haja o seu alastramento a outras entidades ou; prudencial, cujos mecanismos utilizados são preventivos à ocorrência de crises.

O Bacen, na qualidade de órgão supervisor, deve, portanto, fiscalizar o cumprimento das normas e adequações exigidas. No entanto, caso verifique alguma irregularidade ele pode instaurar processo administrativo disciplinar e aplicar as penalidades que entender necessárias para que o infrator se abstenha de praticar atos que coloquem em risco a estabilidade do SFN.

Diante disto, o presente trabalho analisou os históricos das penalidades aplicadas pelo Bacen, contra as instituições que descumprem as normas e recomendações existentes. É

possível concluir que as multas foram os tipos de penas que mais utilizadas no período de 2008 a 2017. As segundas penalidades mais aplicadas foram as inabilitações, seguidas das advertências e, por último das proibições para atuar.

Dentre os tipos de instituição que receberam as penalidades, verificou-se que as advertências e inabilitações em sua maioria foram aplicadas contra as cooperativas, que eram, até dezembro de 2017, o tipo de instituição em funcionamento em maior número no cenário nacional. Ademais, todas as proibições para atuar foram impostas em desfavor dos auditores independentes.

No que se refere às multas, foi possível observar que as pessoas físicas foram as que mais foram penalizadas, seguidas das pessoas jurídicas não financeiras. Além disso, observou-se um aumento nos últimos anos de aplicação desta pena para as pessoas físicas, sendo que 2017 apresentou o maior número de multas do período em questão. Por outro lado, verificou-se uma redução, ao longo do intervalo estudado, da quantidade de multas aplicadas contra as pessoas jurídicas não financeiras.

Importante ressaltar, ainda, que apesar do ano de 2017 ter registrado a maior quantidade de multas impostas, esse ano foi o que obteve o menor valor total das multas até então. Um dos motivos para isso é o de que quase a totalidade dessas multas foi imposta às pessoas físicas, sendo possível extrair daí que o valor médio de multas aplicadas contra essas pessoas é inferior àquele imposto a outras instituições.

A maioria dos processos que resultara em multas decorreu de processos de fluxos de capitais. Já os processos de advertência e proibição para atuar foram processos financeiros, assim como, os que tiveram como resultado a inabilitação, constatando-se apenas uma pequena quantidade de processos cambiais que inabilitaram os infratores.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução n. 3.859, de 27 de maio de 2010. **Altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito**. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859_v4_p.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Recomendações de Basiléia**. 2018a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/basileia.asp. Acesso em: 21 out. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sobre os processos administrativos sancionadores no Banco Central do Brasil.2018b. Disponível em:

https://www4.bcb.gov.br/fis/pad/port/menu/processoadministrativo.asp. Acesso em: 31 nov. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relação de instituições em funcionamento no país.** 2018c. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/fis/info/instituicoes.asp?idpai=INFCAD. Acesso em 11 dez. 2018.

BRASIL. Decreto n. 23.258, de 19 de outubro de 1933. **Dispõe sobre as operações de câmbio, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23258.htm. Acesso em: 9 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. **Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/LEIS/L6024.htm. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 7.492, de 16 de junho de 1986. **Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7492.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987. **Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2321.htm. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998. **Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9613.htm. Acesso em 9 dez. 2018.

BRASIL. Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013. **Dispõe sobre as contribuições a serem pagas pelas instituições associadas, as condições para dispor da garantia especial, os tipos de instituições associadas e o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Nor mativos/Attachments/48942/Res_4222_v8_P.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017. **Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários** e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13506.htm. Acesso em: 24 out. 2018.

CARVALHO, F. J. C. Inovação financeira e regulamentação prudencial: da regulação de liquidez aos Acordos de Basileia. In: SOBREIRA, R. (Org.). **Regulação financeira e bancária.** São Paulo: Editora Atlas, 2005. p. 121-139. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/inovacao_financeira_e_regulacao.pdf. Acesso em 15 nov. 2018.

CARVALHO, F. J. C. *et al.* **Economia monetária financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 – 9a reimpressão.

CARVALHO, F. J. C. **Reformas financeiras para apoiar o desenvolvimento**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1532.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.

MISHKIN, F. S. Prudential supervision: why is it important and what are the issues. In: MISHKIN, F. S. (Org.) **Prudential supervision**: what works and what doesn't. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

YAZBEK, O. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ANEXO I – PENALIDADES APLICADAS POR ANO (2008 A 2017)

Tabela 1 – Penalidades aplicadas no ano de 2008

	Penalidades a	aplicadas no ano de	2008			
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	PROIBIÇÃO PARA ATUAR	Total
Auditores Independentes	0	0	0	4	4	8
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	14	41	23	0	78
Bancos de Investimento / Desenvolvimento	0	1	8	2	0	11
Consórcios	0	1	0	6	0	7
Cooperativas	7	32	148	51	0	238
Corretoras	0	0	2	1	0	3
Crédito Imobiliário	0	1	2	1	0	4
Distribuidoras	0	0	2	2	0	4
Financeiras	1	2	2	0	0	5
Mercado Marginal - Consórcio	0	0	0	1	0	1
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	346	0	1419	0	1765
Pessoas Físicas	0	4	0	7	0	11
Ilícitos cambiais						
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	0	0	2	0	2
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	8	0	22	0	30
Pessoas Físicas	0	0	0	3	0	3
Total	8	409	205	1544	4	2170

Fonte: Bacen, 2018.

Tabela 2 – Penalidades aplicadas no ano de 2009

Penalidades aplicadas no ano de 2009									
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	PROIBIÇÃO PARA ATUAR	Total			
Arrendamento Mercantil	0	1	0	0	0	1			
Auditores Independentes	0	0	0	1	1	2			
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	4	34	7	0	45			
Bancos de Investimento / Desenvolvimento	3	0	4	4	0	11			
Consórcios	0	0	0	12	0	12			
Cooperativas	7	16	71	20	0	114			
Corretoras	0	0	5	3	0	8			
Distribuidoras	0	0	1	2	0	3			
Financeiras	0	2	0	0	0	2			
Mercado Marginal - Consórcio	0	0	0	3	0	3			
Mercado Marginal - Lei 4.595	0	2	0	0	0	2			
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	233	0	631	0	864			
Pessoas Físicas	0	3	0	8	0	11			
Ilícitos cambiais									
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	1	0	20	0	21			
Pessoas Físicas	0	0	0	1	0	1			
Total	10	262	115	712	1	1100			

Tabela 3 – Penalidades aplicadas no ano de 2010

	Penalidades aplicadas no ano de 2010									
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	Total					
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	7	29	23	59					
Bancos de Investimento / Desenvolvimento	0	4	4	2	10					
Consórcios	0	0	0	4	4					
Cooperativas	14	4	91	54	163					
Corretoras	1	2	2	2	7					
Distribuidoras	1	0	1	3	5					
Financeiras	0	0	2	1	3					
Mercado Marginal - Consórcio	0	0	0	2	2					
Mercado Marginal - Lei 4.595	0	0	0	2	2					
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	250	0	619	869					
Pessoas Físicas	0	8	0	62	70					
Ilícitos cambiais										
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	1	0	5	6					
Total	16	276	129	779	1200					

Tabela 4 – Penalidades aplicadas no ano de 2011

	Penalidades aplicadas no ano de 2011										
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	PROIBIÇÃO PARA ATUAR	Total					
Auditores Independentes	0	3	0	1	1	5					
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	34	36	13	0	83					
Consórcios	0	0	0	15	0	15					
Cooperativas	24	21	253	40	0	338					
Corretoras	0	0	0	3	0	3					
Crédito Imobiliário	0	1	2	2	0	5					
Distribuidoras	3	0	2	3	0	8					
Financeiras	0	0	0	4	0	4					
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	6	0	29	0	35					
Pessoas Físicas	0	6	0	156	0	162					
Ilícitos cambiais											
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	2	0	6	0	8					
Total	27	73	293	272	1	666					

Fonte: Bacen, 2018.

Tabela 5 – Penalidades aplicadas no ano de 2012

1						
	Penalidad	les aplicadas no an	o de 2012			
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	PROIBIÇÃO PARA ATUAR	Total
Auditores Independentes	0	0	0	2	2	4
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	23	78	55	0	156
Bancos de Investimento / Desenvolvimento	7	2	14	15	0	38
Consórcios	4	2	0	13	0	19
Cooperativas	26	44	340	25	0	435
Corretoras	0	7	14	9	0	30
Distribuidoras	1	1	17	9	0	28
Financeiras	0	3	7	4	0	14
Mercado Marginal - Consórcio	0	0	0	2	0	2
Mercado Marginal - Lei 4.595	0	0	0	2	0	2
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	9	0	70	0	79
Pessoas Físicas	0	1	0	87	0	88
Ilícitos cambiais						
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	0	0	1	0	1
Pessoas Físicas	0	0	0	2	0	2
Total	38	92	470	296	2	898

Tabela 6 – Penalidades aplicadas no ano de 2013

	Penalidad	es aplicadas no an	o de 2013			
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	PROIBIÇÃO PARA ATUAR	Total
Auditores Independentes	0	2	0	1	3	6
Bancos - Comercial / Múltiplo	5	5	13	65	0	88
Bancos de Investimento / Desenvolvimento	0	0	0	3	0	3
Consórcios	0	0	0	16	0	16
Cooperativas	16	31	172	33	0	252
Corretoras	0	0	3	3	0	6
Crédito Imobiliário	0	0	0	3	0	3
Financeiras	0	5	10	7	0	22
Mercado Marginal - Lei 4.595	0	0	0	2	0	2
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	218	0	196	0	414
Pessoas Físicas	0	9	0	204	0	213
Ilícitos cambiais						
Corretoras	0	0	0	4	0	4
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	0	0	12	0	12
Pessoas Físicas	0	0	0	9	0	9
Total	21	270	198	558	3	1050

Tabela 7 – Penalidades aplicadas no ano de 2014

		es aplicadas no an				
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	PROIBIÇÃO PARA ATUAR	Total
Auditores Independentes	0	1	0	8	11	20
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	3	49	14	0	66
Consórcios	4	0	5	12	0	21
Cooperativas	16	107	250	186	0	559
Corretoras	0	0	9	14	0	23
Distribuidoras	0	0	0	2	0	2
Mercado Marginal - Lei 4.595	0	0	0	2	0	2
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	25	0	122	0	147
Pessoas Físicas	0	10	0	306	0	316
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	0	0	0	3	0	3
Ilícitos cambiais						
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	1	0	0	0	1
Corretoras	0	1	3	1	0	5
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	1	0	29	0	30
Pessoas Físicas	0	7	0	81	0	88
Total	20	156	316	780	11	1283

Fonte: Bacen, 2018.

Tabela 8 – Penalidades aplicadas no ano de 2015

	Penalidad	les aplicadas no an	o de 2015			
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	PROIBIÇÃO PARA ATUAR	Total
Auditores Independentes	0	0	0	1	1	2
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	2	8	38	0	48
Bancos de Investimento / Desenvolvimento	0	2	1	1	0	4
Caixas	3	0	1	11	0	15
Consórcios	0	1	7	17	0	25
Cooperativas	9	21	100	35	0	165
Corretoras	0	5	15	42	0	62
Distribuidoras	0	0	1	2	0	3
Financeiras	0	0	12	1	0	13
Mercado Marginal - Lei 4.595	0	1	0	1	0	2
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	19	0	130	0	149
Pessoas Físicas	0	20	2	785	0	807
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	0	0	0	2	0	2
Ilícitos cambiais						
Corretoras	0	0	4	1	0	5
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	0	1	61	0	62
Pessoas Físicas	0	0	0	1	0	1
Total	12	71	152	1129	1	1365

Tabela 9 – Penalidades aplicadas no ano de 2016

	Penalidades aplicadas no ano de 2016									
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	Total					
Arrendamento Mercantil	0	0	0	2	2					
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	1	10	14	25					
Bancos de Investimento / Desenvolvimento	0	0	10	1	11					
Consórcios	0	2	3	11	16					
Cooperativas	19	15	112	53	199					
Corretoras	2	0	18	17	37					
Distribuidoras	0	1	1	3	5					
Financeiras	0	0	4	15	19					
Mercado Marginal - Lei 4.595	0	25	0	22	47					
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	4	0	71	75					
Pessoas Físicas	0	4	2	1016	1022					
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	0	0	0	5	5					
Ilícitos cambiais										
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	1	0	2	3					
Total	21	53	160	1232	1466					

Tabela 10 – Penalidades aplicadas no ano de 2017

Penalidades aplicadas no ano de 2017									
Tipo de instituição	ADVERTÊNCIA	ARQUIVAMENTO	INABILITAÇÃO	MULTA	Total				
Bancos - Comercial / Múltiplo	0	0	0	22	22				
Consórcios	0	0	0	2	2				
Cooperativas	4	1	5	3	13				
Pessoa Jurídica Não Financeira	0	5	0	236	241				
Pessoas Físicas	0	14	0	2101	2115				
Ilícitos cambiais									
Total	4	20	5	2364	2393				

Fonte: Bacen, 2018.

ANEXO II – VALOR DAS MULTAS APLICADAS POR ANO (2008 A 2017) EM TERMOS REAIS PARA CADA INSTITUIÇÃO

Tabela 1 - Valor das multas aplicadas em termos reais (2008 a 2012) – Base em 2008

VALOR DAS MULTAS APLICADAS EM TERMOS REAIS (2008 - 2012) - BASE EM 2008							
TIPO DE INSTITUIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012		
ARRENDAMENTO MERCANTIL	X	X	X	X	X		
AUDITORES INDEPENDENTES	950.000,00	23.967,02	X	84.993,85	521.976,56		
BANCOS - COMERCIAL/MÚLTIPLOS	4.425.946,84	479.340,43	1.760.583,76	1.551.980,84	10.028.226,77		
BANCOS DE INVESTIMENTO/DESENVOLVIMENTO	125.000,00	191.736,17	90.518,45	X	698.645,55		
CAIXAS	X	X	X	X	X		
CONSÓRCIOS	214.456,21	275.879,99	342.625,53	789.291,20	874.527,90		
COOPERATIVAS	1.141.121,37	95.985,08	315.319,47	298.096,84	193.532,85		
CORRETORAS	100.000,00	96.395,36	113.148,06				
CRÉDITO IMOBILIÁRIO	50.000,00		X	594.956,92			
DISTRIBUIDORAS	202.252,53	210.909,79	234.850,11	183.648,61	818.941,08		
FINANCEIRAS	X	X	90.518,45	224.141,70	562.920,16		
MERCADO MARGINAL (CONSÓRCIOS)	100.000,00	132.250,02	316.814,56	X	280.261,26		
MERCADO MARGINAL	X	X	452.592,23	X	401.520,43		
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	90.028.844,80			301.248,12	631.177,51		
PESSOAS FÍSICAS	113.789,83	306.390,75	692.983,26	790.772,22	1.006.523,34		
SOCIEDADES DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR	X	X	X	X	X		
ILÍCITOS CAMBIAIS							
BANCOS - COMERCIAL/MÚLTIPLOS	220.000,00	X	X	X	X		
CORRETORAS	X	X	X	X	X		
PESSOA JUŖÍDICA NÃO FINANCEIRA		258.175.045,47	18.141.133,93	16.306.365,74	3.201,72		
PESSOAS FÍSICAS	142.173,59	,	X	X	40.152,04		
TOTAL	359.567.002,37	305.069.777,31	30.873.289,84	21.205.050,28	16.916.750,86		

Fonte: Bacen, 2018. Elaboração Própria.

Tabela 2 - Valor das multas aplicadas em termos reais (2013 a 2017) – Base em 2008

VALOR DAS MULTAS APLICADAS EM TERMOS REAIS (2013 - 2017) - BASE EM 2008							
TIPO DE INSTITUIÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017		
ARRENDAMENTO MERCANTIL	X	X	X	121.150,70	X		
AUDITORES INDEPENDENTES	379.114,75	1.075.957,66	321.927,69	X	X		
BANCOS - COMERCIAL/MÚLTIPLOS	5.535.075,38	758.514,53	1.666.303,92	45.247.583,11	1.243.600,36		
BANCOS DE INVESTIMENTO/DESENVOLVIMENTO	170.601,64	X	64.385,54		X		
CAIXAS	X	X	708.240,91	X	X		
CONSÓRCIOS	1.122.126,54	1.145.128,50	1.354.534,72	1.176.321,76	24.485,47		
COOPERATIVAS	233.534,69	2.768.275,18	1.523.057,94	1.393.233,01	71.784,29		
CORRETORAS	17.094.438,76	70.166.123,65	365.576.231,02	18.004.900,96	X		
CRÉDITO IMOBILIÁRIO	227.468,85	X	X	X	X		
DISTRIBUIDORAS	X	78.381,02	786.830,23	17.095.560,58	X		
FINANCEIRAS	1.213.167,21	X	64.385,54	1.105.500,11	X		
MERCADO MARGINAL (CONSÓRCIOS)	X	X	X	X	X		
MERCADO MARGINAL	379.114,75	356.277,37	160.963,84	30.545.139,00	X		
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	1.660.822,78	1.204.986,93	939.735,65	685.764,36	1.580.598,46		
PESSOAS FÍSICAS	1.384.671,34	1.687.034,87	2.732.681,02	4.389.177,58	7.514.639,70		
SOCIEDADES DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR	X	71.255,47	28.973,49	118.121,93	X		
ILÍCITOS CAMBIAIS							
BANCOS - COMERCIAL/MÚLTIPLOS	X	X	X	X	X		
CORRETORAS	596.033,48	142.510,95	48.289,15	X	X		
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	21.635.341,24	47.109.525,51	100.829.494,92	867.456,56	X		
PESSOAS FÍSICAS	8.318.030,68		,		X		
<u>TOTAL</u>	59.949.542,08	142.156.234,76	476.857.618,17	120.810.484,99	10.435.108,28		

Fonte: Bacen, 2018. Elaboração Própria.

O processo de internacionalização de empresas de tecnologia de informações: o caso do *LinkedIn*

Gabriel Guimarães Raupp* Fernando Seabra**

Resumo

O objetivo é analisar as principais teorias referentes à internacionalização de empresas e modos de entrada em mercados e verificar como estas formulações explicam o crescimento de empresas de tecnologia da informação, com enfoque no *LinkedIn*. Procede-se, assim, uma breve resenha das teorias sobre a internacionalização de empresas. Em seguida, descreve-se a história de crescimento do *LinkedIn* em relação ao seu ingresso e expansão no mercado internacional. Com base na revisão teórica e na trajetória de internacionalização, avalia-se a aderência das teorias em relação a experiência da empresa. Embora algumas abordagens expliquem parcialmente a expansão do *LinkedIn*, os princípios *born* global são os que melhor explicam tal trajetória. O curto espaço de tempo antes da internacionalização, o caráter inovativo das plataformas social e profissional e a rápida expansão dos investimentos diretos externos confirmam a aplicabilidade dessa abordagem teórica ao caso do *LinkedIn*.

Palavras-chave: internacionalização; born global; LinkedIn

The process of internationalization of information technology companies: the case of LinkedIn

Abstract

The objective of this paper is to analyze the main theories regarding the internationalization of companies and entry modes into new markets, and to verify how these formulations can explain the growth of information technology companies, such as LinkedIn. In this context, we provide a brief survey of the main theories about the internationalization of companies and their processes to the international markets. Based on the literature review and the internationalization trajectory, we evaluate the adherence of these theoretical approaches to the company experience. Although some approaches partially explain LinkedIn expansion to international markets, the main traits of the born global company approach are the ones that explain best the LinkedIn experience. The short period of time before internationalization, the innovative character of the social and professional platform developed by LinkedIn and the rapid expansion of foreign direct investment confirm the adherence of this theory to the case of LinkedIn.

Keywords: internationalization; born global; LinkedIn **JEL**: D25; L24

^{*} Bacharel em Relações Internacionais junto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: gabrielgraupp@hotmail.com

^{**} Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fseabra@ufsc.br

1 Introdução

A internacionalização de uma empresa, do ponto de vista conceitual, depende fundamentalmente do envolvimento dessa empresa com o mercado de um país diferente daquele em que o empreendimento se originou (VIANNA; ALMEIDA, 2012). Em geral, a determinação sobre como uma empresa se internacionaliza, desde seu modo de entrada até o modo de disponibilizar seus produtos no exterior, vai depender de suas motivações e de seus objetivos ao adentrar um outro mercado (CARNEIRO; DIB; 2006).

As empresas, historicamente, se internacionalizam a partir da busca de novos mercados para seus bens e serviços, tornando-se exportadoras. Alternativamente, ou mesmo em uma etapa subsequente, as empresas tornam-se multinacionais, deslocando parte de seus ativos para produzir em mercados de outros países. A natureza do bem ou serviço ofertado, portanto, pode influenciar no grau e na rapidez do processo de internacionalização.

Nesse sentido, a decisão de internacionalização assume características específicas no contexto de empresas de tecnologia da informação (TI). O rápido crescimento dessas empresas em âmbito global nesses últimos 50 anos pode ser creditado principalmente ao surgimento da internet e a expansão dos negócios virtuais (ITA, 2015).

Nesse nicho de empresas de TI, o objeto do presente estudo é o *LinkedIn*: a maior rede social profissional do mundo. O objetivo é, primeiro, examinar as principais formulações teóricas sobre a internacionalização de firmas e seu processo de crescimento internacional e, então, analisar a aplicação destas abordagens teóricas para a compreensão do processo de internacionalização e expansão do *LinkedIn*.

O restante do estudo está organizado em uma revisão das teorias de internacionalização, com ênfase à aplicação aos casos de empresas de TI (seção 2), uma avaliação do histórico de internacionalização do *LinkedIn* (seção 3) e, nas seções 4 e 5, respectivamente, a análise dos resultados da adequação das abordagens ao estudo de caso (*LinkedIn*) e as considerações finais.

2 Razões para a internacionalização: tratamento teórico

A internacionalização de uma empresa é um processo que envolve um mercado de um país diferente do qual o empreendimento se originou com esta mesma empresa (VIANNA; ALMEIDA, 2012). O estudo mais sistemático da estratégia internacional das

empresas ganha importância a partir da segunda metade do século XX e, principalmente, a partir dos anos 1980, em que muitas corporações mudam sua orientação de crescimento para o sentido internacional, deixando suas características multisetoriais e domésticas, para aderir ao mercado global (MALHOTRA; AGARWAL; ULGADO, 2003).

A motivação e as escolhas estratégicas para o avanço internacional de uma empresa podem variar de acordo com as peculiaridades de cada empreendimento e dos perfis dos tomadores de decisão dentro de tais companhias. Nesse sentido, as abordagens teóricas voltadas à internacionalização de empresas e suas estratégias de entrada nos mercados estrangeiros são distintas quanto a sua natureza e aos fatores determinantes.

Neste sentido, nas subseções, a seguir, procedem-se breves revisões das principais contribuições à teoria de internacionalização; a saber: (2.1) Teoria do ciclo internacional de vida do produto; (2.2) Teoria da internacionalização da Universidade de Uppsala; (2.3) Teoria das imperfeições de mercado; (2.4) Teoria do recurso e vantagem; (2.5) Teoria da vantagem do primeiro a atuar; (2.6) Teoria da análise de custo de transação; e (2.7) Teoria das empresas *Born* Global.

2.1Teoria do ciclo internacional de vida do produto (IPLC Theory)

A Teoria do ciclo internacional de vida do produto tem como preocupação central as razões de surgimento de uma determinada produção em uma determinada região e como essa se desenvolve, ganhando escala e mercados em outras regiões do mundo (PESSOA e MARTINS, 2007).

Formulada inicialmente por Vernon e seus associados (1966, 1971, 1976), e tendo como área de estudo o mercado estadunidense, a teoria postula quatro fases nas quais se deve encaixar o ciclo de comercialização internacional da maior parte dos produtos comercializados (MALHOTRA; AGARWAL; ULGADO; 2002).

Os quatro estágios defendidos pela IPLC são: (1) o produto em questão é produzido e exportado de forma majoritária pelos Estados Unidos da América (EUA) para outros países; (2) com a presença do produto em outros mercados, o item começa a ser produzido e copiado por outras empresas também em outras localidades; (3) com tal fabricação fora do território doméstico (no caso, EUA), as empresas norte-americanas começam a ter competição externa com as empresas que também desenvolvem o produto em questão,

mesmo que sua réplica ou cópia; e por fim, (4) no quarto estágio, as empresas americanas que inicialmente fabricavam o produto continuam a enfrentar a competição com empresas estrangeiras, mas dessa vez em território americano, haja vista que estas começam a exportar para os EUA (VERNON, 1966). No último estágio, a produção americana começa a cair, por conta da produção externa acompanhada pela incorporação do produto estrangeiro ao mercado estadunidense, conforme ilustrado na Figura 1 (ajustada a partir de Ball *et al.* (2004).

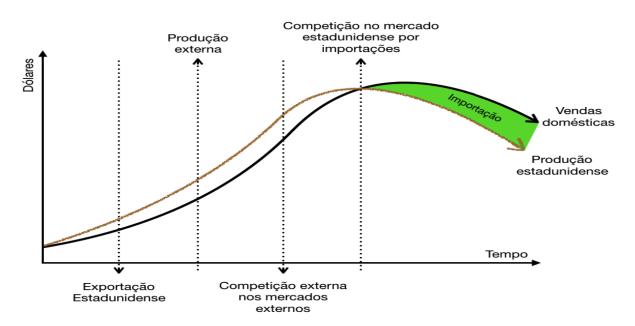


Figura 1 – Ilustração do Ciclo Internacional de Vida do Produto (IPLC Theory)

Fonte: Elaboração pelos autores com base em Ball et al, (2004)

Embora o argumento dos quatro passos da teoria continue válido, do ponto de vista acadêmico, pesquisadores como Toyne e Walters (1993) defendem a redução das regras para apenas três, englobando as duas primeiras em uma grande regra que aborda a vantagem norte-americana no desenvolvimento dos produtos.

Embora a IPCL continue entre as mais importantes formulações sobre o assunto, a teoria foi criticada por conta da carência de dados utilizados em sua formulação: um único país central (EUA), agregados do setor industrial e estatísticas do comércio internacional (AYAL, 1981).

2.2 Teoria da internacionalização da Universidade de Uppsala

O modelo de (internacionalização da Universidade de) Uppsala baseia-se em uma análise indutiva a partir de observações de diversas empresas suecas nas décadas de 1960 e 1970. O principal argumento dessa abordagem é o paradigma comportamental, de aprendizagem que as empresas ainda não internacionalizadas realizavam em relação às grandes empresas já inseridas nos mercados internacionais. Esses processos de aderência estratégica a empresas bem-sucedidas tendem a ocorrer entre países psicologicamente semelhantes, do ponto de vista de suas lideranças empresariais (JOHANSON; VAHLNE, 1990).

Como nos assegura Johanson e Vahlne (1977), a Teoria de Uppsala divide o processo de internacionalização a um mercado estrangeiro de uma empresa em 4 estágios principais, nos quais: inicialmente (1) a empresa não faz exportações e não possui ativos e produção de seu bens no mercado internacional; depois (2) a firma começa a fazer sua exportação através de agentes terceiros; logo (3) a corporação estabelece uma ou mais sucursais de vendas no estrangeiro; e por fim, em alguns casos, (4) inicia sua produção no país hospedeiro. Esses 4 estágios estão esquematizados na Figura 2. Deve-se notar que a hipótese de internacionalização gradual está explícita tanto em relação ao grau de comprometimento da empresa ao mercado externo quanto à expansão geográfica da internacionalização, que se inicia com países vizinhos, psiquicamente próximos, até nações distantes.

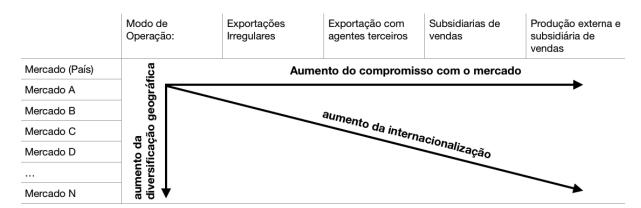


Figura 2 – O processo de internacionalização do modelo de Uppsala

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Forsgren and Johanson, 1975, p. 16.

Na teorização é aplicada grande importância ao conhecimento, que é tido por Von Krogh, Ichijo e Nonaka (2001) como um diferencial estratégico e competitivo. Esse é levado em consideração no que tange à distância psíquica e é componente chave do processo de expansão segundo o modelo de Uppsala. Tal conhecimento é tido como um processo incremental da firma, que visa o crescimento não só quantitativo da empresa, porém também qualitativo, visto que o comprometimento com o aprendizado e os benefícios trazidos por esse às etapas do crescimento externo da empresa estimulam o desenvolvimento da própria empresa.

A Teoria de Uppsala permite analisar o processo de expansão de empresas, porém não é válida para todos os segmentos de firmas, principalmente por não considerar a interdependência que se desenvolve com a globalização e que existe entre mercados de diferentes regiões (JOHANSON; MATTSON, 1986).

2.3 Teoria das imperfeições de mercado

A teoria das imperfeições de mercado, proposta por Hymer (1976), aborda as imperfeições e diferenciações entre mercados como catalizadores do processo de investimento direto externo. Bem como no modelo de Uppsala, o conhecimento tem grande importância para a proposição de Hymer.

Essa abordagem defende que, ao entrar em um mercado estrangeiro, empresas são prejudicadas devido aos custos provenientes em lidar com o novo cenário, desta vez internacional (Hymer, 1976). De acordo com Andersen, Ahmad e Chan (2014), nesses custos relacionados ao início de um negócio no estrangeiro estão incluídas despesas por adquirir informações sobre cultura, política, diferenças entre os mercados e seus consumidores, economia, modelo de governo, taxas e impostos. Para superar tais custos e tornar os investimentos lucrativos, os autores alegam que as firmas que se internacionalizam devem utilizar recursos próprios ou de terceiros, para de modo independente ou associado com instituições do país estrangeiro (ANDERSEN; AHMAD; CHAN, 2014), adquirir vantagens competitivas em relação a outras empresas que já atuem naquele mercado alvo (MALHOTRA, AGARWAL E ULGADO, 2003).

Por essas razões, pode se argumentar que o investimento direto externo de empresas é um modo de superar as imperfeições de mercado, dadas por barreiras à entrada ao mercado estrangeiro. Investindo em sua internacionalização, uma empresa visa superar deficiências tais quais: custos de transação por operações internacionais; incertezas e riscos nos mercados estrangeiros; e suplantar distorções de mercado criadas por governos. Investindo nesses novos mercados, portanto, é esperado que as empresas que se internacionalizam possam utilizar-se de bens públicos (por exemplo, melhores condições de infraestrutura), explorar novas economias (mercados ampliados pelos seus produtos) e desviar-se de riscos (políticos ou mesmo de cópia de seu produto) (DUNNING, 1993).

2.4 Teoria do recurso e vantagem (R.A. Theory)

A teoria dos recursos e vantagens parte do pressuposto de que as firmas podem possuir vantagens comparativas, de acordo com seus recursos e habilidades internas. Dessa forma, Andersen (1997) articula que uma firma deve aproveitar suas características exclusivas e suas vantagens relativas as outras companhias quando decide entrar em um mercado estrangeiro.

Tamir Gedo (2011) adiciona que caso a vantagem comparativa que uma empresa possui seja derivada da área tecnológica ou de produtos cujos consumidores são fiéis, o modo de entrada que mais adequado seria através de agentes locais que prontamente conhecem o mercado. Contudo, se a vantagem comparativa for proveniente de conhecimento não formalmente expresso e não transferível, a internalização da empresa no mercado estrangeiro seria preferível para a firma. Ainda, Gedo (2011) argumenta que, caso a empresa não tenha os recursos ou conhecimentos para a penetração em um mercado de outro país, seria preferível encontrar um parceiro comercial que complemente sua necessidade.

Dessa forma, a heterogeneidade das firmas explica o motivo de diferentes empresas terem diferentes resultados em seus processos de expansão. Destarte, identificando suas vantagens comparativas, de acordo com a teoria de RA, uma empresa pode explorar e desenvolver sua capacidade de expandir seus negócios em relação a mercados externos. No entanto, como defende Andersen (1997), o modo específico de entrada no mercado alvo vai depender dos tipos de vantagens que a empresa considera ter.

2.5 Teoria da vantagem do primeiro a atuar

Essa abordagem argumenta que uma empresa tem vantagem quando se estabelece de forma pioneira um investimento internacional em um mercado externo determinado (SUAREZ; LANZOLLA, 2008). Contudo, conforme ilustra Lanzolla e Suarez (2008), a evidência indica que nem sempre o fato de uma empresa ser a primeira em um mercado, confere a ela, tais vantagens. Ter muitos recursos financeiros e ferramentas para lançar-se no mercado internacional não garante o sucesso de uma empresa. Existem diversos exemplos de empreendimentos que tiveram sucesso sendo pioneiras, como a Sony, a Kleenex e o eBay. De igual maneira, há também exemplos de firmas que tiveram fracasso desde seu lançamento, como a Ampex e a MITS (KERIN et al, 2013).

Portanto, ser uma empresa pioneira não garante o sucesso. Com relação aos tipos de pioneirismos que as empresas podem apresentar, eles podem ser classificados, de acordo com Cleff e Rennings (2012), como de curta duração ou durável. Em geral, quando uma empresa consegue ter um pioneirismo durável, os lucros que essa empresa tem são substanciais, o que a torna uma empresa valiosa aos olhos do mercado, como foi o caso da Nokia (Hill *et al*, 2016).

Como contraponto, Lieberman e Montgomey (1988, apud Kerin, Varadarajan e Peterson, 1992; tradução nossa) alegam que:

> um participante que entra atrasado pode ter muitas diferenças em relação ao primeiro a atuar. Um participante posterior pode obter vantagens de custo e diferenciação decorrentes de custos de menor investimento ou imitação, sem inovação, efeitos de free-rider (quando você não paga pelo desenvolvimento do produto), economias de escopo e aprendizado com os erros do pioneiro. 1

Diante disso, fica evidente que a noção trazida pela teoria do primeiro a atuar é um fenômeno complexo e imprevisível. Considerar que uma empresa pioneira terá vantagens competitivas imutáveis é um fato empiricamente questionável.

¹ A later entrant can affect the magnitude of first-mover advantage in several ways. A later entrant may achieve cost and differentiation advantages arising from lower-imitation costs, free-rider effects, scope economies, and learning from the pioneer's mistakes.

2.6 Teoria dos custos de transação (TCA Theory)

A teoria que analisa os custos de transação foi fundamentada inicialmente por Coase (1937), e afirma que uma empresa tende a se expandir até o ponto em que os custos com uma operação realizada dentro da empresa se tornam iguais aos custos para a realização da mesma transação fora da empresa por meios oferecidos pelo mercado (COASE, 1937 p. 395).

Assim sendo, esta formulação é uma ferramenta de análise do crescimento das firmas em relação aos mercados. Esse crescimento está relacionado com a decisão da firma que está sujeito à minimização do custo de transação. Assim, a firma enfrenta o dilema de ingressar no mercado estrangeiro através da internalização do processo de acesso a esse mercado, o que se dá via criação de subsidiárias, ou através de algum grau de cooperação com empresas externas que já operem no mercado do país hospedeiro (WILLIAMSON, 1985).

Desse modo, a análise dos custos de transação, ponto central da teoria, determina a decisão de investimento da firma. Na alternativa de acessar o mercado externo com parceiro do próprio mercado de destino é uma forma de reduzir os custos com transações, sendo esses os custos de pesquisa, de contratação, de monitoramento e de encargos judiciais (HOLLENSEN, 2008).

2.7 Teoria das empresas *Born Globals*

No final da década de 1980, observou-se nova tendência no que tange à internacionalização de empresas: muitas destas dedicavam seus recursos e investimentos ao mercado internacional desde a fundação ou dos primeiros anos de existência (DIB, 2008). Essas firmas são chamadas *born global*, e contrariam a visão de que empresas se internacionalizam de forma gradual (FIGUEROA; REYNOSO, 2010), como na visão de Uppsala.

Com relação aos tipos primordiais de empresas e suas relações com seu mercado, para o entendimento de uma empresa *born global*, Mariano *et al.* (2016) categoriza cinco formas diferentes de empresas (conforme Tabela 1).

Tabela 1: Tipos de empresas com relação aos seus mercados de atuação

	Tipos de empresas		
Doméstica	A organização atua somente dentro deu seu próprio Estado, se relacionando somente com ele, e com fornecedores nacionais. Em geral, tem domínio do produto que produz a ponto de não buscar nem mesmo tecnologias no exterior.		
Exportadora	Empresas que são bem-sucedidas em âmbito doméstico e dispõe de seus produtos ou serviços em mercados externos, mantendo sua operação no seu país de origem. Na maioria das vezes opera por meio de agentes terceiros.		
Internacional	Empresa com presença física em outros países, onde existe em geral uma matriz e algumas outras sedes, sendo que cada sede é responsável por uma divisão ou diretoria internacional.		
Multinacional	É o estado subsequente de uma empresa internacional, no qual a empresa possui "réplicas" espalhadas internacionalmente em outros países deixando de pertencer a um único país e se		
Global	É o estado mais avançado de uma empresa, em que ela pode possuir sedes fora do seu país de origem. Os recursos e capacidades de empresas globais são organizados de forma que não existem bloqueios ou barreiras nacionais ou regionais em seus produtos, e de modo que estejam sempre em expansão, buscando mercados próximos que competidores ainda não tenham abordado.		

Fonte: Elaboração pelos autores com base no texto de Mariano et al. (2016).

Essa categorização permite entender como uma empresa se internacionaliza, até se tornar uma empresa global. As *born globals* desafiam os padrões de internacionalização até então estabelecidos. Um ponto importante que facilitou o crescimento de tais empresas, segundo ressaltam Oviatt e McDougall (1994), foi a grande demanda mundial por produtos e serviços de nichos especializados, o que abriu as portas do mundo para muitas pequenas e médias empresas, cuja receita bruta anual não passa dos 4,8 milhões de reais (SEBRAE, 2019. Acompanhado disso, ocorreu a facilitação na comunicação, o que permitiu que pequenas e médias empresas gerissem seus negócios de forma simplificada de qualquer lugar do mundo (OVIATT, MCDOUGALL, 1994).

Mariano et. al. (2016) ressaltam que, embora o termo signifique que a empresa nasce global, ela não necessariamente nasce de forma globalizada, mas sim aumenta o seu nível de internacionalização de forma vertiginosa desde sua fundação. As figuras abaixo ilustram as diferenças entre a internacionalização gradual de uma empresa e a internacionalização de empresas *born global*.

Internacionalização gradual

Rápida internacionalização lenta

Mercado doméstico

Tempo (anos)

Born Global

Rápida internacionalização

Fundação

Fundação

Tempo (anos)

Figuras 3 e 4: Performance de empresas com internacionalização gradual versus *Born global*

Fonte: Elaboração pelos autores a partir da obra de Mariano et. al. (2006); apud. Canto, 2013.

Com relação à criação das *born globals*, Dominguinhos e Simões (2001) apresentam que capital, conhecimento intensivo e capacidade empreendedora, aliados a uma ideia distinta ou inovadora em um nicho do mercado global são características fundamentais de *born globals*.

A internacionalização desde o surgimento da empresa é considerada por si só uma inovação (Silva, 2012). Knight e Cavusgil (2004) consideram a inovação como um dos melhores caminhos para que uma empresa se estabeleça dentro de um cenário de alta competitividade. Dessa forma, pode-se associar a expansão de exemplos de empresas *born globals* com o crescimento de inovações que se tornam prerrogativas de empresas em que – independentemente do seu porte – a vantagem competitiva depende do domínio de um segmento tecnológico, de um serviço altamente especializado ou de novos produtos (diferenciados e intensivos em design).

3 Uma avaliação da internacionalização do LinkedIn

O avanço tecnológico mais relevante dos últimos 50 anos está relacionado à redução do custo e ao aumento da rapidez e dos volumes de informações que fluem nos mercados. Esse progresso técnico é influenciado fortemente pelo surgimento da internet e de empresas que operam a partir da rede web, dedicadas a tecnologia do conhecimento e informação,

visando o armazenamento, a produção, a análise, a difusão, o acesso, a segurança e o uso de informações.

Dessa forma, TI está relacionado às redes de computadores e sistemas de informação, abrangendo também outras formas de transmissão de conhecimento e informações como telefonia e mídia. São incluídas, dentro de tais redes e sistemas, uma série de mecanismos, como a internet, equipamentos de comunicação, comércio eletrônico, hardware e softwares (CHANDLER; MUNDAY, 2016). Assim, as empresas de TI devem trabalhar com a manipulação, elaboração e manejo de sistemas de informação em redes de computadores.

Segundo o MSCI e S&E Global (2018), tal segmento de empresas engloba prestadoras de serviços de tecnologia da informação e de integração de sistemas; prestadoras de serviços de consultoria em tecnologia da informação e gerenciamento de informações; empresas que trabalham com processamento de dados eletrônicos comerciais e/ou serviços de *outsourcing* de processos de negócios, bem como empresas que fornecem serviços para automação de *BackOffice*; e prestadoras de serviços de infraestrutura para o setor de internet, incluindo data centers e infraestrutura de rede e armazenamento em nuvem.

Como exemplos de empresas conhecidas internacionalmente que se enquadram na indústria dos Serviços de TI, podemos citar: (1) eBay, empresa de comércio eletrônico fundada nos EUA em 1995, sendo atualmente o maior site do mundo de compras e negociações de bens, considerada a pioneira nesse ramo; (2) *Facebook*, criada em fevereiro de 2004 nos EUA, sendo atualmente a maior rede social do mundo e um dos websites mais acessados da internet, possuindo em sua base dados de 1,59 bilhões de pessoas (MAKE, 2018); e (3) Etsy, uma das maiores empresas comercializadoras de produtos artesanais ou vintage do mundo, contando ainda com a venda de produtos fabricados por sua fábrica própria, tendo atualmente 54 milhões de usuários registrados em sua base (MSCI e S&E GLOBAL, 2018).

3.1 O caso LinkedIn

O *LinkedIn* pode ser considerado como uma empresa de Tecnologia da Informação e é atualmente o principal fornecedor de ferramentas de auxílio para processos de recrutamento e seleção, bem como de ferramentas que auxiliam vendas de empresas para outras empresas. Seu processo de crescimento internacional é descrito no tópico seguinte

desde sua fundação até o momento em que a mesma pode ser considerada plenamente internacionalizada com presença global, o que vai além da distribuição de seus produtos virtuais pela internet.

3.1.1 *LinkedIn* antes da expansão internacional (2002-2008)

No início de 2002, Reid Hoffman, ex-presidente da prestadora de serviços de transferência de dinheiro eletrônico PayPal, após seis meses de estudos e planejamento, lançou com sua equipe a rede social cuja ideia principal era que seus membros não pagassem nada para estarem na rede. O rendimento da empresa viria a partir do acréscimo de funcionalidades corporativas decorrentes da base de dados a ser conseguida com seus usuários (BYERS, 2012).

À primeira vista, a empresa apresentou um crescimento pequeno, mas em menos de um ano do seu lançamento no mercado americano, a promessa de sucesso da rede social atraiu importantes investimentos, como o primeiro grande aporte de Série A ao *LinkedIn* com um total de US\$ 4,7 milhões. Empresas como *Sequoia Capital* buscavam através de relação com o *LinkedIn* estabelecer contatos profissionais no mundo corporativo. Antes da virada do ano para 2003, o *LinkedIn* já atuava como facilitador de cerca de 1.000 contratações por mês e dobrava de tamanho a cada seis semanas (LINKEDIN, 2003).

O crescimento vertiginoso levou a uma nova rodada de investimentos em 2004, liderado pela empresa de capital de risco Greylock. O investimento total foi de US\$ 10 milhões, possibilitando à empresa em 2005 o lançamento de suas primeiras linhas de negócios dentro da plataforma no mercado estadunidense, chamada de *Jobs* e *Subscriptions*.

Em 2006, a empresa remodelou o modo como os usuários utilizariam a plataforma e lançou os perfis públicos da rede social, o que aumentou muito sua base de dados de informações. Foi também neste ano que a empresa começou a tornar-se de fato lucrativa, sendo possível a partir deste ponto crescer sem necessariamente contar com aportes externos para financiar as operações do negócio (COMPANY NEWSROOM, 2019a).

No ano de 2007, a empresa apostou em sua expansão em direção ao mercado dos EUA, abrindo seu primeiro centro de atenção ao cliente em Omaha. Com crescimento interno acelerado, a empresa observou sua expansão orgânica – sem investimentos diretos – possibilidade dada pela internet e pelo reconhecimento de seus produtos. Paralelamente à expansão no mercado local, a empresa alcança, nesse mesmo ano, uma significativa

expansão internacional dobrando o número de membros em todas os principais em que atua. Não obstante essa penetração via plataforma e serviços *online*, o *LinkedIn* ainda não possuía subsidiárias em qualquer outro mercado além dos EUA.

3.1.2 *LinkedIn*: a expansão internacional através da abertura de escritórios globais (2008-2014)

Em 2008, com a atenção voltada às oportunidades do mercado global, o *LinkedIn* assinou seu milionésimo membro no Reino Unido, até então maior mercado da empresa fora dos Estados Unidos. E é nesse maior mercado estrangeiro, em termos de membros, que a empresa decide realizar seu primeiro investimento direto externo (IDE físico), lançando seu primeiro escritório fora dos EUA, em Londres no Reino Unido. O intuito da abertura do escritório em terras britânicas era entender melhor os usuários no mercado europeu, auxiliando o crescimento saudável da companhia no velho mundo (COMPANY NEWSROOM, 2019b).

No mesmo ano, a empresa passa por uma outra rodada de investimentos, obtendo US\$ 53 milhões liderados pela *Bain Capital Ventures*, com reinvestimento adicional dos seus então investidores *Sequoia Capital* e *Greylock*, o que demonstra a solidez de seus resultados. Ainda, ao final do ano de 2008, *LinkedIn* lançou sua plataforma nos idiomas espanhol e francês, ampliando sua penetração de mercados em países com esses idiomas e alcançando um valor de mercado de aproximadamente USD 1 bilhão (LOS ANGELES TIMES, 2008).

No ano seguinte (2009), dado a consolidação da liderança do *LinkedIn* na Europa – com liderança em 43 dos países do continente – a estratégia de internacionalização da empresa se volta para os mercados do oriente. Nesse ano, o crescimento da empresa é em direção a Ásia e Oceania, com o lançamento de seu escritório primeiro em Mumbai, na Índia, e depois em Sidney, na Austrália (SHINDE, 2013).

Em 2010, a empresa deu dois importantes passos no processo de internacionalização: o primeiro foi a abertura do primeiro escritório do *LinkedIn* na Europa continental, em Amsterdã; o segundo, a abertura de uma subsidiária em Dublin, na Irlanda (IRELAND, 2010). Os investimentos na Irlanda e Holanda consolidam a Europa como um mercado agora não mais secundário, mas como um dos negócios estrategicamente indispensáveis para o *core business*, com operações de vendas, desenvolvimento de negócios, *marketing*, atendimento aos clientes, finanças, RH (recursos humanos) e operações.

Em 2011, o *LinkedIn* torna-se uma empresa de capital de ações. Sua oferta pública inicial na bolsa de valores de Nova Iorque ocorre sob a sigla LNKD e, em seu primeiro dia, as ações da empresa fecharam com 109% de alta em relação a oferta pública inicial de US\$ 45,00 por ação. No mesmo ano, a empresa também abriu um Centro Tecnológico em Bangalore, na Índia, sendo esse o primeiro escritório de engenharia da empresa fora da América do Norte.

No final de 2011, ao chegar aos 135 milhões de usuários em todo o mundo (sendo 10% de latino-americanos, um mercado ainda fisicamente inexplorado), o *LinkedIn* decide abrir realizar um IDE (escritório) em São Paulo. O foco no momento da abertura era aumentar o engajamento e a adoção dos seus usuários no Brasil, bem como a realização de parcerias estratégicas e o aumento das operações de vendas e de *marketing*.

Durante sua trajetória de internacionalização, além de lançar funcionalidades inéditas à ferramenta, o *LinkedIn* também atuou através de fusões e aquisições e via adesão de parceiros à sua plataforma. Esse foi o caso da SlideShare, comprada também em 2012 por US\$ 118,75 milhões.

Em janeiro de 2013, a empresa atingiu a marca dos 200 milhões de usuários mundialmente, crescendo na velocidade de dois membros a cada segundo em todo o mundo. (LINKEDIN, 2012a). No mesmo ano, celebrou 15 milhões de membros no Brasil, posicionando o país como o terceiro maior mercado mundial para a empresa em número de membros. A estratégia chave da empresa em sua operação na América Latina ocorre através de vendas das Soluções de Talentos do *LinkedIn*, que permitiam aos clientes (companhias) encontrar de forma eficiente candidatos qualificados para suas vagas (LINKEDIN, 2012b)

No sexto ano de sua internacionalização, em 2014, faltava ao *LinkedIn* o ingresso em um dos principais mercados globais que contava com 618 milhões de usuários de internet: a China. Naquele ano, o país estabelecia-se como a segunda maior economia global, com crescimento acelerado das zonas urbanas e possuía um em cada cinco trabalhadores do mundo (WEINER, 2014).

Assim, em 2014, o *LinkedIn* lançou seu website em chinês simplificado. Naquele ano, já estava rodando no país a versão em inglês do website com 4 milhões de usuários. Para se manter no ar durante a abertura recente na China, a empresa teve que fazer, pela primeira vez, concessões ao governo. Tais concessões incluem uma série de filtros nas publicações de usuários chineses, de modo que eles não tenham as mesmas liberdades que membros de outros países possuem em suas postagens.

4 Análise das teorias de acordo com o processo de internacionalização do LinkedIn

Considerando as diferentes abordagens teóricas desenvolvidas no capítulo 2 e a descrição da linha de tempo do processo de internacionalização do *LinkedIn*, nas seções a seguir, são analisadas a validade e as implicações das teorias para o entendimento do processo de expansão do *LinkedIn* internacionalmente.

4.1 Teoria do ciclo internacional de vida do produto e o *LinkedIn*

A teoria em questão visa explicar como ocorre a exportação e, posteriormente, a importação de produtos a partir de um mercado específico (originalmente, dos EUA). Devese notar, contudo, que em sua formulação original (de Vernon, 1966), a teoria do ciclo de vida é limitada para explicar a dinâmica de internacionalização de empresas de tecnologia da informação, como é o caso do *LinkedIn*.

A comercialização de serviços *online* não envolve necessariamente um estágio de maturação do produto, para que ele seja posteriormente estudado e produzido no mercado estrangeiro. Portanto, embora o *LinkedIn* tenha iniciado suas operações nos EUA e colocado grande ênfase ao mercado americano, a teoria do ciclo de vida não se aplica à história da expansão internacional do *LinkedIn*. Um exemplo dessa inconsistência é o fato de que a tecnologia produzida e comercializada pelo *LinkedIn* não foi alvo de terceirização e/ou de spill over (transbordamento) da produção ou engenharia para outras empresas.

4.2 Teoria de Uppsala e o LinkedIn

O modelo de Uppsala foi originalmente desenvolvido para explicar o processo de internacionalização de empresas suecas do início da segunda metade do século XX e é resumido em quatro passos. O primeiro passo afirma que a empresa não tem seu produto no mercado internacional. De fato, nos seus primeiros anos de existência, o produto comercializado pelo *LinkedIn* só existia no idioma inglês e suas vendas eram somente feitas em dólar a partir do mercado dos EUA. Porém, por ser um produto virtual, já estava

disponível para consumo em qualquer parte do mundo desde que submetido as condições de venda da matriz (EUA).

O segundo passo dessa teoria de internacionalização afirma que as empresas, no seu processo de internacionalização, devem fazer vendas no exterior, inicialmente, através de firmas terceiras (e.g., trading company). Esse segundo passo, no caso do LinkedIn, pode ser confirmado para algumas soluções de marketing, no qual agências de países estrangeiros estimulavam as vendas de soluções outbound para empresas e clientes, cujas vendas eram sempre finalizadas pelo próprio LinkedIn. Todavia, vender através de parceiros nunca foi o foco do LinkedIn. Antes de estabelecer escritórios de vendas em âmbito internacional, as vendas eram feitas virtualmente e na língua dos vendedores (em inglês, direto da plataforma nos EUA).

O terceiro passo afirma que as empresas estabelecem uma ou mais sucursais de vendas no estrangeiro. Por se tratar de um produto virtual, não havia a necessidade de sucursais de vendas para a realização das negociações. Porém, como se pode constatar na história da empresa, ela estabeleceu uma série de escritórios de vendas em todo o mundo de forma a auxiliar no entendimento do mercado e haver uma aproximação cultural e psicológica da empresa com seus clientes.

Por fim, no quarto passo do processo de expansão internacional segundo o modelo de Uppsala, há a produção do bem ou serviço no mercado estrangeiro. Embora a teoria tenha sido produzida décadas antes da aceleração do processo de globalização da produção (anos 1990 em diante), essa quarta etapa é parcialmente ratificada ao analisar o processo de abertura do escritório de Bangalore. A decisão de ter uma subsidiária na Índia, com a abertura de um escritório de engenharia, foi motivada pela necessidade de novos engenheiros de programação e operação. O mercado Indiano, além de fornecer insumos para sustentar o rápido crescimento da empresa, representava também uma oportunidade de demanda e interação tecnológica dado o boom de inovação tecnológica da Índia nas últimas décadas.

Nota-se, portanto, que ao longo do processo de internacionalização da empresa, a decisão de estabelecer subsidiárias no mercado externo ocorre em uma etapa subsequente à entrada nesse mercado através de vendas comerciais (originárias no país de origem). Essa experiência em etapas, em que o *LinkedIn* ganha experiência no mercado externo, vendendo a partir de sua matriz nos EUA, mas ajusta seu produto e serviço às especificidades desse mercado (por exemplo, adaptando a plataforma à língua do país consumidor) confirma a importância da abordagem da Universidade de Uppsala para o caso do *LinkedIn*. Uma exceção, contudo, é que a internacionalização do *LinkedIn*, ao contrário do que sustenta a

teoria, ocorre de modo rápido, em poucos anos, uma vez que a aquisição de conhecimento e experiência no setor ocorre também em curto espaço de tempo.

4.3 Teoria das imperfeições de mercado e o *LinkedIn*

A teoria das imperfeições de mercado afirma que uma empresa adota o investimento direto externo como estratégia para superar assimetrias de informação, como uma imperfeição de mercado, em relação aos mercados estrangeiros.

De acordo com o processo de internacionalização do *LinkedIn*, nota-se que o investimento direto externo de empresas é utilizado também como ferramenta para uma melhor compreensão do modo de funcionamento de um mercado externo e, assim, suplantar distorções de mercado decorrentes de procedimentos burocráticos e fiscais criados por governos e instituições em países estrangeiros.

Todavia, a revisão da internacionalização do *LinkedIn* indica que para a superação da distância cultural entre EUA e China, o investimento direto externo não foi a estratégia adotada. No caso do mercado chinês, o *LinkedIn* adotou uma estratégia de entrada no mercado através da aproximação de empresa ao governo local e via acesso à plataforma na língua local (chinês).

Nos casos em que o *LinkedIn* optou pelo IDE, a estratégia não teve relação com imperfeição de mercados – dado, por exemplo, que os mercados europeus são bastante integrados ao resto do mundo e o regime de competição não difere daquele dos EUA.

4.4 Teoria dos recursos e vantagens (R.A.) e o *LinkedIn*

Gedo (2011) e Andersen (1997) defendem que, se a vantagem comparativa que uma empresa possui com relação à outra decorre de conhecimento e domínio tecnológico, o modo de entrada mais adequado é através de parceiros locais (do mercado estrangeiro) que conhecem especificidades do mercado e rapidamente podem ajustar o produto e canais de comercialização para acessar a demanda potencial daquele mercado consumidor. No caso do *LinkedIn*, uma importante distinção diz respeito ao fato de que, independentemente de a empresa já possuir subsidiária no mercado de destino ou, mesmo, estratégia específica de acesso aqueles consumidores, o produto (ou o serviço) já está disponível aos consumidores de outros países através da internet.

Além disso, contrariando o argumento de Andersen (1997) e Gedo (2011), o *LinkedIn* orienta sua expansão internacional com base na formação de uma equipe própria, e não através da contratação de agentes locais, que já conhecem o mercado externo. A caraterística dominante do *LinkedIn* é, portanto, de internalizar o mercado externo.

Portanto, a empresa organiza seus recursos e vantagens comparativas para que o processo de entrada nos mercados estrangeiros ocorra com controle da própria matriz, sem a adoção de estratégias de menor comprometimento ou de terceirização internacional (*international outsourcing*). Desse modo, embora a teoria R. A. não esteja completamente em linha com o processo de expansão internacional da empresa de TI (uma vez que não há a parceria com empresas estrangeiras), ela esclarece quanto à importância da liderança tecnológica na internacionalização do *LinkedIn*.

4.5 Vantagem do primeiro atuar e o LinkedIn

A teoria da vantagem do primeiro a atuar, argumentada, por exemplo, por Suarez e Lanzolla (2008), discorre que uma empresa pioneira tem vantagens de internacionalização sobre as demais.

No caso do *LinkedIn*, pode-se relacionar o crescimento de empresas de TI com o avanço e a popularização da internet; identificando-se a explosão do uso de redes sociais a partir de 1997. A Figura 5 ilustra esse processo de expansão de empresas de TI e difusão do ambiente mundial de rede de computadores.

Nota-se, portanto, que o *LinkedIn* não foi o primeiro a atuar no campo das redes sociais, bem como não foi a primeira empresa a trabalhar no campo do recrutamento e seleção. Contudo, foi a primeira empresa a mesclar o conceito de uma rede social ao mundo profissional de recrutamento. Assim, o *LinkedIn* foi a primeira empresa a atuar com o status de plataforma do indivíduo social-profissional. Assim, embora sem ter uma inovação de destaque, o *LinkedIn* aproveita-se das tecnologias existentes para desenvolver um produto ou um serviço ainda inexistente e com grande apelo de consumo.

1997

1998

1999

2000

Linked in

2002

Linked in

2003

Wikipédia livre

2006

2006

2006

Ewitter

**Type pace a place for friends

**Type pace a place for friend

Figura 5: O surgimento das redes sociais a partir de 1997

Fonte: Elaboração pelos autores

A aplicabilidade, portanto, do princípio da vantagem do primeiro a atuar é parcial; uma vez que o *LinkedIn* não é líder em termos de geração de novas tecnologias, mas tem demonstrado ter percepção de mercado para criação de novos produtos e serviços para atendimento de demandas específicas.

4.6 Custos de transação e o *LinkedIn*

O argumento de custos de transação, dentro e fora da empresa, associa o processo de internacionalização à formação de parcerias para minimizar a ocorrência de tais custos.

Durante sua expansão internacional, o *LinkedIn* adotou a estratégia de parcerias para ampliar o conhecimento do mercado no país estrangeiro e fortalecer a sua marca. Essas parcerias, contudo, nunca foram estabelecidas com o intuito de apoiar no processo de venda do produto no mercado externo.

Exemplos disso são as parcerias estabelecidas com a *IDA Ireland*, na qual a parceria visava entender estrategicamente o mercado Irlandês e buscar apoio junto ao governo da ilha; e a recente parceria com a empresa Resultados Digitais, em que ambas as empresas fazem juntas campanhas de marketing e formações de recursos humanos virtuais, com a intenção de fortalecer a imagem de ambas empresas de tecnologia no Brasil (LINKEDLN NEWSROOM, 2011).

4.7 Empresas born global e o LinkedIn

Empresas *born globals* são aquelas que desde sua fundação possuem ligações vitais com o mercado estrangeiro via venda de produto ou aquisição de insumos e tecnologia de processos. Além disso, tais empresas empreendem rapidamente na direção da internacionalização.

A experiência do *LinkedIn* indica que seu processo de internacionalização física se inicia após seis anos de existência. A partir desses seis anos de consolidação de investimentos no país de origem (EUA) e expansão internacional a partir do serviço oferecido *online* pela própria matriz, o *LinkedIn* estabelece-se fisicamente em todas as macrorregiões globais. Pode-se considerar, ainda, que a expansão internacional da empresa ocorreu de forma rápida e após um curto espaço de tempo de sua fundação.

A internacionalização do *LinkedIn* foi rápida mesmo para os padrões de outras empresas de TI. Segundo Dominguinhos e Simões (2001), *born globals* são empresas que aplicam seu empreendedorismo, capital e conhecimento em uma ideia distinta ou um nicho de mercado global. Esse foi o principal percurso que o *LinkedIn* traçou em sua experiência de internacionalização: lançou uma rede social em um momento de erupção da internet, em que novas redes eram lançadas a todo momento. Todavia, tal rede lançada tinha um propósito diferente: fugia da tradicional vida social, e abrangia assuntos profissionais. Essa plataforma foi rapidamente reconhecida pelo mercado, uma vez que os currículos de papel se tornavam obsoletos por conta da constante e rápida atualização profissional. Assim, uma nova ideia, a partir de uma tecnologia conhecida, se adapta exatamente ao nicho de mercado, que carecia dessa funcionalidade em um website.

Dessa forma, constata-se que os princípios da abordagem *born global*, referentes ao rápido processo de vinculação do dinamismo da empresa ao cenário internacional e ao caráter essencial da novidade – seja uma inovação de processo ou um novo produto ou serviço, são aderentes à experiência de internacionalização do *LinkedIn*. O curto período de consolidação da empresa no mercado doméstico, a rápida internacionalização física – com um grande grau de comprometimento da empresa em relação ao mercado externo (i.e., com pouca terceirização) – e o papel decisivo da originalidade da plataforma social com forte apelo profissional caracterizam essa abordagem teórica como bastante aplicável ao caso do *LinkedIn*.

5 Conclusão

O presente estudo trata da análise do processo de internacionalização de uma empresa de tecnologia de informação (TI), de grande porte e com grande visibilidade midiática: o *LinkedIn*. O escopo do texto foi dividido em uma breve revisão das (sete) principais teorias sobre modos de entrada em mercados estrangeiros, uma análise do processo da internacionalização do *LinkedIn* e uma avaliação da adesão dessas teorias ao estudo de caso em questão.

Deve-se reconhecer que muitas das abordagens teóricas foram originalmente desenvolvidas muito antes do fenômeno recente da globalização comercial, financeira e, especialmente, produtiva. Essa última com suas nuances de grandes corporações multinacionais, processo de integração em cadeias globais de valor e empresas intensivas em conhecimento e capital intangível (e.g., marca e domínio tecnológico).

Nesse sentido, algumas das abordagens revisadas, destacam-se por explicar parcialmente o processo de internacionalização do *LinkedIn*. O modelo de Uppsala, embora reforce o princípio de um processo de internacionalização gradual (algo oposto ao seguido pela empresa), argumenta também a importância da fase de consolidação da empresa no mercado doméstico. De fato, o *LinkedIn* ganha *expertise* no mercado dos EUA e se lança, a partir dessa matriz, ao mercado mundial pelo acesso via internet ao seu produto disponibilizado na rede. Outra característica presente em dois modelos é o papel da liderança da empresa na concepção de um produto ou serviço inovador. A plataforma de rede social, com amplo uso profissional, é esse novo produto que identifica o *LinkedIn* no mercado. Tal aspecto é defendido como traço definitivo da internacionalização de empresas segundo o modelo RA (*Resources and Advantages*) e a abordagem do primeiro entrante.

Contudo, a análise realizada permite afirmar que a história de internacionalização do LinkedIn é bastante aderente aos princípios da abordagem da empresa Born Global. Essa conclusão deve-se a dois principais resultados. Primeiro, o LinkedIn teve um período muito curto (seis anos) de negócios realizados a partir de unidades físicas apenas nos EUA. Além disso, nesse período, as vendas via internet não se restringiram ao mercado dos EUA; embora não houvesse apoio de subsidiárias no exterior. Segundo o processo de internacionalização é absolutamente rápido e geograficamente amplo. Impulsionado pelo caráter inovador e único da plataforma de rede social, com significativo apelo comercial e profissional, o LinkedIn passa a atuar fisicamente em todas as grandes regiões do mundo. A estratégia de investimento direto externo é adotada no sentido de internalizar os mercados externos

através de subsidiárias, que diminuem distâncias culturais, aproximam clientes e consumidores e aumentam a participação da empresa nos resultados obtidos nesses mercados externos (quando se compara com modos de entrada com parcerias com empresas locais).

Referências

ANDERSEN, O. Internationalization and market entry mode: A review of theories and conceptual frameworks. **MIR: Management International Review**: p. 27-42, 1997.

ANDERSEN, P.; AHMAD, S.; CHAN, W. M. Revisiting the theories of internationalization and foreign market entry mode: a critical review. **International Journal of Business & Commerce:** v. 4, n. 1, p. 37, 2014.

BALL, M. C.; GERINGER, M.; MINOR, M.; MCNETT, J International business: the challenge of global competition. New York: McGraw Hill, 2004.

BYERS, A. Reid Hoffman and LinkedIn. São Francisco: Internet Biographies, 2012.

CANTO, J. T. L. Os determinantes da performance de exportação de empresas born global em Portugal. 2013. 142 F. Tese (doutorado) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

CARNEIRO, J. E. T.; DIB, L. A. Avaliação comparativa do escopo descritivo e explanatório dos principais modelos de internacionalização de empresas. **Anais...** Salvador: ENANPAD, 2006.

CHANDLER, D.; MUNDAY, R. **Find at oup.com Google preview a dictionary of media and communication** (1 Ed.). 2016. DOI: 10.1093/ACREF/9780199568758.001.0001 EISBN: 9780191727979. Obtido em: http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780199568758.001.0001/acref-9780199568758. Acesso em: 23 fev. 2019.

CLEFF, T.; RENNINGS, K. Are there any first-mover advantages for pioneering firms?: Lead market orientated business strategies for environmental innovation. **European Journal of Innovation Management:** v. 15, n. 4, p. 491-513, 2012.

COASE, R. The theory of the firm. **Econômica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

COMPANY MEWSROOM: *LinkedIn* Premium services finding rapid adoption. 2019a. Disponível em :https://news.LinkedIn.com/2006/03/LinkedIn-premium-services-finding-rapid-adoption. Acesso em 18 maio 2019.

COMPANY MEWSROOM: *LinkedIn* expands its presence in the European Market. 2019 b. Disponível em: https://news.LinkedIn.com/2008/01/LinkedIn-expands-its-presence-in-the-european-market. Acesso em: 18 maio 2019.

CYRINO, A, B.; BARCELLOS, E. P. **Estratégias de internacionalização:** evidências e reflexões sobre a empresa brasileira. In: TANURE, B.; DUARTE, R. G. (ORG.). São Paulo: Saraiva, 2006.

DOMINGUINHOS, P.; SIMÕES, V. C. **Portuguese born globals:** na exploratory study. Artigo apresentado na 27^a Conferência da EIBA, Paris, 13/15.12.2001.

DUNNING, J. H. **Multinational enterprises and the global economy** (Ed. 2). Edward Elgar Pub, 2008.

FIGUEROA, L. E. O.; REYNOSO, C. F. Intangible resources as a determinant of accelerated internationalization. Global Journal of Business Research–GJBR, v. 4, n. 4, p. 95-105, 2010.

FORSGREN, M.; HOLM, U.; JOHANSON, J. Division headquarters go abroad – a step in the internationalization of the multinational corporation. **Journal of Management Studies:** v. 32, n. 4, p. 475-491, 1995. DOI:10.1111/j.1467-6486.1995.tb00785.x.

GEDO, T. A behavioral economics approach to internationalization of born global firms: An Exploratory Investigation. A Thesis Submitted to THE UNIVERSITY OF MANCHESTER for the degree of Doctor of Philosophy in the FACULTY OF BUSINESS ADMINISTRATION. MANCHESTER BUSINESS SCHOOL. 2011. Disponível em: https://search.proquest.com/openview/df357f82b46223f90274774c8bb5e231/1?pq-origsite=gscholar&cbl=51922&diss=y. Acesso em: 17 ago. 2020.

HILL, C. W. L.; WEE, C. H; UDAYASANKAR, K. **International business:** An Asian Perspective 10 Ed. Nova Deli: McGraw-Hill, 2012.

HOLLENSEN, S. Essentials of global marketing. Pearson Education, 2008.

HYMER, S. H. **The international operations of national firms.** A study of direct foreign investment. M.I.T. Press, 1976.

IRELAND, I. *LinkedIn* establishment of International headquarters in Dublin welcomed by IDA Ireland. 2010. Disponível em: https://web.archive.org/web/20121025045354/http://www.idaireland.com/newsmedia/pressreleases/LinkedIn-establishment-of/. Acesso em: 23 fev. 2019.

ITA – THE INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION. **Software and information technology spotlight:** the software and information technology services industry in The United States. 2015. Obtido em: https://www.selectusa.gov/software-and-information-technology-services-industry-united-states. Acesso em: 23 fev. 2019.

JOHANSON, J. MATTSSON, L. G. Marketing investments and market investments in industrial networks. **International Journal of Research in Marketing:** v. 2, n. 3, p. 185-195, 1985. DOI: https://doi.org/10.1016/0167-8116(85)90011-4.

JOHANSON, J; VAHLNE, J. E. The internationalization process of the firm – a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. **Journal of International Business Studies:** v. 8, p. 23-32, 1997. DOI: https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490676.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. E. The mechanism of internationalism. **International Marketing Review:** v. 7, n. 4, dez. 1990. DOI: 10.1108/02651339010137414 KERIN, R. A; HARTLEY, S.W; RUDELUS. W. **Marketing:** the core. 5 Ed. Nova York: McGraw-Hill, 2013.

KERIN, R. A., VARADARAJAN, P. R.; PETERSON, R. A. First-mover advantage: a synthesis, conceptual framework, and research propositions. **Journal of Marketing,** v. 56 n. 4, p. 33–52, 1992. https://doi.org/10.1177/002224299205600404. Acesso em: 22 mai. 2020.

KNIGHT, G. A.; CAVUSGIL, S. Tamar. Innovation, organizational capabilities, and the born-global firm. **Journal of international business studies**, v. 35, n. 2, p. 124-141, 2004.

LOS ANGELES TIMES. **Professional networking site LinkedIn valued at \$1 billion**. 2008. By: Jéseica Guynn. Disponível em: https://www.latimes.com/business/la-fi-LinkedIn18-2008jun18-story.html. Acesso em: 23 fev. 2019.

LINKEDIN CORPORATE COMMUNICATIONS TEAM. LinkedIn reaches 200 million members worldwide. 2012a. Disponível em: https://news.LinkedIn.com/2013/01/LinkedIn-reaches-200-million-members-worldwide. Acesso em: 25 fev. 2019.

LINKEDIN CORPORATE COMMUNICATIONS TEAM. LinkedIn opens new office in Brazil. 2012b. Disponível em: https://news.LinkedIn.com/2013/07/LinkedIn-opens-new-office-in-brazil. Acesso em: 25 fev. 2019.

LINKEDIN. NEWSROOM, COMPANY. **Sequoia capital "link in" with \$ 4.7 million investiment**. 2003. Disponível em:https://news.LinkedIn.com/2003/11/sequoia-capital-links-in-with-47-millioninvestment. Acesso em: 23 fev. 2019.

LINKEDIN NEWSROON, COMPANY. **LinkedIn to create 100 new jobs in Dublin**. 2011. Disponível em: https://news.LinkedIn.com/2011/03/LinkedIn-to-create-100-new-jobs-in-dublin. Acesso em: 10 jun. 2019.

LUCKERSON, V. Why China is a nightmare for American internet companies. 2014. Obtido em: https://time.com/10178/why-china-is-a-nightmare-for-american-internet-companies/. Acesso em: 20 jun. 2019.

MAKE A Website Hub: 60+ social networking sites you need to know about. 60+ Social Networking Sites You Need to Know About. 2018. Disponível em: https://makeawebsitehub.com/social-media-sites/. Acesso em: 23 fev. 2019.

- MALHOTRA, N. K.; AGARWAL, J.; UGALDO, F. M. Internationalization and entry modes: a multitheoretical framework and research propositions. **Journal of International Marketing:** winter 2003, v. 11, n. 4, p. 1-31.
- MARIANO, A. M.; CRUZ, R. G.; SANTOS, M. R; FALCÃO, F. S. **Fatores-chave para o sucesso das born global:** comparação entre a teoria e a prática. Brasília: Universitas Relações Internacionais, p. 89-102, 2016. Obtido em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKE wjO8tr28KfiAhWOK7kGHaITCZEQFjAAegQIABAC&url=https%3A%2F%2Fwww.pub licacoesacademicas.uniceub.br%2Frelacoesinternacionais%2Farticle%2Fdownload%2F39 96%2F3081&usg=AOvVaw3kmdgb4jC0rpWAATAlifRt. Acesso em: 19 maio 2019.
- MSCI E S&E GLOBAL (USA). **Global industry classification standard GICS.** 2018. Obtido em: https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/documents/112727-gics-mapbook_2018_v3_letter_digitalspreads.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.
- OVIATT, B. M.; MCDOUGALL, P. P. Toward a theory of international new ventures. **Journal of international business studies**, v. 25, n. 1, p. 45-64, 1994.
- PESSOA, E.; MARTINS, M. Revisitando a teoria do ciclo produto. **Revista de Economia Contemporânea.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 307-329, mai./ago. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rec/v11n2/a05v11n2.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.
- SEBRAE SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Confira as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI**. Disponível em http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em: 19 maio 2019.
- SHINDE, S. **LinkedIn's first Asia-Pac office in India**. 2013. Mumbai, Business Standard. Disponível em: https://www.business-standard.com/article/technology/LinkedIn-s-first-asia-pac-office-in-india-109121700047_1.html. Acesso em: 23 fev. 2019.
- SILVA, D. R. M. **Internacionalização born global:** perspectivas para um novo modelo de desenvolvimento das empresas nacionais. In: I Circuito de debates acadêmicos das ciências humanas e II Conferências do Desenvolvimento, 2011. **Anais...** Brasília: Associações de Pós-Graduação e IPEA, 2012.
- SUAREZ, F. F.; LANZOLLA, G. Considerations for a stronger first mover advantage theory. **The academy of management review:** v. 33, n.1, p. 269-270, 2008. DOI: 10.5465/AMR.2008.27752960.
- TOYNE, B.; WALTERS, P. G. P. Global marketing management: a strategic perspective (2 Ed.). Boston: Allyn and Bacon, 1993.
- VON KROGH, G.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. **Facilitando a criação de conhecimento.** Diadema: Campus, 2001.

VERNON, R. International investment and international trade in the product cycle. **The Quarterly Journal of Economics**. V. 80, n. 2, p. 190-207, maio 1996 DOI: https://doi.org/10.2307/1880689.

VIANNA, N. W. H.; ALMEIDA, S. R. A decisão de internacionalizar. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais.** Brasil, p. 1-21, 2012. ISSN 1980-4865. DOI: Obtido em: http://internext.espm.br/internext/article/view/121. Acesso em: 23 fev. 2019.

WEINER, J. **LinkedIn in China:** Connectinh the world's professionals. 2014. Obtido em: https://www.LinkedIn.com/pulse/20140224235450-22330283-LinkedIn-in-china-connecting-the-world-s-professionals. Acesso em: 20 fev. 2019.

WILLIAMSON, O. E. The economic institutions of capitalism: firms, markets and relational contracting. New York: The Free Press, 1985.